

**UNIVERSIDADE MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
DOUTORADO**

Francisco Antonio Barbosa Vidal

**CONTRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADE DA GESTÃO PÚBLICA DE UMA REDE
FEDERAL DE ENSINO BRASILEIRA NA CONSECUÇÃO DOS 17 OBJETIVOS DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) DA AGENDA 2030 DA ONU**

São Caetano do Sul

2023

FRANCISCO ANTONIO BARBOSA VIDAL

**CONTRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADE DA GESTÃO PÚBLICA DE UMA REDE
FEDERAL DE ENSINO BRASILEIRA NA CONSECUÇÃO DOS 17 OBJETIVOS DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) DA AGENDA 2030 DA ONU**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Municipal de São Caetano do Sul como requisito para a obtenção do título de Doutor em Administração.

Área de Concentração: Gestão e Regionalidade

Orientadora: Profa. Dra. Raquel da Silva Pereira

São Caetano do Sul

2023

FICHA CATALOGRÁFICA

VIDAL, Francisco Antonio Barbosa

CONTRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADE DA GESTÃO PÚBLICA DE UMA REDE FEDERAL DE ENSINO BRASILEIRA NA CONSECUÇÃO DOS 17 OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) DA AGENDA 2030 DA ONU / Francisco Antonio Barbosa Vidal. – 2023. 322p.

Orientadora: Profa. Dra. Raquel da Silva Pereira.
Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Municipal de São Caetano do Sul, 2023.

1. Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. 2. Governança Pública. 3. Responsividade Pública. 4. Responsabilidade Social Pública. 5. Gestão para o desenvolvimento e regionalidade. I. Título. II. Universidade Municipal de São Caetano do Sul.

Reitor da Universidade Municipal de São Caetano do Sul

Prof. Dr. Leandro Campi Prearo

Pró-reitora de Pós-graduação e Pesquisa

Prof.^a Dra. Maria do Carmo Romeiro

Gestor do Programa de Pós-graduação em Administração

Prof. Dr. Eduardo de Camargo Oliva

Tese defendida e aprovada em 18/10/2023 pela Banca Examinadora constituída pelos professores:

Profa. Dra. Raquel da Silva Pereira (orientadora – Universidade Municipal de São Caetano do Sul)

Prof. Dr. Edson Keyso de Miranda Cubo (Universidade Municipal de São Caetano do Sul)

Prof. Dr. Nonato Assis de Miranda (Universidade Municipal de São Caetano do Sul)

Profa. Dra. Paula Chies Shommer (Universidade do Estado de Santa Catarina)

Prof. Dr. Solonildo Almeida da Silva (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará)

Expresso aqui a minha gratidão à minha mãe in memoriam, gestora pública e educadora que transformou socialmente várias vidas humanas através da educação e, ao meu pai, sempre generoso e um administrador orgânico nato.

Agradecimentos

Somos seres interdependentes e transpessoais, que nos conectamos com a vida através das interações e partilhas inter-humanas. Agradeço à equipe de docentes do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu do Doutorado em Administração da Universidade Municipal de São Caetano do Sul pelos aprendizados ensinados e, em especial, à minha orientadora Profa. Dra. Raquel da Silva Pereira pelos ensinamentos com muita competência e estesia humana e social.

Aos professores e amigos Solonildo, Janaína, Genilton, Welligton e pelos incentivos e sinalizações de janelas de oportunidades.

Ao casal de amigos Rachel Serra e Aureliano Ximenes pelo carinho, apoio e parceria ao longo de nossa jornada acadêmica.

Ao professor Francisco Jucivânio Félix de Sousa, Doutor em Educação, há 18 anos um amigo que sempre me apoiou na minha jornada de vida pessoal e acadêmica.

À toda Comunidade Acadêmica do IFCE Campus Canindé pela jornada gnosiológica, política, humana e afetiva ao longo dos últimos 13 anos, em especial meus parceiros de trabalho Edneia Tuti, Victor e Isabel Pereira por todo apoio nesta jornada. À Katiane Sampaio, minha Diretora Substituta e Chefe do Departamento de Administração e Planejamento, grande gestora canindeense e Ana Raquel, Coordenadora de Gestão de Pessoas minha competente assessora há 9 anos, servidoras públicas exemplares, ambas do IFCE-Campus Canindé, pelos conselhos e parceria edificante.

À Turma do Doutorado pela convivência salutar e aprendizagem colaborativa.

Ao meu irmão Assis e Arifran (in memoriam) pelo carinho e torcida.

Ao meu amigo de turma de Doutorado e conselheiro professor Ivam, um dos melhores gestores públicos que já conheci por nossas simbioses acadêmicas e de gestão. Ao amigo professor Virgílio Araripe que consolidou institucionalmente a Rede Federal do Ceará durante sua gestão. Ao amigo professor Wally, uma liderança pública disruptiva e grande cientista humano por todo seu apoio e incentivo.

À minha amiga Marcélia, que há 33 anos nos conectamos em nossa evolução espiritual, sempre me amparando nos momentos mais difíceis. Ao meu parceiro Marcos Flávio Lima Nunes por todo suporte e carinho e ao meu cachorrinho Abe, sempre ao meu lado com muito afeto nos momentos de escrita científica da Tese.

A Deus, nosso Amado Mestre Jesus e a São Francisco de Assis pelas intercessões de amor e proteção.

VIDAL, Francisco Antonio Barbosa. **Contribuições e responsividade da gestão pública de uma rede federal de ensino brasileira na consecução dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU.** Universidade Municipal de São Caetano do Sul. São Caetano do Sul, SP, 2023.

RESUMO

A gestão pública democrática na contemporaneidade apresenta lineamentos de funcionalidades proximais do esteio científico da responsividade com políticas de desenvolvimento sustentável, integrada à responsabilidade social pública, que referenciam parâmetros de emancipação política dos sujeitos sociais. As interfaces gnosiológicas da presente pesquisa apresentam como devir científico analisar as contribuições da gestão pública de uma Rede Federal de Ensino integrada por 33 campi no Nordeste do Brasil para a consecução dos 17 Objetivos da Agenda 2030, dialogando com a Teoria Crítica na perspectiva da hermenêutica dos repertórios captados nos campos teórico e empírico sob lógica abdutiva. As seguintes temáticas-chave foram abordadas na fundamentação teórica: Agenda 2030 e *spillovers*, Administração Pública, Governança, Responsividade e Responsabilidade Social Públicas e Racionalidades Organizacionais. No que se refere ao percurso metodológico, foram contemplados a práxis de pesquisa sob égides exploratória e descritiva com utilização de métodos mistos e o arcabouço científico do modo de investigação Estudo de Caso. O processo de captação de repertórios do campo empírico se deu por meio de aplicação de questionário *on-line* junto a uma amostra não probabilística e intencional constituída por 460 pessoas sujeitas da pesquisa (21 dirigentes estratégicos, 24 gestores táticos, 121 exclusivamente servidores e 294 estudantes), de entrevista semiestruturada com 10 dirigentes do nível estratégico da Rede Federal de Ensino prospectada com suplementação de análise documental, observação participante e integração de dados do campo empírico com fontes secundárias (banco de dados informacionais). A hermenêutica do campo empírico e análise de dados com geração de repertórios interpretativos balizadores do modelo proposto, foram suportadas pela técnica da Análise Crítica do Discurso com agregação de anamnese quantitativa por meio da aplicação de técnicas de estatística descritiva e da análise multivariada fatorial exploratória (AFE). A pesquisa permite concluir que a administração pública não é a-histórica e marcos civilizatórios impulsionam sociabilidades e mudanças em uma sociedade de organizações. Neste diapasão, houve evidências identificadas que sinalizam a necessidade de aperfeiçoamento do Modelo de Gestão e Responsividade públicas da Instituição investigada para o desenvolvimento sustentável e tendo como ponto de partida uma assunção formal de política de compromissos institucionais com a Agenda 2030 no âmbito da planificação de seu próximo Plano para o Desenvolvimento Institucional 2024 a 2028, pois há desconhecimento de 32,8% da comunidade acadêmica partícipe da amostra sobre os 17 ODS. Na óptica de 460 respondentes da amostra, as três melhores performances de entregas públicas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) em relação à Agenda 2030 referem-se aos ODS 2 (combate à fome), 4 (educação de qualidade) e 5 (igualdade de gênero). Por último, as contradições e ausência de política formal no âmbito da Instituição investigada ratifica os estudos da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), em cujas inferências apenas 24,6% das metas dos 17 ODS foram concretizadas ou seriam atingidas com a tendência atual em 2023 e, 27,0% das metas

a projeção é de involução no marco temporal de 50% da jornada para até 2030, havendo provavelmente uma repactuação em termos de fitos e metas e a necessidade de uma mudança radical de consciência planetária em termos de valores civilizatórios coadunados com uma ética biofílica com justiça e equidade sociais em detrimento da barbárie e iniquidade estrutural.

Palavras-chave: Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Gestão e Responsividade Públicas. Governança Pública. Responsabilidade Social Pública. Administração para o Desenvolvimento e Regionalidade.

VIDAL, Francisco Antonio Barbosa. **Contributions and responsiveness of public management of a Brazilian federal education network in achieving the 17 Sustainable Development Goals (SDGs) of the UN 2030 Agenda.** Universidade Municipal de São Caetano do Sul. São Caetano do Sul, SP, 2023.

ABSTRACT

Contemporary democratic public management presents lines of functionality close to the scientific basis of responsiveness with sustainable development policies, integrated with public social responsibility, which reference parameters of political emancipation of social subjects. The gnosiological interfaces of this research present the contributions of public management of a Federal Education Network integrated by 33 campuses in the Northeast of Brazil as a scientific analysis to achieve the 17 Objectives of the 2030 Agenda, dialoguing with Critical Theory from the perspective of hermeneutics of repertoires captured in theoretical and empirical fields under abductive logic. The following key themes were addressed in the theoretical foundation: Agenda 2030 and spillovers, Public Administration, Governance, Public Social Responsibility and Responsibility and Organizational Rationalities. With regard to the methodological path, research praxis was considered under exploratory and descriptive aegis with the use of mixed methods in the scientific framework of the Case Study investigation mode. The process of collecting repertoires from the empirical field was carried out through the application of an online questionnaire with a non-probabilistic and intentional sample included 460 people subject to the research (21 strategic managers, 24 tactical managers, 121 exclusive employees and 294 students), semi-structured interview with 10 managers at the strategic level of the Federal Education Network prospected with supplementary document analysis, participant observation and integration of data from the empirical field with secondary sources (informational database). The hermeneutics of the empirical field and data analysis with the generation of interpretive repertoires that guide the proposed model, were supported by the Critical Discourse Analysis technique with aggregation of quantitative anamnesis through the application of descriptive statistics techniques and exploratory factorial multivariate analysis (EFA).The research allows us to conclude that public administration is not ahistorical and civilizing milestones drive sociabilities and changes in a society of organizations. In this vein, there was evidence identified that points to the need to improve the Public Management and Responsibility Model of the Institution investigated for sustainable development and having as a starting point a formal assumption of a policy of institutional commitments with the 2030 Agenda in the context of planning its next Plan for Institutional Development 2024 to 2028, as 32.8% of the academic community participating in the sample is unaware of the 17 SDGs. From the perspective of 460 respondents in the sample, the three best performances of public deliveries by the Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) in relation to the 2030 Agenda refer to SDGs 2 (combating hunger), 4 (education of quality) and 5 (gender equality). Finally, the contradictions and absence of a formal policy within the scope of the Institution investigated confirms the studies of the Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), in whose

inferences only 24.6% of the targets of the 17 SDGs were achieved or would be achieved with the current trend in 2023 and, 27.0% of the goals are projected to be involution in the time frame of 50% of the journey by 2030, with probably a renegotiation in terms of purposes and goals and the need for a radical change of planetary awareness in terms of civilizing values combined with a biophilic ethics with social justice and equity to the detriment of barbarism and structural iniquity.

Keywords: Sustainable Development Goals. Public Management and Responsiveness. Public Governance. Public Social Responsibility. Administration for Development and Regionality.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|---------------|--|
| ABC | Agência Brasileira de Cooperação |
| ACD | Análise Crítica do Discurso |
| CEFET | Centros Federais de Educação Tecnológica |
| CEPA | Comitê de Especialistas em Administração Pública |
| CEPAL | Comissão Econômica para a América Latina |
| CNODS | Comissão Nacional para os ODS |
| CNUMAD | Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento |
| DESA | Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais |
| DS | Desenvolvimento Sustentável |
| FNP | Frente Nacional de Prefeitos |
| FIOCRUZ | Fundação Oswaldo Cruz |
| GA | Governo Aberto |
| GD | Governo Digital |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| IFCE | Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Ceará |
| IGG | Instituto de Gestão e Governança |
| IPEA | Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada |
| IPECE | Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará |
| MEC | Ministério da Educação |
| MT | Movimento de Transição |
| MGP2030UNSDGS | Modelo de Governança Pública para a Agenda 2030 da ONU |
| NAPNES | Núcleo De Apoio Às Pessoas Com Necessidades Específicas |
| NEABIS | Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígena |
| NGP | Nova Gestão Pública |
| ODS | Objetivos do Desenvolvimento Sustentável |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| OCDE | Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico |
| P4R | Partners for Review ODS |
| PAG | Administração Pública e Governança |
| PNEC 2030 | Plano Nacional Energia e Clima 2030 |
| PPI | Projeto Político-Pedagógico Institucional |
| RSP | Responsabilidade Social Pública |

| | |
|------|--|
| SERP | Plano de Resposta e Recuperação Socioeconômica da COVID-19 |
| TCU | Tribunal de Contas da União |
| UASG | Unidades Administrativas de Serviços Gerais |

LISTA DE TABELAS

| | | |
|-----------|---|-----|
| Tabela 1 | – Desempenho IDM 2018 dos municípios nos quais os campi do IFCE estão sediados e Orçamento por Campus em 2023 | 134 |
| Tabela 2 | – Partícipes da Amostra segundo o gênero | 163 |
| Tabela 3 | – Perfil de Gênero dos Gestores partícipes da Amostra..... | 164 |
| Tabela 4 | – Localização Geográfica das Pessoas Respondentes | 164 |
| Tabela 5 | – Nível de Escolaridade dos 166 servidores partícipes da Amostra..... | 164 |
| Tabela 6 | – Idade dos Partícipes Servidores da Amostra | 165 |
| Tabela 7 | – Tempo de Serviço dos 166 Servidores partícipes da Amostra | 166 |
| Tabela 8 | – Análise pelos respondentes das contribuições do IFCE aos 17 ODS..... | 172 |
| Tabela 9 | – Analogia visões gestores x usuários – entregas públicas coadunadas com 17 ODS | 173 |
| Tabela 10 | – Estatística Descritiva da Dimensão Gestão e Responsividade Públicas – Anamnese realizada por 166 partícipes (gestores e servidores) | 174 |
| Tabela 11 | – Analogia visões gestores x servidores – entregas públicas coadunadas com Gestão e Responsividade Públicas | 176 |
| Tabela 12 | – Participação do IFCE em iniciativas vinculadas aos 17 ODS..... | 178 |
| Tabela 13 | – Nível de Alinhamento do PDI aos 17 ODS | 180 |
| Tabela 14 | – Políticas e Marcos Normativos para Promoção do Desenvolvimento Sustentável na ambiência da EPT | 184 |
| Tabela 15 | – Aplicação AFE – Comunalidades Exemplo de Output da Matriz 1..... | 195 |
| Tabela 16 | – Variância Total Explicada – Matrizes 1 2 e 3 | 196 |
| Tabela 17 | – Componentes Rotativas – Matriz 1 e 2 | 200 |
| Tabela 18 | – Componente Rotativas – Matriz 3 | 202 |

LISTA DE FIGURAS

| | | |
|-----------|---|-----|
| Figura 1 | – Pilares fundantes da Agenda 2030 | 40 |
| Figura 2 | – Comissão Nacional para os ODS (CNOODS) | 43 |
| Figura 3 | – Sistema de Governança de Organizações Públicas jurisdicionadas pelo TCU | 64 |
| Figura 4 | – Principais Práticas de Gestão e Governança de Organizações Públicas Federais de acordo com TCU | 65 |
| Figura 5 | – Diagrama de Códigos Axiais utilizados pelos autores no processo de categorização e interfaces temáticas | 68 |
| Figura 6 | – Quatro áreas prioritárias para melhorar a capacidade institucional de implementação dos ODS | 71 |
| Figura 7 | – Tipologias de Governança | 76 |
| Figura 8 | – Diagrama do Marco Conceitual – 50 recursos de metagovernança para ODS..... | 79 |
| Figura 9 | – Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - em unidades | 95 |
| Figura 10 | – Marco longitudinal e histórico de criação dos Institutos Federais | 97 |
| Figura 11 | – Infográfico – Situação Funcional Servidores do IFCE – Dados Posição 09.04.2023 | 113 |
| Figura 12 | – Mapa dos municípios nos quais os campi foram instalados | 114 |
| Figura 13 | – Organograma Modelo do Campus Canindé do IFCE como exemplo de estrutura funcional | 138 |
| Figura 14 | – Modelo de Negócio e Cadeia de Valor do IFCE | 140 |
| Figura 15 | – Mapa de monitoramento de risco de integridade do IFCE- 2022 a 2024 | 146 |
| Figura 16 | – Scarpa – Ponto de Inflexão para delimitação de Fatores Matriz 1... .. | 198 |
| Figura 17 | – Scarpa – Ponto de Inflexão para delimitação de Fatores Matriz 2... .. | 199 |
| Figura 18 | – Scarpa – Ponto de Inflexão para delimitação de Fatores Matriz 3..... | 199 |
| Figura 19 | – Novas 5 dimensões de Análise do construto Gestão e Responsividade Públicas para a Agenda 2030/Desenvolvimento Sustentável a partir da AFE aplicada..... | 206 |
| Figura 20 | – Representações do Pensamento Coletivo Intercruzado dos Coletivos respondentes | 225 |
| Figura 21 | – Marcos-chave de Problemas Identificados na Gestão do IFCE | 243 |

| | |
|--|-----|
| Figura 22 – Proposta Seminal de Modelo de Gestão e Responsividade Públicas para Consecução 17 ODS/Agenda 2030 no âmbito do IFCE..... | 265 |
|--|-----|

LISTA DE QUADROS

| | | |
|-----------|---|-----|
| Quadro 1 | – Matriz de Desenvolvimento balizada pelo Modelo de Expansão das Liberdades defendida por Amartya Sen | 36 |
| Quadro 2 | – Tipologias da Sustentabilidade segundo Sachs (2002) | 38 |
| Quadro 3 | – Matriz de Resultados x Produto do Marco de Cooperação das Nações Unidas no Brasil com base nos eixos estratégicos da Agenda 2030 para o Biênio 2021/2022 | 46 |
| Quadro 4 | – Práticas contributivas do processo de fortalecimento da Agenda 2030 no Brasil | 49 |
| Quadro 5 | – Tipologias de Bens de Capital promotores da Agenda 2030 e Dashboard do Desempenho do Brasil no âmbito da consecução dos ODS em 2023..... | 50 |
| Quadro 6 | – Matriz Categórica Dimensões da Sustentabilidade e 17 ODS | 56 |
| Quadro 7 | – Marcadores do Processo de Diagnose do Nível de Maturidade de Governança e Capacidade de Gestão de Organizações Públicas no Brasil – IGG: Índice de Governança e Gestão | 62 |
| Quadro 8 | – Estágios de Maturidade IGG (Índice de Governança e Gestão) – faixas percentuais de enquadramento de acordo com autoavaliação/existência de práticas e Indicadores de Desempenho..... | 66 |
| Quadro 9 | – Marcos conceituais de atributos balizadores da responsabilidade social pública e suas contribuições para a consolidação dos 17 ODS..... | 69 |
| Quadro 10 | – Princípios de governança eficaz para o DS | 73 |
| Quadro 11 | – Matriz Conceitual das áreas prioritárias para desenvolvimento de capacidades institucionais para consecução dos 17 ODS da Agenda 2030 - Tipologias de Governança e Metagovernança | 76 |
| Quadro 12 | – Matriz Conceitual das áreas prioritárias para desenvolvimento de capacidades institucionais para consecução dos 17 ODS da Agenda 2030 - Tipologias de Silos: Políticos, institucionais e Mentais..... | 80 |
| Quadro 13 | – Marcos-Chave temáticos capturados através de Análise Bibliométrica ano de 2021 (continua)..... | 81 |
| Quadro 14 | – Marcadores de Responsividade de Políticas Públicas | 88 |
| Quadro 15 | – Desenho Empírico – Fases balizadoras do Nível de Responsividade Pública de Governos no processo de contribuição à consecução da Agenda 2030 com seus nexos políticos e sociais causais | 89 |
| Quadro 16 | – Tipologias de marcos caracterizadores das organizações substantivas | 103 |
| Quadro 17 | – Matriz integração epistêmica..... | 105 |
| Quadro 18 | – Unidades do IFCE presentes nas Regiões de Planejamento do Estado do Ceará | 115 |

| | | |
|-----------|---|-----|
| Quadro 19 | – Instrumentais de captação de repertórios/dados, técnicas de análise e sujeitos da pesquisa abrangidos | 115 |
| Quadro 20 | – Desenho epistêmico da hermenêutica fenomenológica de Triviños.. | 121 |
| Quadro 21 | – Quadro de modelagem analítica de repertórios sob égide da teoria crítica – perspectivas semântica e de ressignificação | 123 |
| Quadro 22 | – Mapa de desenho metodológico triangulado de Análise Crítica do Discurso (ACD) | 125 |
| Quadro 23 | – Amarração Epistêmica..... | 124 |
| Quadro 24 | – Modelo Estrutural da pesquisa: Aspectos das 33 Variáveis com Mensuração de Categorias Escalares Sob Auspício da Aplicação da Análise Fatorial Exploratória..... | 128 |
| Quadro 25 | – Explicativo do Processo de Organização dos 33 campi do IFCE em 9 Centrais de Compras descentralizadas (UASG) | 132 |
| Quadro 26 | – Processo da estratégia do IFCE | 135 |
| Quadro 27 | – Organograma macro do IFCE, marco legal fundante e explicitação de áreas-chave sistêmicas | 136 |
| Quadro 28 | – Macroprocessos e respectivos processos de negócio (PN) no IFCE de acordo com premissas do modelo BPM | 141 |
| Quadro 29 | – Arquitetura funcional do Plano de Integridade do IFCE 2022-2024... | 144 |
| Quadro 30 | – Resultados do Desempenho do IFCE no IGG 2021..... | 150 |
| Quadro 31 | – Carta Compromisso do IFCE com o Pacto Global..... | 152 |
| Quadro 32 | – Mapeamento Sinótico das Interfaces entre Principais Objetivos Institucionais do IFCE e os ODS da Agenda 2030 no período 2019 a 2023 inferidas pelo pesquisador..... | 153 |
| Quadro 33 | – Documentos Adesão à Rede Estratégia ODS e Certificação Premiação ODS 2022 | 158 |
| Quadro 34 | – Inquirição Q7 – Você havia ouvido falar nos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU? – Respostas dos Segmentos: Todas as pessoas partícipes da amostra, Dirigentes Estratégicos, Gestores, Servidores em Geral, Discentes, Professores, Técnicos Administrativos | 167 |
| Quadro 35 | – Respostas à Inquirição – Como você classifica o seu nível de conhecimento sobre os 17 Objetivos da Agenda 2030 da ONU de acordo com a escala avaliativa abaixo delineada/ Resultados por Segmento..... | 169 |
| Quadro 36 | – Participação do IFCE em instâncias de Governança no espaço societal..... | 177 |
| Quadro 37 | – Performance do IFCE no âmbito dos ODS 1,2,4 e 10 de acordo com a amostra N=460..... | 181 |
| Quadro 38 | – Compêndio de Resultados sobre Responsividade Pública do IFCE na óptica de 45 gestores respondentes..... | 183 |

| | | |
|-----------|--|-----|
| Quadro 39 | – Comparativo de Marções Racionalidade Substantiva x Racionalidade Instrumental..... | 186 |
| Quadro 40 | – Indicadores, Códigos e Descritores das Matrizes de Análise | 190 |
| Quadro 41 | – Teste de KMO e Bartlett Matrizes 1 e 2 | 193 |
| Quadro 42 | – Novas Dimensões/Variáveis Latentes da Matriz 2 | 204 |
| Quadro 43 | – Mapa sinótico semântico sob égide da Análise Crítica do Discurso de Seccional de Dois Recortes do Segundo Corpus Textual | 220 |
| Quadro 44 | – Triangulação ideopolítica com base em preceitos fenomenológicos de Triviños | 222 |
| Quadro 45 | – Mapa sinótico semântico sob égide da Análise Crítica do Discurso de Seccional de Três Recortes do Corpus Textual que aborda Extensão e Pesquisa | 233 |
| Quadro 46 | – Evidências das Dificuldades Organizacionais na Gestão Pública sob óptica de 45 pessoas gestoras perscrutadas | 241 |
| Quadro 47 | – Evidências sequenciais discursivas relacionadas ao escopo temático de parcerias e sob égide da Teoria Crítica sinaliza ideações emancipatórias no esteio de sua análise | 249 |
| Quadro 48 | – Mapa sinótico semântico sob égide da Análise Crítica do Discurso de Seccional de Recortes do Corpus Textual que aborda as Expectativas dos Gestores em relação ao Governo Lula | 259 |
| Quadro 49 | – <i>Framework</i> analítica do estágio de maturidade de gestão e responsividade públicas para o desenvolvimento sustentável/agenda 2030 dos Institutos Federais (IFs) | 269 |

SUMÁRIO

| | | |
|----------|---|-----|
| 1 | INTRODUÇÃO | 22 |
| 1.1 | Problema da pesquisa | 27 |
| 1.2 | Objetivos da pesquisa | 27 |
| 1.3 | Delimitação do estudo | 28 |
| 1.4 | Justificativa | 29 |
| 1.5 | Organização do relatório do trabalho | 31 |
| 1.6 | Contribuições da Pesquisa | 32 |
| 2 | FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA | 34 |
| 2.1 | Praxiologia do desenvolvimento sustentável e lineamentos epistêmicos da Agenda 2030 | 34 |
| 2.1.1 | Agenda 2030 da ONU: desafios e fitos institucionais..... | 40 |
| 2.2 | Considerações apriorísticas e fundantes sobre administração e governança públicas | 56 |
| 2.2.1 | Administração estatal contemporânea: responsabilidade social pública, metagovernança e interfaces com ODS | 67 |
| 2.3 | Responsividade e políticas públicas na educação profissional e tecnológica: estesia reflexiva e paradoxos estruturais | 83 |
| 2.3.1 | Educação Profissional e Tecnológica e papel dos Institutos Federais no Brasil: gnosiologia crítica e reflexiva..... | 91 |
| 2.4 | Epistemologia crítica em estudos organizacionais | 99 |
| 2.5 | Matriz de integração epistêmica | 102 |
| 3 | ASPECTOS METODOLÓGICOS | 110 |
| 3.1 | Tipologias de pesquisa, delimitação, coleta de dados e sujeitos da Pesquisa | 111 |
| 3.2 | Análise qualitativa dos repertórios do campo empírico: interfaces entre teoria crítica e análise crítica do discurso..... | 121 |
| 3.3 | Análise quantitativa de dados sob égide da análise multivariada fatorial exploratória..... | 127 |
| 4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO | 132 |
| 4.1 | Lócus da pesquisa | 132 |
| 4.2 | A Rede Federal de Ensino do Ceará e neologismos no âmbito da práxis da moderna administração pública: gestão de processos, da ética, da | |

| | | |
|-------|---|-----|
| | integridade, transparência pública e compromissos com o desenvolvimento Sustentável..... | 139 |
| 4.3 | Análise do Alinhamento do Plano de Desenvolvimento Institucional do IFCE 2019-2023 com os 17 ODS da Agenda 2030 da ONU | 151 |
| 4.4 | Mapeamento de Práticas Institucionais de Extensão, Pesquisa e Ensino e Interfaces com os 17 ODS da Agenda 2030 da ONU..... | 155 |
| 4.5 | Análise Quantitativa..... | 163 |
| 4.5.1 | Anamnese Descritiva da Amostra..... | 163 |
| 4.5.2 | Aplicação da técnica da análise multivariada fatorial exploratória e emergência de novas dimensões para o construto Gestão e Responsividade Públicas para o Desenvolvimento Sustentável..... | 188 |
| 4.6 | Análise qualitativa de repertórios discursivos à luz da análise crítica do discurso e da hermenêutica fenomenológica de Triviños | 207 |
| 4.6.1 | Lineamentos Seminais do Perfil da Pessoa Entrevistada..... | 207 |
| 4.6.2 | Visões e Intersubjetividade Ideopolíticas do Pesquisador após Incursão Empírica em Brasília como foco compreensivo nas dinâmicas Macropolíticas – relatos do pesquisador com base em observação direta e observação participante..... | 208 |
| 4.6.3 | Relatos e Percepções das Pessoas Entrevistadas sobre a Dimensão 17 ODS/Agenda 2030 da ONU..... | 215 |
| 4.6.4 | Relatos e Percepções das Pessoas Entrevistadas correlacionadas à Dimensão Integração Responsividade e Responsabilidade Social Públicas e interfaces com as temáticas Racionalidade Organizacional e Capacidade Institucional..... | 240 |
| 4.7 | Proposição Seminal de Modelo de Gestão e Responsividade Públicas para a consecução dos 17 ODS da Agenda 2030 da ONU no IFCE..... | 263 |
| 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 274 |
| | REFERÊNCIAS | 282 |
| | Apêndice A – Questionário Gestores | 295 |
| | Apêndice B – Questionário Docentes e Técnicos Administrativos..... | 304 |
| | Apêndice C – Questionário Discentes | 309 |
| | Apêndice D – Roteiro da entrevista | 313 |
| | Apêndice E – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido | 314 |
| | Anexo A - Relação de Cursos do IFCE (2023) | 316 |

1 INTRODUÇÃO

O modelo macrocefálico de desenvolvimento regional do Estado do Ceará, situado no Nordeste do Brasil, concentrado na Região Metropolitana de Fortaleza, vem sendo rebatido nos últimos dez anos pela interiorização de políticas públicas e investimentos públicos, mas gerando assimetrias entre as regiões de planejamento, tecnicamente categorizadas pelo governo estadual por meio do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE). O fenômeno da interiorização do desenvolvimento no Estado do Ceará teve replicação, na Política Pública da Educação Profissional e Tecnológica, a partir da territorialização dos *campi* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Ceará (IFCE) em 33 municípios, iniciada no ano de 2008.

A proposta epistemológica da presente pesquisa dialoga com o esteio teórico da Administração Pública, da Responsabilidade Social e Responsividade Públicas e do Desenvolvimento Sustentável (DS), com aportes de reflexões discursivas a partir de conceitos-síntese ao longo dos marcos teóricos longitudinais dessas áreas gnosiológicas, em perspectivas diacrônica e sincrônica.

Um aspecto geopolítico relevante nos tempos contemporâneos de digitalização das sociabilidades e aportes neófitos de conectividade a partir das interfaces do mundo social com as novas tecnologias informacionais e comunicacionais, é a efetiva implementação de uma macropolítica social com interfaces global e local de DS. Desde a gênese do conceito de DS em 1987 pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente, que na época procurava conciliar as visões de ambientalistas e economicistas, a população mundial cresceu numa perspectiva geométrica e o avanço tecnológico, bem como tratados multilaterais, não diminuíram de forma efetiva as desigualdades sociais e desequilíbrios ambientais e climáticos no planeta. A crise sanitária que emergiu no final do ano de 2019 com a pandemia da Covid-19, bem como a sua complexificação nos anos 2020/2021, ampliou as desigualdades sociais e as questões correlatas à degradação ambiental (OXFAM, 2021).

Para Gomes (2019), os preceitos axiológicos e a *práxis* política da Nova República no Brasil foram afetados processualmente pelo pleito eleitoral ocorrido no ano de 2018 em dois alicerces fundantes: o pluralismo político e o preito aos diferentes matizes sociais. O autor ressalta que a ascensão de candidatos à direita na esfera

internacional como a eleição de Trump nos Estados Unidos em 2016; o cancelamento do Brexit na Inglaterra; da emergência dos nacionalismos Europeus na França, Polônia, Eslováquia, Hungria e República Tcheca, contribuíram para o fortalecimento da direita radical no mundo. Neste contexto, a gestão pública de governos de direita com fito no desenvolvimento, fazem o caminho reverso através de agendas políticas conservadoras que ampliam as hierarquias sociais e edulcoram a exploração econômica da natureza com o argumento da essencialidade do crescimento econômico (GOMES, 2019).

Barros (2019) aborda que no contexto de ataques à democracia contemporânea há um risco de transposição decisória de poder para tecnocratas que controlam a vida social em áreas fundamentais como a gestão pública macroeconômica. O engajamento de coletivos na gestão de proveitos sociais e econômicos de longo prazo do desenvolvimento é cada vez mais diminuto. O mesmo autor alerta sobre a violação do aspecto dignidade humana da democracia que está associada ao desrespeito aos direitos fundamentais individuais e à livre expressão dos cidadãos. O anarquismo das redes sociais e a privatização dos direitos sociais são ameaças do hiper-realismo conservador de governos autoritários. Em uma democracia forte, os impulsos da violência discriminatória são mitigados pelas instituições, pela presunção da inocência e pelos direitos das minorias (BARROS, 2019).

O conceito disseminado de DS é inspirado por um compêndio de múltiplos fatores e correlações polissêmicas. Proposições teóricas conceituais e representativas de DS são apresentados por Gladwin, Kennelly e Krause (1995) que evidenciam que esse conceito deve otimizar propósitos de ecossistemas biológicos e dos complexos econômico e social.

No ano de 2015, os 193 países integrantes da Organização das Nações Unidas (ONU) elaboraram um planejamento internacional de iniciativas para indivíduos, entidades e nações, com o propósito de possibilitar ao planeta um habitat natural e social, equitativo e sustentável. Foram delineados na época, 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, cuja proposta de consecução dar-se no marco temporal 2015/2030, através do compromisso dos Estados-membros da ONU de implementarem políticas, projetos e ações de localização nacional, subnacional e local (ONU BRASIL, 2015).

O referido planejamento global foi intitulado Agenda 2030 e contemplou no âmbito de sua plataforma conceitual aspectos fundantes e identitários da gênese do DS: erradicação da pobreza; promoção da saúde e educação; práticas de trabalho decente; combate à degradação ambiental; preservação de ecossistemas; cultura de paz e justiça social (ONU BRASIL, 2017).

A gestão pública no Brasil pode assumir um papel de protagonismo na implementação de políticas voltadas para um programa nacional integrado de DS. Neste cenário, as Instituições Públicas Federais de Ensino, apesar das lutas contra o sucateamento orçamentário e o negacionismo da ciência por representações políticas de grupos conservadores, assumem papel central de contribuições que gerem valor público no âmbito de uma agenda que promova equidade social e sustentabilidade ambiental.

No âmbito do documento Plano Plurianual 2020-2023 do governo brasileiro constituído por 49 páginas, o termo “desenvolvimento sustentável” aparece apenas 5 vezes no corpo textual do relatório e não há menção nem interface com a Agenda 2030 da ONU. O quadro de siglas utilizadas nos prolegômenos do documento não evidencia nomeações correlacionadas aos 17 ODS da ONU (BRASIL, 2019a). No final do ano de 2019, o governo federal vetou a inserção das metas vinculadas aos 17 ODS no planejamento de políticas públicas a médio prazo, o Plano Plurianual 2020-2023 (PPA) através do normativo Mensagem de Veto nº 743 à lei nº 13.971 de 27 de dezembro de 2019. A conjuntura político-institucional nacional federal gerou também limitações orçamentárias ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que realiza o Censo Demográfico no Brasil, processo fundamental para o sistema de acompanhamento da consecução das metas dos 17 ODS no País (REDE ESTRATÉGIA ODS, 2022).

O documento referente ao PPA 2020-2023 do governo destaca a relevância da retomada incremental da economia e recuperação da capacidade fiscal do estado com fito na sustentabilidade das finanças públicas como lastro da estabilidade macroeconômica que propicie crescimento econômico no contexto de incerteza políticas prospectadas na época de sua elaboração, no ano de 2019, como um conflito comercial entre Estados Unidos e China e da possibilidade de saída do Reino Unido da União Europeia (Brexit). O governo federal priorizou, segundo o documento do PPA 2020-2023, as seguintes diretrizes norteadoras de suas políticas: reforma tributária;

privatizações; liberação comercial; redução e racionalização dos subsídios concedidos pela União; reforma administrativa da gestão pública.

Quando o Governo Federal decide balizar a administração pública pelo tripé político estabilidade macroeconômica, promoção da alocação mais eficiente dos recursos de produção e do uso de recursos públicos e melhoria do ambiente de negócios e promoção da concorrência e inovação, há uma interface diretiva com preceitos de uma ortodoxia econômica neoliberal no escopo ideológico. Há uma diligência semântica na escrita textual do documento PPA 2020-2023 correspondente à ausência das palavras equidade social e justiça social no âmbito do mesmo. Com a posse do Governo do Lula em janeiro de 2023, houve alinhamento do PPA 2024 a 2027 aos preceitos da Agenda 2030 bem como retomada da Comissão Nacional para implementação dos 17 ODS da Agenda 2030 no Brasil, sinalizando um dever de mudança política e de alinhamento governamental com preceitos de uma sociedade inclusiva e sustentável.

Safatle (2021) enquadra o neoliberalismo como um processo de interferência societal nos campos sociais do conflito através do qual o Estado deve despolitizar os coletivos sociais e a liberdade é compreendida sob égide dos esteios e dinâmicas do empreendedorismo e da livre-iniciativa. A contradição objetiva é instaurada politicamente através da coisificação de papéis e instituições. Há um propósito ideológico intrínseco de regulação da vida social que neutralize as manifestações da sociedade civil consciente da luta de classe ao questionar a hegemonia da liberdade de mercado (SAFATLE, 2021).

Nos prolegômenos do Relatório Panorama das Administrações Públicas, América Latina e Caribe (ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, 2020), há evidências da atual crise econômica e política que ocorre nos países latinos que experienciam desaceleração econômica no marco longitudinal dos últimos dez anos, balizada pela diminuição do valor monetário das *commodities*, queda da produtividade e recrudescimento das desigualdades sociais e assimetrias regionais com implicações na renda per capita. De acordo com a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (*Ibid*), somente 34% da população dos países latinos afirmavam confiar em seu governo. Este resultado reflete uma série de escândalos de corrupção na administração pública dos países da América Latina e Caribe (ALC). O dever da qualidade institucional passa a ser um meio efetivo de tornar a relação dos governos da ALC com seus *stakeholders*

fiduciária, que requer compreensão política das visões e demandas dos cidadãos e das causas da ineficaz gestão da economia política. Há um movimento de resistência política de grupos patrimonialistas de poder que tensionam a perpetuação do *status quo* de ausência de transparência, baixo controle social e prestação de contas dos governos.

O ciclo neoliberal fundado no individualismo e na exacerbada competitividade exerce forte influência nos sistemas de ensino no País, mas há contraposições que se revelam no âmbito das contradições do sistema capitalista como a emergência de políticas educacionais que abrem oportunidades concretas para milhões de jovens e adultos da classe trabalhadora através da ampliação do acesso à educação. Logo, uma questão que emerge no debate acadêmico contemporâneo é a incursão de instituições de ensino e suas intervenções regionais e contribuição ao DS. Há um campo polissêmico de investigação que se delinea balizada por temáticas como interações recíprocas da educação e regionalidade; regionalização de cursos nos diversos níveis, aspectos locacionais das instituições educacionais; educação e produção do espaço; educação, gestão e DS.

Compreende-se então, a importância do intercâmbio dialógico da epistemologia da administração pública e do DS com teorias e pensamentos de outras áreas da ciência, devido às vertentes multidisciplinar, multidimensional e ao movimento da sociedade e do processo educacional em múltiplas escalas. Outro aspecto relevante é a simbiose entre estudos exploratórios e críticos para desvelar o fenômeno da gestão pública em instituições federais de ensino e suas contribuições para o DS.

De acordo com o documento *World Competitiveness Yearbook (WCY)* (INTERNATIONAL INSTITUTE FOR MANAGEMENT DEVELOPMENT, 2020), que é um relatório anual sobre a competitividade dos países publicado pelo *International Institute for Management Development (IMD)* desde 1989, os aportes em custeio em educação em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) no ano de 2019 foi de 6%, equiparável aos países desenvolvidos, mas os gastos públicos totais por estudante, de US\$ 2.165 no Brasil, estão bem abaixo da média global, de US\$ 6.363. Outro agravante é o fato de no Brasil, o ensino superior contemplar apenas 19,6% da população na faixa etária de 25 a 34 anos, enquanto a média mundial é de 42,8% (INTERNATIONAL INSTITUTE FOR MANAGEMENT DEVELOPMENT, 2020). Estes resultados evidenciam a complexidade dos problemas sociais lastreados pelo vazio

institucional no âmbito da gestão de políticas públicas educacionais no Brasil que geram contribuições limitadas ao DS no território nacional.

A **gestão pública democrática** apresenta lineamentos de funcionalidades proximais do esteio epistêmico da **poliarquia** e da **responsividade** que sinalizam parâmetros de emancipação política dos sujeitos sociais. As interfaces gnosiológicas que a presente pesquisa apresenta como devir científico entre gestão pública e **DS** a partir da análise das contribuições e responsividade de uma **Rede Federal de Ensino** integrada por 33 *campi* no Nordeste do Brasil na consecução dos Objetivos da Agenda 2030, dialogará com a **Teoria Crítica** na perspectiva da hermenêutica dos repertórios captados nos campos teóricos e empírico sob lógica abdutiva.

1.1 Problema da pesquisa

Como a gestão pública de uma Rede Federal de Ensino no Nordeste do Brasil, no cenário de agravamento das assimetrias regionais e das desigualdades sociais no mundo, pode contribuir para o alcance dos ODS que formam o plano de ação global da Agenda 2030 da ONU?

1.2 Objetivos da pesquisa

Com o fito científico de responder ao problema da presente investigação, propõe-se o seguinte **Objetivo Geral**: Analisar a **Gestão e Responsividade Públicas** de uma Rede Federal de Ensino no Nordeste do Brasil, identificando as contribuições desta para o alcance dos ODS Agenda 2030 da ONU.

E para atingir os propósitos do escopo investigativo, delineiam-se os seguintes **Objetivos Específicos**:

- a) Avaliar a relação entre as iniciativas de ensino, pesquisa e extensão com os ODS no espaço institucional por meio de mapeamento de práticas correlatas;
- b) Identificar racionalidades da gestão pública, sob a ótica da Teoria Crítica, adotadas pela Rede Federal de Ensino estudada e suas contribuições para o alcance dos ODS;
- c) Perscrutar nível de alinhamento do Plano de Desenvolvimento da Instituição aos ODS, identificando nível de responsividade pública.

1.3 Delimitação do estudo

De acordo com o Relatório da OXFAM (2021), a pandemia da Covid-19 potencialmente ampliou as desigualdades sociais no mundo. O vírus expôs e agravou as desigualdades de renda, gênero e raça, aumentando os níveis de pobreza no planeta. Os bilionários conseguiram retomar o patamar de riqueza pré-pandemia em nove meses, enquanto a população mais pobre levará mais de uma década para reverter o quadro de degradação social (OXFAM, 2021). O desafio está posto: governo e cidadãos precisam agir em conjunto por um planeta com mais equidade social e sustentabilidade ambiental.

Esse cenário socioeconômico apresenta demandas para o DS de regiões que coadunam com a missão do IFCE — produzir, disseminar e aplicar os conhecimentos científicos e tecnológicos na busca de participar integralmente da formação do cidadão, tornando-a mais completa, visando sua total inserção social, política, cultural e ética. O IFCE se configura como espaço educacional promotor de uma educação emancipatória que contribui para a formação humana, profissional, crítica e política de adolescentes, jovens e adultos.

A missão do IFCE é a de produzir, disseminar e aplicar o conhecimento tecnológico e acadêmico para formação cidadã, por meio do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, contribuindo para o progresso socioeconômico local, regional e nacional, na perspectiva do DS e da integração com as demandas da sociedade e com o setor produtivo (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, 2022, p. 11).

A presente pesquisa tem como propósito realizar uma análise das contribuições e responsividade da Gestão Pública da Rede Federal de Ensino do Ceará composta por 33 *campi* do IFCE na consecução dos ODS, realizando mapeamento de práticas, propondo modelagem de governança que integre os *campi* às regiões nos quais estão instalados às metas da Agenda 2030 da ONU. A maioria dos municípios abrangidos pela Rede Federal de Ensino do Ceará, que é a maior da região Nordeste e segunda do Brasil em número de matrículas, estão localizados no Semiárido Nordestino e apresentam baixos índices de desenvolvimento humano e percentuais preocupantes de população extremamente pobre. Segundo o IBGE (2020), é considerado em situação de extrema pobreza quem dispõe de menos de US\$ 1,90 por dia, o que equivale a aproximadamente R\$ 294,69 por mês.

O marco longitudinal da presente pesquisa contempla o seguinte período: a Gestão Pública do IFCE nos anos de 2020 a 2023, marco longitudinal relativo ao contexto civilizatório marcado pela pandemia da Covid-19 e início da Década da Ação em 2021, marco temporal designado pela ONU com propósito de impulsionar a implementação dos 17 ODS no decênio que antecede sua consecução.

1.4 Justificativa

A relevância da presente pesquisa é balizada pelo seu arcabouço teleológico de contribuir para o alinhamento institucional da gestão pública de forma democrática responsiva e emancipatória com os ODS, como lastro colaborativo para cooperar com os sistemas de governos locais na diminuição de assimetrias e hiatos de desenvolvimento socioeconômico existentes no Estado do Ceará.

Como estratégia de levantamento de pesquisas realizadas a nível internacional, correlacionadas ao escopo investigativo da presente Tese, adotou-se a técnica da Análise Bibliométrica na base de dados da plataforma científica *Web of Science* com o suporte do *software VOSviewer* versão 1.6.7. O propósito da perscrutação realizada, foi identificar artigos publicados e respectivos autores e quantitativos em escala internacional no âmbito da área temática da presente pesquisa que retroalimentasse a argumentação de base que justificasse o desenvolvimento da mesma, a partir de indicação de existência de escassez de produção científica correlacionada. As seguintes nomações foram utilizadas no processo de sondagem epistêmica através da análise bibliométrica: gestão pública e objetivos do desenvolvimento sustentável.

O processo de sondagem científica se deu através das expressões booleanas: *((sdg* OR “sustainable development goals”)) AND (“public management” OR “public administration”))* entre os dias 20 de outubro e 5 de dezembro do ano de 2021. Na plataforma *Web of Science*, foram encontrados 17.307 artigos relacionados à temática da **Administração Pública**, referente ao período de 2015 a 2021, e 15.769 artigos relacionados à expressão **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**. Quando da conjunção das duas temáticas citadas em tela através da expressão booleana *((sdg* OR “sustainable development goals”) AND (“public management” OR “public administration”))*, o *corpus* caiu para apenas 65 artigos científicos.

O *corpus* de 65 artigos científicos prospectado na plataforma *Web of Science* evidencia que há pouca produção científica relacionada ao arcabouço temático das contribuições da gestão pública na consecução dos fitos da Agenda 2030 da ONU, em escala internacional, fato este que justifica a importância da presente Tese para o desenvolvimento societal.

Os países Brasil, Estados Unidos e China com 9, 8 e 6 artigos publicados respectivamente foram os mais expressivos em volume de produção científica no *corpus* prospectado na base *Web of Science* que contemplou um total de 44 países com publicações coadunadas com a temática perscrutada. Numa perspectiva nacional, confirma-se a escassez de produção científica no Brasil relacionada ao escopo investigativo do presente estudo. No tocante aos principais temas de pesquisa abordados pelos artigos integrantes do *corpus* prospectado, destacam-se: objetivos do desenvolvimento sustentável, administração pública, governança e inovação. Percebeu-se que o curso investigativo da presente Tese está coadunado com o esteio científico dos artigos levantados, corroborando com a germinação de novos conhecimentos ao arcabouço de pesquisa na área a Administração Pública em interface com a temática do Desenvolvimento Sustentável.

O olhar epistêmico do espaço institucional e local coaduna com a análise das articulações realizadas pelo ser humano, onde arranjos espaciais são aportados neste processo. No caso da pesquisa em epígrafe, um dos arranjos é a educação que pode promover transformações sociais, econômicas e ambientais. O *lócus* do presente estudo é o arranjo interinstitucional constituído pelos 33 *campi* e reitoria da Rede Federal de Ensino do Ceará. O aspecto metacognitivo do presente estudo que potencializa as contribuições epistêmicas para a Linha de Pesquisa 1 - Gestão para o Desenvolvimento e Regionalidade, do Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Municipal de São Caetano do Sul - USCS, está diretamente conectado com os novos arranjos institucionais advindos da territorialização regionalizada da gestão de políticas públicas de Educação Profissional e Tecnológica executada pela referida Rede, e como o mesmo pode se tornar um agente promotor do DS na dinâmica espacial regional, construindo, reconstruindo e influenciando o espaço geográfico e político-econômico de onde se encontra.

1.5 Organização do relatório de trabalho

A presente Tese foi delineada a partir dos aportes seminais de seu marco lógico constituído pela contextualização teórica da ambiência da pesquisa no Capítulo 1, nominado Introdução, com lastros suplementares de prolegômenos fundantes intitulados objetivo geral, objetivos específicos, justificativa, delimitação e relevância da pesquisa e organização do relatório conclusivo. A análise bibliométrica realizada a partir de perscrutação de esteio científico das interfaces entre Administração Pública e os 17 ODS em plataforma internacional, evidenciou diminuta produção científica em escala mundial correlacionada à temática e aos fitos epistêmicos da presente pesquisa, o que corroborou para justificar a decisão pela escolha do tema da investigação.

O segundo capítulo aborda a fundamentação teórica balizada por levantamento bibliográfico sob lógica abductiva e numa perspectiva de dialogia de proposições teóricas entre autores, além da apresentação apriorística de modelo de integração epistêmica entre objetivos da pesquisa, constructos e variáveis com marcos teóricos prospectados. As seguintes temáticas-chave foram abordadas na fundamentação teórica: 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, Administração Pública, Governança, Responsabilidade Social Pública, Responsividade pública e Racionalidades Organizacionais.

O terceiro capítulo refere-se ao percurso metodológico contemplando a práxis da pesquisa sob égides exploratória e descritiva com utilização de métodos mistos no arcabouço científico do modo de investigação Estudo de Caso. O processo de captação de repertórios no campo empírico para análise das contribuições da Rede Federal do IFCE para a consecução dos 17 ODS da Agenda 2030 da ONU se deu por meio de aplicação de questionário *on-line* com participação amostral de 460 pessoas sujeitas da pesquisa, sendo 21 dirigentes estratégicos, 24 gestores táticos, 121 exclusivamente servidores e, de entrevista semiestruturada com 10 dirigentes estratégicos da Rede Federal de Ensino prospectada com suplementação de observação participante, análise documental e integração de dados do campo empírico com fontes secundárias (banco de dados informacionais). A hermenêutica do campo empírico e análise de dados com geração de repertórios interpretativos balizadores do modelo de Governança proposto, foram suportadas pelos esteios da

Teoria Crítica (PAULA, 2015), da técnica Análise Crítica do Discurso (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2020).

Os resultados e discussão da presente pesquisa são evidenciados no âmbito do Capítulo 4 abordando o perfil organizacional da Instituição em análise, dados sistematizados prospectados do campo empírico, relatos dos sujeitos da pesquisa, análises dos repertórios captados e interfaces com fundamentação teórica e lineamentos e funcionalidades seminais da proposição de um Modelo de Gestão e Responsividade Públicas voltado para o alcance dos ODS da Agenda 2030 da ONU.

As considerações finais (Capítulo 5) apresentam um compêndio das interações entre campo empírico e teoria, as contribuições da pesquisa, funcionalidades para uma sociedade sustentável e sinalizações para pesquisas futuras sobre Diretrizes da Gestão Pública para Consecução de Políticas de DS no contexto da Década da Ação (2021 a 2030) de promoção dos 17 ODS da Agenda 2030 da ONU. As referências, apêndices e anexos são evidenciados no final do texto.

1.6 Contribuições da Pesquisa

A pesquisa corrobora para debates ideopolíticos sobre a relação entre sistema político, DS sob égide globalista da Agenda 2030 e interfaces com Ciência. A ambiência do lócus da pesquisa, uma autarquia educacional federal, ente integrante da administração pública indireta, instiga a discussão epistêmica sobre o papel dos Institutos Federais na promoção do DS e interfaces latentes com os 17 ODS da Agenda 2030 nos últimos dois anos de um governo federal conservador e de direita e no primeiro ano de um governo progressista e de esquerda.

A Década da Ação intitulada pela ONU para o período 2020 a 2030 como um marco-chave e relevante para o avanço da consecução dos 17 ODS em escala mundial, em sua fase seminal desafiada pela maior pandemia do Século XXI, em contextos complexos geopolíticos no cenário internacional caracterizado por permacrises e policrises, tem no Brasil o desafio de retomada da cooperação entre ONU e Governo Brasileiro na implementação do Novo Marco de Cooperação para o DS balizado pelos preceitos da Agenda 2030.

A contribuição teórico-empírica da presente pesquisa também consiste na proposição seminal de uma *framework* diretiva balizada pelo delineamento de um Modelo de Gestão e Responsividade Públicas com lastro em responsabilidade social

de governos para potencializar o alcance dos 17 ODS no Brasil sob égide da localização.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O percurso teórico dialoga com seguintes categorias teórico-conceituais: gestão pública; ODS da Agenda 2030 da ONU; educação profissional e tecnológica; responsividade em políticas públicas; teoria crítica; governos locais, governança pública e poliarquia. A presente pesquisa evidencia no escopo de seu planejamento, referenciais teóricos cujas contribuições teleológicas à investigação em epígrafe, dialogarão processualmente com outras vertentes teóricas ao longo do levantamento bibliográfico.

A fundamentação teórica da presente pesquisa é lastreada por polos epistêmicos sincrônicos e diacrônicos contemplando obras seminais e produções científicas contemporâneas e balizada pelo esteio epistêmico dos autores Charreire-Petit e Durieux (2003) que defendem a lógica abductiva que integra de forma bilateral e fluida, teoria e campo empírico. A presente fundamentação teórica apresenta marcos seminais, contemporâneos e diálogos de base fundante com autores prospectados.

2.1 Praxiologia do desenvolvimento sustentável e lineamentos epistêmicos da Agenda 2030

A sustentabilidade da vida humana na Terra, que corresponde à garantia intergeracional de preservação dos seres vivos e dos ecossistemas naturais, é dependente de uma interação consentânea e biofílica entre sociedades humanas, natureza e indivíduos sociais. Critica-se a desarticulação de movimentos sociais de consumo, por ausência de um processo de conscientização, a ineficiência de políticas públicas e a necessidade de uma regulação de mercado, para que diferentes atores, envolvidos em uma cadeia produtiva, adotem normas ambientais politicamente corretas (DALLARI; VENTURA, 2002).

Na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), denominada “Cúpula da Terra”, realizada no Rio de Janeiro em 1992, as nações assumiram, mediante tratados e outros acordos firmados durante a Conferência, o compromisso de fazer com que o desenvolvimento econômico se processe de maneira a proteger o meio ambiente e os recursos não renováveis do planeta.

Sen (2000), agraciado pelo Prêmio Nobel da Paz no ano de 1998, delineou proposições teóricas sobre desenvolvimento em interface com o constructo epistemológico nominado liberdades substantivas, questionando modelos de proposições limitantes como o atrelamento de desenvolvimento ao crescimento econômico, aumento da renda per capita, processos de industrialização, tecnologia incremental ou progressão social.

O Desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos (SEN, 2000, p.18).

Sen (2000) evidencia dois lastros argumentativos em sua defesa da perspectiva do desenvolvimento como liberdade: o primeiro lastro é definido como razão avaliatória que consiste na análise do progresso e sua influência no incremento da liberdade dos sujeitos sociais; o segundo lastro é denominado de razão da eficácia que atrela o processo de efetiva consecução de desenvolvimento à condição de agentes livres das pessoas (Quadro 1). O autor também enfatiza que o que os sujeitos sociais conseguem alcançar em termos de melhoria da vida material recebe influência dos seguintes fatores: janelas de oportunidades de melhoria econômica, autonomização política, liberdade democrática, empoderamento societal, e por condicionantes biopsicossociais como qualidade de vida, políticas de educação de base e estímulo e capacitação continuada de resoluções primárias (SEN, 2000).

Quadro 1 - Matriz de Desenvolvimento balizada pelo Modelo de Expansão das Liberdades defendido por Amartya Sen (2000).

| | | |
|--|--|---|
| <p>1. Adução Gnosiológica Conceitual:</p> <p>Semântica do Desenvolvimento: liberdades ampliadas e usufruídas pelos sujeitos sociais.</p> | <p>2. Temáticas evidenciadas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Liberdade em perspectiva • Cursos de Ação para o desenvolvimento • Justiça social • Pobreza limitando desenvolvimento humano e social • Democracia • Direitos Humanos • Escolha social | <p>3. Premissa política:</p> <p>Influências dos sujeitos sociais no ambiente político-institucional de seus países e coletividades locais: compêndio de condicionantes que integram a ambiência sociopolítica que se constitui como principal fator fundantes do processo de desenvolvimento das nações.</p> |
| <p>4. Perspectivas da Expansão das Liberdades:</p> <p>- Liberdade substantiva e desenvolvimento: Importância da liberdade como fator de progresso social dos seres humanos evitando restrições de acesso à segurança alimentar, à educação básica de qualidade, à democracia política, combatendo a desnutrição, o analfabetismo político e social</p> <p>- Liberdade instrumental: garantia de direitos sociais e humanos, liberdade de expressão, empoderamento social dos sujeitos políticos, capacidade e condições de fazer escolhas pessoais econômicas, sociais e políticas.</p> | <p>5. Aspectos conducentes ao desenvolvimento (perspectiva instrumental)</p> <ol style="list-style-type: none"> a) liberdades políticas b) facilidades econômicas c) oportunidades sociais d) garantias de transparências e) segurança protetora | <p>6. Recortes reflexivos</p> <p>o crescimento econômico não pode ser considerado um fim em si mesmo.</p> <p>Sen considera o papel dos mercados no processo de desenvolvimento e não deixa em segundo plano políticas públicas.</p> <p>Fortalecimento das Liberdades Substantivas: Segurança institucional e política, Estado Democrático de Direito, cidadania participativa, governabilidade econômica, serviços sociais e públicos que gerem valor societal, Produção e Consumo inclusivos e sustentáveis que gerem melhoria da qualidade de vida das pessoas, emprego e renda. Liberdades substantivas fortalecem outras liberdades.</p> |

Fonte: Adaptado de Sen (2000, p.18-30)

Nesse diapasão, Sachs (2009) aborda as contradições e mediações dialógicas no âmbito da primeira Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento, realizada em Estocolmo no ano de 1972. Para o autor, os fitos basilares do desenvolvimento são sociais, havendo uma condição ambiental fundante e que as soluções concebidas avançam se viáveis economicamente. Em sua obra intitulada “A Terceira Margem: Em busca do Ecodesenvolvimento”, Sachs (2009) reflexiona sobre as funções e formas do Estado nas perspectivas de regulação de economias mistas com forte participação de mercados e de promoção simultânea de desenvolvimento socio inclusivo e ambientalmente responsável. Sachs (2009) coaduna com o pensamento de Sen (2000) de que não se pode reduzir o desenvolvimento à vertente economicista e defende uma mediação consensual entre as seguintes visões díspares: “crescimento do PIB, progresso técnico e produtividade crescente do capital versus inserção social pelo trabalho decente de todos os que sentem a necessidade e o desejo de trabalhar” (SACHS, 2009, p. 347).

Ao apresentar uma proposição gnosiológica para DS, Sachs (2008) preconiza ex-ante a reconceituação do termo semântico desenvolvimento sob égide da interface conceitual com direitos humanos e sua polissemia. Na visão do autor, o pensamento econômico redutor é superado quando as premissas da igualdade, equidade e solidariedade estão no radar estratégico das políticas de desenvolvimento ampliando a inclusão social, reduzindo a pobreza, implementando políticas afirmativas que gerem equidade social.

O conceito de desenvolvimento sustentável acrescenta outra dimensão – a sustentabilidade social – à dimensão da sustentabilidade ambiental. Ela é baseada no duplo imperativo ético de solidariedade sincrônica e diacrônica com as gerações futuras. Ela nos compele a trabalhar com escalas múltiplas de espaço e tempo, o que desarruma a caixa de ferramentas do economista convencional (SACHS, 2008, p.15).

Referenciando o Brasil, Sachs (2009) apresenta três cursos de proposição estratégica para o desenvolvimento na vertente socioeconômica: 1) aportes de recursos em negócios industriais de elevado nível tecnológico que possibilitem a modernização deste setor produtivo e inserção econômica na dinâmica internacional da divisão do trabalho; 2) fortalecer o arcabouço político do Estado-providência universalizando os serviços sociais voltados para o bem-estar social coletivo; 3) potencializar oportunidades de crescimento e geração de empregos fortalecendo

setores que produzem bens e serviços (*non-tranables*) como comércio, serviços técnicos e pessoais, infraestrutura pública e construção civil.

Sachs (2002) apresenta oito dimensões de sustentabilidade no âmbito de um modelo de desenvolvimento, sendo que a primeira é eminentemente social, de acordo com o seguinte quadro conceitual (Quadro 2):

Quadro 2 - Tipologias da Sustentabilidade segundo Sachs (2002).

| Tipologia de Sustentabilidade de | Marcos-Chave Conceituais |
|---|--|
| Social | Equidade social, distribuição de renda, contexto de disrupção social, diversidade social, serviços sociais acessíveis. |
| Cultural | Aspectos históricos identitários e originais da cultura, inovação cultural, integração com o Mundo |
| Ecológica | Preservação de Ecossistemas naturais renováveis e não renováveis |
| Ambiental | Sistemas de suporte à vida, vida social integrada biofilicamente à vida social. |
| Territorial | Configurações urbanas e rurais sustentáveis, melhoria do ambiente urbano, superação das assimetrias inter-regionais e estratégias políticas e humanas voltadas para o desenvolvimento ambientalmente seguro para áreas ecologicamente frágeis. |
| Econômica | Desenvolvimento econômico intersetorial, segurança alimentar, capacidade de aperfeiçoamento contínuo dos instrumentos de produção, inserção soberana na economia mundial. |
| Política Nacional | Coesão Social, Projeto de Estado Nacional mediador e inclusivo, Governança Democrática e Direitos Humanos. |
| Política Internacional | Cultura de paz, promoção da cooperação internacional, interface Norte-Sul de co-desenvolvimento, controle institucional efetivo do sistema internacional financeiro e de negócios, controle institucional efetivo da aplicação do princípio da precaução na gestão do meio ambiente e dos recursos naturais, prevenção das mudanças globais negativas, proteção da diversidade biológica (e cultural). |

Fonte: Adaptado a partir de Sachs (2002, p. 85-89).

Vizeu, Meneghetti e Seifert (2012) desconstruem o termo DS à luz da Teoria Crítica frankfurtiana e argumentam que, no âmbito do sistema econômico capitalista totalitário e suas contradições, é essencialmente utópica a premissa de que a acumulação de lucros e prosperidade social não impliquem em degradação ambiental e injustiças sociais. Para os autores, a perspectiva conceitual de DS tem foco instrumental e utilitarista, suporta o processo de reprodução metabólica do capital e

sua sustentação cíclica, que a hegemonia de mercado tem como motor ideológico a exploração da força de trabalho humana ancorada em uma sociedade desigual e usurpação dos ecossistemas naturais.

Desenvolvimento sustentável é também ideologia, pois mascara e distorce o real ao fazer das suas ideias a versão dominante, mas não verdadeira de algo, e seu compartilhamento como necessidade central nos discursos empresariais demonstra como a ideologia se impôs ante a reflexão permanente e contínua da realidade, motivando justamente o aparecimento da sustentabilidade. O termo surgiu e ganhou força como forma de promover uma ideologia materializada em ações modestas para dissuadir a opinião pública, evitando que a realidade se apresente como ela realmente é. A sustentabilidade é um termo contraditório por se apresentar como uma verdade salvadora, como um mito salvador ante o apocalipse eminente (VIZEU; MENEGETTI; SEIFERT, 2012, p.580-581).

Vizeu, Meneghetti e Seifert (2012) evidenciam uma crítica ao que se denomina de capitalismo regenerativo e ao discurso neoliberal da agenda mundial capitaneada por investidores financeiros internacionais, agentes do capitalismo financeiro ficcionalizado que impulsionam a retórica da Sustentabilidade como lastro ético e inclusivo de empresas e fundos de investimento que ocultam ganhos descomunais em operações de risco que têm como contrapartida a exploração econômica da natureza e da força de trabalho humana.

Outro aspecto atrelado semanticamente ao construto DS é a visão científica de Kogler (2015), que através do esteio epistêmico da Geografia Econômica Evolucionária delineou contribuições sobre desenvolvimento econômico dialogando com aspectos sócio-históricos longitudinais das regiões. De acordo com Kogler (2015), há experiências e competências adquiridas ao longo do tempo por indivíduos e entidades em territórios específicos que determinam, em grande medida, as configurações presentes, bem como as trajetórias regionais futuras. Na Geografia Econômica Evolucionária há, também, uma visão de dependência da trajetória que é utilizada, em geral, para explicar a especialização econômica de regiões, incluindo os efeitos de *lock-in* que impelem uma tecnologia, uma indústria ou uma economia regional em particular em direção a uma trajetória em detrimento de outra (STRAMBACH, 2010). Há, então, pressuposto de que o desenvolvimento econômico prévio de uma região estabelece as possibilidades, enquanto o presente controla quais possibilidades são exploradas (MARTIN; SUNLEY, 2006). Nesta lógica, há possibilidade de que as estruturas industriais e institucionais pré-existent

constituem o ambiente regional no qual as atividades atuais ocorrem e as novas atividades emergem (ISAKSEN; TRIPPL, 2014).

2.1.1 Agenda 2030 da ONU: desafios e fitos institucionais

Na ambiência multilateral, a ONU desde 2015, após acordo global de seus 193 países-membros na construção da Agenda 2030, vem disseminando em várias redes de diferentes escalas os 17 ODS.

A Agenda 2030 incita o olhar para a redução das desigualdades, de forma a garantir que todas as pessoas tenham as condições adequadas, no que se refere a capacidades e oportunidades, para escolher a vida que desejam ter. Dessa forma, honrar o compromisso assumido por 193 países-membros das Nações Unidas significa promover políticas públicas e ações locais e internacionais pela construção de um mundo inclusivo, equitativo e ambientalmente responsável (FRENTE NACIONAL DE PREFEITOS, 2020, p.4).

A Agenda 2030 apresenta, no âmbito de sua gênese macropolítica, cinco pilares estruturantes (Figura 1). Apesar de se configurar como uma agenda global de desenvolvimento sustentável, compreende-se que no esteio de sua localização, a micropolítica local com seus atores sociais autóctones ou exógenos é a instância de materialização dos fitos institucionais do compêndio dos 17 ODS (ONU BRASIL, 2017).

Figura 1 - Pilares fundantes da Agenda 2030



Fonte: ONU Brasil (2015)

Os ODS foram categorizados de acordo com objetivos globais e metas estruturantes balizadas por indicadores de monitoramento. As estratégias delineadas contemplam um compêndio de temas coadunados com o propósito da transformação social (ONU BRASIL, 2015). De acordo com a ONU Brasil (2017), os ODS são interdependentes e integram as três dimensões do DS: a ambiental, a econômica e social.

A Agenda 2030 balizada pelos ODS contempla um compêndio de metas e ações a serem cumpridas pelo poder público, empresas e sociedade civil em uma concertação social e política que tem o objetivo de se atingir até 2030 um mundo mais equidade social e responsabilidade ambiental. Assim, nos anos de implementação da Agenda 2030, os ODS e suas metas instigam e apoiam ações em áreas de importância crucial para o coletivo da sociedade: seres humanos, o habitat do planeta Terra, crescimento econômico com distribuição de renda, cultura de paz e cooperação entre os povos. Os 17 objetivos delineados foram os seguintes:

- Objetivo 1. Combate à pobreza em escala global;
- Objetivo 2. Segurança nutricional, alimentar e eliminação da fome no Planeta;
- Objetivo 3. Qualidade de vida em todas as idades;
- Objetivo 4. Educação Inclusiva e Continuada;
- Objetivo 5. Empoderamento feminino e Equidade de Gênero;
- Objetivo 6. Saneamento Sustentável e Universalização do acesso à Água;
- Objetivo 7. Energia sustentável e Acessível a todos;
- Objetivo 8. Crescimento Econômico com Justiça social, Pleno emprego e Trabalho Decente;
- Objetivo 9. Inovação Inclusiva e Indústria Sustentável;
- Objetivo 10. Reduzir assimetrias sociais e regionais dentro dos países e entre os mesmos;
- Objetivo 11. Cidades e Territórios inclusivos e sustentáveis;
- Objetivo 12. Produção e Consumo alinhados aos preceitos da Sustentabilidade;
- Objetivo 13. Combater Causas dos Efeitos das Mudanças Climáticas;
- Objetivo 14. Oceanos, mares e recursos marinhos sustentáveis;
- Objetivo 15. Ecossistemas terrestres sustentáveis e combate à desertificação;
- Objetivo 16. Cultura de Paz, Sociedades Inclusivas e Segurança Institucional;
- Objetivo 17. Cooperação Internacional para o Desenvolvimento Sustentável (ONU BRASIL, 2015).

De acordo com Menezes e Minillo (2017), os ODS integram uma plataforma global transformadora que para obter êxito deve engajar pessoas e instituições globalmente em instâncias nacionais, subnacionais e principalmente locais com lastro de cidadania participativa. A apropriação local da retórica global bem como o monitoramento contínuo de políticas governamentais e dos estágios de consecução

das metas por indivíduos e coletivos humanos são fatores essenciais para o êxito da Agenda 2030 da ONU, via ODS.

Um movimento emergente no âmbito da Década da Ação (2021-2030), último decênio que antecede a culminância do marco temporal da Agenda 2030 e que interage de forma simbiótica com a mesma, é o intitulado Transição Justa, que corresponde ao esforço de cumprimento do compêndio de tratativas do Acordo de Paris assinado pelos países signatários da ONU que efetivaram adesão ao mesmo na defesa de uma economia de baixo carbono. O movimento Transição Justa que é lastreado por cooperação intersetorial (governo, trabalhadores, sociedade civil e empresas) apresenta os seguintes fitos institucionais: regeneração econômica com ampliação de receitas públicas, incentivos ao desenvolvimento de energias renováveis, gerar políticas e dialogia social para propiciar prosperidade coletivas, geração de trabalho e renda de qualidade (SECAF, 2016).

Carvalho, Ferreira e Matos (2021) evidenciam lineamentos direcionadores do Acordo de Paris 2015 materializados através do Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC 2030) que se constitui no mais relevante documento estratégico de diretriz energética e climática para a década 2021-2030, com propósito global de um devir planetário neutro em carbono e emerge na psicosfera institucional das normativas propostas pelo Regulamento da Governança da União da Energia e da Ação Climática que sinaliza que todos os países-membros desenvolvam e evidenciem à Comissão Europeia as planificações relacionadas às tratativas energéticas e climáticas. E comentam:

Esta visão traduz-se em oito objetivos gerais para o horizonte 2030: 1) descarbonizar a economia reforçar a aposta nas energias renováveis e reduzir a dependência energética do país; 4) garantir a segurança do abastecimento energético; 5) promover a mobilidade sustentável; 6) promover um sequestro de carbono; 7) desenvolver uma indústria inovadora e competitiva; 8) garantir uma transição justa, democrática e coesa. Todavia, é imperativo assinalar que estes instrumentos políticos *top-down* surgem na sequência e de acordos e compromissos (não vinculativos) sucessivamente esvaziados pelos Estados do Norte Global – desde a Conferência do Rio, em 1992, culminando no Acordo de Paris e nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, adotados em 2015. Assim, perante este adiamento de três metas assumidas no seio da UE não só pecam num cenário de emergência climática (CARVALHO; FERREIRA; MATOS, 2021, p. 8 - 9).

De acordo com os pesquisadores Carvalho, Ferreira e Matos (2021), há uma perspectiva seminal do Transição Justa que é o Movimento de Transição (MT),

protagonizado pela sociedade civil com fito nas lutas políticas e ambientais voltadas para a economia de baixo carbono e foi fundado por Hopkins em 2005 na cidade de Kinsale, na Irlanda. Para os autores, o MT é um exemplo de integração entre práticas solucionadoras pois adota instrumentais de resolução com valores éticos e políticas voltadas para a consecução de seu propósito com abordagem micropolítica: interfaces entre o agir individual e o comunitário.

O governo do Brasil, no ano de 2019, extinguiu a Comissão Nacional para os ODS (CNODS), instância de governança nacional (criada por meio do Decreto nº 8.892, de 27 de outubro de 2016), por meio do Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019. De acordo com o Artigo 1º do Decreto de Criação, a Comissão é uma instância de natureza consultiva e paritária, cujo propósito é disseminar e dar transparência ao processo de implementação da Agenda 2030 no Brasil. A CNODS - Brasil era integrada por 16 partícipes que representavam as instâncias federal, estadual, distrital e municipal da esfera governamental e a sociedade civil organizada (Figura 2), enquadrando-se como lócus para mediação, engajamento e de dialogia com governos e sociedade.

Figura 2 - Comissão Nacional para os ODS (CNODS)



Fonte: GTSCAGENDA2030 (2019)

Contava, ainda, com consultoria técnica continuada do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Através do suporte das entidades mencionadas, por meio de Câmaras Temáticas,

eram desenvolvidas pesquisas e proposições atreladas à implementação dos ODS. No ano de extinção da CNODS, o Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 (GT Agenda 2030) aproveitou a realização do 7º encontro de rede *Partners for Review ODS (P4R)* para denunciar o desmonte da governança dos ODS no País. O evento aconteceu no período de 11 a 13 de novembro de 2019 em Hanói, no Vietnã, reunindo representantes de governos, da ONU, setor privado, sociedade civil e academia para discutir experiências, boas práticas e lições aprendidas no processo de implementação dos ODS nos países, de forma eficiente e democrática (GTSCAGENDA2030, 2019).

Com a mudança de governo e posse do presidente Lula, o Decreto presidencial nº 11.397 de 21 de janeiro de 2023 que alterou o Decreto nº 11.363, de 1º de janeiro de 2023, que aprovou a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança da Secretaria-Geral da Presidência da República no Governo Lula, retoma e designa como órgão colegiado desta última, a Comissão Nacional para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (BRASIL, 2023). O decreto nº 8.892, de 27 de outubro de 2016, que criou a referida Comissão, foi revigorado pelo Decreto presidencial nº 11.397 e apresenta as seguintes atribuições funcionais:

Art. 1º Fica criada a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável com a finalidade de internalizar, difundir e dar transparência ao processo de implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas, subscrita pela República Federativa do Brasil.

Parágrafo único. A Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável é instância colegiada paritária, de natureza consultiva, integrante da estrutura da Secretaria de Governo da Presidência da República, para a articulação, a mobilização e o diálogo com os entes federativos e a sociedade civil.

Art. 2º À Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável compete:

- I - Elaborar plano de ação para implementação da Agenda 2030;
- II - Propor estratégias, instrumentos, ações e programas para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS;
- III - acompanhar e monitorar o desenvolvimento dos ODS e elaborar relatórios periódicos;
- IV - Elaborar subsídios para discussões sobre o desenvolvimento sustentável em fóruns nacionais e internacionais;
- V - Identificar, sistematizar e divulgar boas práticas e iniciativas que colaborem para o alcance dos ODS; e
- VI - promover a articulação com órgãos e entidades públicas das unidades federativas para a disseminação e a implementação dos ODS nos níveis estadual, distrital e municipal (BRASIL, 2016, p.1).

O Governo Lula também criou a Secretaria-Executiva da Comissão ODS, órgão vinculado à Secretaria Geral da Presidência da República e através do documento do Plano Plurianual 2024-2027 enviado ao Congresso Nacional no dia 30 de agosto de 2023 para aprovação, alinhou os três eixos temáticos de diretrizes governamentais aos 17 ODS com desdobramentos em objetivos e metas: 1) **desenvolvimento social e garantia de direitos** coadunados aos ODS 1,2,3,4,5,6,8, 11 e 16; 2) **desenvolvimento econômico e sustentabilidade socioambiental e climática** **combate à fome e redução das desigualdades** com vinculação aos ODS 7,8,9,12,13,14 e 15 e, 3) **defesa da democracia e reconstrução do Estado e da soberania** atrelada aos ODS 16 e 17 (BRASIL, 2023).

Nos âmbitos nacional, subnacional e local no Brasil, a ONU atuou no quinquênio 2017-2022 através de seu sistema que é constituído por 23 agências especializadas, fundos e programas, como Unicef, Unesco, Unaid, Banco Mundial, com presença física no País, com foco na potencialização do avanço da consecução dos 17 ODS. As Nações Unidas no Brasil atuam em cooperação com o Estado Brasileiro, nas instâncias dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e com a gestão governamental dos 26 estados e do Distrito Federal, além dos municipais, federações e consórcios governamentais (ONU BRASIL, 2022). De acordo com o Relatório Anual das Nações Unidas no Brasil, dos 661 parceiros do Sistema ONU, 90 são fomentadores financeiros da execução das iniciativas do Marco de Parceria para o DS 2017-2022 e da Agenda 2030 para o DS. Os aportes financeiros totalizaram em 2021, US\$ 234 milhões, provenientes das seguintes fontes (*Ibid*):

- Recursos Próprios do Sistema ONU: 21,7%;
- Governo Federal: 31,95%;
- Governos Subnacionais: 11,3%;
- Sistema Judiciário: 13,85%;
- Outros Recursos: 21,3%.

Houve um replanejamento no início do ano de 2021, das Diretrizes do Marco de Cooperação para o DS e Agenda 2030 pelas Nações Unidas no Brasil diante da prorrogação do prazo de execução para o ano de 2022. Em conjunto com o Plano de Resposta e Recuperação Socioeconômica da COVID-19 (SERP, por sua sigla em inglês), as 25 agências especializadas, fundos e programas da ONU no Brasil deram continuidades ao processo de consecução de iniciativas delineadas nos cinco eixos

do Marco de Parceria: Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parceria, com o fito estratégico dos 17 ODS. Com base nesses cinco propósitos direcionadores, foram planejados o devir dos seguintes resultados através de plano de trabalho para o período finalístico da cooperação acordada (2021/2022), antes da próxima renovação descrita através do diagrama delineado (ONU BRASIL, 2022), conforme apresenta o Quadro 3.

Quadro 3 – Matriz de Resultados x Produto do Marco de Cooperação das Nações Unidas no Brasil com base nos eixos estratégicos da Agenda 2030 para o Biênio 2021/2022.

| |
|---|
| <p>Brasil em Números (ONU BRASIL, 2022, p. 9) População em 2021: 211 milhões IDH (2019): 0,765 PIB (2021): R\$ 8,7 trilhões Índice de Gini (2020):0,524 Média de Anos de Estudo (25 anos ou mais) (2019) Mulheres: 9,6 Homens: 9,2 Brancos: 10,4 Pretos e pardos: 8,6 Inflação (IPCA) (2021): 10,38% Pessoas desempregadas: (desocupadas) (2021) 13, 9 milhões (13,2%)</p> <p>Rendimento médio mensal (14 anos ou mais) (2020) Homens brancos: R\$ 3.581,76 Mulheres brancas: R\$ 2.668,40 Homens negros: R\$ 1.963,84 Mulheres negras: R\$ 1.572,32</p> <p>Pessoas em situação de extrema pobreza* (2020) 12 milhões (5,7%) Homens brancos: 3,3% Mulheres brancas: 3,7% Homens negros: 7,2% Mulheres negras: 7,5%</p> |
| <p>Pessoas em situação de pobreza** (2020) 51 milhões (24,1%) Homens brancos: 14,7% Mulheres brancas: 15,5% Homens negros: 30,0% Mulheres negras: 31,9%</p> |
| <p>Eixo Estratégico: Pessoas Resultado esperado 1: Desenvolvimento social fortalecido em todo o território, com a redução da pobreza. Produto 1.1: Políticas Públicas e capacidades institucionais fortalecidas nas áreas de educação, saúde, assistência social, segurança alimentar e nutricional e do trabalho decente com vistas a contemplar necessidades de grupos em situação de maior vulnerabilidade e promover a equidade de gênero, raça, etnia durante todo o curso de vida. (ONU BRASIL,2022, p.13)</p> |
| <p>Eixo Estratégico: Planeta Resultado 2: Modelos de governança participativa de gestão sustentável de recursos naturais e serviços ecossistêmicos, efetivos e fortalecidos, buscando territórios integrados, resilientes e inclusivos.</p> |

| |
|--|
| <p>Produto 2.1: Modelos participativos de governança regional e subnacional fortalecidos para gestão de recursos naturais e de serviços ecossistêmicos e adaptação e mitigação das mudanças climáticas em áreas urbanas e rurais.</p> <p>Resultado 3: Capacidades institucionais fortalecidas para promover as políticas públicas, sua coerência e implementação, para a gestão sustentável</p> <p>Produto 3.1: Capacidades institucionais de organizações governamentais, não-governamentais e redes multisectoriais fortalecidas para apoiar a inovação e a transição para uma gestão mais sustentável dos recursos naturais e dos serviços ecossistêmicos (ONU BRASIL, 2022, p.15).</p> |
| <p>Eixo Prosperidade</p> <p>Resultado 4: Crescimento econômico inclusivo e ambientalmente sustentável, com diversificação produtiva, fortalecimento industrial, infraestrutura resiliente, aumento da produtividade e inovação, transparência, participação social e valorização das micro e pequenas empresas.</p> <p>Produto 4.1: Políticas públicas, iniciativas privadas e capacidades institucionais fortalecidas para promover a melhoria das cadeias de valor, estimulando a inovação, o empreendedorismo e o associativismo.</p> <p>Resultado 5: Redução das desigualdades socioeconômicas e territoriais, com promoção do pleno emprego e do trabalho decente, garantia dos direitos sociais e trabalhistas, qualificação profissional, com especial atenção às pessoas em situação de maior vulnerabilidade.</p> <p>Produto 5.1: Políticas públicas e iniciativas privadas reforçadas e estimuladas para o pleno emprego e trabalho decente (ONU BRASIL, 2022, p.17).</p> |
| <p>Eixo Paz</p> <p>Resultado 6: Promoção de uma sociedade pacífica, justa e inclusiva por meio de participação social, transparência e governança democrática, respeitando-se a laicidade do Estado e garantindo-se direitos humanos para todos e todas.</p> <p>Produto 6.1: Legislações, políticas públicas e capacidades institucionais fortalecidas e alinhadas aos padrões internacionais de direitos humanos</p> <p>Produto 6.2: Evidências produzidas e estratégia de comunicação e <i>advocacy</i> implementadas e capazes de subsidiar o planejamento e a transparente tomada de decisões, a promoção de direitos humanos e o acesso à justiça, com a devida consideração aos recortes de gênero, raça, etnia, origem, nacionalidade e idade (ONU BRASIL, 2022, p.191).</p> |
| <p>Eixo: Parceria</p> <p>Três novas parcerias estratégicas foram estabelecidas pelo Sistema ONU em 2021.</p> <p>A primeira foi firmada com a Rede Brasil do Pacto Global, que reúne mais de 1,1 mil empresas comprometidas com o desenvolvimento sustentável.</p> <p>A segunda foi assinada com a Frente Nacional de Prefeitos (FNP), entidade que congrega prefeitas e prefeitos dos 412 municípios brasileiros com mais de 80 mil habitantes.</p> <p>A parceria é um marco para a promoção do desenvolvimento sustentável das cidades brasileiras.</p> <p>A terceira parceria estratégica foi firmada com a Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE), que reúne instituições financeiras de desenvolvimento espalhadas por todo o país, inclusive bancos públicos federais, bancos de desenvolvimento estaduais, bancos cooperativos, além de outros bancos com carteira de desenvolvimento e agências de fomento. Com a assinatura desse acordo, as Nações Unidas passaram a apoiar a elaboração e implementação do Plano Nacional de Financiamento para o Desenvolvimento Sustentável da instituição.</p> <p>No final de 2021, foi renovada e ampliada a iniciativa do Observatório Parlamentar da Revisão Periódica Universal, fruto da parceria entre a ONU e a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados. A partir dessa renovação, todo o Sistema ONU passa a colaborar com o Observatório, em uma parceria pioneira no mundo para monitorar a efetividade do cumprimento das recomendações da Revisão Periódica Universal sobre direitos humanos. No âmbito do nexo entre assistência humanitária e desenvolvimento, o Sistema ONU fortaleceu parcerias com Banco Mundial, Banco Interamericano para o Desenvolvimento e outros atores, de modo a garantir soluções duradouras para alguns dos principais desafios enfrentados no campo do deslocamento populacional transfronteiriço.</p> <p>(ONU BRASIL, 2022, p.21).</p> |

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Relatório Anual da ONU Brasil (2022)

Iniciativas para alcançar os resultados esperados de cada eixo estratégico, as agências especializadas, fundos e programas prepararam um plano de trabalho

conjunto. De acordo com seu Relatório Anual (ONU BRASIL, 2022), as Nações Unidas no Brasil, em 2021, executaram um número maior de iniciativas vinculadas ao ODS 4 - Educação de Qualidade (63 iniciativas) e ao ODS 10 - Redução das Desigualdades (60 iniciativas). Os ODS menos executados foram o ODS 14 – Vida na Água (2 iniciativas) e o ODS 7 – Energia Acessível e Limpa (1 iniciativa) (*Ibid*).

O Marco de Cooperação das Nações Unidas com o Brasil para o Desenvolvimento Sustentável, no período 2023 a 2027, foi delineado de forma participativa ao longo do ano de 2022, com o suporte da Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores é considerado o mais relevante documento orientativo de planificação, execução, acompanhamento e análise das ações da ONU em apoio ao desenvolvimento no país e à implementação da Agenda 2030. Durante o ano de 2022, o Grupo Técnico do País das Nações Unidas e atores representantes dos poderes brasileiros executivo, legislativo, judiciário, de governos subnacionais e locais, da sociedade civil, de centros de conhecimento e do setor produtivo, debateram os fitos e *outputs* do novo Marco de Cooperação. A elaboração documental do Novo Marco de Cooperação vem sendo direcionado por Comitê Diretivo Conjunto, co-protagonizado pelo Escritório da Coordenadora Residente da ONU e pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), do Ministério de Relações Exteriores em parceria com a Secretaria Nacional da Presidência da República. O Novo Marco, assinado em 1/08/2023 apresenta os seguintes eixos temáticos como diretrizes para execução das iniciativas planejadas (ONU BRASIL, 2023):

1) Transformação Econômica para o Desenvolvimento Sustentável; 2) Inclusão Social para o Desenvolvimento Sustentável; 3) Meio Ambiente e Mudança do Clima para o Desenvolvimento Sustentável; 4) Governança e Capacidades Institucionais e 5) Relação das Ações Humanitárias e de Desenvolvimento Sustentável (ONU BRASIL, 2023, p.131).

De acordo com o Relatório Desafios do G100 para Adoção da Agenda 2030, organizado pela Frente Nacional de Prefeitos (FNP) e Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) no ano de 2022, existem práticas no Brasil que têm como propósito a estesia coletiva e fornecimento de aparatos informacionais e de sustentação às instâncias da sociedade civil e poder público no processo de implementação dos ODS (Quadro 4). Essas ações evidenciam tipologias de formatos plurais (mapas interativos, painéis, infográficos, sinaleiras), métricas e processos importantes para o acompanhamento da territorialização/localização da Agenda 2030 no Brasil, além de capacitações e

conhecimentos relevantes sobre o tema em tela. A FNP congrega 112 municípios com mais de 80 mil habitantes, que possuem como marcadores baixa receita per capita e alta vulnerabilidade socioeconômica (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2022).

Quadro 4 - Práticas contributivas do processo de fortalecimento da Agenda 2030 no Brasil.

| |
|--|
| <p>Prática: Rede Estratégia ODS Descrição: A Estratégia ODS é uma coalizão que reúne organizações representativas da sociedade civil, do setor privado, de governos locais e da academia com o propósito de ampliar e qualificar o debate a respeito dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil. Localização: https://www.estrategiaods.org.br/</p> |
| <p>Prática: Rede ODS Brasil Descrição: Idealizado pelo Centro de Apoio às Atividades Populares (CAAP) /PB, a Prefeitura de Barcarena / PA e o Sindicato dos Técnicos Industriais do Espírito Santo (SINTEC/ES). Desde 2015 realiza diversas ações que para a efetiva implementação e acompanhamento de progresso das Agendas de Desenvolvimento da ONU no Brasil. Localização: https://www.redeodsbrasil.org/blog</p> |
| <p>Prática: IPS-RIO Índice de progresso social Descrição: Desenvolvidos pelo Instituto Pereira Passos (IPP), da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, junto com a Fundação Avina e a Social Progress Imperative, é o Índice de Progresso Social (IPS). O Índice apresenta grande potencial de articulação com os indicadores dos ODS e busca complexificar a abordagem sobre condições de vida e desigualdades analisando diretamente dados sociais e ambientais de resultado. Localização: http://ipsrio.com.br/</p> |
| <p>Prática: Observatório das Metrôpoles Descrição: Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT) que trabalha de forma sistemática e articulada sobre os desafios metropolitanos colocados ao desenvolvimento nacional. Localização: https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/</p> |
| <p>Prática: Programa Cidades Sustentáveis (Plataforma) Descrição: Iniciativa nacional da Rede Nossa São Paulo, Rede Social Brasileira por Cidades Justas Democráticas e Sustentáveis e do Instituto Ethos, que busca contribuir para ampliar a conscientização sobre o desenvolvimento sustentável na sociedade civil e nos governos locais, por meio de ações como apoio ao monitoramento a partir do Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades no Brasil. Localização: https://www.cidadessustentaveis.org.br</p> |

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2022, p.13).

Apesar dos esforços da sociedade civil, algumas empresas e seus segmentos representativos, alguns governos subnacionais e locais, de acordo com o Relatório **SUSTAINABLE DEVELOPMENT REPORT 2023 - Implementing the SDG Stimulus/Includes the SDG Index and Dashboards**, O Brasil como país membro do G20, apresentou, nos últimos anos, baixo comprometimento e desempenho no âmbito dos esforços a serem envidados na consecução dos objetivos da Agenda 2030 e acredita-se que com o novo governo empossado, o País possa traçar um plano mais ambicioso em relação aos ODS. Os autores do relatório, Sachs, Lafortune, Fuller, Drumm (2023) explicitam as falhas da governança global apresentadas pelos países membros da ONU na primeira metade temporal de implantação da Agenda 2030 (2015-2023): 1) Primeiro, a viabilização é largamente deixada para o nível nacional e de forma voluntária, sem eficazes métodos de coordenação multilaterais; 2) Segundo, países desenvolvidos não estão sendo responsabilizados, nem por suas transgressões sociais, políticas e ambientais, nem por não garantir dinâmicas justas

de fomento para o desenvolvimento sustentável; 3) Em terceiro lugar, as regulações de mercado e o financiamento não estão coadunados com os preceitos da Agenda 2030. Por exemplo, regras comerciais globalizadas para 'tecnologia limpa' podem acelerar a transição energética e oferecer proteção aos trabalhadores, no entanto, tais regras não foram negociadas ou acordadas; 4) Quarto, os governos nacionais necessitam de gestão “vertical” com governos subnacionais e locais para a consecução dos ODS (SACHS *et al.*, 2023).

Tanto a Agenda 2030 quanto o Acordo Climático de Paris mecanismos estabelecidos para encorajar e monitorar sua implementação pelos Estados-nação. No entanto, a experiência até agora com VNRs (Relatórios Voluntários de Desempenho Anual de Implementação dos ODS no país) e as Contribuições Acordadas Nacionalmente (NDCs), respectivamente, demonstram que estes mecanismos – apesar de alguns progressos – não entregaram o esforço necessário para atingir as metas globais. Mesmo o progresso em relatórios nacionais consistentes sobre os indicadores dos ODS é inadequado. Não há avaliações ou recomendações das respectivas secretarias ou órgãos de decisão sobre a adequação ou posterior melhoria da implementação nacional, muito menos medidas de execução. Isso é especialmente importante para os ODS em que a não conformidade nacional geram externalidades negativas significativas para a comunidade global causando ameaças aos limites planetários. Há lições a serem aprendidas com os acordos internacionais em outras áreas, como comércio, direitos humanos ou paz e segurança; estes podem ser redefinidos sob égide dos preceitos do desenvolvimento sustentável (SACHS *et al.*, p.12,2023, tradução nossa).

O Quadro 5 a seguir evidencia, de acordo com o relatório em tela, um compêndio de oito tipologias de bens de capital, que potencializa o desenvolvimento sustentável sob égide dos ODS e um *dashboard* da performance atual do Brasil referente ao desempenho e aos esforços envidados no alcance das metas da Agenda 2030 desde 2015 e posição no ranking internacional no ano de 2023.

Quadro 5 - Tipologias de Bens de Capital promotores da Agenda 2030 e Dashboard do Desempenho do Brasil no âmbito da consecução dos ODS em 2023.

- | |
|--|
| <p>1. Capital humano: cidadania, apoiada pelo acesso universal à saúde e cobertura, educação de qualidade, dados compartilhados e conhecimento, promoção de uma cultura de paz e não-violência, cidadania global e a valorização da diversidade cultural.</p> <p>2. Infraestrutura: produção e distribuição de energia, transporte terrestre e marítimo, telecomunicações, digital serviços de informação, edifícios públicos (por exemplo, escolas e hospitais) e água potável e saneamento.</p> <p>3. Capital natural: A capacidade e funcionamento saudável dos ecossistemas, a serem protegidos pelo fim da mudanças climáticas, protegendo a biodiversidade,</p> |
|--|

gestão sustentável dos recursos de água doce, e eliminação de poluentes tóxicos.

4. Capital de inovação: O estoque de propriedade intelectual e dados resultantes de pesquisas públicas e privadas e desenvolvimento, trabalhos culturais criativos e responsabilidade tecnologias emergentes governadas e gerenciadas.

5. Capital empresarial: Bens e serviços de verdadeira valor derivado da utilização de máquinas, edifícios, recursos de informação e outros bens de capital que sustentar a produtividade do negócio.

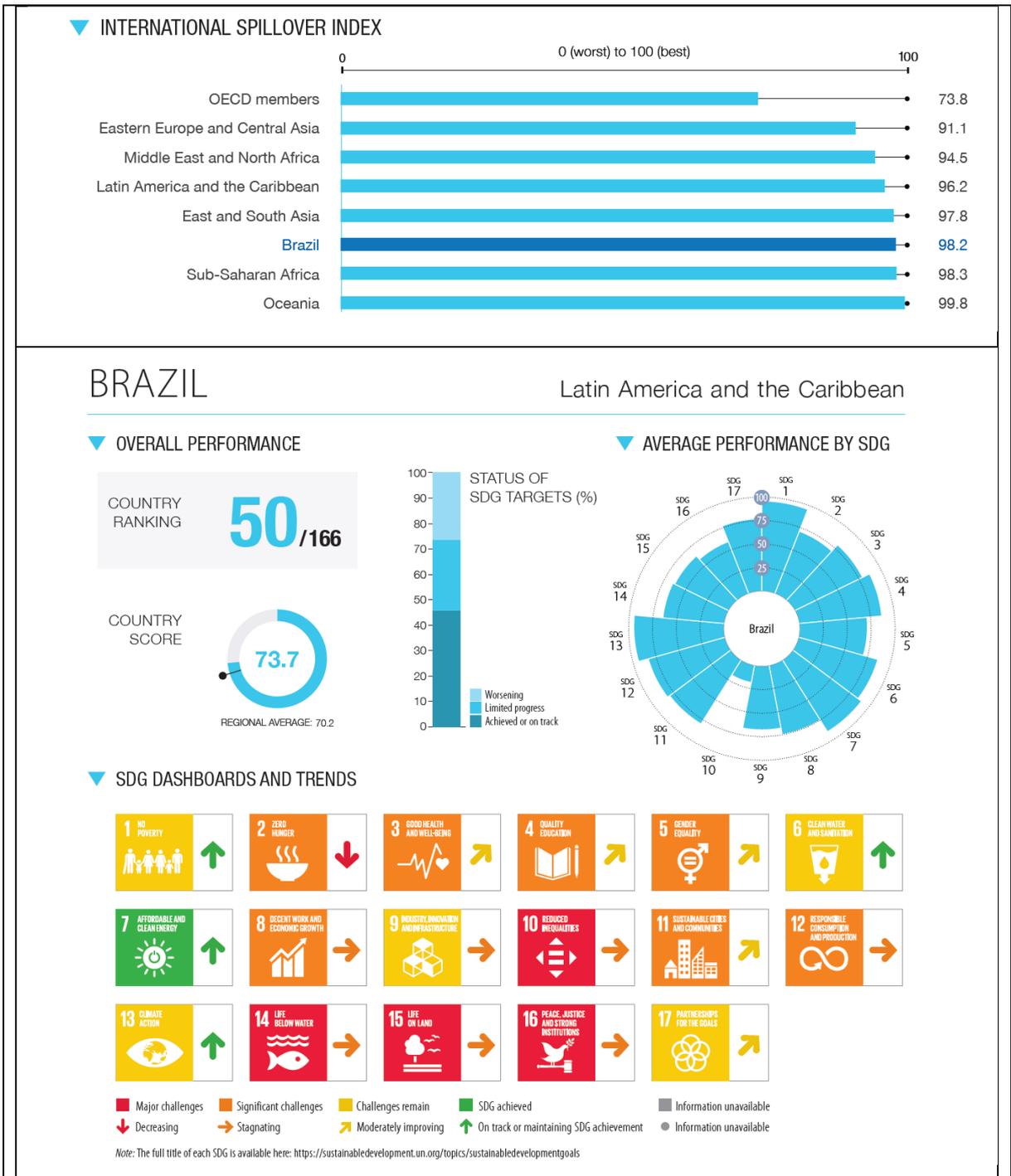
6. Capital social: confiança social e valores pró-sociais, bom governança e justiça, liberdade de expressão e imprensa, capacidades científicas confiáveis e cooperação.

7. Capital urbano: assentamentos humanos espaciais, notadamente nas áreas urbanas, que impulsionam e apoiam o desenvolvimento produtivo e interações criativas nas outras sete capitais ativos.

8. Capital cultural: Valorização da diversidade de culturas, sistemas de valores, línguas, o tradicional sistemas de conhecimento de indígenas e expressões artísticas.

Esforços dos Governos Nacionais na Implementação da Agenda 2030

| | WB Income group | VNR | High-level statements | SDG strategy/SDGs into sectoral action plans | SDGs in national budget | | | National SDG monitoring | | Central government coordination of SDGs | | Spillovers mentioned in VNR |
|------------------------|-----------------|------------------|-----------------------|--|-------------------------|--|-----------|--------------------------|-------------------|---|-------------------------------|--|
| | | Year submitted | yes/no | yes/no | yes/no | Overarching narrative/section or budget line | DI/IC* | yes/no | no. of indicators | yes/no | Location of coordinating unit | yes, as a central pillar (5 mentions or more) yes, in the general narrative (1 to 4 mentions) no |
| Albania | UMIC | 2019 | yes | yes | no | | | yes | 61 | yes | center of government | no |
| Algeria | LMIC | 2019 | yes | yes | no | | | no, but online reporting | | yes | foreign affairs | no |
| Argentina | UMIC | 2017, 2020, 2022 | no | yes | yes | overarching narrative | DI and IC | no, but online reporting | 242 | yes | center of government | no |
| Australia | HIC | 2018 | no | no | no | | | no, but online reporting | | no | | no |
| Austria | HIC | 2020, 2023 | yes | yes | yes | section or budget line | DI and IC | yes | 200 | yes | center of government | no |
| Bangladesh | LMIC | 2017, 2020 | yes | yes | no | | | no, but online reporting | 40 | yes | center of government | no |
| Barbados | HIC | 2020, 2023 | yes | yes | no | | | no | | yes | a central ministry | no |
| Belgium | HIC | 2017, 2023 | yes | yes | no | | | yes | 82 | yes | center of government | yes, as a central pillar |
| Benin | LMIC | 2017, 2018, 2020 | yes | yes | yes | section or budget line | DI | yes | 164 | yes | a central ministry | no |
| Bolivia | LMIC | 2021 | no | yes | no | | | yes | 315 | yes | a central ministry | no |
| Bosnia and Herzegovina | UMIC | 2019, 2023 | no | no | no | | | no, but online reporting | | yes | a central ministry | no |
| Brazil | UMIC | 2017 | yes | yes | no | | | no, but online reporting | | no | | no |
| Bulgaria | UMIC | 2020 | yes | yes | no | | | yes | 64 | no | | yes, in the general narrative |
| Cameroon | LMIC | 2019, 2022 | no | yes | no | | | no | | yes | a central ministry | yes, in the general narrative |
| Canada | HIC | 2018, 2023 | yes | yes | yes | overarching narrative | | yes | 76 | yes | a central ministry | no |
| Chile | HIC | 2017, 2019, 2023 | yes | yes | no | | | yes | 138 | yes | foreign affairs | no |
| China | UMIC | 2016, 2021 | yes | yes | no | | | no, but it is planned | | yes | foreign affairs | no |
| Colombia | UMIC | 2016, 2018, 2021 | yes | yes | yes | overarching narrative | DI | yes | 161 | no | | no |
| Congo, Dem. Rep. | LIC | 2020, 2023 | no | yes | no | | | yes | 22 | yes | a central ministry | no |
| Cyprus | HIC | 2017, 2021 | yes | yes | yes | section or budget line | DI | yes | 140 | yes | a central ministry | no |
| Czechia | HIC | 2017, 2021 | no | yes | no | | | yes | 133 | yes | a central ministry | no |
| Denmark | HIC | 2017, 2021 | no | yes | yes | section or budget line | DI and IC | yes | 197 | yes | a central ministry | yes, as a central pillar |
| Ecuador | UMIC | 2018, 2020 | yes | yes | no | | | no, but online reporting | | no | | no |
| Egypt, Arab Rep. | LMIC | 2016, 2018, 2021 | yes | yes | no | | | yes | 97 | yes | a central ministry | yes, in the general narrative |



Fonte: (SACHS *et al.*, 2023, p. 9, 49 e 168)

De acordo com a pesquisa realizada por Sachs et al., o Brasil apresentou uma única vez o relatório voluntário de desempenho do País no âmbito da Agenda 2030 no ano de 2017, não há inclusão dos 17 ODS no plano plurianual federal e nem no orçamento nacional bem como monitoramento de performance, mas existe reportamento *on-line* e não há Coordenação pelo Governo Central da Agenda (em janeiro de 2023 o Conselho ODS foi retomado pelo Governo Lula, mas sem ações concretas até 30.05.2023). O Brasil ocupa a posição 50 no *ranking* dos 166 países

membros da ONU analisados em relação à performance do processo de consecução dos 17 ODS, com a permanência dos desafios inerentes no tocante ao ODS 1 (erradicação da pobreza) mas com tendência manutenção ativa como política de melhoria, *status* de necessidade de mudanças desafiadoras com tendência de involução ao ODS2 (anamnese feita ainda sob esteio do governo federal que estava no poder no período 2019-2022), situação crítica e tendência à estagnação do ODS10 (desigualdades sociais), já o ODS4 (educação de qualidade) apresenta desafios complexos com tendência à moderada melhoria e o ODS 13 (mudanças climáticas) com diagnóstico igual ao ODS1.

Spillovers não foram mencionados via relatório nacional, apesar de que no cômputo do índice internacional, o Brasil apresenta 98,2% maior que os países da OCDE com 73,8%. Para Aldieri, Makkonen, Vinci e Paolo (2022), os *spillovers*, ou seja, transbordamentos positivos e negativos precisam ser interpretados, mensurados, medidos e gestados com efetividade, já que as nações dificilmente atingem os ODS se os transbordamentos de outras nações neutralizarem seus esforços. A Agenda 2030 compreende globalmente a relevância das consequências mundiais internacionais com o ODS 12 sobre Consumo e Produção Responsáveis, demandando que os países de elevado impacto façam assunção como líderes no combate às disfuncionalidades deste escopo, que também atinge os outros 16 ODS.

De acordo com os autores, alguns países da União Europeia iniciaram processo de reflexão sobre as implicações dos *spillovers* na implementação dos ODS, como o Objetivo Geracional da Suécia visa entregar à próxima geração uma sociedade na qual os principais problemas ambientais da Suécia foram resolvidos, sem aumentar os problemas ambientais e de saúde fora das fronteiras da Suécia. Os *spillovers* ambientais e sociais cobrem as implicações em escala global coadunadas com a utilização dos recursos naturais, poluição e impactos sociais no comércio e consumo. Os transbordamentos sociais incluem impactos negativos como trabalho infantil e desigualdade de gênero correlacionados ao comércio internacional. Os transbordamentos ambientais e sociais têm impacto direto no ODS 8 - Trabalho decente e crescimento econômico, nos ODS 12-15 relacionado ao consumo responsável, clima e biodiversidade e no ODS 17 - Parcerias para viabilizar a Agenda 2030.

Spillovers atrelados à economia e governança influenciam o incremento de sociedades prósperas pela atividade comercial, bem como o fomento mundial para o

desenvolvimento no lado positivo e, concorrência fiscal desleal, e precarização dos padrões internacionais de trabalho no lado negativo. Os transbordamentos relacionados à economia, finanças e governança geram impactos diretos no ODS16 - Paz, Segurança e Instituições Fortes e no ODS17 - Parcerias para os Objetivos, e impactos indiretos em todos os ODS socioeconômicos.

Marques, Santos e Aragão (2020), no artigo intitulado Planejamento e Sustentabilidade em Instituições de Ensino Superior à luz dos ODS abordam o processo de integração entre planejamento para o desenvolvimento institucional e os preceitos da Agenda 2030 da ONU em IES. De acordo com os autores, as IES, principalmente as públicas, pelo histórico robusto de contribuições científicas à sociedade e multiplicação de saberes, estão sendo convocadas a contribuir com políticas de DS, agindo com transparência e dados abertos sobre resultados societais. Logo, cooperar de forma deliberada e estratégica para a sustentabilidade requer um planejamento coadunado com marcadores fundantes do DS.

Nos dias 25 a 28 de abril de 2023, a CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, organismo internacional vinculado à ONU, realizou a Sexta Reunião do Fórum dos Países da América Latina e do Caribe sobre Desenvolvimento Sustentável em Santiago no Chile com a participação de representantes dos 33 países da região que concluíram que os governos e sociedade deverão acelerar o passo para alcançar o cumprimento dos ODS da Agenda 2030. Os delegados evidenciaram que apesar de o mundo estar em mais metade do marco temporal acordado para cumprimento dos 17 ODS, ainda não se alcançou metade das metas planejadas. Há uma necessidade global de participação efetiva dos atores políticos e sociais com alto impacto, que gerem mudanças estruturais que a região precisa para fortalecer a Agenda 2030 (COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE, 2023).

De acordo com estudos da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) (2023), apenas 24,6% das metas foram concretizadas ou seriam atingidas com a tendência atual e, 27,0% das metas a projeção é de involução no marco temporal de 50% da jornada para até 2030. O Secretário Executivo da CEPAL, José Manuel Salazar-Xirinachs, durante o referido Fórum, resgatou as sete ações impulsionadoras do cumprimento de diversos ODS, evidenciadas pelo ente regional da ONU no documento intitulado A América Latina e o Caribe na metade do caminho para 2030: avanços e propostas de aceleração: transição energética, bioeconomia,

transformação digital, promoção de exportações de serviços modernos, a sociedade do cuidado, o turismo sustentável e a integração regional. O documento foi apresentado no Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, realizado em julho de 2023 em Nova York sob os auspícios do Conselho Econômico e Social da ONU (COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE, 2023).

Marques, Santos e Aragão (2020) em diálogo com Fouto (2002) evidenciam que as IES públicas fazem mediações colaborativas com o DS em quatro frentes: processos de ensino e aprendizagem e educação para o desenvolvimento de futuras lideranças no escopo societal; aportes de saberes de solução de conflitos na esteira política dos problemas coadunados com a questão da sustentabilidade; através de práticas exemplares de administração voltada para a sustentabilidade no âmbito institucional; integrando *stakeholders* de áreas plurais, destacando então que a educação é condicionante essencial para a disseminação e consecução dos ODS, consubstanciando-se em ente disseminador de saberes tecnológicos, sociais, políticos, econômicos voltados para a *práxis* da sustentabilidade.

Para os autores, as Universidades e Institutos Federais no Brasil possuem um lastro histórico de contribuições ao DS, protagonizando através de políticas, programas e projetos acadêmicos iniciativas efetivas voltadas para o desenvolvimento inclusivo da sociedade. Para tanto, há uma necessidade latente de que a Sustentabilidade faça parte do processo de estratégia institucional bem como investimentos incrementais em desenvolvimento humano, tecnológico e social (MARQUES; SANTOS; ARAGÃO, 2020).

Os mesmos autores delinearam um quadro categorizador de enquadramento dos 17 ODS nas dimensões Social, Ambiental, Econômica a partir de 35 temas centrais (Quadro 5). O pesquisador da Tese em tela, em diálogo com preceitos epistêmicos de Meuleman (2021), adaptou a proposta seminal enquadrando os 17 ODS e acrescentou a dimensão Governança:

Quadro 6 - Matriz Categórica Dimensões da Sustentabilidade e 17 ODS.

| | |
|--|--|
| <p>Dimensão Social</p> <p>Categorias</p> <p>Objetivo 1. Combate à pobreza em escala global; Objetivo 2. Segurança nutricional, alimentar e eliminação da fome no Planeta; Objetivo 10. Reduzir assimetrias sociais e regionais dentro dos países e entre os mesmos; Objetivo 3. Qualidade de vida em todas as idades; Objetivo 4. Educação Inclusiva e Continuada; Objetivo 5. Empoderamento feminino e Equidade de Gênero;</p> | <p>Dimensão Ambiental</p> <p>Categorias</p> <p>Objetivo 6. Saneamento Sustentável e Universalização do acesso à Água; Objetivo 13. Combater Causas dos Efeitos das Mudanças Climáticas; Objetivo 14. Oceanos, mares e recursos marinhos sustentáveis; Objetivo 15. Ecossistemas terrestres sustentáveis e combate à desertificação;</p> |
| <p>Dimensão Econômica</p> <p>Categorias</p> <p>Objetivo 7. Energia sustentável e Acessível a todos; Objetivo 8. Crescimento Econômico com Justiça social, Pleno emprego e Trabalho Decente; Objetivo 9. Inovação Inclusiva e Indústria Sustentável; Objetivo 11. Cidades e Territórios inclusivos e sustentáveis; Objetivo 12. Produção e Consumo alinhados aos preceitos da Sustentabilidade;</p> | <p>Dimensão Governança</p> <p>Categorias</p> <p>Objetivo 16. Cultura de Paz, Sociedades Inclusivas e Segurança Institucional; Objetivo 17. Cooperação Internacional para o Desenvolvimento Sustentável</p> |

Fonte: a partir de Marques, Santos e Aragão (2020, p.17)

O enquadramento dos 17 ODS em dimensões categorizadoras facilita o processo de compreensão dos aspectos de organicidade, planejamento e operacionalização de políticas, programas e projetos vinculados. Percebe-se que os Objetivos 16 e 17 correlacionados à dimensão Governança possuem interfaces consensuais de macrogestão dos demais objetivos e de integração numa perspectiva de interdependência. A próxima temática a ser abordada contempla aspectos relevantes do papel da administração pública e do modo de governança no processo de contribuição para o alcance das metas vinculadas aos 17 ODS.

2.2 Considerações apriorísticas e fundantes sobre administração e governança públicas

Neste tópico, há um delineamento de contribuições seminais sobre as temáticas em tela, a partir de concepções da *práxis* experienciada pelo pesquisador.

O fenômeno da gestão na ambiência pública apresenta um espectro de fatores multiníveis na compreensão de seus lineamentos epistêmicos. Aspectos teleológicos como a funcionalidade burocrática balizada pelo esteio normativo, as instâncias e níveis de governo, motivação e especificidades dos atos administrativos, singularidades da administração direta e indireta bem como o perfil ideológico do

pacto federativo constituem o campo organizacional de categorização da administração pública no Brasil.

O arcabouço normativo do sistema de gestão pública no País é amparado pela Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), pelo Estatuto dos Servidores Públicos Civis Federais (BRASIL, 1990), pela Lei da Responsabilidade Fiscal (BRASIL, 2000), dentre outros marcos legais que delineiam a interface jurisdicional que perpassa pelas decisões e gestão de riscos na esfera estatal. As perspectivas de modelagem da gestão pública culturalmente se ajustam aos níveis de governo e suas dinâmicas políticas. As intersecções semânticas entre os processos da política eleitoral, da cidadania representativa e da cidadania deliberativa constituem a arquitetura da *práxis* da administração pública.

Códigos Morais e interações entre o público e o privado são características fundantes do modo singular das operações de mediações de interesses entre o Estado e sociedade no Brasil. A coexistência entre arena pública e arena política através da qual os diferentes atores políticos e sociais negociam a agenda societal interpenetrada na agenda pública também é influenciada pelo fisiologismo atitudinal e poderes patrimonialistas. A administração pública consubstanciada no contexto do Estado Nacional Democrático de Direitos requer mecanismos jurídicos de participação e controle social de coletivos emancipados e indivíduos culturalmente civilizados pela perspectiva da cidadania deliberativa (MATIAS-PEREIRA, 2018).

A Gestão Pública e suas funções estruturantes como planejamento, organização, direção e controle, a priori seria fundamentada por princípios de escutas coletivas operadas por mecanismos de participação cidadã. Um aspecto que está contribuindo para a maturação democrática brasileira, apesar das limitações dos aparatos ideológicos e patrimonialistas de governos é a incorporação transversal das políticas públicas no trato das questões de relevância social que demanda da administração pública estruturas e marcos regulatórios adaptativos e coadunados com o bem comum coletivo e a inclusão social (MATIAS-PEREIRA, 2018).

Ao discorrer sobre gestão pública neste marco teórico desta pesquisa, estabeleceu-se um diálogo inicial com Secchi (2009); Denhardt e Catlaw (2017); e Matias-Pereira (2018).

Denhardt e Catlaw (2017) apresentam quatro perspectivas fundantes no delineamento da modelagem funcional da administração pública: modelo racional de políticas, humanismo organizacional, ênfase em política pública e teoria democrática

da organização. Os autores referenciam as pesquisas de Simon realizadas em 1957 que fundamentaram a obra *Administrative Behavior*, que contemplava o delineamento de uma teoria sobre Administração e seu arcabouço organizacional a partir da apreensão de conhecimentos e da hermenêutica da instrumentalidade da vida humana nos espaços das organizações. De acordo com Denhardt e Catlaw (2017), com base no pensamento de Simon (1957), a racionalidade se encontra na base da organicidade administrativa. Através das organizações, o pensamento humano racional é estruturado, pois o indivíduo isoladamente possui capacidade limitada de formular e resolver problemas complexos e que institucionalmente agrupado consegue lidar com as questões do mundo social ao redor.

A proposta do humanismo organizacional é lastreada pelos estudos sobre relações humanas e vertentes seminais de pesquisa sobre comportamento organizacional. As seguintes temáticas são abordadas: comportamento humano nas organizações, personalidade e organização, motivação e humanismo organizacional, gestão moral e metavalores e mudança organizacional.

Denhardt e Catlaw (2017), autores que estudam a administração pública nos Estados Unidos, trazem uma discussão sobre a relação entre administração pública e o sistema político. Há no percurso do diálogo epistêmico uma crítica à aridez normativa da gestão pública contemporânea, à intrínseca ligação com operações de governo como reformas administrativas e abordagens situacionais como a importância de respostas a problemas definidos pelo *establishment*. A burocracia pública interfere no sistema político e sua complexidade organizacional delinea a agenda pública societal estabelecendo valores societais. A administração pública não está na periferia do sistema político, mas na centralidade de seus domínios (DENHARD; CATLAW, 2017).

Dois outros aspectos de tipologias de modelagem na gestão pública são apresentados por Denhardt e Catlaw (2017) que evidenciam o esteio teórico de Lowi (1969) que critica a ação de órgãos de governo na execução de políticas públicas pelas limitações e disfuncionalidades. O aspecto central em questão refere-se ao papel das organizações públicas nos processos de decisão e na execução de políticas estatais. A outra abordagem refere-se à nova gestão pública que, segundo esses autores, em interface conceitual com Kettl (2005), busca maior produtividade nas operações de governo havendo uma relação proximal com mercado, relevante foco em serviços, descentralização de execução de execução de políticas para governos

subnacionais, instituições sociais e empresas bem como maior ênfase no monitoramento de políticas públicas e cobrança por resultados.

A perspectiva democrática da gestão pública apresentada por Denhardt e Catlaw (2017) se caracteriza pela aproximação de burocratas e cidadãos em diálogos proximais sobre a resolutividade de problemas públicos de forma participativa e por deliberação coletiva.

A categorização da gestão pública na perspectiva diacrônica e sócio-histórica contempla quatro modelos funcionais no País (SECCHI, 2009): burocrático, administração pública gerencial, gerencialismo empreendedor e governança pública. Esta última vertente apresenta diálogo intrínseco com a gestão de políticas públicas que congrega ações de governo em processo de materialização. A interface da gestão pública com o DS por meio de políticas de Estado, constitui agenda fundante de preceitos orgânicos de promoção e garantia de direitos. O Estado em Rede e coprodutor de políticas de desenvolvimento socioambiental assume papel de mediador-chave nos processos de concertação societal como foco na promoção de justiça social.

Para Matias-Pereira (2018), há um campo polissêmico de definições sobre administração pública e ressalta que a mesma reúne um compêndio de serviços e organizações que têm o propósito de operacionalizar decisões políticas e legislativas bem como processos administrativos. Todo ato administrativo requer uma motivação que o justifique, havendo princípios constitucionais fundantes da administração pública como eficiência, legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade transparência dentre outros (BRASIL, 1988).

A Administração Pública Nacional pode ser dividida em União, instâncias subnacionais (Estados e Municípios) e Distrito Federal. O aparelho do Estado é composto pelos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. O propósito teleológico da administração pública é gerir e prestar serviços públicos voltados para o bem comum coletivo. O campo institucional, constituído pelo sistema de governo, normas e organizações públicas da administração direta e da administração indireta, media o processo de distribuição e do exercício da autoridade pública. Outro papel relevante da administração pública é a coordenação e implementação de políticas públicas que possuem interface diretiva com preceitos do desenvolvimento nas perspectivas humana, econômica, social e ambiental (MATIAS-PEREIRA, 2018).

A interface política da administração pública com a economia perpassa pelas principais funções do Estado na promoção do bem-estar social, bem como na consecução de objetivos fundantes do governo no eixo econômico como, fornecer bens públicos, reduzir externalidades negativas e reduzir assimetrias de informação. A política alocativa se configura como uma das principais funções do Estado e consiste em ajustar falhas de mercado através da entrega de bens públicos, possibilitando que os recursos públicos possam ser disponibilizados para a sociedade; alocando-os na economia de modo eficientizado, quando o mercado não atende às demandas sociais de forma satisfatória. No contexto de um país com diferenças sociais e regionais acentuadas, a política distributiva do Estado impulsiona a administração pública a promover iniciativas macropolíticas de distribuição de renda com o propósito de mitigar as desigualdades sociais existentes. Através das políticas fiscais (transferências, impostos e subsídios) o Estado busca diminuir as assimetrias sociais e econômicas existentes. Uma outra função essencial do Estado corresponde à política estabilizadora que tem o propósito de mitigar os efeitos restritivos do mercado com implicações nas dimensões gradativas de emprego, renda, produto interno bruto e preços, por meio das políticas monetária, fiscal e cambial (COSTIN, 2010; MATIAS-PEREIRA, 2018).

Para Kissler e Heidemann (2006), os preceitos legais da nova governança pública se constituem por uma compreensão neófito do Estado como promotor dos modos de governança. Segundo esses autores, o Estado conservador vem passando por mudanças:

[...] de um Estado de serviço, produtor do bem público, em um Estado que serve de garantia à produção do bem público; de um Estado ativo, provedor solitário do bem público, em um Estado ativador, que aciona e coordena outros atores a produzir com ele; de um Estado dirigente ou gestor em um Estado cooperativo, que produz o bem público em conjunto com outros atores (KISSLER; HEIDEMANN, 2006, p. 483).

A governança, na visão Kooiman (2003), refere-se aos esforços compartilhados entre atores públicos e privados, e desenvolve-se em múltiplos níveis, desde o local até o supranacional. As atividades de governo se difundem entre vários atores sociais, cujas relações estão em contínuo processo de transformação. Cada ator constitui uma unidade social com poder de agência ou ação, o que pode abranger indivíduos, associações, empresas e instituições não governamentais, departamentos

do governo, entre outros. Suas ações são viabilizadas ou constrangidas por meio de fatores externos como leis, acordos, recursos materiais e técnicos e aspectos culturais (KOOIMAN, 2003).

Há dois marcadores contemporâneos no âmbito da administração pública correlacionados ao processo de digitalização de governos em plataformas que possibilitem transparência de dados e informações e fruições políticas de controle social e à democratização da gestão através do acesso aos processos e resultados: **Governo Aberto (GA) e Governo Digital (GD)**.

Para Idowu, Ali e Abdullahi (2018), o GA possibilita a utilização e reutilização de dados na promoção do bem comum coletivo e da melhoria das políticas voltadas para a qualidade de vida da população de uma determinada região. As práticas de gestão coadunadas com os preceitos do GA geram valor público para a sociedade através da inovação que emerge da maior transparência alcançada, do posicionamento publicamente mais responsável e distribuição, uso e reutilização de dados. Os autores em tela evidenciam que há duas tipologias de consumidores de dados públicos: 1) cidadãos comuns que demandam maior transparência e responsabilidade pública dos governos; e, 2) *startups* e empresas com interesse em prover soluções inovadoras na área governamental. “O acesso a informações públicas relevantes, estruturadas e precisas pelas pessoas e aplicativos de serviço tornou-se cada vez mais importante para reutilização de dados públicos para criação de valor” (IDOWU; ALI; ABDULLAHI, 2018, p. 352, tradução nossa).

Diante de múltiplas pressões, sejam econômicas, políticas, sociais, ambientais e culturais, os governos estão desenvolvendo estratégias assertivas de respostas às mesmas através do uso de tecnologias digitais. O GD corresponde à utilização de tecnologias digitais como parte integrante de iniciativas de modernização da gestão pública no processo de criação de valor público. A contribuição das tecnologias digitais à melhoria da eficácia de agendas governamentais evoluiu à medida que os avanços tecnológicos e as demandas sociais evoluíram, levando os governos a mudar de um modelo centrado no cidadão para um modelo orientado para o cidadão, onde o foco é envolver as partes interessadas institucionais e não institucionais na geração de valor público ao invés da ênfase na coordenação e colaboração interna do governo (MARCOVECCHIO *et al.*, 2019).

Um aspecto contemporâneo da gestão pública no Brasil que vem sendo capitaneado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) é o processo de fortalecimento

da administração de ativos públicos com maior eficiência e eficácia, capacidade de entregas públicas, geração de valor público e gestão de riscos. Em 2020, o TCU publicou no Brasil a terceira edição da obra Referencial Básico de Governança aplicável a organizações públicas e outros entes jurisdicionados ao TCU que no seu Capítulo 1, apresenta um conceito sinótico para governança pública organizacional:

É a aplicação de práticas de liderança, de estratégia e de controle, que permitem aos mandatários de uma organização pública e às partes nela interessadas avaliar sua situação e demandas, direcionar a sua atuação e monitorar o seu funcionamento, de modo a aumentar as chances de entrega de bons resultados aos cidadãos, em termos de serviços e de políticas públicas (BRASIL, 2020, p. 15).

No ano de 2018, após aprimoramento de técnicas aplicadas ao longo da segunda década do Século XXI, o TCU desenvolveu metodologia de prospecção de nível de maturidade de governança e capacidade de gestão de organizações públicas federais de forma integrada através da técnica CSA (*Control Self-assessment* ou autoavaliação de controles) delineando um índice macro intitulado IGG (Índice de Governança e Gestão) lastreado por indicadores fundantes. Na época foi aplicado questionário de autoavaliação às unidades jurisdicionadas, abrangendo 710 unidades organizacionais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, replicando a metodologia em 2021, abrangendo 378 instituições (BRASIL, 2021).

Quadro 7 – Marcadores do Processo de Diagnose do Nível de Maturidade de Governança e Capacidade de Gestão de Organizações Públicas no Brasil – IGG: Índice de Governança e Gestão.

Temas do Modelo:

Governança pública – Liderança/Governança pública – Estratégia/Governança pública – Controle/Gestão de pessoas/Gestão de tecnologia e da segurança da informação/Gestão de contratações/Gestão orçamentária.

Arcabouço Fundante: Da literatura internacional (principalmente de organismos multilaterais e de referência nas áreas de controle e auditoria) e do Decreto 9.203/2017 (norma pública de governança), é possível extrair um conjunto abrangente de princípios que funcionam como valores interdependentes, servindo de guia para a atuação das organizações públicas e outros entes jurisdicionados ao TCU na busca dos resultados pretendidos e fortalecendo a confiança da sociedade nessas organizações: capacidade de resposta; integridade; transparência; equidade e participação; *accountability*; confiabilidade; e melhoria regulatória.

Diretrizes para a Boa Governança:

Para alcançá-la em organizações públicas e outros entes jurisdicionados ao TCU, é importante atender às seguintes diretrizes:

- a) definir formalmente e comunicar claramente os papéis e responsabilidades das instâncias internas e de apoio à governança;
- b) estabelecer processos decisórios transparentes, baseados em evidências e orientados a riscos;
- c) promover valores de integridade;
- d) aprimorar a capacidade da liderança da organização;
- e) desenvolver continuamente a capacidade da organização, assegurando a eficácia e eficiência da gestão dos recursos organizacionais;
- f) apoiar e viabilizar a inovação para agregar valor público;
- g) estabelecer um sistema eficaz de gestão de riscos e controles internos;
- h) estabelecer objetivos organizacionais alinhados ao interesse público;
- i) monitorar o desempenho da organização;
- j) considerar os interesses, direitos e expectativas das partes interessadas nos processos de tomada de decisão;
- l) implementar boas práticas de transparência;

Diretrizes para a Boa Governança:

- m) prestar contas às partes interessadas e implementar mecanismos eficazes de responsabilização dos agentes;
- n) apoiar o uso das ferramentas digitais para aumentar e facilitar a participação das partes interessadas nas decisões públicas e aprimorar a prestação de serviços públicos;
- o) promover a simplificação administrativa, a modernização da gestão pública e a integração dos serviços públicos;
- p) editar e revisar atos normativos, pautando-se pelas boas práticas regulatórias.

Gestão de Riscos:

A gestão de riscos serve para identificar e entender os riscos e manter as instâncias responsáveis informadas, para que as respostas aos riscos sejam apropriadas. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2018).

Fonte: Elaborado pelo Autor a partir de Associação Brasileira de Normas Técnicas (2018), Brasil (2020) e Brasil (2021).

O Modelo de Governança preconizado pelo TCU apresenta lineamentos processuais correlacionados aos aspectos funcionais do sistema organizacional público, relacionamento com *stakeholders*, geração e entrega de valor público, indicadores de desempenho (eficiência, eficácia e efetividade). A gestão de riscos na administração de ativos públicos requer iniciativas de integração entre as instâncias de apoio à governança interna como auditoria interna, ouvidoria e correição além da controladoria pública, ações externas de órgãos de controle e de auditoria independente conforme Figura 3.

Figura 3 – Sistema de Governança de Organizações Públicas jurisdicionadas pelo TCU.



Fonte: Elaborado pelo Autor a partir de Associação Brasileira de Normas Técnicas (2018), Brasil (2020) e Brasil (2021).

No tocante às práticas de Gestão e Governança no Setor Público, o TCU delineou três mecanismos funcionais, que chancelam o desenvolvimento de atividades estruturantes na busca de ampliar a qualidade das entregas públicas no âmbito de políticas de governo e a efetividade do desempenho organizacional de entidades públicas: Liderança, Estratégia e Controle (BRASIL, 2021). A tríade delineadora da performance de gestão e governança contemplo iniciativas que perpassam pelo arcabouço da Gestão da Ética, Integridade, Transparência, Riscos, Satisfação dos Stakeholders de acordo com a Figura 4.

Figura 4 – Principais Práticas de Gestão e Governança de Organizações Públicas Federais de acordo com TCU.

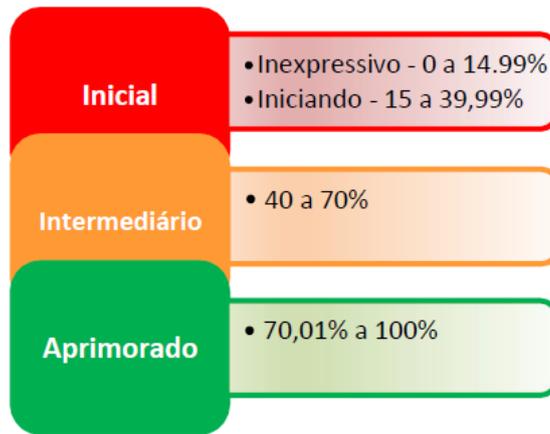


Fonte: Elaborado pelo Autor a partir de Associação Brasileira de Normas Técnicas (2018), Brasil (2020) e Brasil (2021).

Atualmente o TCU utiliza a metodologia do IGG para mensurar o desempenho da gestão e governança das organizações públicas federais que lhe são jurisdicionadas através de técnica de autoavaliação que contempla 114 indicadores divididos dentre os seguintes construtos: Liderança, Estratégia, Controle e Operações (Gestão de Pessoas, Contratações, Tecnologia da Informação e Gestão Orçamentária). Os valores Globais do IGG variam de 0 a 1, sendo que entre 0 a 39,99 do valor máximo, a organização está em um estágio inicial de gestão e governança, estágio intermediário de 40 a 70%, aprimorado entre 70,01% e 100% (Quadro 8).

Quadro 8 – Estágios de Maturidade IGG (Índice de Governança e Gestão) – faixas percentuais de enquadramento de acordo com autoavaliação/existência de práticas e Indicadores de Desempenho.

Gradação de Hermenêutica dos Estágios de Maturidade IGG – faixas percentuais de enquadramento de acordo com autoavaliação/existência de práticas



Indicadores Macro de Autoavaliação da Organização Pública Federal:

- **iGG** (índice integrado de governança e gestão públicas)
- **iGovPub** (índice de governança pública)
- **iGovPessoas** (índice de governança e gestão de pessoas)
- **iGestPessoas** (índice de capacidade em gestão de pessoas)
- **iGovTI** (índice de governança e gestão de TI)
- **iGestTI** (índice de capacidade em gestão de TI)
- **iGovContrat** (índice de governança e gestão de contratações)
- **iGestContrat** (índice de capacidade em gestão de contratações)
- **iGovOrcament** (índice de governança e gestão orçamentária)
- **iGestOrcament** (índice de capacidade em gestão orçamentária)

Fonte: Elaborado pelo Autor a partir de Associação Brasileira de Normas Técnicas (2018), Brasil (2020) e Brasil (2021).

É possível depreender dos construtos evidenciados neste tópico de abordagem teórica da presente Tese, que a administração pública, apesar dos paradoxos e contradições do sistema político que a influenciam, as pressões de órgãos de controle externo da gestão pública são crescentes bem como as provenientes de organismos internacionais multilaterais, sociedade civil tecnoglobalizada e mercado por maior transparência dos atos de governo, das aplicações de recursos, da efetividade de políticas públicas e das entregas dos serviços públicos. Todo este compêndio de tratativas governamentais requer dos

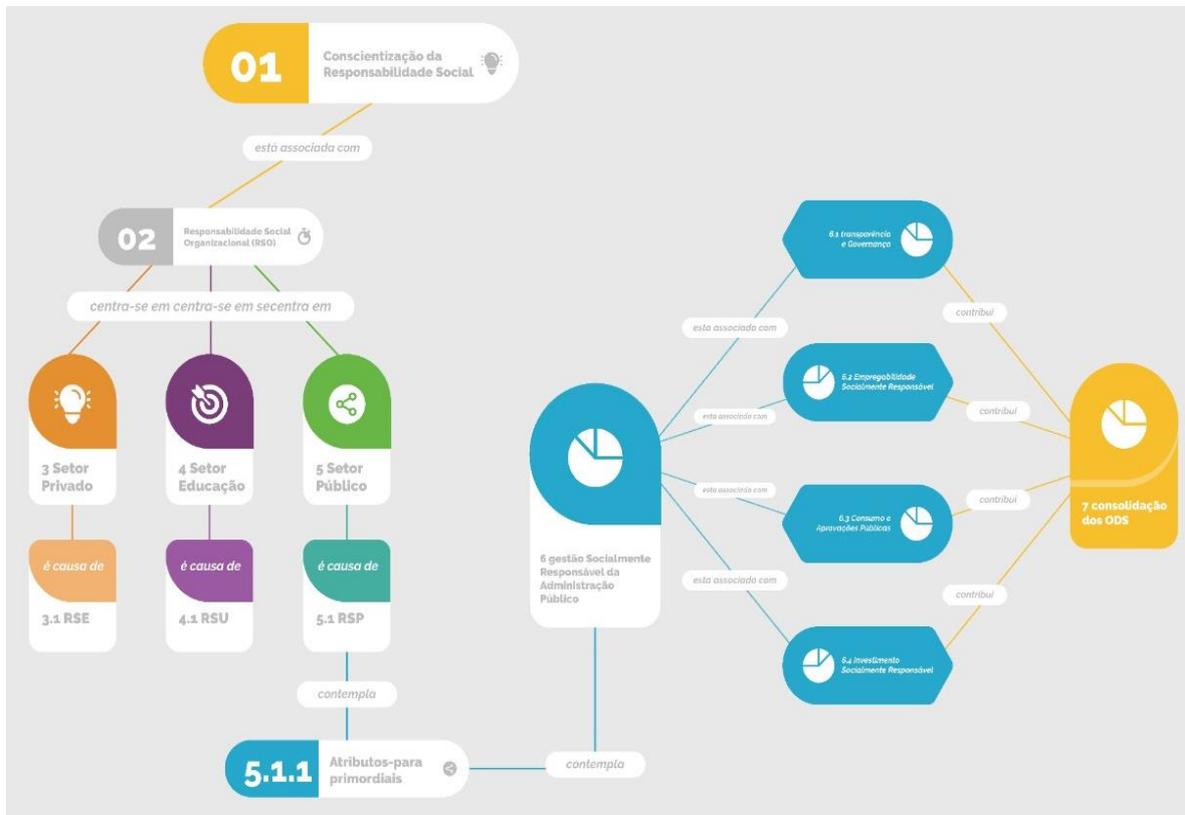
gestores e agentes públicos maior compromisso com uma administração pública voltada para a promoção da equidade social e do desenvolvimento sustentável.

2.2.1. Administração estatal contemporânea: responsabilidade social pública, metagovernança e interfaces com ODS

A partir de incursão analítica dos 65 artigos prospectados no âmbito da plataforma *Web of Science*, através de análise bibliométrica no marco temporal 2015 a 2021, que lastreou os prolegômenos da presente pesquisa, identificou-se um estudo científico que numa perspectiva contemporânea realizou um levantamento da produção científica internacional no período de 2001 a 2020 da contribuição da responsabilidade social pública para a consolidação dos 17 ODS, realizado por Fajardo *et al.* (2021). O objetivo da pesquisa foi investigar o *corpus* literário sobre o papel da Responsabilidade Social Pública (RSP) na promoção de políticas de desenvolvimento sustentável, debatendo a necessidade de uma transformação social e política para a efetividade das práticas globais societais e suas organizações de diferentes tipos para alcançar uma administração pública socialmente responsável, viabilizando assim a implementação da Agenda 2030. Para os autores supracitados, o conceito de RSP perpassa por aspectos delineadores como planejamento integrado e participativo, eficácia e efetividade das organizações públicas, qualidade democrática, busca pelo bem-estar coletivo e interações assertivas e fiduciárias com *stakeholders*.

A Figura 5 apresenta ideação de Diagrama de Códigos Axiais utilizada pelos autores no processo de categorização e interfaces temáticas no âmbito do estudo realizado.

Figura 5 - Diagrama de Códigos Axiais utilizados pelos autores no processo de categorização e interfaces temáticas.



Fonte: Adaptado de Fajardo *et al.* (2021).

Com base nos autores Vázquez, Aza e Lanero (2016) e Yera e Pin (2010), Fajardo *et al.* (2021) evidenciaram as seguintes premissas fundantes da RSP:

Espere um alto nível de envolvimento da administração pública em um comportamento responsável, como parte de sua razão intrínseca de ser na sociedade. Também outros tipos de organizações públicas podem compartilhar a mesma orientação cívica, mas mantendo um foco específico de uma determinada área social. O termo emergente Cidadania Corporativa inclui organizações como agentes e sujeitos sociais, que desempenham um papel decisivo na construção da sociedade democrática. Em particular, as entidades estatais devem conseguir vincular ações diferenciadas, que podem levar os cidadãos a serem perseverantes em suas ações reivindicatórias. Há aqueles que são cada vez mais exigentes e críticos. Devido aos resultados decepcionantes de algumas entidades públicas e à gestão inadequada daqueles que nela trabalham, fatos que levam os cidadãos mais conscientes e exigentes, a demandarem diferentes formas de gestão de ativos públicos que beneficiem, não apenas alguns indivíduos, mas ao coletivo (FAJARDO *et al.*, 2021, p. 224, tradução nossa).

Os autores delinearam atributos primordiais que balizam a semântica política de uma Gestão Socialmente Responsável pela Administração Pública que são: Transparência e Governança, Empregabilidade Socialmente Responsável, Consumo

e Suprimentos Públicos e Investimento Socialmente Responsável que contribuem para a consolidação dos 17 ODS. O Quadro 9 evidencia marcos conceituais de cada atributo e contribuições do mesmo para consolidação dos 17 ODS:

Quadro 9 - Marcos conceituais de atributos balizadores da responsabilidade social pública e suas contribuições para a consolidação dos 17 ODS.

| |
|--|
| <p>Marco Conceitual de Responsabilidade Social Pública: compromisso voluntário além do cumprimento de marcos normativos, com foco no atendimento de demandas diretas e indiretas sociais, políticas e econômicas de grupos de interesse, por meio de governo e administração pública transparentes e responsáveis em seus diferentes níveis de gestão, corroborando para disseminar sustentabilidade coletiva, tanto econômica, social e ambiental.</p> |
| <p>Condicionantes: Diálogo social contínuo com <i>Stakeholders</i> para anamnese de ambientes/ Gestão de risco em comunicação dialógica com <i>stakeholders</i>/Relação fiduciária e multilateral com <i>stakeholders</i>/ Avaliação e Monitoramento de Metas Públicas/ • Valor da informação: Relacionamentos fortes e confidenciais com as partes interessadas representam uma fonte de informação valiosa para a organização.</p> |
| <p>Atributo fomentador 1: Transparência e Governança Caracterizadores: Governabilidade e Gestão da Ética/ Regulamentação de conflitos de interesses, contextualizando novos requisitos de incompatibilidades/Foco no bem comum coletivo. Contribuições ODS Credibilidade e cooperação entre as instâncias nacional, subnacional e local na execução de políticas ODS; • Processos decisórios legítimos; • Confiança nos Governos e na Agenda 2030; • Fortalecimento de Alianças Públicas-Privado no alcance dos 17 ODS; • Pacto Social; • Gestão do Conhecimento em Sustentabilidade</p> |
| <p>• Gerenciamento de riscos político na consecução dos 17 ODS; • Geração de valor público; • Gestão Ética.</p> |
| <p>Atributo fomentador 2: Empregabilidade Socialmente Responsável Caracterizadores: No contexto político-econômico e social, administrações públicas geram parte dos empregos nacionais/ Qualidade de Vida do servidor público/Práticas de Trabalho Decente no Serviço Público/ Engajamento Funcional Contribuições ODS: Promoção de direitos cidadãos e orçamentos participativos; Promoção de direitos humanos, não discriminação, promoção da saúde; Engajamento do servidor público na execução da Agenda 2030; Equidade de gênero e raça nas oportunidades de empregos públicos; Comportamento social e ambientalmente responsável do servidor público; Promoção de valores éticos/efetividade social de políticas públicas.</p> |
| <p>Atributo fomentador 3: Consumo e Suprimento Públicos Adoção de critérios sociais e ambientais nos processos licitatórios/Gestão de contratos públicos com base em indicadores de sustentabilidade/Banco de Práticas exemplares de fornecedores do governo no tocante às questões ambientais e relacionamento com comunidades/Estímulo à abordagem social, inclusão social, combate à pobreza de práticas de empresas e instituições fornecedoras de governos/ Contribuições ODS • Melhoraria dos Serviços Públicos; • Prioridade de contratações públicas balizadas por critérios sociais e ambientais; • Incluir nas especificações públicas de compras e contratos aspectos em que responsabilidade social e ambiental prevaleçam; • Apoio ao Consumo Consciente;</p> |

- Garantir qualidade dos serviços públicos aos cidadãos;
- Promoção de redes de fornecedores comprometidos com a Sustentabilidade;
- Adesão dos fornecedores do Governo aos 17 ODS da Agenda 2030.

Atributo fomentador 4: Investimento Socialmente Responsável

Caracterizadores: Fundos de Investimento Público adotando critérios sociais e ambientais nos processos de fomento/ Política de Investimento Público alinhada aos preceitos do desenvolvimento sustentável

Contribuições ODS

- Criar indicadores de Responsabilidade Social Pública nos processos de investimento público;
- Promover o Investimento Socialmente Responsável nas instâncias nacional, subnacional e locais;
- Alinhamento da política de investimentos públicos aos 17 ODS

Fonte: Adaptado de Fajardo *et al.* (2021, p. 233-241, tradução do autor)

Os pesquisadores, em interface com as visões epistêmicas de Cueto e De la Cuesta (2019) e Damoori *et al.* (2020), evidenciam que a **RSP** viabiliza a efetivação do compromisso das organizações estatais com o DS, propiciando a integração dos aspectos econômicos, sociais e ambientais nos processos de gestão do setor público e nos relacionamentos com *stakeholders*. As seguintes abordagens integram este processo de integração:

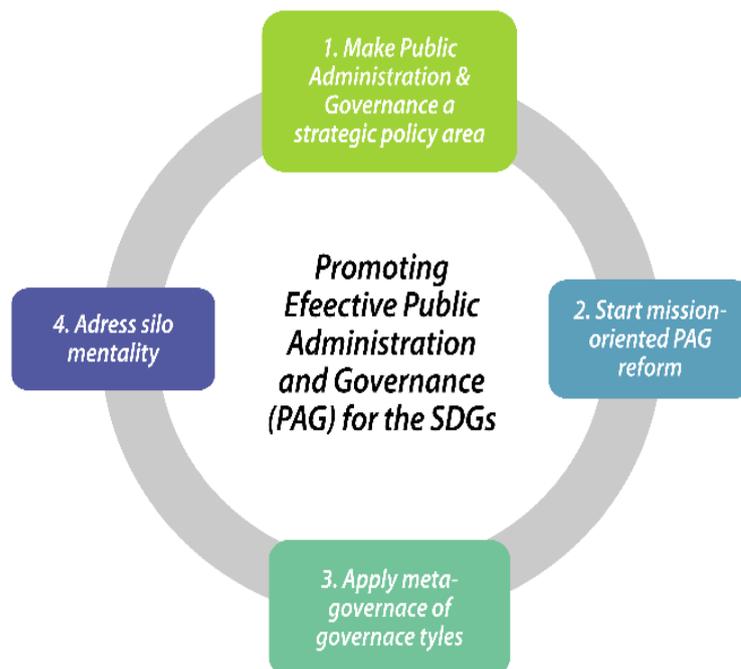
- Abordagem Instrumental: responsabilidade social pública como geradora de valor e de diferenciação entre governos;
- Abordagem política: fortalecer a relação das organizações públicas com a sociedade
- e uso responsável dos recursos públicos no sistema político;
- Abordagem das partes interessadas: alinhamento político-institucional das organizações públicas com as demandas de seus *stakeholders*;
- Abordagem ética: implementar a Cultura da Gestão Ética nas organizações públicas melhorando a qualidade das relações fiduciárias com a sociedade;
- Abordagem multifacetada: gestão de reputação/legitimidade e a confiança societal dos coletivos no setor público.

No contexto contemporâneo, Meuleman (2021) ressalta o processo de ressignificação da administração pública à luz do lastro de sua reforma, sugerindo a migração focal da vertente da efficientização da gestão para o fito nos aspectos macropolíticos do DS, em especial a Agenda 2030. O autor evidencia em seus estudos que a qualidade da **Administração Pública e Governança (PAG)** é fundamental para orientar e incentivar o cumprimento dos 17 ODS através da qualidade dos planos e

estratégias, recursos, habilidades, competências, agilidade e mentalidades, bem como sobre como criar uma correspondência com as tradições e culturas existentes de governança ou de solução de problemas sociais, ressaltando que os ODS 16 (instituições) e 17 (meios de implementação/parcerias) são os principais fitos facilitadores do alcance das metas da Agenda 2030.

De acordo com Meuleman (2021), os ODS não serão alcançados até 2030 sem instituições públicas funcionando bem, com governança eficaz em todos os níveis, e apresenta o modelo a seguir como impulsionador da contribuição da administração pública para a efetividade da Agenda 2030, a partir de suas incursões epistêmicas junto aos países da União Europeia (Figura 6).

Figura 6 - Quatro áreas prioritárias para melhorar a capacidade institucional de implementação dos ODS.



Fonte: Meuleman (2021, p. 4).

A primeira área prioritária é intitulada PAG como ambiência de Política Estratégica que Meuleman (2021) a conceituou como um modo essencial da gestão pública para direcionar o alcance da Agenda 2030, abordando aspectos-chave fundantes como a criação de uma administração e governança públicas eficazes. O acrônimo PAG, para o autor, constitui uma vertente simbólica de política estratégica

relevante, vinculada ao ODS 16 no que se refere à qualidade das instituições públicas, ao ODS 17 com sua preocupação com a coerência das políticas para o DS e ao ODS 11 transversal sobre cidades e comunidades sustentáveis. Meuleman (2021) discorre também sobre debates correlacionados ao tamanho da administração pública, a devolução de tarefas às autoridades subnacionais e sobre a natureza das tarefas públicas, bem como o que pode ser privatizado, como sendo profundamente normativos e, portanto, políticos.

O paradoxo de que o PAG é político e estratégico e, ao mesmo tempo, mais um meio do que um fim, precisa ser considerado, uma vez que os ODS não serão alcançados até 2030 sem instituições públicas funcionando bem e governança eficaz em todos os níveis. Os funcionários públicos responsáveis pela governança e administração costumam se considerar como não fazendo parte da estrutura de políticas da Agenda 2030. No entanto, eles devem ser parceiros essenciais nos comitês interministeriais nacionais sobre a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, se eles devem desenvolver mecanismos institucionais adequados e garantir as competências e habilidades da força de trabalho direcionados para permitir a integração dos ODS (MEULEMAN, 2021, p. 5, tradução nossa).

Meuleman (2021) evidencia, ao longo de sua pesquisa, 11 princípios de governança efetiva para o DS no âmbito da Administração Pública, delineados em 2018 pelo Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais (DESA) e o Comitê de Especialistas em Administração Pública (CEPA) da ONU. Os 11 princípios estão agrupados ao longo dos três critérios mencionados no ODS 16 para qualidade institucional: eficácia, responsabilidade e inclusão (Quadro 10).

Os princípios são acompanhados por 62 estratégias comumente utilizadas, algumas das quais já foram publicadas online em documentos de orientação estratégica, sobre transparência orçamentária; diversidade da força de trabalho do setor público; monitoramento e avaliação; estruturas de gerenciamento de risco; e na formulação de políticas coerentes. Uma vez que os Estados-Membros da ONU, por meio de seu Conselho ECOSOC¹, endossaram os princípios em 2018, eles estão sendo usados para analisar e ou criar novas estruturas de governança em um número crescente de países. O Mecanismo de Avaliação por Pares Africanos da União Africana está preparando um estudo sobre o uso dos princípios em uma seleção de países africanos que deve ser publicado em meados de 2021 (MEULEMAN, 2021, p.6, tradução nossa).

¹ O Conselho Econômico e Social está no centro do sistema das Nações Unidas para promover as três dimensões do desenvolvimento sustentável – econômica, social e ambiental. É a plataforma central para promover o debate e o pensamento inovador, forjando consenso sobre os caminhos a seguir e coordenando esforços para atingir metas acordadas internacionalmente. Também é responsável pelo acompanhamento das principais conferências e cúpulas da ONU (<https://www.un.org/ecosoc/en/content/about-us>).

Quadro 10 - Princípios de governança eficaz para o DS.

| Critérios para a Qualidade Institucional segundo ODS 16 | Princípios de Governança |
|--|--|
| Eficácia | <p>1. Competência - Para desempenhar suas funções de forma eficaz, as instituições devem ter conhecimentos, recursos e ferramentas suficientes para lidar adequadamente com os mandatos sob sua autoridade</p> <p>2. Definição de políticas sólidas - Para alcançar os resultados pretendidos, as políticas públicas devem ser coerentes entre si e fundamentadas em fundamentos verdadeiros ou bem estabelecidos, de acordo com os fatos, a razão e o bom senso.</p> <p>3. Colaboração - Para abordar os problemas de interesse comum, as instituições em todos os níveis de governo e em todos os setores devem trabalhar em conjunto e em conjunto com atores não estatais para o mesmo fim, propósito e efeito.</p> |
| Responsabilidade | <p>4. Integridade - Para servir ao interesse público, os funcionários públicos devem cumprir seus deveres oficiais com honestidade, justiça e de maneira consistente com a solidez dos princípios morais.</p> <p>5. Transparência - Para assegurar a responsabilização e permitir o escrutínio público, as instituições devem ser abertas e francas na execução das suas funções e promover o acesso à informação, sujeitas apenas às exceções específicas e limitadas previstas na lei.</p> <p>6. Supervisão independente - Para manter a confiança no governo, as agências de supervisão devem agir de acordo com considerações estritamente profissionais e separadas e não afetadas por outras.</p> |
| Inclusão | <p>7. Não deixando ninguém para trás - Para garantir que todos os seres humanos possam realizar seu potencial em dignidade e igualdade, as políticas públicas devem levar em conta as necessidades e aspirações de todos os segmentos da sociedade, incluindo os mais pobres e vulneráveis e aqueles sujeitos à discriminação.</p> <p>8. Não discriminação - Para respeitar, proteger e promover os direitos humanos e as liberdades fundamentais de todos, o acesso ao serviço público deve ser assegurado em condições gerais de igualdade, sem distinção de qualquer espécie de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou outra, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, deficiência ou outra condição.</p> <p>9. Participação - Para ter um Estado eficaz, todos os grupos políticos importantes devem estar ativamente envolvidos em assuntos que os afetam diretamente e ter a chance de influenciar a política.</p> <p>10. Subsidiariedade - Para promover um governo que responda às necessidades e aspirações de todas as pessoas, as autoridades centrais devem realizar apenas as tarefas que não podem ser executadas de forma mais eficaz a um nível mais intermédio ou local.</p> <p>11. Equidade intergeracional - Para promover prosperidade e qualidade de vida para todos, as instituições devem construir atos administrativos que equilibrem as necessidades de curto prazo da geração atual com as necessidades de longo prazo das gerações futuras.</p> |

Fonte: Meuleman (2021, p.6)

De acordo com pesquisas realizadas por Meuleman (2021), os atores que gerenciam a implantação da Agenda 2030 em nível nacional, frequentemente não consideram seu Ministério de assuntos administrativos como um parceiro lógico e necessário. Para o autor, a qualidade da administração e governança públicas é

vislumbrada como vetores que pertenciam às organizações governamentais. De modo geral, a qualidade das instituições públicas pode desacelerar ou acelerar a implementação dos ODS, mas ainda não é considerada uma área de política estratégica. Para enfrentar os desafios descritos, o autor recomenda:

Aplicar a orientação desenvolvida pelo Comitê de Especialistas em Administração Pública da ONU na forma de 11 princípios de governança efetiva para o desenvolvimento sustentável, que foram endossados pelo Conselho ECOSOC da ONU para fazer uma análise SWOT e desenvolver uma política estratégica de apoio aos ODS; tornar os Departamentos de 'Assuntos Administrativos' parte, por exemplo, de comitês interministeriais nacionais sobre a implementação dos ODS. Só então eles podem desenvolver mecanismos institucionais adequados e garantir as competências e habilidades da força de trabalho direcionados para permitir a integração dos ODS; tornar o monitoramento e a avaliação do progresso dos ODS 16 e 17 mais focados na qualidade das instituições públicas, na coerência das políticas e nas parcerias; comece a usar, por exemplo, o novo indicador composto da ONU para coerência de políticas (ODS 17.14.1). Garantir que todos os documentos de política sobre a implementação dos ODS 1–15 contendam uma seção sobre a qualidade necessária das instituições públicas e governança para garantir uma implementação eficaz (MEULEMAN, 2021, p. 6-7, tradução nossa).

Os aspectos ideopolíticos e funcionais das três áreas conclusivas do Ciclo de Capacidades Institucionais com fito na consecução da Agenda 2030 proposto por Meuleman (2021) contempla três tipologias processuais: 1-) **Administração Pública Orientada para a Missão e Reforma da Governança**; 2-) **Metagovernança para enfrentar *trade-offs* e benefícios das sinergias e**, 3-) **Silos Políticos, Institucionais e Mentais**.

A Influência do modelo da Nova Gestão Pública (NGP) com foco em descentralização de políticas apresenta o seguinte arquétipo funcional segundo Meuleman (2021): a filosofia de gestão 'menos é mais' evidencia a ideia de que os governos devem 'dirigir, não remar'; eles devem fazer políticas, mas utilizar outros setores para prestar serviços públicos. A crise da Covid-19 mostrou alguns impactos negativos disso no ODS 3 (boa saúde e bem-estar), como a falta de estoque de equipamentos médicos em hospitais. A Reforma da Gestão Pública, na visão do autor, deve ter foco principal na Missão do Setor Público, uma capacidade institucional relevante para a contribuição das organizações públicas para o alcance da eficácia dos ODS.

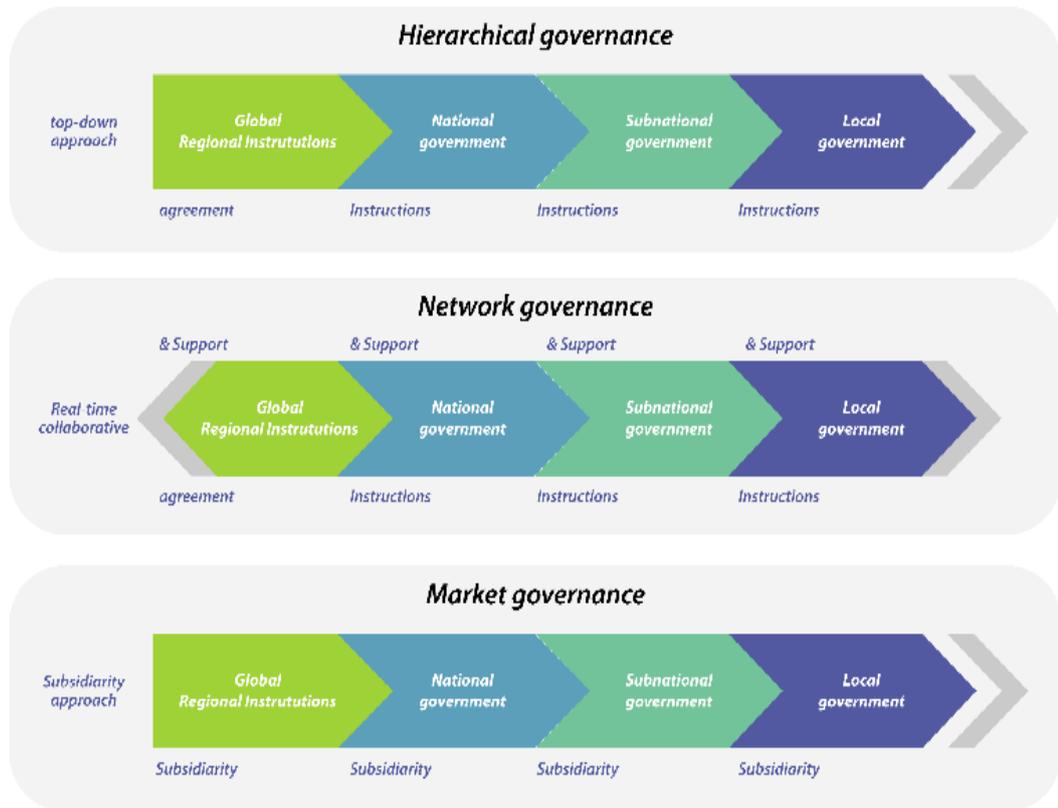
A crise sanitária causada pela COVID-19 nos anos de 2020 e 2021 contribuiu para que a sociedade reconhecesse a importância do papel crucial dos valores criados

pelo setor público e suas políticas voltadas para a qualidade da administração pública e governança. Para Meuleman (2021), a reforma do modo de governança corrobora para uma melhor implementação da Agenda 2030 que demanda uma gestão e eficaz e feita sob medida, em vez de receitas de modernização eficientes e padronizadas. A missão pública global seria atingir os ODS até 2030 e estaria aberta para usar todas as ferramentas e recursos disponíveis que possam ajudar na aceleração, incluindo o orçamento, o sistema tributário e as compras públicas. A reforma do setor público voltada para a missão incluiria a coordenação horizontal e vertical, e a colaboração dentro de um conceito de 'todo o governo' e 'toda a sociedade', tornando as organizações públicas mais ágeis na solução de problemas diversos da sociedade. Logo, a efetividade de políticas de reforma do setor público com foco nos fitos da Agenda 2030 perpassa pelo interacionismo entre governança e metagovernança, isto é, delinear um modelo de senso de direção que contribua para a implementação da Agenda 2030 com políticas, estratégias e marcos normativos avaliados ex-ante e post-facto com coerência na gestão institucional inclusiva, implementando governança multinível colaborativa no enfrentamento de desafios políticos importantes e urgentes.

Meuleman (2008, 2021) define **política** como sobre o que e quando (os objetivos, metas, marcos), e **governança** é sobre como as (quais ferramentas, instrumentos, processos) e quem (atores, partes interessadas). A governança pode então ser definida como a totalidade das interações nas quais o governo, outros órgãos públicos, setor privado e sociedade civil participam (de uma forma ou de outra), visando solucionar desafios públicos ou criar oportunidades públicas. Kersbergen e Waarden (2004), denominam os estilos de governança como os processos de tomada de decisão e implementação, incluindo a maneira como as organizações envolvidas se relacionam umas com as outras.

Pesquisadores distinguem na literatura três estilos básicos de governança que têm seus próprios valores, lógicas e ferramentas: governança hierárquica, de rede e de mercado (PETERS, 1998; KOOIMAN, 2003; MEULEMAN, 2008; POLLITT E BOUCKAERT, 2011; BARNETT, 2021; HOWLETT; CAPANO; RAMESH, 2021). Os três estilos têm uma lógica interna forte e podem ser sinérgicos (por exemplo, hierarquia/regras para fortalecer um processo conjunto de apuração de fatos do tipo rede) ou debilitantes (por exemplo, hierarquia promove confiabilidade que pode ser inflexível, enquanto governança de mercado promove flexibilidade).

Figura 7 - Tipologias de Governança.



Fonte: Meuleman (2021, p.9)

Os marcos conceituais das tipologias de governança, bem como a definição de metagovernança, são evidenciados no Quadro 11.

Quadro 11 - Matriz Conceitual das áreas prioritárias para desenvolvimento de capacidades institucionais para consecução dos 17 ODS da Agenda 2030 - Tipologias de Governança e Metagovernança.

| | | |
|--|---|---|
| <p>Tipologia: Metagovernança para enfrentar <i>trade-offs</i> e benefícios das sinergias</p> <p>Tipologias de Governança segundo Meuleman:</p> <p>Governança Hierárquica Elementos definidores: Racionalidade, confiabilidade, estabilidade, legitimidade, justiça, responsabilidade, design, autoridade, instruções, comunicação unilateral, dependência, subordinados, obediência, baseado em regras, comando e controle.</p> | <p>Desafios: Governança concreta é, então, a totalidade de instrumentos, procedimentos e processos concebidos para enfrentar um problema social. Governança para a sustentabilidade lida com problemas complexos em um contexto de caráter multissetorial, multinível e multiator.</p> | <p>Elementos-Chave: Constructos Epistêmicos de Meuleman (2021, p.10-11): Tomadores de decisão aderem a uma abordagem de governança, mas - por intuição ou cálculo - usam uma ampla caixa de ferramentas que se baseia em várias abordagens.</p> <p>Metagovernança ou governança de governança. Não é a</p> |
|--|---|---|

| | | |
|---|--|---|
| | | governança em si (assim como a metafísica não é física), mas uma abordagem e método para gerenciar conflitos entre estilos de governança hierárquica, de rede e de mercado e criar combinações sinérgicas. |
| <p>Governança de Rede Elementos definidores: Parcerias, aprendizagem colaborativa, cocriação para inovação, arranjos informais, baseados na confiança, harmonia, comunicação como diálogo, gestão de processos, diplomacia, dependência mútua, abordagem de ganhos mútuos, consenso, Acordos voluntários acordos, convênios</p> | <p>Governança de Mercado Elementos definidores: Racionalidade, orientada a custos, flexível, competição como impulsionadora da inovação, preço, marketing, descentralizada, ascendente, individualista, autonomia, autodeterminação, capacitação, serviços, contratos, incentivos, prêmios e outros instrumentos baseados no mercado</p> | <p>Recomendações: Compreender que os estilos de governança são normativos e que a metagovernança é um método para gerenciar conflitos, falhas e sinergias, um ponto de partida para melhorar a administração e a qualidade da governança.</p> |

Fonte: Adaptado dos construtos teóricos de Meuleman (2021, p.7-16, tradução do autor)

Niestroy, Krieger e Melchor (2022) defendem que as três tipologias de estilo de governança apresentam suas próprias fortalezas e limitações e usualmente emergem em associações, influenciando a funcionalidade dos sistemas de políticas. Os autores ressaltam que os administradores públicos podem colocar em prática o que se denomina como **metagovernança** (JESSOP, 1997; MEULEMAN, 2008). A abordagem epistêmica da metagovernança contribui para eliminar as fraquezas do estilo de governança culturalmente dominante (mistura). A metagovernança (governança da governança) objetiva projetar e gerenciar combinações de três estilos de governança que funcionem de acordo com o contexto político.

Para Meuleman (2008), a metagovernança pode ser conceituada como um modo de concertação sociopolítica para gerar determinado patamar de governança coordenada, estimando e administrando combinações profícuas de governança hierárquica, de mercado e de rede, para se atingir melhores desempenhos para se

atingir os melhores desempenhos na óptica dos gestores das organizações do setor público, que são enquadrados como metagovernadores.

Pierre e Peters (2021) defendem que o sentido basilar da metagovernança é de supervisão e equilíbrio. A abordagem dominante da metagovernança fita a caixa de ferramentas de governança completa, com valores hierárquicos, de rede e de mercado com seus princípios e mecanismos de funcionamento. Uma segunda abordagem adota uma abordagem parcial e se concentra na governança da rede. Governança é então a gestão de redes, enquanto a metagovernança é uma forma de fortalecer/melhorar a gestão de redes. Essa perspectiva é utilizada na Dinamarca e em outros países escandinavos e é balizada essencialmente em estudos de caso locais, em que redes de profissionais e partes interessadas desempenham um papel central na implementação e gestão de políticas de governo (TORFING; SORENSEN; FOTEL, 2009). Como a aplicabilidade desta abordagem é culturalmente limitada a países com uma cultura de rede subjacente, há uma necessidade latente de concepção mais ampla de governança para que se possa apresentar argumentos que facilitem a efetiva adesão dos países da União Europeia no engajamento da consecução dos 17 ODS da Agenda 2030 da ONU.

Meuleman (2021) categorizou 50 recursos de Metagovernança (Figura 8) como marcos direcionadores para gestão pública integrada aos preceitos fundantes do compromisso de engajamento de *stakeholders* e agências públicas e societais na promoção dos fitos de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030 da ONU.

Meuleman (2021), através de pesquisas realizadas nos âmbitos geopolítico e da gestão pública em esferas nacional e internacional, também identificou um neoconstruto que dificulta a cooperação interorganizacional entre entes públicos no alcance dos fitos institucionais da Agenda 2030, intitulado Silos que podem ser classificados em políticos, institucionais e mentais. Para o autor, um Silo é um agrupamento isolado, departamento etc., que funciona separadamente dos outros, especialmente de uma forma vista como um obstáculo à comunicação e à cooperação. A categorização definida por Meuleman (2021) está configurada sob égide das seguintes tipologias conceituais:

Silos institucionais: a maioria das organizações governamentais (e de fato a maioria das grandes organizações) funciona como burocracias clássicas. Eles organizam seu trabalho dividindo problemas complexos em problemas parciais mais simples, que são tratados por entidades burocráticas setoriais ou funcionais separadas, que tendemos a chamar

de "silos";2) Silos políticos: nas democracias, os políticos precisam conquistar maiorias. Isso vem com diferentes graus de competição e lutas pelo poder. Os políticos individuais tendem a se concentrar em seu arquivo e defendê-lo, para levantar seus próprios perfis. Isso pode levar a silos políticos. Como os silos políticos são quase inerentes ao sistema democrático, há limites para combatê-los, o que também depende da cultura política do país;3) Silos mentais: Além disso, e muitas vezes relacionados, existem silos mentais; as pessoas têm a firme convicção de que a definição e a solução de seus problemas não são apenas as melhores, mas também o único caminho a seguir. Diferentes setores de políticas, como agricultura, transporte e meio ambiente, têm sua própria visão de mundo e tendem a operar isoladamente (MEULEMAN, 2021, p.17, tradução nossa).

Figura 8 - Diagrama do Marco Conceitual – 50 recursos de metagovernança para ODS.

| | | | | |
|------------------------|---------------------------------------|--------------------------------|--|---|
| 1. Modos de vida | 11. Estilos de estratégia | 21. Mecanismo de controle | 31. Estilos de responsabilidade | 41. Valores dos Funcionários públicos |
| 2. Valores relacionais | 12. Responder à resistência | 22. coordenação mecanismo | 32. Contexto | 42. Competências essenciais dos funcionários públicos |
| 3. Teor.fundo | 13. Organiz. orientação | 23. Tipos de transação | 18. Gerenciamento de processos e projetos | 43. Objetivos de desenvolvimento de gestão |
| 4. Conceitos chave | 14. Percepções do ator | 24. Grau de flexibilidade | 34. Abordagens de reforma do setor público | 44. Lidando com o poder |
| 5. Modos de cálculo | 15. Seleção de atores | 25. Nivel de comprometimento | 35. Inovação | 45. Tipos de resolução de conflito |
| 6. Virtudes primárias | 16. Balanço dos atores | 26. Estilos de comunicação | 36. Tipos de relação | 46. Adequação para tipos de problemas |
| 7. Motivo comum | 17. Lógica institucional | 27. Funções do conhecimento | 37. Interações sociais | 47. Reenquadramento |
| 8. Motivos dos atores | 18. Lidando com silos organizacionais | 28. Ciência-política interface | 38. Funções dos gestores públicos | 48. Tipico de falhas de governança |
| 9. Funções do governo | 19. Instrumentos de política | 29. Avaliações de impacto | 39. Estilos de liderança | 49. Papel da contratação pública |
| 10. Metáforas | 20. Unidade de tomada de decisão | 30. Acesso à informação | 40. Grau de empoderamento dentro da organizações | 50. Saída típica e resultado |

Fonte: Meuleman (2021, p.13).

O Quadro 12 a seguir apresenta uma visão conceitual sinótica do pensamento de Meuleman (2021) sobre as tipologias de Silos:

Quadro 12 - Matriz Conceitual das áreas prioritárias para desenvolvimento de capacidades institucionais para consecução dos 17 ODS da Agenda 2030 - Tipologias de Silos: Políticos, Institucionais e Mentais.

| | | |
|--|---|--|
| <p>Tipologia:</p> <p>Silos Políticos, Institucionais e Mentais</p> | <p>Desafios:</p> <p>Coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável balizada por um <i>mindset</i> além dos silos (grupo fechado) políticos, institucionais e mentais.</p> | <p>Elementos-Chave: Constructos Epistêmicos de Meuleman 2021:</p> <p>a) Habilidades de negociação para desafios de sustentabilidade b) Melhoria da gestão pública horizontal e vertical</p> |
| | <p>Preparar a administração pública para a Agenda 2030 requer mudança de mentalidades: muitas falhas de governança podem estar diretamente relacionadas à mentalidade de um dos três estilos de governança.</p> | <p>c) Neoconceito: coerência das políticas para o desenvolvimento que visa considerar os impactos das políticas domésticas (dos países do norte) nos países do sul. Com a Agenda 2030, esse conceito foi ampliado para incluir 'coerência de políticas para o desenvolvimento sustentável.</p> |
| <p>Recomendações:</p> <p>Aumentar a conscientização sobre fortalezas e vulnerabilidades do modelo PAG.</p> <p>Alinhar PAG à Agenda ODS.</p> | <p>Diagrama do Marco Conceitual: Sentidos das Coerência Vertical x Coerência Horizontal.</p> | |

Fonte: Adaptado dos construtos teóricos de Meuleman (2021, p.7-16, tradução do autor)

A seguir, apresenta-se no Quadro 13 um arcabouço teórico sintético de marcos-chave temáticos e perspectivas epistemológicas de 5 artigos internacionais publicados no ano de 2021, perscrutados na plataforma *Web of Science* através de análise bibliométrica que apresentaram interfaces robustas de pesquisa entre gestão pública e os 17 ODS:

Quadro 13 - Marcos-Chave temáticos capturados através de Análise Bibliométrica ano de 2021.

| Autores | Marcos-Chaves | Perspectiva Epistemológica |
|--|---|--|
| Younis e Mamdouh (2021, p.1-3, tradução nossa) | Novas práticas de gestão pública precisam ser geradas de forma sustentável para cumprir a teoria do contrato social, protegendo a felicidade, a segurança e o desenvolvimento dos cidadãos. | A Administração Pública, com suas políticas de desenvolvimento e prestação de serviços, está voltada para um amplo senso de segurança, planejamento ambiental, orientação cidadã e direitos humanos básicos. Os ODS provaram ser uma visão forte alinhada com a definição de prioridades dos requisitos da nação e os ciclos de políticas nacionais e a orientação para a cidadania. |
| Ribeiro <i>et al.</i> (2021) | O papel das tecnologias de informação e comunicação (TICs) na avaliação efetiva dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) relacionados às iniciativas no âmbito da gestão de cidades. | Tecnologias inteligentes e cidades sustentáveis. Há múltiplas propostas de avaliação dos resultados relacionados ao processo de consecução dos 17 ODS relacionados ao uso das TICs na gestão de cidades inteligentes e sustentáveis. |
| Walkowiak (2021) | Todos os objetivos da Agenda foram determinados tendo em vista os desafios civilizacionais globais, mas para que sejam implementados é necessário o envolvimento de diversos atores na realização de projetos em escala nacional, regional e local. | A criação de parcerias multilaterais público e público-privadas como câmaras de direito público podem integrar um sistema institucional de administração pública. |
| Mirzamani, Naderi-Beni e Mohammadian (2022) | De acordo com a teoria institucional, a Nova Gestão Pública (NPM) é disseminada para países em desenvolvimento. Países, independentemente de seu contexto anglo-saxão e por isomorfismo que é processo pelo qual os governos adotam estruturas e práticas semelhantes. Existem três mecanismos para isomorfismo: coercitivo, criado por fatores | A NPM aumenta a capacidade política de governos. Surgimento da NPM tem sido o resultado de processos macrosociais e culturais que fizeram mudanças na rotina e tarefas de alto nível de um governo que exigem um conjunto de capacidades a serem executadas. No âmbito de contradições e paradoxos, a privatização via NPM diminuiu a capacidade política de |

| | | |
|--|--|--|
| | políticos e a questão da legitimidade; mimético que é o resultado de copiar o melhor das práticas de governos bem-sucedidos; e, normativo que é o resultado da pressão de profissionais e grupos. | governos bem como o downsizing e terceirização. |
| Jain, Courvisanos e Subramaniam (2021) | Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), acordados por todos os países membros da das Nações Unidas, exigem ação urgente sobre os problemas mais prementes do mundo. O sucesso requer a participação de baixo para cima das partes interessadas locais (localização). Este estudo de caso de Timor-Leste – uma economia incipiente, apoiada por combustíveis fósseis – mapeia a consciencialização e compromisso das partes interessadas de base com os ODS e os obstáculos à localização. | O esteio teórico de Habermas sobre a evolução social e a Ação Comunicativa ajuda a analisar a dinâmica sociopolítica e estrutural da gestão pública afetando a localização dos ODS em uma nação em desenvolvimento. Dificuldades implementação/localização ODS: incapacidade dos governos de disseminar uma visão clara sobre a importância dos ODS, falta de capital humano e fundos, um sistema administrativo-público fraco, fortes nuances sociopolíticas e baixa infraestrutura de governança para dar suporte a relacionamentos com várias partes interessadas. |

Fonte: Análise bibliométrica a partir da plataforma *Web of Science*.

O Quadro 13 evidencia um panorama sinótico dos desafios da gestão pública no processo de contribuição para a consecução dos 17 ODS. Um aspecto relevante refere-se ao marcador localização dos ODS, que corresponde ao engajamento dos atores públicos e cidadãos dos municípios na promoção da Agenda 2030 integrado às dinâmicas de concertação social na direção da base para o topo nas ideias e gestão de políticas voltadas para o desenvolvimento sustentável.

Outro aspecto importante na implementação dos 17 ODS é a capacidade dos governos de gerenciarem crises, policrises ou permacrises buscando soluções efetivas para problemas que emergem em contextos políticos cambiantes. A parceria dos governos com a sociedade civil, setor privado e universidades sob égide da quádrupla hélice podem atenuar em rede a complexidade e aspectos não lineares de turbulências geopolíticas, nacionais ou subnacionais, sendo mais responsivos e eficazes, já que a eficiência hierárquica e tecnoburocratizada em excesso enfraquece a gestão e diminui o engajamento de *stakeholders*.

O Plano Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável que vem sendo protagonizado pela ONU e seus países membros desde 2015, demanda dos governos nacionais, subnacionais e locais um

sistema político que gerencie de forma integrada as iniciativas e decisões correlacionadas. Após o mundo ter passado pela grave crise da Pandemia pela Covid-2019, percebe-se que as iniciativas de promoção da Agenda 2030 são lentas e que as desigualdades econômicas e sociais recrudesceram e que a civilização contemporânea está distante de consumir e produzir com lastro em sustentabilidade.

2.3 Responsividade e políticas públicas na educação profissional e tecnológica: estesia reflexiva e paradoxos estruturais

Souza (2006) apresenta um conceito sinótico de políticas públicas:

[...] política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (SOUZA, 2006, p.26).

O artigo intitulado *Perspectivas Teóricas sobre o Processo de Formulação de Políticas Públicas* escrito pela pesquisadora Capella (2006), buscou esclarecer duas modelagens que explicam o fenômeno de constituição da agenda-*setting* (agenda de políticas governamentais). O processo compreensivo dos modelos apresentados contempla aspectos das dinâmicas reais do sistema político, mediações intrínsecas, significados e sentidos bem como relações de poder nas operações de concepção de uma política pública.

O eixo central dos dois modelos apresentados pela autora perpassa pelas motivações que levam uma questão específica societal a ser percebida pelo governo como relevante e passa a fazer parte de sua agenda. Há dois fatores que lastreiam as lentes empíricas de investigação do fenômeno de formulação de políticas públicas: ambiguidade que está coadunada com a semântica de ambivalência, ou seja, a presença simultânea de diferentes interpretações, muitas vezes conflitantes, sobre um mesmo fenômeno; e a incerteza que decorre da ausência de informação (CAPELLA, 2006).

Capella (2006) desvela duas modelagens que explicam o processo de formulação de uma agenda governamental: o modelo de Múltiplos Fluxos (*Multiple*

Streams Model) delineado por Kingdon (2003) e o modelo de Equilíbrio Pontuado (*Punctuated Equilibrium Model*), de Baumgartner e Jones (1993).

De acordo com Capella (2006), Kingdon (2003) parte de uma inquirição seminal: por que um problema se torna importante para um governo? A partir da pergunta-chave, Kingdon (2003) fundamenta seu modelo epistêmico delineando uma proposição na qual o processo decisório nas políticas públicas poderia ser configurado pela confluência de três fluxos correntes: a corrente dos problemas (*problems*), a das propostas ou alternativas (*policies*) e a da política (*politics*). Logo a agenda-setting é guiada por mecanismo delineador caracterizado por: 1) emergência ou validação de um problema pela sociedade em geral; 2) delineamento de ideias e alternativas conceituais – lastreadas por especialistas, investigadores, políticos e atores sociais, dentre outros; 3) contexto político, administrativo e legislativo favorável ao desenvolvimento da ação.

As perspectivas 1 e 2 convergem com o conceito de responsividade pública no qual há uma contribuição epistêmica relevante que possibilita o diálogo social entre devir público emancipatório e efetividade de políticas públicas na promoção do DS que é a resposta de governos às demandas societais. Powell (2004) apresenta o conceito de **responsividade** que é caracterizada pela escuta ativa dos cidadãos e suas demandas, pelo delineamento de políticas balizadas pela participação popular e por deliberações coletivas. Um sistema de governo ou instituição é responsivo quando prioriza políticas que são referenciadas pelos cidadãos. A responsividade tem interface diretiva com o esteio teórico de Dahl (2005) sobre poliarquia plena que ocorre quando se qualifica sistemas de governo considerados democracias ativas através de elevados níveis de contestação e participação políticas do coletivo da sociedade.

No âmbito do marco teórico em curso, o pesquisador evidencia lineamentos da autora Capella (2006) para na sequência abordar a temática da responsividade pública. Ela descreve a modelagem dos múltiplos fluxos de Kingdon (2003) através de três tipologias:

- 1) Fluxo de problemas (*ProblemStream*): Indicadores, Crises, Eventos focalizadores, *feedback* de ações;
- 2) Fluxo de soluções (*Policystream*): Viabilidade técnica, Aceitação pela comunidade, Custos toleráveis;
- 3) Fluxo político (*Politicalstream*): Clima nacional, Forças políticas organizadas, Mudança no governo.

Para o modelo de Kingdon (2003), a mudança da agenda é o resultado da convergência entre os três fluxos: problemas (*problems*); soluções ou alternativas (*policies*); e política (*politics*).

O fluxo dos problemas do modelo Kingdon (2003) faz uma diagnose das possíveis configurações de como as questões são pautadas e reconhecidas bem como as motivações que as integram à agenda do governo. A priorização de foco governamental se concretizaria em função de três fatos (KINGDON, 2003): 1) indicadores que sinalizam a relevância societal de uma situação; 2) a existência de eventos, conjuntura de crises, desastres ou uma vivência individual; e 3) retroalimentação do acompanhamento de orçamento, custos e gastos. O posicionamento responsivo dos formuladores, por sua vez, depende de suas apreensões e hermenêuticas da realidade (CAPELLA, 2006). Enfatiza-se a importância dos indicadores sociais e econômicos, expressivos no setor governamental, como importantes para desvelar a magnitude dos problemas e influenciar a formação da agenda pública de diferentes setores.

O fluxo das soluções contempla um compêndio de ideias e proposições em discussão para obter predileção na rede de políticas. No contexto em epígrafe, há variações de apreensão de ideias, algumas os aspectos identitários não mudam, outras são combinadas ou desaparecem. Entre as possibilidades que dão origem às políticas públicas, há algumas tipologias de enquadramento, tais como: o nível de confiança técnica; o acolhimento e aceitação societal sob égide axiológica; e a capacidade de antever aspectos situacionais futuros, como os orçamentários (CAPELLA, 2006).

A perspectiva do fluxo político no modelo dos múltiplos fluxos três fatores são levados em consideração: o clima nacional (*national mood*), as forças políticas organizadas e as mudanças no governo. O clima nacional se caracteriza pela ascendência compartilhada das questões importantes na esfera societal, delineando uma ambiência favorável para a constituição da agenda política. As forças políticas organizadas correlacionam-se às compressões políticas feitas por coletivos, gerando acordos ou dissensos na arena política. As situações cambiantes no governo impactam a agenda tanto de agentes em posições de poder institucional elevado como na estrutura política do legislativo. Há um fator relevante a ser observado referente à fase inicial de novos governos que pode se constituir em momento propício à integração na agenda-setting de questões societais reprimidas (KINGDON, 2003).

Kingdon (2003) categoriza duas tipologias de atores no processo de formulação de políticas públicas: os participantes visíveis que são influenciadores sociais, midiáticos e políticos – o presidente, indivíduos por ele nomeados para altos postos na burocracia governamental, atores do Poder Legislativo, grupos de interesse, participantes do processo eleitoral, mídia e opinião pública; e os participantes invisíveis – possuem influência sobre a germinação das alternativas e soluções, sendo integrado por servidores públicos, analistas de grupos de interesse, assessores parlamentares, acadêmicos, pesquisadores e consultores.

O **modelo de múltiplos fluxos** destaca o papel dos empreendedores de políticas públicas no processo de formulação de políticas por serem hábeis negociadores e articuladores. Kingdon (2003) qualifica como abertura de janelas, a culminância do encontro dos três fluxos (problemas, soluções e política) enquadrando-o como oportunidade na qual os empreendedores de políticas públicas atuam apresentando suas propostas para a agenda-setting. As janelas de oportunidade também podem se fechar após uma decisão de política ser efetivada, uma solução fracassada, a questão perdeu visibilidade societal, mudança das pessoas engajadas na temática etc.

O esteio teórico de formulação de políticas públicas configurado em **modelagem de múltiplos fluxos** por Kingdon (2003) extraído do campo real das dinâmicas societais e políticas norte-americanas traz elementos de uma cidadania representativa através da qual a sociedade delega poderes a atores políticos que apropriados de visão ideológica, muitas vezes sem a aderência plena aos anseios de justiça social dos coletivos humanos, assumem papéis de protagonismo relativizado. A mídia, na visão de Kingdon (2003), toma para si um papel de mediador societal pós-agenda, o que na verdade como aparelho de reprodução ideológica, sua influência também é ex ante agenda, constituindo-se canal de interlocução velada ou aberta de elites econômicas e grupos que impetram através da força do capital a validação de interesses privados em detrimento do bem comum coletivo.

O modelo, apesar de sua linearidade epistêmica apriorística, mas com margens de evidências de flexibilização, adaptado à realidade brasileira traz elementos constitutivos singulares. Um exemplo histórico de medidas econômicas e sociais que no Brasil promoveu a despolitização da classe trabalhadora, têm-se as políticas públicas federais impetradas no Governo Lula que alimentaram na primeira década do Século XXI o mito da superação da crise por meio do aumento constante

do consumo popular que não se sustentou nos governos seguintes. Isto significa que além da ideologia dos mandatários eleitos, há um sistema político que se configura como um tabuleiro de xadrez no qual há constantes projetos em disputa de poder. Iniciativas de grupos de interesse através de *advocacy* ou *lobby* constituem aspectos culturais presentes na política em geral, inclusive na brasileira, além das anomalias como o fisiologismo, aparelhamento do Estado e grupos patrimonialistas que chegam ao poder. Os mecanismos de participação popular bem como a organização de coletivos ou o controle social que possa retroalimentar políticas públicas atuais gerando novas demandas ainda são eventos pífios no País. A cidadania deliberativa e efetiva participação societal são importantes para que haja responsividade efetiva na formulação de políticas públicas, mas requer um trabalho árdua de conscientização e educação política da população. A questão central é se a agenda governamental hegemônica atende principalmente aos interesses do grande capital e das elites econômicas em detrimento da classe trabalhadora, dos excluídos socialmente, do precariado, dos infoproletários, das minorias sociais (FEDERICI, 2021).

Nas democracias contemporâneas as demandas públicas são relevantes fatores no processo de delineamento de políticas públicas. Como evidenciado por Dahl (2005), um aspecto fundante da democracia é a continuidade da capacidade de resposta dos governos às escolhas e agenda da população, isto é, sua responsividade pública. A assertiva em tela sinaliza que os gestores públicos que aportam no radar do governo as demandas societais ampliam a governabilidade. Nas efetivas democracias, os cidadãos além de demonstrarem suas escolhas no dia das eleições, também acompanham o nível de alinhamento das decisões governamentais aos anseios da sociedade ao longo do marco temporal de um ciclo eleitoral (SCHAFFER; OEHL; BERNAUER, 2022).

Schaffer, Oehl e Bernauer (2022) aportam visões reflexivas através de seus estudos que compiladas como a descrição a seguir no Quadro 14, constituída de marcos sinóticos, possibilitam a emergência de marcadores correlacionados ao nível de eficácia da responsividade da gestão pública das instituições federais de ensino no Brasil, na materialidade objetiva dos anseios societais de promoção do DS e da Agenda 2030, sob égide de artesanaria científica.

Quadro 14 - Marcadores de Responsividade de Políticas Públicas.

| Responsividade: capacidade de resposta dos governos às demandas públicas | |
|---|--|
| Marcador | Compreensão Semântica |
| Alteridade Política | Representação política como um processo dinâmico em que o público e o governo respondem um ao outro |
| Comunicação Pública e Opiniário Multistakeholder | Relação entre opinião pública de massa e políticas governamentais |
| Interface Inputs e Outputs | Interface entre preferências dos cidadãos e os resultados das políticas governamentais, levando em consideração a eficácia das políticas |
| Conexões Causais em Políticas Públicas | Nexo demanda pública-produto da política |
| Retroalimentação da Responsividade Pública | Capacidade de resposta do governo à demanda pública envolve olhar para os resultados das políticas públicas em áreas-alvo específicas que parecem ser caras ao público. |
| Demanda Pública: Interesse Público x Opinião Pública | Uma combinação de interesse público (importância da questão) e opinião pública sobre a respectiva questão. O conceito de <i>interesse público</i> (importância da questão) capta a importância de uma determinada questão do ponto de vista dos membros de uma determinada unidade social (por exemplo, um país). O conceito de <i>opinião</i> captura o que as pessoas pensam sobre um determinado problema social e, mais importante, o que elas acham que deve ser feito a respeito, se é que deve ser feito, e por quem. |
| Debate Público | O debate público aumenta ainda mais a capacidade de resposta dos formuladores de políticas ou, mais precisamente, que uma maior relevância da questão aumenta o impacto da opinião sobre a capacidade de resposta das políticas. |
| Responsividade e Agenda 2030 (interface adaptativa mediada pelo pesquisador) | A co-ocorrência de altos níveis de relevância da questão e opinião positiva amplifica o efeito direto de ambos na produção de políticas públicas e cria as condições mais favoráveis para induzir novas políticas de desenvolvimento sustentável. A perspectiva teórica é que quando a relevância da questão da Agenda 2030 é alta (baixa) e a opinião sobre as políticas públicas sobre os 17 ODS é claramente positiva (negativa), a atenção dos formuladores de políticas será maior (menor), assim como os ganhos eleitorais (perdas) da ação (inação). |
| Responsividade: capacidade de resposta dos governos às demandas públicas | |
| Contexto Institucional/Sistema Eleitoral | O tipo de sistema eleitoral pode ser importante para a capacidade de resposta das políticas, mas exatamente como tem sido uma questão de debate na pesquisa acadêmica. Powell (2000) constata que os sistemas majoritários prestam mais atenção ao fluxo e refluxo da opinião pública porque uma mudança de opinião tem maiores consequências no dia das eleições nesses sistemas. Ao testar esse argumento empiricamente, Wlezien e Soroka (2012) descobriram que os governos em sistemas proporcionais são menos responsivos à mudança de opinião pública. No entanto, em termos de retórica governamental, Hobolt e Klemmensen (2005) constatam que o governo é mais responsivo na Dinamarca (um sistema proporcional) do que no Reino Unido (um sistema majoritário). Os partidos em sistemas eleitorais majoritários só precisam conquistar a maioria dos votos em metade de todos os distritos e, portanto, podem se concentrar estrategicamente em subconjuntos (regionais) da população com as plataformas eleitorais que oferecem. Em contraste, nos sistemas proporcionais, um partido deve atender às preferências de metade do eleitorado com sua plataforma para obter a maioria. |

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Schaffer, Oehl e Bernauer (2022, p.136-164), tradução do autor.

A responsividade pública perpassa transversalmente pelo sistema político de diferentes unidades sociais e enquanto estratégia de governo, esbarra nos confrontos e enfrentamentos existentes no espaço societal entre os diferentes *stakeholders*. Em sistemas políticos de cidadania deliberativa ou representativa, os patamares de gradação de força entre opinião pública e interesse público podem influenciar o direcionamento de governos no tocante ao aspecto decisional de políticas públicas em detrimento das mediações fisiológicas e de aparelhamento do Estado.

O Quadro 15 evidencia fases fundantes de práticas responsivas de governos com agregados de elementos de interface com a consecução dos fitos e metas da Agenda 2030 da ONU:

Quadro 15 - Desenho Empírico – Fases balizadoras do Nível de Responsividade Pública de Governos no processo de contribuição à consecução da Agenda 2030 com seus nexos políticos e societais causais.

| 1) Etapa Fundante: Anamnese do Efeito condicional esperado da opinião em diferentes níveis de relevância do problema (escopo para ação) | | |
|---|--|---|
| Opinion | Salience | |
| | Low | High |
| Negative | Low level of public policy output (-) | No public policy output (--) |
| Neutral | Low level of public policy output | Medium level of public policy output |
| Positive | Medium level of public policy output (+) | High level of public policy output (++) |

2) Fatores determinantes de Output (Política Agenda 2030) – Variável Dependente

2.1 Mapear Setores, metas e instrumentos, indicadores sobre leis, regulamentações correlacionadas ao tema da política e outras tipologias de medidas de políticas públicas;

2.1.1 Duas variáveis dependentes lastreiam a anamnese:

2.1.1.1 Variável responsividade geral: conta o número total de políticas correlacionadas à Agenda 2030 promulgadas durante um determinado ano como proxy para políticas públicas no campo dos 17 ODS;

2.1.1.2 Variável responsividade do alvo; esta variável dependente detalha os alvos específicos das políticas; por exemplo, se elas visam estilo de vida saudável ou trabalho e renda (*responsividade específica do alvo*). Assim, também fornece informações sobre o número total de políticas vinculadas aos 17 ODS promulgadas dentro de uma meta política específica durante um determinado ano.

3) Medição da demanda pública (variável independente) da Agenda 2030

3.1 Para operacionalizar o construto teórico demanda pública, é preciso traduzir suas três facetas, a saber, interesse público, opinião pública e debate público, em indicadores mensuráveis. Deriva-se então dois indicadores, *opinião publicada* e *relevância da mídia*, para representar a opinião pública e o interesse público como os elementos mais importantes da demanda pública por responsividade política.

3.1.1 Opinião publicada – análise de mídias e codificação de reivindicações

3.1.2 Relevância da mídia - a relevância da questão está ligada à atenção dos formuladores de políticas e, portanto, deve impactar a capacidade de resposta das políticas. A variável de *saliência da mídia* mede a participação de artigos de mídia sobre a Agenda 2030 da ONU como uma porcentagem do número absoluto de artigos em um determinado jornal.

3.1.3 Debate público - maior (menor) relevância da questão pode aumentar (amortecer) o efeito da opinião publicada na produção de políticas públicas.

O indicador relacionado ao debate político reflete os efeitos condicionais de opinião e saliência.

Exemplo: Quadro Correlacionado às Políticas de Mudanças Climáticas – Mensuração de Demanda Pública

Fonte: Adaptado pelo Autor dos construtos teóricos de Schaffer, Oehl e Bernauer (2022, p.136-164), tradução do autor.

Busemeyer (2022) em seu artigo científico intitulado “Feedback de Políticas e Resposta do Governo em uma Perspectiva Comparativa” (tradução nossa) aborda aspectos-chave que influenciam governos e os formuladores de políticas no processo de responsividade pública em um contexto de crise relativizada da democracia representativa como a força política de grupos de interesse e os partidos políticos. O autor faz ponderações políticas sobre as dinâmicas políticas e sociais do modelo de Estado Democrático de Direito Europeu nos Estados Unidos e nos países da União Europeia. O autor dialoga com o esteio científico de Gilens (2005, 2012), que preconiza a existência de viciações na capacidade de responsividade dos governos ao favorecerem a nobiliarquia política e financeira em detrimento dos cidadãos mais vulneráveis. Os formuladores de políticas podem ser cooptados por grupos de *lobby* econômico, contribuindo para o agravamento de assimetrias sociais (BUSEMEYER, 2022).

Há um debate emergente sobre a competição e interferência de grupos de interesse no processo de responsividade pública em contextos de agenda política restrita. O campo de disputa na ambiência dos sistemas políticos é constituído por diferentes agrupamentos de *stakeholders*, seja numa perspectiva liberal-pluralista ou neocorporativista. A força econômica do agrupamento sinalizará a intensidade de intervenção na resposta de governo através da utilização de aportes de recursos em campanhas políticas, considerado poder instrumental segundo Busemeyer (2022). De acordo com essa premissa, há uma propensão maior de escuta das demandas econômicas de negócios em detrimento dos coletivos sociais de massa. Em diálogo com Breunig e Koski (2018) e Busemeyer (2022) evidencia que a resolutividade das assimetrias no campo de disputa por políticas públicas é a manutenção da concorrência entre um número mais amplo de grupos de *stakeholders* que gera

equilíbrios de demandas conflitantes de tal forma que os formuladores de políticas fitem o atendimento às demandas sociais dos cidadãos.

De acordo com Busemeyer (2022), os partidos políticos configuram-se como fator de influência relevante no delineamento de políticas que respondam às demandas públicas, com correlação direta com aspectos normativos das democracias representativas. De acordo com estudos realizados pelo autor nos EUA, os partidos políticos são considerados como barreiras que dificultam a implantação dos anseios públicos reais da população pelos formuladores de políticas (como legisladores). de implementar a verdadeira vontade do povo (atendimento aos interesses de aliados em detrimento do bem comum coletivo). Para a efetividade do modelo do Estado Democrático de Direito, a legitimidade da responsividade pública está atrelada à conectividade direta entre os atores formuladores de políticas e os cidadãos, emergindo de forma contínua a interação entre escolhas públicas prioritárias e a política. Há também uma contradição no exercício do agir público do governo partidário que no sistema presidencialista é muito comum ser responsivo às preferências públicas dos eleitores medianos (BUSEMEYER, 2022).

2.3.1. Educação Profissional e Tecnológica e papel dos Institutos Federais no Brasil: gnosniologia crítica e reflexiva

Há uma questão central da crise civilizatória que o mundo atual vivência, particularizada no âmbito da sociedade brasileira, perpassa pelos vetores de reificação impetrados também pelo sistema político hegemônico no âmbito das políticas públicas educacionais de vertente tecnológica que correm o risco de coisificar através do tecnicismo exacerbado, a formação humana e política de trabalhadores. O economicismo político capitalista e sua crítica marxista clássica fitou o desvelamento de caminhos para a emancipação dos trabalhadores aos descortinar a estrutura ideológica de opressão à classe operária. Nos espaços de coletivos sociais contemporâneos, políticas enquadradas como voltadas ao bem comum coletivo, com frequência propiciam benesses econômicas, políticas e sociais às elites hegemônicas de poder (RODRIGUES, 2011).

O presente estudo justifica-se pela vertente ideopolítica que se delineia a partir da situação real da educação profissional e tecnológica no Brasil, que experiencia processo de expansão no âmbito de uma nova institucionalização,

superando vetores de precarização e tolhimento de um ideário de educação libertária, engessada pela tecnoburocracia estatal e monetarizada pela usurpação do mercado. O esteio teórico que baliza a nova institucionalização da educação de nível superior não universitária reflete a dissociação radical entre técnica e relação social. O desenvolvimento da educação tecnológica é realizado como fruto da síntese das práticas de negócios com o conhecimento científico numa perspectiva que demanda uma crítica social em sua análise. A exacerbação do aspecto tecnicista e do desenvolvimento de competências voltadas para as necessidades do mercado no âmbito da educação tecnológica pode implicar no reducionismo do ser humano à mera força-de-trabalho. A nova institucionalização dos Institutos Federais configura-se como subsistema que acolhe de forma “indutora” os filhos da classe trabalhadora, historicamente apartados do acesso à universidade (SANTOS, 2009).

A política pública de educação profissional e tecnológica está integrada ao macro sistema político do qual emerge seus lineamentos institucionais, emergindo atualmente uma crítica sobre o nível de convergência dela com as reais aspirações da sociedade, avaliando sob óptica crítica os processos de gestão, execução, articulação, mobilização, controle social e efetividade social. O teor ideológico da proposta educacional da nova institucionalização dos Institutos Federais (IF) no âmbito da realidade brasileira, requer reflexões sobre a influência dos aparatos de reprodução social de sua nova institucionalização dos IF sob égide da atual crise social e metabólica de reprodução do capital quando defendem no âmbito das contradições políticas, a retórica paradoxal (pois a prática é conservadora) da promoção da cidadania e da democracia em suas iniciativas de gestação educacional, além da contribuição para a formação de sujeitos políticos transformacionais (SAVIANI, 1994; FRIGOTTO *et al.*, 2006).

Logo, a eficácia da proposta pedagógica dos IF delineada pelo novo modelo institucional da educação tecnológica, é questionada pelas singularidades da *práxis* dos fundamentos tecnicistas, partir da qual se entifica o fenômeno estudado. O questionamento fundante é sobre quais os aspectos ideológicos da modelagem expansionista dos IF e como os mesmos divergem ou convergem da forma desumanizadora de sociabilidade (cujas raízes se encontram no capital) e em que medida se delineiam propostas alternativas de emancipação humana e política (práticas educativas anticapitalistas no âmbito das contradições) ou a prática real da educação profissional e tecnológica restringe socialmente em alguma medida a

formação política dos sujeitos educandos, robotizando-os tecnicamente, anestesiando-os sócio-politicamente, enquadrando-os como força de trabalho reducionista e subjugada pela lógica do sistema capitalista (SAVIANI, 1994; FRIGGOTO *et al.*, 2006).

À luz do esteio teórico de Goldmann (1979), emerge um processo de crítica desveladora da influência da política pública de educação tecnológica e profissional, enquanto instância reprodutora social, na reificação dos sujeitos educandos. Na reificação dos sujeitos sociais, sob lastro de sociedades industriais, o valor dos relacionamentos humanos e institucionais é monetizado enquanto mercadoria, passando a ser valor de troca. A essência humanizada do labor concreto quando reificado é ofuscada por labor abstrato, usurpado pelo mercado para ser comercializado, valor de troca. Os sistemas sociais balizados por mecanismos de sequestro e alienação da subjetividade da classe trabalhadora, estrese interações sociais coisificadas. O ser humano é reduzido e mantido à sombra.

Fuini (2021), sob égide do pensamento de Foucault (2014), realizou um estudo compreensivo das perspectivas educativa, política e ética da Rede Federal e suas interfaces sociais com mecanismos de poder e saber que propicia reflexivas críticas sobre o papel social dos IF no Brasil:

A hipótese desse estudo é que a Rede Federal Educação Profissional Científica e Tecnológica, desde sua origem, em 1909, vai assumindo as perspectivas que Foucault descreve como de uma sociedade disciplinar que vai se redesenhando em uma sociedade de controle e de segurança, em que a governamentalidade estatal é entrecruzada por elementos de uma lógica neoliberal de governar (governamentalidade), fortalecendo os princípios biopolíticos de controle sobre a população, a vida e espécie humana, em um processo de regulamentação e normalização da sociedade. Em termos educativos, essa transição, leva ao questionamento do poder-saber disciplinar e biopolítico - pautado em um modelo de escola de vigilância/classificatório ou de regulamentação/massificação -, abrindo também espaço para práticas de cuidar-se e cultivar-se (Foucault, 2004; Gallo, 2017), perspectiva vinculada à ideia de formação humana integral e escola unitária (FUINI, 2021, p.3).

A governamentalidade estatal, de acordo com Fuini (2021), inspirado por Foucault (2014), reforça politicamente o desenho funcional de sociedade disciplinar, segundo o qual as unidades educacionais são constituídas por *lócus* de individuação de forças que o autor faz alusão analógica ao processo de criação dos IF, balizados por marcos normativos de inspeção com proposição de grade de horários, tempos, itinerários e mediação material, organicidade seminal/original (semestres e turmas).

As políticas educacionais nacionais, como a proposta de Ensino Médio dos IF, evidenciam, segundo Fuini (2021), possibilidades emancipatórias de ensino, com a visão do trabalho como princípio educativo integrado à ciência, à tecnologia e à cultura, contribuindo para uma formação humana integral dos educandos. O autor evidencia uma relevante reflexão sobre o ser sujeito na visão foucaultiana, que associa o termo à seguinte perspectiva dicotômica: subjugação ao outro sob controle mecanomórfico; e, vínculo maiêutico consigo mesmo. Em dialogia com Foucault (2014), Fuini (2021) categoriza as lutas sociais de acordo com os seguintes marcadores: contra a hegemonia de classe/dominação, étnicas, sociais e religiosas; dos trabalhadores contra o desapossamento do valor gerado pelo trabalho; e por formas de subjetivação consciente.

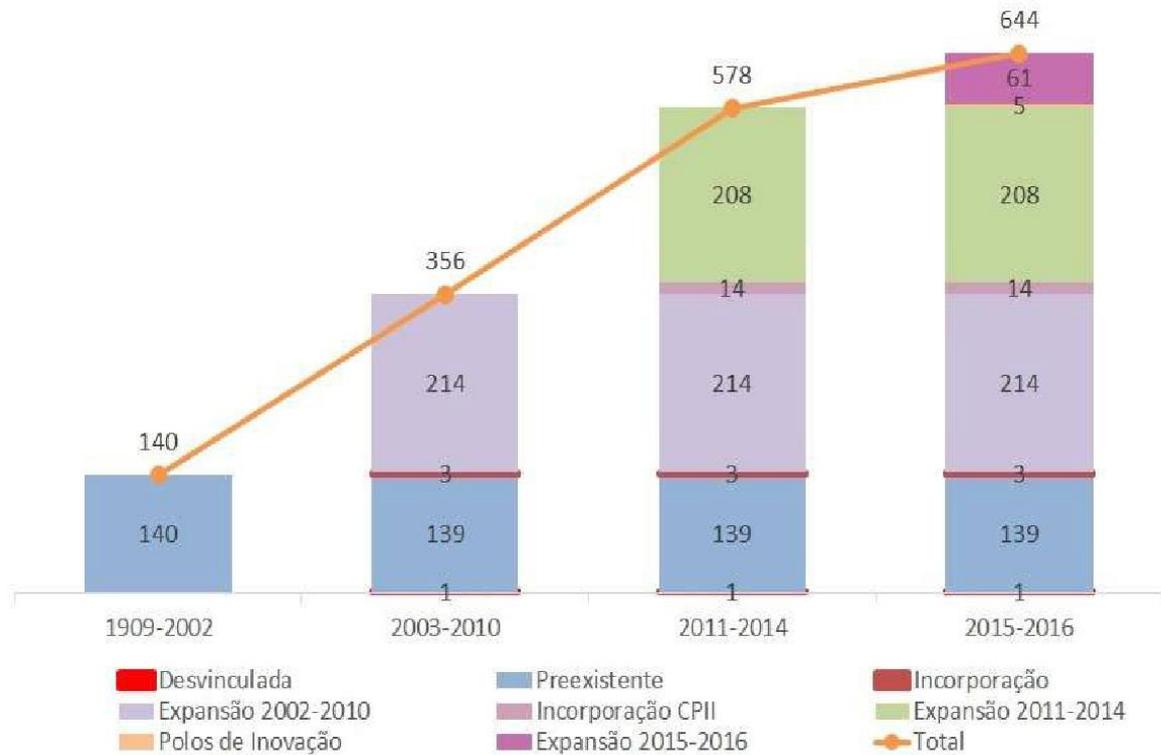
Silva (2014), aborda que o estudo das políticas de educação possui interface:

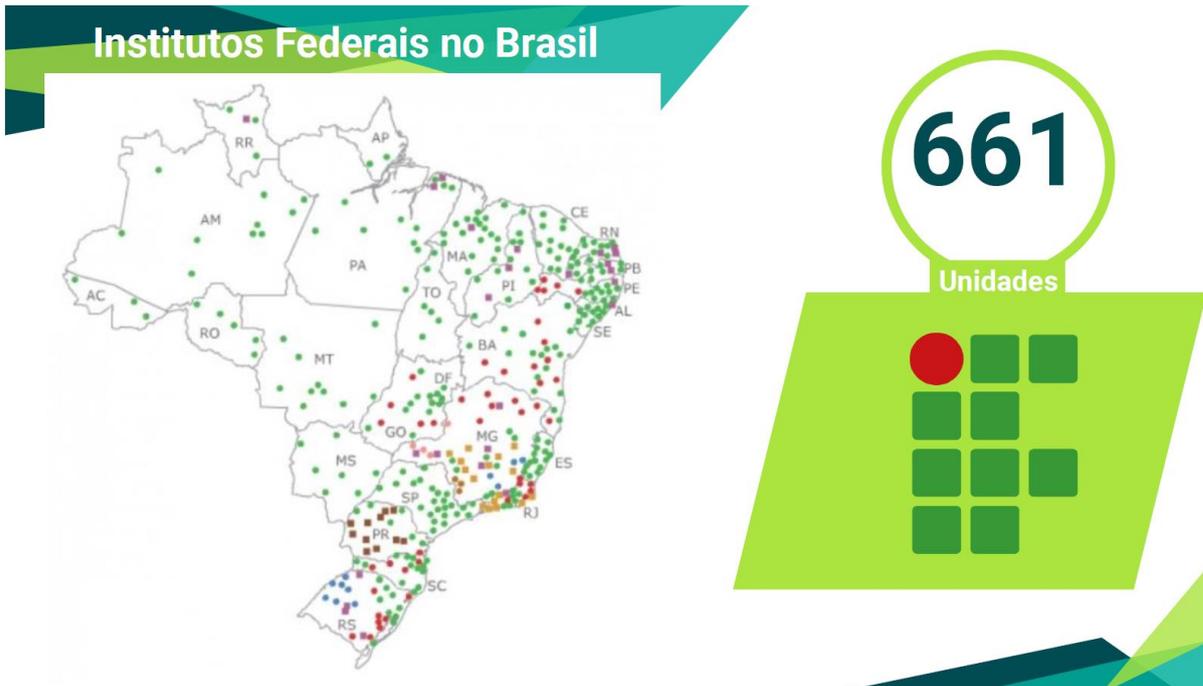
[...] com estudos locacionais de instituições de ensino; análises que envolvam as dinâmicas demográficas; demandas socioespaciais; atividades econômicas; equipamentos de infraestrutura; referências culturais identitárias; políticas e ideologias educacionais. Um olhar regional sobre a políticas de educação é relevante que leve em suas articulações aspectos multidimensionais - política, social, econômica, cultural e ambiental. Uma análise epistêmica da gestão educacional que dê conta: do passado - história/periodização; do presente - realidade/espaço vivido; e do futuro - devir/prospecção. Nessa perspectiva, a regionalidade transcende seu caráter disciplinar para analisar espacialmente um fenômeno essencialmente multidisciplinar. Por conseguinte, sua contribuição para o planejamento, organização e gestão tende a ser mais efetiva (SILVA, 2014, p. 655).

A Rede Federal no Brasil se caracteriza como operador fundante da política pública nacional de Educação Profissional e Tecnológica e é constituída pelos IF de Educação, Ciência e Tecnologia, Centros Federais de Educação Tecnológica, Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais, Universidade Tecnológica Federal do Paraná e Colégio Pedro II. No tocante à expansão da Educação Profissional Brasileira, a Rede Federal, no período de 2003 a 2016, foi vivenciando a maior expansão em números de unidades, e conseqüentemente de municípios atendidos. Vale evidenciar que no período de 1909 a 2002, foram construídas 140 escolas técnicas no País. Entre 2003 e 2016, durante os governos federais de Lula e Dilma, o Ministério da Educação (MEC) concretizou a construção de mais de 500 novas unidades referentes ao plano de expansão da educação profissional, totalizando 644 *campi* em funcionamento.

No período de Expansão 2016 a 2022, apenas 17 novas unidades foram implantadas nos governos federais Temer e Bolsonaro, totalizando atualmente 661 campi. Até o ano de 2016 os IF totalizaram 38 presentes em todos os estados, oferecendo cursos de qualificação, ensino médio integrado, cursos superiores de tecnologia e licenciaturas. Esses níveis de ensino demonstram as características dos IF com a oferta da educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi. Os quantitativos da expansão da Rede Federal foram expressos na Figura 9.

Figura 9 - Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - em unidades (1909 a 2016) e Mapa Geográfico atrelado.





Fonte: Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (2023).

Os *campi* do IFCE estão situados em 33 cidades, contempladas pelas 14 Regiões de Planejamento categorizadas pelo Governo Estadual (INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ, 2015).

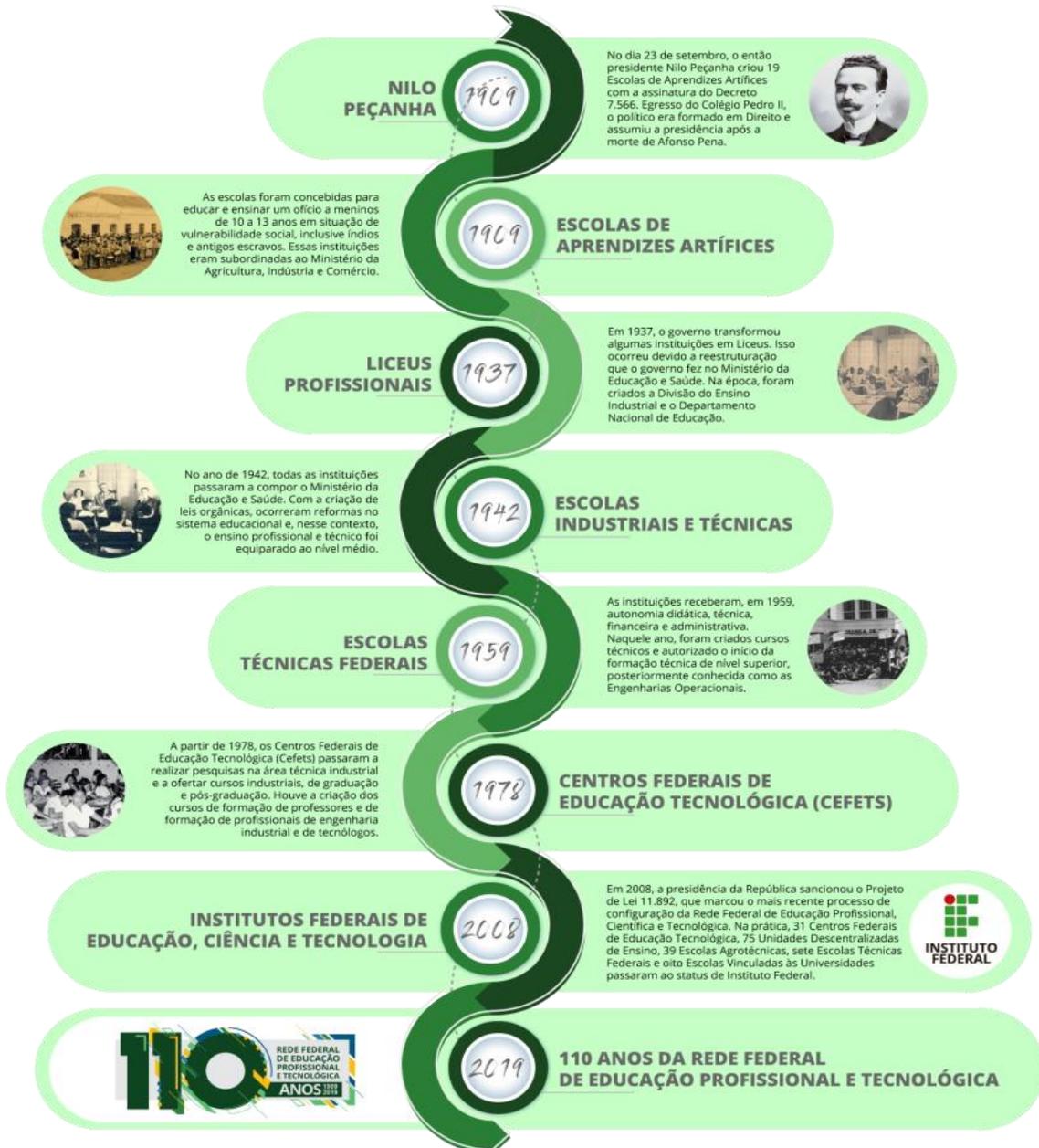
Os IF foram normativamente constituídos pela Lei Nº 11.892/2008 (BRASIL, 2008), são entes educacionais atuantes nos níveis de ensino superior, básico e profissional, com personalidade jurídica autárquica, financeiramente, administrativamente e academicamente autonomizados, cujos objetivos-chave contemplam a capacitação de profissionais nos diferentes níveis, desde os cursos de qualificação inicial e continuada do trabalhador até os de pós-graduação *stricto sensu*, além do desenvolvimento de pesquisa científica e extensão comunitária.

Com trajetória centenária, atualmente 38 IFs, dois Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets) e o Colégio Pedro II integram a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica². São 661 *campi*, mais de um milhão de matrículas e cerca de 80 mil servidores (professores e técnico-administrativos), ofertando ensino médio integrado, cursos superiores de tecnologia e licenciaturas

² A denominação Rede Federal sempre foi usada como referência ao conjunto de instituições federais vinculadas ao MEC, que atua na oferta de educação profissional e tecnológica. No entanto, é com a Lei n.º11.892/2008 que se cria a Rede Federal.

(CONSELHO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA, 2023).

Figura 10 – Marco longitudinal e histórico de criação dos Institutos Federais.



Fonte: Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (2023)

Os IF apresentam o compromisso social de oferecer educação profissional pública, gratuita e de excelência a jovens e trabalhadores, do campo e da cidade; viabilizam o acesso efetivo às conquistas científicas e tecnológicas, por meio da oferta

de qualificação profissional em diversas áreas de conhecimento; promovem a pesquisa aplicada e a inovação e atuam fortemente na extensão tecnológica.

Para Pereira e Cruz (2019, p. 9), o processo de expansão da Rede Federal no Brasil apresentou os seguintes marcos estruturantes:

A política de expansão seguiu dois vetores: **a regionalização**, com uma distribuição de unidades que possibilitou maior capilaridade na oferta de educação profissional; e a **territorialização**, com a perspectiva de enraizamento do desenvolvimento, buscando reconhecer, **articular e incluir, em sentido amplo, as práticas, tradições e experiências locais e regionais no contexto de decisões sociais e econômicas**, vinculando-as ao ensino profissional. Nesse sentido, a expansão da Rede Federal, como política nacional de base territorial, se coloca no contexto das iniciativas que visam contribuir para a redução da fragmentação e de hiatos territoriais que marcam a trajetória do desenvolvimento brasileiro (grifos dos autores).

A expansão dos IF no interior do Estado do Ceará, fruto também de mediações políticas, mas procurando integrar-se aos processos sociais, requer reflexões axiológicas e praxiológicas dos processos educacionais. Compreende-se que no sistema capitalista os filhos da classe trabalhadora podem estar sendo submetidos a uma lógica de subjugação contextualizada no âmbito das políticas neoliberais de educação, quando são desapropriados de saberes e identidades de suas origens, vislumbrando o mercado como a tábua de salvação profissional de suas vidas. E os IF com visão do sujeito educando omnilateral podem apresentarem-se como proposta de política pública de emancipação humana dos diferentes sociais.

Depreende-se da temática em tela, responsividade em políticas públicas, que o alicerce fundante de um **Estado Democrático, Pacífico e Sustentável** que busca a equidade intergeracional, é a participação de sua população nos processos de delineamento da Agenda de Desenvolvimento. O preceito da participação popular integra os 11 Princípios de Governança Eficaz para a consecução da Sustentabilidade Planetária adotados pelo ECOSOC em 2018 e é tema central para viabilização da Agenda 2030 em interface diretiva com o ODS16. Grupos políticos de diferentes matizes, quando engajados no âmbito do movimento de uma cidadania ativa, como por exemplo o controle social societal, cooperam com a efetividade de políticas de governo.

2.4 Epistemologia crítica em estudos organizacionais

A interface com preceitos da **Teoria Crítica** no processo de análise dos repertórios interpretativos do campo empírico em estudos organizacionais possibilita uma epistemologia crítica contextualizada na área da Administração que chama a atenção, por exemplo, para a estreiteza do pensamento científico associado ao domínio da razão instrumental.

A pesquisadora Paula (2015), na sua obra *Teoria Crítica nas Organizações*, realiza estudos sobre a perspectiva decolonial dos processos de pesquisas identitárias com gênese e aspectos gnosiológicos nacionais na área dos estudos organizacionais críticos. A autora evidencia o aspecto sócio-histórico das pesquisas seminais quando diferencia Tragtenberg (1980) e Ramos (1989) e como precursores brasileiros dos estudos críticos na área da Administração no Brasil por meio das obras **A Nova Ciência das Organizações e Administração, Poder e Ideologia respectivamente**.

A construção teórica delineada por Paula (2015) evidencia em diálogo com os pesquisadores Davel e Alcadiopani (2003) três critérios epistêmicos para enquadramento de uma pesquisa na área da Administração como estudo crítico. O primeiro critério evidenciado intitula-se *visão desnaturalizada* e correlaciona-se à relativização da categorização das organizações e que as mesmas em conjunto com os esteios teóricos estão contextualizadas diacronicamente em uma contexto sócio-histórico. O questionamento de fatores da vida social nas organizações como exploração, controle e exclusão é evidenciado no âmbito de uma pesquisa organizacional lastreada pela Teoria Crítica. O segundo critério é nominado *desvinculação da performance* e se refere de forma central à variável melhoria de ganhos pecuniários. O terceiro critério categorizado como *intenção emancipatória* aborda modos de exploração, dominação ou controle nos espaços organizacionais durante processo de investigação epistêmica bem como evidencia em seus objetivos as tratativas emancipação humana e humanização da organização.

Para Nobre (2004), através da **Teoria Crítica o pesquisador** depura e desvela socialmente a teoria e as categorias e esteio prático do campo empírico, será a diretriz norteadora dos repertórios interpretativos da atual pesquisa, propondo alternativas emancipatórias.

[...]tem sempre como uma de suas mais importantes tarefas a produção de um determinado diagnóstico do tempo presente, baseado em tendências estruturais do modelo de organização social vigente bem como em situações concretas, em que se mostram tanto as oportunidades e potencialidades para a emancipação quanto os obstáculos reais a elas (NOBRE, 2004, p.11).

A Teoria Crítica defende que a sociedade precede o sujeito, mostrando a diferença entre o geral e o particular e a determinação deste pelo geral. Logo, no agir científico e no fazer pesquisa, as reflexões sociais e das sociabilidades estão conectadas às condições históricas. O percurso analítico do pesquisador levará em consideração os sujeitos sociais contextualizados pelos fatores histórico, condição humana, classe e tempo social (TENÓRIO, 2002).

Para Tenório (2002), o pesquisador crítico tem o dever de desvelar as causas fenomenológicas do que na sociedade impede a emancipação humana. O autor evidencia a diferença entre a Teoria Crítica e a Teoria Tradicional em três aspectos: (a) a teoria tradicional não é adequada para uma diagnose efetiva da vida social; (b) a teoria tradicional faz a diagnose daquilo que se vê na perscrutação da realidade, não questiona a ordem social vigente, cerceando alternativas de transformação social que leva à reificação política; (c) a teoria tradicional está interligada e sustenta a dominação ideológica capitalista na sociedade tecnocrática e mercantil contemporânea.

Faria (2007) apresenta categorias denominadoras da **Teoria Crítica**, que é proximal da repulsa à bancarrota da razão e do processo de emancipação humana na sociedade:

- a) Contradições: fenômenos sociais são cambiantes e balizados pelo processo histórico;
- b) Ideologia hegemônica: há poder de superestrutura que reifica o ser humano; ideologias de grupos que se sobrepõem na sociedade com fito patrimonialista;
- c) Racionalidades dominantes: manutenção de privilégios de grupos de poder através da prática de escamotear a exploração das subjetividades e do trabalho humano;
- d) Contexto social histórico: a compreensão dos fatos sociais dar-se-á através de um processo de contextualização sócio-histórica deles;
- e) Autonomização dos Sujeitos: superação da reificação e da alienação através da prática ativa societal e política dos indivíduos;

- f) Conscientização individual e coletiva: redes de apoio coletivas potencializam a apreensão crítica da realidade através de fóruns de debates e das mediações dialógicas.

Para Nobre (2004), a **Teoria Crítica** apresenta dois importantes marcos temporais epistemológicos:

A Dialética do Esclarecimento defendida por (ADORNO; HORKHEIM, 1985) e a Teoria da Ação Comunicativa concebida por Habermas (1987). A dialética do esclarecimento apresentava o seguinte paradigma social sobre o sistema capitalista intitulado “administrado” por Adorno e Horkheim (1985): predomínio da razão instrumental que poderá, calcular e ajustar os melhores meios a fins dados exteriormente ao agente. O grande projeto de emancipação humana esteve sempre colocado na determinação racional dos fins, ou seja, no debate e na efetivação de valores julgados belos, justos e verdadeiros (NOBRE, 2004, p.51).

De acordo com o autor, no capitalismo administrado (visão de aporia), a razão passa por um processo de reducionismo e de subjugação às proposições adaptativas do sistema econômico e seus aspectos teleológicos e instrumentais, caracterizando-se como relevante dos processos de desvelamento social da Teoria Crítica em contraposição à Teoria Tradicional.

A Teoria Tradicional é não apenas dominante, mas também a única forma possível de racionalidade sob o capitalismo administrado. Sendo assim, a racionalidade como um todo reduz-se a uma função de adaptação à realidade, à produção do conformismo diante da dominação vigente. A dominação total e completa da racionalidade instrumental sobre o conjunto da sociedade capitalista resulta então no mencionado bloqueio estrutural da prática (NOBRE, 2004, p.51).

A perspectiva hegemônica da racionalidade instrumental no agir societal, aveza os sistemas econômicos e políticos bem como a tecnoburocracia estatal, influenciando no processo de sociabilização e educação dos indivíduos sociais. Faz-se necessário através de pesquisas sociais, compreender as causas políticas e ideológicas da instrumentalização da racionalidade das interações humanas e da germinação de indivíduos engessados no âmbito de engrenagens de uma arquitetura societal opressora que os mesmos não a entendem, mas se subjugam e se moldam, com pouca fala social, vulneráveis (NOBRE, 2004).

O cientista social Guerreiro Ramos é um pesquisador seminal que trouxe para o Brasil o debate sobre a autonomização humana para o espaço da vida social nas organizações. Ramos (1981) delineou o construto teórico da razão substantiva como crítica às teorias administrativas instrumentais. Na visão do autor, uma sociedade

mercadocêntrica em interface como o formalismo, apresenta duas tipologias de projetos ideológicos organizacionais: a modelagem paraeconômica multidimensional de sociedade e o segundo, a crítica conceitual e lineamentos de uma nova proposta de diagnose organizacional (RAMOS, 1981).

Ramos (1981) apresenta proposição gnosiológica de uma vida social nas organizações balizada por uma perspectiva substantiva. Preliminarmente o autor critica aspectos ideopolíticos da racionalidade instrumental e das organizações formais, abduzidas pelo viés economicista e que se constitui como germinada pela primeira, distinguindo-a da racionalidade humana e das organizações substantivas. Na sequência epistemológica da hermenêutica de sua teoria, o autor aparta a lente mecanomórfica da atividade laboral humana, separando trabalho de ocupação. Nos fitos teleológicos de seu construto, o autor reconhece a importância das relações simbólicas no devir facilitador da *práxis* emancipatória dos indivíduos e opostas às intervenções instrumentais econômicas.

2.5 Matriz de integração epistêmica

Weber (1967) é considerado o autor seminal a abordar a temática da racionalidade organizacional, ao avaliar instituições burocráticas e a hegemonia, nessa tipologia de organização social, da racionalidade instrumental. Nos anos 1960 e 1970, acentuaram-se as críticas à modelagem estrutural e funcional de organizações lastreadas pela racionalidade instrumental, germinando novos marcos teóricos que defendiam formatos alternativos como a proposição da racionalidade organizacional substantiva (SATOW, 1975).

A definição de racionalidade, historicamente, contemplava aspectos axiológicos e deontológicos:

[...] a racionalidade aristotélica e a racionalidade instrumental pertencem a duas esferas qualitativas da existência humana, e a racionalidade de Aristóteles não pode ser criticada da perspectiva de Simon, a menos que o autor de *Administrative Behaviour* queira, realmente, dizer que a racionalidade instrumental é a única que se pode conceber, o que é uma posição claramente errada (RAMOS, 1981, p.123).

A partir das pesquisas de Ramos (1981) e de Habermas (1987), Serva (1997) conceitua a racionalidade instrumental: processo organizacional baseado em aspectos teleológicos (o que se ganha com a implementação de determinada ação),

direcionado para a consecução de resultados técnicos ou de propósitos relacionados a valores econômicos ou de força societal, através da otimização de meios materiais existentes. São variáveis constitutivas da racionalidade instrumental:

- a) **cálculo** – visão utilitária dos atos humanos;
- b) **fins** – resultados técnicos, financeiros ou de interesse (incremento de poder);
- c) **maximização dos recursos** – efficientização de processos organizacionais, foco em eficácia sem reflexão ética;
- d) **êxito** – o alcance, em si mesmo, de padrões, níveis, e estágios, situações, que são considerados como vitoriosos em face de processos competitivos numa sociedade capitalista;
- e) **performance** – performance individual elevada na realização de atividades, centrada na utilidade;
- f) **utilidade** – dimensão econômica considerada na base das interações como um valor generalizado;
- g) **rentabilidade** – medida de retorno econômico dos êxitos e dos resultados esperados;
- h) **estratégia interpessoal** - aqui entendida como influência planejada sobre outrem, a partir da antecipação das reações prováveis desse outrem a determinados estímulos e ações, visando a atingir seus pontos fracos. (SERVA,1997, p.22)

Serva (1993) delineou, a partir de estudos epistêmicos empíricos, características das organizações substantivas (Quadro 16).

Quadro 16 - Tipologias de marcos caracterizadores das organizações substantivas.

| Escopo Conceitual | Características Definidoras |
|--|--|
| 1. Princípios Norteadores | 1.1 Há reflexão coletiva sobre o cotidiano da organização 1.2 Prevalência do autocontrole em detrimento de mecanismos formais de controle |
| 2. Relacionamento entre membros da organização | 2.1 Relações Interpessoais intensas e fortes 2.2 Elevado grau de afetividade e solidariedade entre os membros da organização |
| 3. Reflexão sobre a Organização | 3.1 A reflexão a respeito da organização, seus caminhos, objetivos e práticas, em geral é intensa e coletivizada. |
| 4. Hierarquia | 4.1 Estrutura organizacional hierárquica extremamente flexíveis ou inexistentes |
| 5. Critérios para escolha/aceitação dos membros da organização | 5.1 Membros identificados com valores e causa maior da organização 5.2 Disponibilidade para realização de tarefas e empatia |
| Escopo Conceitual | Características Definidoras |
| 6. Critérios para escolha/aceitação dos membros da organização | 6.1 Membros identificados com valores e causa maior da organização 6.2 Disponibilidade para realização de tarefas e empatia |
| 7. Veiculação de informações e processos decisórios | 7.1 Processo decisório coletivizado 7.2 Comunicação fluida e transparente |
| 8. Remuneração | 8.1 Remuneração de acordo com atividade executada e nível de comprometimento com a organização |
| 9. Horário | 9.1 Horários de trabalho flexíveis |

| | |
|--|--|
| 10. Autoavaliação | 10.1 Processos de autoavaliação levam em consideração aspectos Subjetivos. 10.2. O trabalho é realizado com prazer através da satisfação individual e grupal; e a ausência de alienação |
| 11. Aferição do rendimento individual | 11.1 Aferido de forma coletiva com espaços para diálogos |
| 12. Expressão Social da Organização | 12.1 Ampla divulgação de ideais e valores da organização |
| 13. Satisfação do usuário | 13.1 Há necessidade de formas sistemáticas de mensuração da satisfação do usuário |
| 14. Inserção da organização na sociedade | 14.1 Interação assertiva com grupos sociais |

Fonte: a partir de Serva (1993, p.36-43).

A presente matriz de integração epistêmica (Quadro 17) tem como propósito correlacionar e integrar a semântica dos marcos-chave teóricos evidenciados ao longo deste capítulo com objetivos específicos da Tese, apresentando os constructos e suas variáveis de operacionalização que integrarão o modelo de pesquisa estrutural que será mostrado no capítulo seguinte.

Quadro 17 - Matriz integração epistêmica (continua)

| Objetivos | Construtos Parciais | Variáveis de Análise |
|--|---|--|
| <p>Objetivo específico A ¹ Avaliar a relação entre as iniciativas de ensino, pesquisa e extensão com os ODS no espaço institucional por meio de mapeamento de práticas correlatas.</p> | <p>A1. Objetivos do Desenvolvimento Sustentável:</p> <p>A Agenda 2030 balizada pelos ODS abrange um conjunto de atividades a serem cumpridas pelos governos, setor privado, e sociedade civil em uma orquestração coletiva que tem o propósito de se alcançar em 2030 um mundo mais sustentável.</p> | <p>CONTRIBUIÇÕES À CONSECUÇÃO DA AGENDA 2030</p> <p>A.1.1ODS1 CONDS1- Acabar com a pobreza A.1.2ODS2 CONDS2 - Acabar com a fome A.1.3ODS3 CONDS3- Assegurar uma vida saudável A.1.4ODS4 CONDS4 - Educação inclusiva A.1.5ODS5 CONDS5-Igualdade de gênero A.1.6ODS6 CONDS6- Gestão sustentável da água A.1.7ODS7 CONDS7- Energia Sustentável A.1.8ODS8 CONDS8- Crescimento econômico sustentado e inclusivo A.1.9ODS9 CONDS9- Industrialização inclusiva e sustentável com inovação. A.1.10ODS10 CONDS10 - Reduzir desigualdades sociais e regionais A.1.11ODS11 CONDS11- Cidades e Territórios sustentáveis A.1.12ODS12 CONDS12- Produção e consumo sustentáveis A.1.13ODS13 CONDS13- Equilíbrio do Clima. A.1.14ODS14 CONDS14-. Oceanos, mares e recursos marinhos sustentáveis A.1.15ODS15 CONDS15- Preservação dos Ecossistemas A.1.16ODS16 CONDS 16 – Cultura de Paz e Segurança Institucional A.1.17ODS17CONDS17- Cooperação Internacional para o Desenvolvimento Sustentável</p> |

Fonte: elaborado pelo autor a partir de: 1 - ONU Brasil (2017); 2 - Descritores das Categorias e Interfaces Processos Organizacionais e Racionalidades, adaptado de Ramos (1981) e Serva (1993, 1997); 3 – Powell (2004), Schrammel (2013), Fajardo *et al.* (2021); 4 - Dahl (2005), Kooiman (2003) e Meuleman (2021).

Quadro 17 - Matriz integração epistêmica (continuação)

| | | |
|---|---|--|
| <p>Objetivo Específico B ²</p> <p>Identificar racionalidades da pública, sob a ótica da Teoria Crítica, adotadas pela Rede Federal de Ensino estudada e suas contribuições para o alcance dos ODS</p> | <p>B.1 Racionalidades dos Processos Organizacionais-chave (Conjunto de atividades-chave de escopo gerencial)</p> <p>Caracterização da relação dos indivíduos com pessoas e instituições.</p> <p>Racionalidade Substantiva – ação orientada para a participação, engajamento e flexibilidade.</p> <p>Racionalidade Instrumental - processo organizacional baseado em aspectos teleológicos (o que se ganha com a implementação de determinada ação), direcionado para a consecução de resultados técnicos ou de propósitos relacionados a valores econômicos ou de força societal, através da otimização de meios materiais existentes.</p> | <p>B.1.1RacSubst Racionalidade Substantiva (categorias 1,2,3,4,5,6,7 aplicadas às variáveis dos Constructo B2)</p> <p>B.1.2RacInstr Racionalidade Instrumental (categorias 8,9,10,11,12,13,14 aplicadas às variáveis dos Constructo B2)</p> <p>B.2.1HCN Hierarquia e conjunto de normas</p> <p>B.2.2VOI Valores e Objetivos Institucionais</p> <p>B.2.3PROD Processo Decisório</p> <p>B.2.4CONINST Controle Institucional</p> <p>B.2.5DIVTR Divisão do Trabalho</p> <p>B.2.6COMRI Comunicação e relações Interpessoais</p> <p>B.2.7ASOCAMB Ações Sociais e Ambientais</p> |
| <p>B.2 Processos organizacionais (Variáveis que operacionalizam a Dimensão Racionalidade)</p> | <p>B.1.1 Racionalidade substantiva (categorias de enquadramento)</p> | <p>B.1.2 Racionalidade instrumental (categorias de enquadramento)</p> |
| <p>a) Como percebe a hierarquia e o conjunto de normas utilizadas pela instituição B.2.1HCN</p> | <p>1. Comunicação aberta.</p> <p>2. Há participação e consenso de ideias</p> | <p>8. Metas de natureza técnica, econômica ou política.</p> <p>9. Performance individual elevada na realização de atividades.</p> <p>10. Há influência planejada sobre outrem.</p> |

Fonte: elaborado pelo autor a partir de: 1 - ONU Brasil (2017); 2 - Descritores das Categorias e Interfaces Processos Organizacionais e Racionalidades, adaptado de Ramos (1981) e Serva (1993, 1997); 3 – Powell (2004), Schrammel (2013), Fajardo *et al.* (2021); 4 - Dahl (2005), Kooiman (2003) e Meuleman (2021).

Quadro 17 - Matriz integração epistêmica (continuação)

| | | |
|--|--|--|
| <p>b) Como caracteriza os valores e objetivos da instituição? B.2.2VOI</p> | <p>3. Incentivo ao potencial do colaborador buscando a sua satisfação.</p> <p>4. Solidariedade, liberdade, comprometimento, bem-estar coletivo</p> <p>5. Há participação e consenso de ideias.</p> | <p>8. Metas de natureza técnica, econômica ou política</p> <p>10. Interesse econômicos predominante</p> |
| <p>c) Como avalia o processo decisório? B.2.3PROD</p> | <p>1. Comunicação aberta.</p> <p>2. Há participação e consenso de ideias.</p> | <p>10. Interesse econômicos predominante.</p> <p>11. Mensuração quantitativa das consequências dos atos humanos.</p> <p>12. Busca da eficiência e eficácias máximas, sem questionamento ético no tratamento de recursos disponíveis, quer sejam humanos, materiais, financeiros, técnicos, energéticos ou ainda de tempo</p> |
| <p>d) Como o controle é aplicado na instituição? B.2.4CONINST</p> | <p>1. Comunicação aberta</p> | <p>12. Busca da eficiência e eficácias máximas, sem questionamento ético no tratamento de recursos disponíveis, quer sejam humanos, materiais, financeiros, técnicos, energéticos ou ainda de tempo.</p> <p>13. Performance individual elevada na realização de atividades.</p> <p>10. Há influência planejada sobre outrem, visando atingir seus pontos fracos.</p> |
| <p>e) Como é o processo de divisão do trabalho? B.2.5DIVTR</p> | <p>1. Comunicação aberta.</p> <p>3. Incentivo ao potencial do colaborador buscando a sua satisfação.</p> <p>4. Condições plenas dos indivíduos para poderem agir e expressarem-se livremente nas interações.</p> | <p>10. Interesse econômicos predominante.</p> <p>12. Busca da eficiência e eficácias máximas, sem questionamento ético no tratamento de recursos disponíveis, quer sejam humanos, materiais, financeiros, técnicos, energéticos ou ainda de tempo.</p> <p>13. Performance individual elevada na realização de atividades.</p> |

Fonte: elaborado pelo autor a partir de: 1 - ONU Brasil (2017); 2 - Descritores das Categorias e Interfaces Processos Organizacionais e Racionalidades, adaptado de Ramos (1981) e Serva (1993, 1997); 3 – Powell (2004), Schrammel (2013), Fajardo *et al.* (2021); 4 - Dahl (2005), Kooiman (2003) e Meuleman (2021).

Quadro 17 - Matriz integração epistêmica (conclusão)

| | | |
|---|---|--|
| <p>f) Como se dá a comunicação e as relações interpessoais B.2.6COMRI</p> | <p>5. Integridade, honestidade, e franqueza dos indivíduos nos relacionamentos e interações.</p> <p>6. Solidariedade, liberdade, comprometimento, bem-estar coletivo.</p> <p>7. Condições plenas dos indivíduos para poderem agir e expressarem-se livremente nas interações.</p> | <p>14. Níveis de resultados considerados vitoriosos de acordo com processos competitivos numa sociedade capitalista.</p> <p>10. Há influência planejada sobre outrem, visando atingir seus pontos fracos.</p> <p>13. Performance individual elevada na realização de atividades.</p> |
| <p>g) Qual a finalidade efetiva das ações sociais e ambientais? B.2.7ASOCAMB</p> | <p>4. Solidariedade, liberdade, comprometimento, bem-estar coletivo</p> | <p>8. Metas de natureza técnica, econômica ou política (aumento de poder).</p> <p>14. Níveis de resultados considerados vitoriosos de acordo com processos competitivos numa sociedade capitalista.</p> |
| <p>Objetivo Específico C³</p> <p>Perscrutar nível de alinhamento do Plano de Desenvolvimento da Instituição aos ODS, identificando nível responsividade pública</p> | <p>C.1 Gestão com Responsividade Pública</p> <p>É caracterizada pela escuta ativa dos cidadãos e suas demandas, pelo delineamento de políticas balizadas pela participação popular e por deliberações coletivas. Um sistema de governo ou instituição é responsivo quando prioriza políticas que são referenciadas pelos cidadãos.</p> <p>Gestão com Responsividade integrada à Responsabilidade Social Pública</p> <p>o conceito de responsabilidade social pública perpassa por aspectos delineadores como planejamento integrado e participativo, eficácia e efetividade das organizações públicas, qualidade democrática, busca pelo bem-estar coletivo e interações assertivas e fiduciárias com <i>stakeholders</i></p> | <p>Tipificação, patamar</p> <p>C.1.1GRESPO+ Há responsividade</p> <p>Tipificação, patamar</p> <p>C.1.2 GRESPON- Não há responsividade</p> <p>Tipificação, patamar</p> |

Fonte: elaborado pelo autor a partir de: 1 - ONU Brasil (2017); 2 - Descritores das Categorias e Interfaces Processos Organizacionais e Racionalidades, adaptado de Ramos (1981) e Serva (1993, 1997); 3 – Powell (2004), Schrammel (2013), Fajardo *et al.* (2021); 4 - Dahl (2005), Kooiman (2003) e Meuleman (2021).

A relevância macropolítica de criação de uma Agenda Internacional coadunada com compromissos fiduciários entre países membros da ONU voltados para o fortalecimento de uma política global de desenvolvimento sustentável e de inclusão social, no cenário de capitalismo administrado e de recrudescimento da pobreza e das desigualdades sociais no planeta, implica em um complexo de complexos. Observou-se através do capítulo em tela, de arcabouço dialógico lastreado por levantamento bibliográfico, que a integração entre Estado Nacional, Sociedade Civil, Setor Privado e Universidades balizada pela *práxis* da responsabilidade social pública, responsividade pública, pela integração administração pública e governança sinaliza uma possível desconstrução do paradigma de mediação política entre ambientalistas e economicistas como propulsor do desenvolvimento sustentável, emergindo então, um projeto de metagovernança multinível e de concertação política multisetorial sob égide de quádrupla hélice, como alternativa potencializadora de contribuição à consecução dos fitos institucionais da Agenda 2030 da ONU.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa configura-se como **teórica empírica**, tendo como investigação o **Estudo de Caso** da Rede Federal de Ensino do Ceará, atuando nas 14 regiões de planejamento do Estado do Ceará, com 33 *campi* sediados em 33 municípios. O exame dos textos analisados pela revisão bibliográfica dialoga com os repertórios interpretativos que emergiram do campo empírico, perpassando-o por uma crítica historicamente contextualizada.

Para Yin (2001), o **estudo de caso** é categorizado como modo de investigação de campo empírico de aspectos fenomenológicos atuais em um contexto realístico e utilizado quando as fronteiras entre conjuntura e episódio epistêmico não se apresentam delimitados de forma clara e evidente; quando há mais variantes que elementos de dados; e quando há esteio teórico que possa direcionar a perscrutação analítica de dados. Requer, portanto, várias fontes de evidência (YIN, 2001).

As inquirições “como” e “por que” constituem argumento para aplicar a tipologia de pesquisa lastreada pelos preceitos gnosiológicos do **estudo de caso**. Outro fator motivador da aplicação do modo de investigação **estudo de caso** é a inserção do fenômeno estudado em um cenário de vida real. Com base nesses critérios, justifica-se a escolha do **estudo de caso** como a estratégia de pesquisa adotada nesta tese.

Gil (2019) apresenta três assertivas positivas da aplicação do método do **estudo de caso** que é uma tipologia de **pesquisa qualitativa**: instiga novos achados científicos; e possibilita um espectro analítico que contempla e dá ênfase à totalidade do problema. A limitação desse método de pesquisa evidenciada pelo autor está relacionada à limitação de generalizações dos resultados. Entretanto, para Yin (2001), é possível a generalização analítica que está coadunada com a generalização da teoria delineada. Este autor apresenta cinco elementos relevantes na operação epistêmica de um estudo de caso: as inquirições da pesquisa; as propostas de investigação; a(s) unidade(s) de análise; os sentidos e nexos que interliga dos dados do campo empírico às proposições da pesquisa; e os modos de hermenêutica dos achados epistêmicos.

3.1 Tipologias de pesquisa, delimitação e sujeitos da pesquisa

A presente pesquisa teve caráter **exploratório com interface descritiva** (GIL, 2019) e foi conduzida segundo uma lógica abdutiva. Para Gil (2019), a **pesquisa exploratória** consistiu no delineamento de elucidação de definições teóricas e ideias, a partir de inquirições epistemológicas mais profícuas, propiciando um olhar mais proximal dos fenômenos investigados. A vertente **descritiva** da presente pesquisa está atrelada ao processo de perscrutação de interações entre variáveis do estudo, bem como apreensão de visões e aspectos atitudinais dos sujeitos da pesquisa.

Conforme sugerido em Charreire-Petit e Durieux (2003), o marco longitudinal da presente investigação está lastreado por incursões fluidas entre a teoria e o campo empírico com dinâmica abdutiva.

A presente pesquisa configura-se como de **Métodos Mistos** (CRESWELL; CLARK, 2013), contemplando processo de diagnose de práticas de gestão, responsabilidade social e responsividade públicas da Rede Federal de Ensino do Ceará e contribuições institucionais no alcance dos ODS da Agenda 2030 da ONU.

Creswell e Clark (2013) evidenciam que nos **métodos mistos** o pesquisador:

Coleta e analisa de modo persuasivo e rigoroso tanto os dados qualitativos quanto os quantitativos(tendo por base as questões de pesquisa);mistura(ou integra ou vincula)as duas formas de dados concomitantemente, combinando-os(ou misturando-os) de modo sequencial, fazendo um construir o outro ou incorporando um no outro; dá prioridade a uma ou a ambas as formas de dados(em termos do que a pesquisa enfatiza);usa esses procedimentos em um único estudo ou em múltiplas fases de um programa de estudo; estrutura esses procedimentos de acordo com visões de mundo filosóficas e lentes teóricas; e combina os procedimentos em projetos de pesquisa específicos que direcionam o plano para a condução do estudo (CRESWELL; CLARK, 2013, p.22).

A pesquisa mista justifica-se pela vertente plural e possibilidades efetivas de ângulos diferentes no processo de estudo do fenômeno em tela. Além de propiciar de forma dialógica uma compreensão social mais aguçada das percepções e sentimentos dos sujeitos da pesquisa sob modo qualitativo e evidenciar aspectos amplos e estruturais do objeto do estudo sob vertente quantitativa, tendo sido, portanto, coletadas várias fontes de evidência.

O presente estudo dialogou no âmbito dos **métodos mistos** com a pesquisa de natureza **qualitativa** que para Creswell (2014), se inicia com pressuposições e

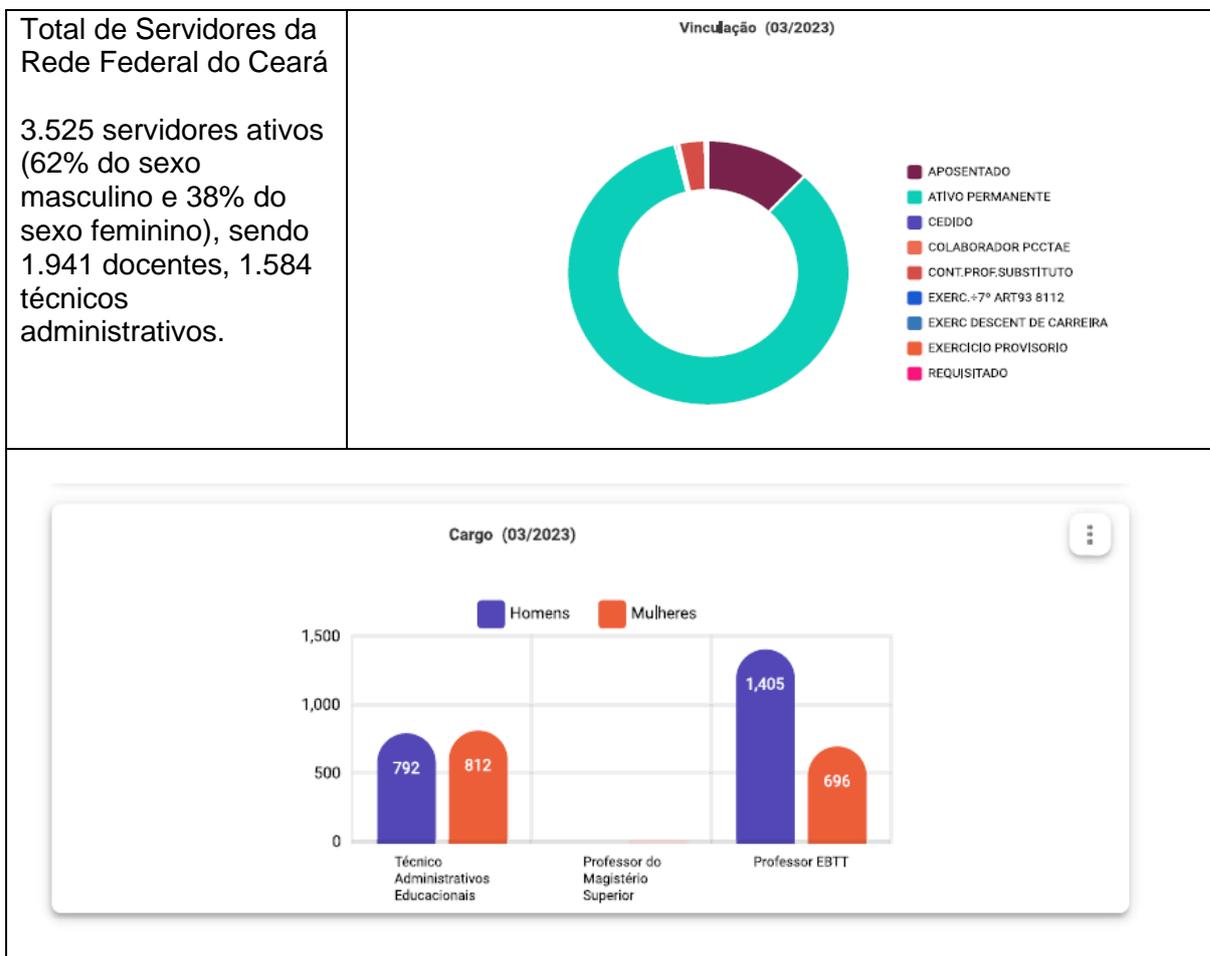
utilização de hermenêuticas, que contemplam as visões e compreensões dos sujeitos da pesquisa – individual ou coletivo de uma problemática societal ou humana. Para o autor, a **análise qualitativa de dados** tanto é **indutiva** como **dedutiva** abrangendo narrativas complexas, interpretações à luz das vozes coletivas reflexionadas pelo pesquisador, fazendo emergir representações da vida social no mundo.

Define-se a **amostra** da pesquisa no escopo dos gestores institucionais como não probabilística, onde o pesquisador contemplou no processo de investigação 10 representantes da população dos dirigentes da Rede Federal de Ensino no âmbito macro através da aplicação de **entrevista semiestruturada** e 45 gestores, inclusos 17 dirigentes máximos, através da aplicação de **questionário on-line**. Compuseram o processo da pesquisa nos aspectos em epígrafe, representantes membros da gestão institucional do IFCE (Reitor, Pró-Reitorias de Ensino, Pesquisa, Extensão, Gestão de Pessoas, Administração, Diretoria da área de Assistência ao Educando, Diretoria da área de Tecnologia da Informação), Gestores Táticos de áreas sistêmicas dos *campi* e reitoria, Diretores dos *campi*, Gestores de Ensino e de Administração que compõem a Rede Federal de Ensino.

No processo de perscrutação investigativa das visões de dirigentes e gestores táticos sobre o objeto da pesquisa em tela, a captação de dados ocorreu por meio de questionário digital com disponibilidade *on-line*, cujos repertórios foram analisados à luz da **Estatística Descritiva**, com aplicação de frequências absolutas e relativas, média, mediana, moda, desvio-padrão e da **Análise Fatorial Exploratória** (FÁVERO; BELFIORE, 2017).

O IFCE, em 2022, foi o segundo maior orçamento aportado da Rede Federal de Ensino do Brasil (PLATAFORMA NILO PEÇANHA, 2023) com valor de R\$860.860.524,00. É constituído por 33 *campi* e no ano de 2023 (posição mês de abril) por 3.705 servidores ativos (59,3% do sexo masculino e 40,7% do sexo feminino), sendo 2.101 docentes, 1.604 técnicos administrativos, 30.564 alunos matriculados em 33 unidades, 619 cursos nas modalidades Ensino Básico (cursos de formação inicial e continuada), cursos Técnicos, Graduação e Pós-Graduação (Especialização, Mestrado e Doutorado) (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, 2023a).

Figura 11 - Infográfico – Situação Funcional Servidores do IFCE – Dados Posição 09.04.2023.



Fonte: Sippag IFCE Posição 04/2023

Neste caso, adotou-se o método de **amostragem não probabilística intencional** para a aplicação dos instrumentais de coleta de dados. Para Creswell (2014), a amostragem intencional é utilizada em pesquisa qualitativa e consiste na seleção pelo pesquisador dos sujeitos partícipes e *lócus* da pesquisa com lastro argumentativo da prospecção informacional e compreensiva do problema de pesquisa bem como da efetiva hermenêutica do fenômeno investigado.

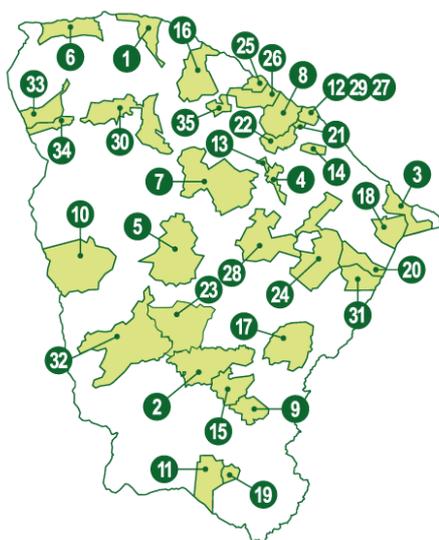
O total de servidores com cargos de função gratificada no IFCE (CD, FG, FCC e outras tipologias descritas a seguir) que assumem posições funcionais de gestão (estratégico, tático ou operacional) é de 838 profissionais, dos quais 61% são do sexo masculino e 39% do sexo feminino. O total de servidores com função gratificada CD (cargo de direção – tipologia gestão estratégica ou tática) é de 166 profissionais e com função gratificada FG (cargos de gestão operacional) é de 436 profissionais. 233

docentes assumem a função de coordenação de curso (FCC) dos quais 75,10% são do sexo masculino e 24,9% são do sexo feminino (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, 2022) (Figura 11).

A amostra não probabilística e intencional da presente investigação no escopo quantitativo foi composta por participação voluntária de 14 pessoas diretoras gerais de campus, 24 pessoas gestoras táticas, 2 pessoas pró-reitoras, 5 pessoas diretoras de áreas sistêmicas da reitoria ou dos *campi*, 42 pessoas técnicas administrativas, 79 pessoas docentes, 294 estudantes, totalizando 460 pessoas sujeitas da pesquisa. No escopo qualitativo foram realizadas 10 entrevistas com seis pessoas dirigentes máximas de nível estratégico dos *campi*, 2 pessoas dirigentes titulares de áreas sistêmicas do nível estratégico da reitoria, uma pessoa chefe de departamento da área acadêmica de campus e, uma pessoa dirigente que substitui titular de área sistêmica da Reitoria.

Por sua vez, Figura 12 evidencia que os *campi* do IFCE estão presentes em 17,93% dos 184 municípios do Ceará (IPECE, 2020) e nas 14 regiões de planejamento do Estado do Ceará conforme Quadro 18, 21,21 % dos *campi* do IFCE estão situados na Região Metropolitana de Fortaleza e 78,78% estão localizados no interior do Estado do Ceará contribuindo para mitigação do modelo macrocefálico de desenvolvimento característico na região Nordeste de concentração do PIB nas capitais e regiões metropolitanas.

Figura 12 – Mapa dos municípios nos quais os *campi* foram instalados.



Correlação Número/Município

| | | | |
|-------------------|-----------------|---------------------------------|-------------------------|
| 01 - Acaraú | 02 – Acopiara | 19 - Juazeiro do Norte | 20 - Limoeiro do Norte |
| 03 - Aracati | 04 - Baturité | 21 - Maracanaú | 22- Maranguape |
| 05 - Boa Viagem | 06 - Camocim | 23- Mombaça | 24 - Morada Nova |
| 07 - Canindé | 08 - Caucaia | 25- Paracuru | 26 - Pecém |
| 09 - Cedro | 10 - Crateús | 27 - Polo de Inovação Fortaleza | |
| 11 - Crato | 12 - Fortaleza | 28 - Quixadá | 29 - Reitoria |
| 13 - Guaramiranga | 14 - Horizonte | 30 - Sobral | 31 - Tabuleiro do Norte |
| 15 - Iguatu | 16- Itapipoca | 32 - Tauá | 33 - Tianguá |
| 17 - Jaguaribe | 18 - Jaguaruana | 34 - Ubajara | 35 - Umirim |

Fonte: Elaborado a partir de IPECE (2020) e Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará (2020)

Adicionalmente, o Quadro 18 apresenta as unidades do IFCE presentes nas Regiões de Planejamento do Estado do Ceará.

Quadro 18 - Unidades do IFCE presentes nas Regiões de Planejamento do Estado do Ceará.

| Região de Planejamento /Municípios Abrangidos | Unidades do IFCE |
|--|---|
| <p>Região de Planejamento do Cariri 29 municípios: Abaiara, Altaneira, Antonina do Norte, Araripe, Assaré, Aurora, Barbalha, Barro, Brejo Santo, Campos Sales, Caririaçu, Crato, Farias Brito, Granjeiro, Jardim, Jati, Juazeiro do Norte, Lavras da Mangabeira, Mauriti, Milagres, Missão Velha, Nova Olinda, Penaforte, Porteiras, Potengi, Salitre, Santana do Cariri, Tarrafas e Várzea Alegre.</p> | <p>Campus Crato Campus Juazeiro do Norte</p> |
| <p>Região de Planejamento do Centro Sul 13 municípios: Acopiara, Baixio, Cariús, Catarina, Cedro, Icó, Iguatu, Ipaumirim, Jucás, Orós, Quixelô, Saboeiro e Umari.</p> | <p>Campus Acopiara Campus Cedro Campus Iguatu</p> |
| <p>Região de Planejamento da Grande Fortaleza 19 municípios: Aquiraz, Caucaia, Cascavel, Chorozinho, Eusébio, Fortaleza, Guaiúba, Horizonte, Itaitinga, Maracanaú, Maranguape, Pacajus, Pacatuba, Paracuru, Paraipaba, Pindoretama, São Luís do Curu, São Gonçalo do Amarante e Trairi.</p> | <p>Campus Caucaia Campus Fortaleza Campus Horizonte Campus Maracanaú Campus Maranguape Campus Paracuru Campus Pecém</p> |
| <p>Região de Planejamento do Litoral Leste 6 municípios: Aracati, Beberibe, Fortim, Icapuí, Itaiçaba e Jaguaruana.</p> | <p>Campus Aracati Campus Jaguaruana</p> |
| <p>Região de Planejamento do Litoral Norte 13 municípios: Acaraú, Barroquinha, Bela Cruz, Camocim, Chaval, Cruz, Granja, Itarema, Jijoca de Jericoacoara, Marco, Martinópole, Morrinhos e Uruo.</p> | <p>Campus Acaraú Campus Camocim</p> |

| | |
|---|--|
| <p>Região de Planejamento do Litoral Oeste / Vale do Curu 12 municípios: Amontada, Apuiarés, General Sampaio, Irauçuba, Itapajé, Itapipoca, Miraíma, Pentecoste, Tejuçuoca, Tururu, Umirim e Uruburetama.</p> | <p>Campus Itapipoca Campus Umirim</p> |
| <p>Região de Planejamento /Municípios Abrangidos</p> | <p>Unidades do IFCE</p> |
| <p>Região de Planejamento do Maciço de Baturité 13 municípios: Acarape, Aracoiaba, Aratuba, Barreira, Baturité, Capistrano, Guaramiranga, Itapiúna, Mulungu, Ocara, Pacoti, Palmácia e Redenção.</p> | <p>Campus Baturité Campus Guaramiranga</p> |
| <p>Região de Planejamento do Serra de Ibiapaba 9 municípios: Carnaubal, Croatá, Guaraciaba do Norte, Ibiapina, Ipu, São Benedito, Tianguá, Ubajara e Viçosa do Ceará.</p> | <p>Campus Ubajara Campus Tianguá</p> |
| <p>Região de Planejamento do Sertão Central 13 municípios: Banabuiú, Choró, Deputado Irapuan Pinheiro, Ibaretama, Ibicuitinga, Milhã, Mombaça, Pedra Branca, Piquet Carneiro, Quixadá, Quixeramobim, Senador Pompeu e Solonópole.</p> | <p>Campus Mombaça Campus Quixadá</p> |
| <p>Região de Planejamento do Sertão de Canindé 6 municípios: Boa Viagem, Canindé, Caridade, Itatira, Madalena e Paramoti.</p> | <p>Campus Boa Viagem Campus Canindé</p> |
| <p>Região de Planejamento do Sertão de Sobral 18 municípios: Alcântaras, Cariré, Coreaú, Forquilha, Frecheirinha, Graça, Groaíras, Massapê, Meruoca, Moraújo, Mucambo, Pacujá, Pires Ferreira, Reriutaba, Santana do Acaraú, Senador Sá, Sobral e Varjota.</p> | <p>Campus Sobral</p> |
| <p>Região de Planejamento do Sertão dos Crateús 13 municípios: Ararendá, Catunda, Crateús, Hidrolândia, Independência, Ipaporanga, Ipueiras, Monsenhor Tabosa, Nova Russas, Novo Oriente, Poranga, Santa Quitéria e Tamboril.</p> | <p>Campus Crateús</p> |
| <p>Região de Planejamento do Sertão dos Inhamuns 5 municípios: Aiuaba, Arneiroz, Parambu, Quiterianópolis e Tauá.</p> | <p>Campus Tauá</p> |
| <p>Região de Planejamento do Vale do Jaguaribe 15 municípios: Alto Santo, Ererê, Iracema, Jaguaretama, Jaguaribara, Jaguaribe, Limoeiro do Norte, Morada Nova, Palhano, Pereiro, Potiretama, Quixeré, Russas, São João do Jaguaribe e Tabuleiro do Norte.</p> | <p>Campus Jaguaribe Campus Limoeiro do Norte Campus Morada Nova Campus Tabuleiro do Norte</p> |

Fonte: a partir de IPECE (2020) e Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará (2020)

Na vertente **descritiva** e para lastrear o percurso analítico, a presente pesquisa requereu procedimentalmente a estruturação de um BDI - Banco de Dados Informacionais (E-MEC, Portal da Transparência do Governo Federal, Relatórios e Plataformas de Dados do IFCE, Dados e Relatórios ONU e IPECE) para reunir de forma articulada todas as variáveis tratadas no âmbito dos construtos e dimensões estudados. Extração, tratamento, seleção e construção de variáveis são etapas processuais para facilitar as evidências das relações e análises no âmbito do escopo investigativo.

No período de 2019/2021, buscando otimizar o planejamento de aquisições e a otimização da Gestão Pública, e com base na Portaria 13.623, de 10 de dezembro de 2019 (BRASIL, 2019b) do Ministério da Economia/Secretaria de Gestão que estabeleceu diretrizes para o redimensionamento do quantitativo de Unidades Administrativas de Serviços Gerais (UASG), pelos órgãos e entidades da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, a Rede Federal de Ensino investigada reconfigurou a sua organicidade estrutural, diminuindo as anteriores 33 UAGS (Unidades de Compra) para 9 UASG (agora denominadas Centrais de Compra). Do ponto de vista orçamentário, permanecem 33 UG/*campi* (Unidades de Gestão) na composição organizacional em Rede da Instituição pesquisada. Logo, no âmbito do processo de coletas de dados, 6 pessoas dirigentes titulares ou representantes das atuais UASG mais 4 pessoas dirigentes de áreas sistêmicas serão perscrutadas através da aplicação de roteiro de entrevista semiestruturada no formato *on-line* balizada *por* preceitos da metodologia da Consultoria de Processos delineada por Shein (2008). A Consultoria de Processo (CP) envolve um conjunto de atividades-chave que delineiam na gênese e ao longo de iniciativas de desenvolvimento e aprendizagem organizacional. Na CP o processo de consultoria ajuda o cliente a construir a metodologia de diagnose que lastreará o fito teleológico de concepção de políticas, programas e projetos bem como a geração de mudanças que possam melhorar a situação organizacional encontrada.

De acordo com Gil (2019), na **entrevista semiestruturada** a dialogia entre pesquisador e sujeitos de pesquisa dá-se mediada por inquirições abertas balizadas por roteiro prévio delineado. A ambiência de entrevista e a técnica em si possibilitam respostas livres. Para o autor existem situações nas quais há quantitativo reduzido de inquirições que se configuram como marcadores globais de perscrutação exploratória. A prática usual é que o pesquisador utilize perguntas pré-estabelecidas e que, ao

longo do fluxo das inquirições, ele determine aspectos de sequenciamento da formulação de acordo com fatores conjunturais episódicos. Assim foi feito, conforme consta no Apêndice D. O desafio epistêmico posto é a capacidade do pesquisador de aproveitar a robustez informacional dos inquiridos.

Assim, a **coleta de dados** da presente pesquisa foi efetivada por meio de aplicação de **questionários on-line do escopo ODS, Gestão e Responsividade Públicas** junto aos dirigentes estratégicos, gestores táticos e servidores, de questionário *on-line* do escopo ODS junto aos discentes matriculados e, de **entrevistas semiestruturadas** no formato *on-line* via plataforma Zoom contemplando Dirigentes dos *Campi* e de áreas Sistêmicas (duas entrevistas foram presencialmente gravadas, utilizando-se somente o áudio) incluindo líderes de 3 UASG, **observação participante, observação direta e análise documental de dados secundários e BDI** (Quadro 19). Em ambas as tipologias de coleta, todos os partícipes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice E).

Quadro 19 - Instrumentais de captação de repertórios/dados, técnicas de análise e pessoas sujeitas da pesquisa abrangidas.

| | |
|--|--|
| Marcadores do Percurso Metodológico. Pesquisa Exploratória (GIL, 2019), Estudo de Caso (YIN, 2001), Estudos Mistos Creswell e Clark (2013) | |
| Pesquisa Qualitativa (CRESWELL, 2014) com suplementação de descritores (Estatística Descritiva) | |
| Técnicas de Coleta de Dados (complementadas pela análise documental) | |
| Entrevista Semiestruturada 1.06.2023 a 07.07.2023 | 10 pessoas sujeitas da pesquisa – 2 pessoas diretoras gerais de campi, 4 pessoas dirigentes máximas de campi e líderes de UASG, 2 pessoas dirigentes máximas da Reitoria, 1 pessoa dirigente de área sistêmica de campus e 1 pessoa dirigente substituta de área sistêmica da reitoria. |
| Observação Direta e Observação Participante (entre dezembro de 2022 e junho de 2023) | Ambiência Organizacional do Fenômeno Estudado – Micropolítico (no IFCE) e Macropolítica (pesquisador esteve em Brasília no período de 8 a 19 de maio de 2023 em interfaces presenciais com a Câmara dos Deputados, Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) e Escritório da CEPAL/ONU no Brasil em interlocução com seu Dirigente |
| Questionário <i>on-line</i> – questões abertas e escalares - ODS, Gestão e Responsividade (1.06.2023 a 12.07.2023) | 14 diretores gerais dos campi 24 pessoas gestoras táticas 2 pessoas dirigentes máximas da reitoria 5 pessoas dirigentes de áreas sistêmicas de campus ou reitoria |
| Questionário <i>on-line</i> – questões escalares ODS, Gestão e Responsividade (1.06.2023 a 20.07.2023) | 42 técnicos administrativos e 79 docentes |
| Questionário <i>on-line</i> – questões escalares ODS (1.06.2023 a 20.07.2023) | 294 alunos matriculados |

Técnicas de Análise: Consultoria de Processos, Análise Crítica do Discurso
 Perspectiva Ideopolítica de Análise Epistêmica: Teoria Crítica.

Questionário planejado para a coleta de dados quantitativos e seus blocos de composição: Estruturantes:

Bloco I - Perfil do Sujeito da Pesquisa (06 itens)
 Bloco II - Nível de Conhecimento sobre os Objetivos da Agenda 2030 da ONU (03 itens)
 Bloco III - Contribuições para a Agenda 2030 Visão Brasil (01 item)
 Bloco IV - Contribuições do IFCE ao Alcance dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU através do ensino, pesquisa, extensão, gestão e auxílios e bolsas estudantis (17 itens)
 Bloco V - Administração Pública e Governança, Responsabilidade Social e Responsividade Públicas e 17 ODS da Agenda 2030 da ONU (33 itens)

Fonte: Elaborado pelo Autor.

Na vertente de delineamento de *corpus* de triangulação (YIN, 2001), houve aplicação de questionários suplementares com fitos de análises comparativas e intercruzadas. As 460 pessoas sujeitas da pesquisa no escopo quantitativo foram perscrutadas, através de questionário *on-line* com questões escalares e abertas, com formatos específicos de acordo com cada segmento para dirigentes/gestores, servidores e discentes durante a temporalidade de 50 dias de disponibilidade aplicativa dos formulários correlatos, no período entre 01/06/2023 e 20/07/2023.

A observação direta foi desenvolvida como instrumento de coleta de dados, que para Yin (2001) consiste em incursões epistemológicas na ambiência da pesquisa através da identificação de atitudes comportamentais e estruturas e situações ambientais, com ou sem protocolos de campo, formais ou informais. As evidências observacionais corroboram para uma compreensão mais profícua do fenômeno sob estudo. A observação participante também foi utilizada e possibilitou ao pesquisador interagir na ambiência do fenômeno estudado através de engajamento em eventos e ou realização de atividade laboral, ampliando a acessibilidade aos fatos inerentes à investigação científica, facilitando a coleta de evidências. Houve a incursão do pesquisador através das duas tipologias de observação em duas ambiências: Ambiência Organizacional do Fenômeno Estudado – Micropolítico (no IFCE) e Macropolítica (pesquisador esteve em Brasília no período de 8 a 19 de maio de 2023 em interfaces presenciais com a Câmara dos Deputados, Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) e Escritório da CEPAL/ONU no Brasil em interlocução com seu Dirigente. A óptica do sujeito pesquisador partícipe da realidade organizacional investigada, contribuiu para diagnoses acuradas do fenômeno do estudo de caso em tela (YIN, 2001).

A Triangulação, de acordo com Yin (2001), fundamenta-se no uso de fontes múltiplas para obtenção de evidências. A tipificação do modo de investigação estudo de caso demanda que as conclusões ou achados/descobertas possam emergir de um processo corroborativo de pesquisa lastreada por fontes distintas de informações através do desenvolvimento de linhas convergentes de perscrutação.

Denzin, Lincoln e Netz (2007) definem a triangulação como uma estratégia de pesquisa que chancela um modo compreensivo de aprofundamento do fenômeno em estudo. A Triangulação propicia o suporte de validação de elementos representativos da realidade em estudo. Flick (2009) defende que a utilização do método da triangulação de fontes múltiplas nos processos de evidenciação, através de diferentes metodologias sob ópticas plurais, incrementa o nível de acreditação da pesquisa à medida que lhe possibilita maior aprofundamento e autarcia.

Triviños (1987) apresenta uma proposta de triangulação que possibilita análises múltiplas em gradações de profundidade diferentes de um fenômeno investigado. O autor sugere maximizar o entendimento, a explicação e elóquio de um fenômeno, apartando-o de uma avaliação isolada, através de interfaces com sua historicidade, aspectos culturais e macrorrealidade política e social, delineando uma proposição de análise e coleta de dados em estudo de caso balizada por três tipologias processuais: objetos e atividades coadunados centralmente com aspectos da singularidade idiossincrática dos sujeitos; resultados gerados pela ambiência na qual os sujeitos estão inseridos; intervenções e transformações na vida social dos sujeitos impetradas pelos arcabouços estruturais sócio-cultural e econômico do macro-organismo social.

A perspectiva orgânica e humanista da presente investigação contribui para a criação de uma **Comunidade de Pesquisa** e de um **Espaço epistêmico de partilhas** de saberes e de geração de conhecimentos contributivos ao processo de germinação de valor público e de reflexão dos sujeitos da pesquisa sobre a participação deles enquanto agentes públicos na promoção do DS. O desenho de pesquisa viva contempla engajamento das pessoas sujeitas da pesquisa partícipes, processo intrínseco de novos aprendizados e de intervenção relativizada na realidade através da linguagem gnosiológica e dos devires e compromissos que emergiram das interações vivenciadas.

Quadro 20 - Desenho Epistêmico da Hermenêutica Fenomenológica de Triviños.



Fonte: Elaborado pelo Autor a partir de Triviños (1987)

3.2 Análise qualitativa dos repertórios do campo empírico: interfaces entre Teoria Crítica e Análise Crítica do Discurso

O processo de diagnose da gestão pública do IFCE e contribuições com os ODS será balizado de acordo com as perspectivas diacrônica e sincrônica do campo institucional instituído (dinâmicas educacional e política) sob égide da **Teoria Crítica** (PAULA, 2015), e da **Análise Crítica do Discurso** (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2020).

O saber sob vertente gnosiológica é fator constituidor da socialização do ser humano e suas relações sociais e segue o marco temporal das mudanças históricas. Os saberes elaborados pela humanidade são frutos de produções científicas coletivas não conclusivas devido aos movimentos neófitos contínuos e novas dinâmicas fenomenológicas. Nenhuma investigação científica tem aparato seminal desconhecido, isto é, há elementos decodificadores e hermenêuticos seminais sobre o objeto/concreto real lastreados por abstrações/novas aproximações do objeto. Tonet (2013) destaca elementos fundantes da compreensão do real concreto como o entendimento das singularidades do objeto em curso de pesquisa, identificando elementos de maior gradação de complexidade. O movimento do real deve ser acompanhado pelo pesquisador bem como suas dinâmicas mutacionais no processo de geração de conhecimento, fazendo conexões entre seus componentes menores de explicação como correlações, tensionamentos, paradoxos.

Paula (2015) evidencia dentre os quatro espaços de soluções discursivas apresentados por Deetz (1996) na perspectiva de polo de proposição do fazer ciência, o nominado **discurso dos estudos críticos** que se configuram teoricamente da seguinte forma:

Os pesquisadores críticos veem a organização como criações históricas realizadas em condições de luta e dominação, que suprimem conflitos significativos. A organização é tomada como um lugar político e pode ser analisada por teorias sociais, especialmente aquelas que se voltam para a tomada de decisões na esfera pública. Os estudos focalizam as relações externas das organizações com a sociedade, enfatizando os efeitos sociais da colonização corporativa, da racionalização da sociedade e da dominação da esfera pública, bem como as relações internas no que se refere à dominação pela razão instrumental, ao fechamento dos discursos e aos processos de consentimentos (PAULA, 2015, p.69).

Em contraposição à teoria tradicional, baseada no papel da ciência como agente de predição e catalizadora utilitária de resultados que reproduzão social de padrões existentes e hegemônicos que controlam a vida em sociedade, livrando-a de contradições, para Paula (2015) a teoria dialética, base da epistemologia crítica frankfurtiana reflexiona que os fatos sociais são determinações cuja gênese não está situada em aparatos lógicos mas em modelo compreensivo que os conecta com processos sociais e suas contradições. A pesquisa teórica se desenvolve no âmbito da realidade existente, mas a ciência não é vista exclusivamente sob óptica do pragmatismo, mas sim a serviço da emancipação com propósito de transformação do todo, se opondo ao positivismo, à desumanização e à lógica cartesiana/positivista (PAULA, 2015). Logo, a presente pesquisa por adotar **métodos mistos** tem o desafio e sensibilidade epistêmica ao utilizar técnicas quantitativas de não se corromper com ditames positivistas, mas propiciar uma dialogia crítica entre os métodos de pesquisa utilizados numa perspectiva emancipatória.

O delineamento do modelo de análise dos repertórios interpretativos que emergiram do campo empírico, dera-se sob égide de elementos teóricos-epistemológicos relacionados, no que tange ao esteio da retórica da **Teoria Crítica** (PAULA, 2015). O modelo analítico foi balizado por fundamentos de perscrutação e análise com base no seguinte artigo prospectado “Epistemologia e Metodologia para as pesquisas em administração: leituras aproximadas de Horkheimer e Adorno”, de Batista-dos-Santos, Alloufa e Nepomuceno (2010). O Quadro 21 apresenta

modelagem analítica que direciona o processo de hermenêutica **qualitativa** dos repertórios captados do campo empírico:

Quadro 21 - Quadro de modelagem analítica de repertórios sob égide da teoria crítica – perspectivas semântica e de ressignificação.

| |
|--|
| <p>Pressupostos teóricos: O modelo Analítico adaptado é composto por 4 elementos de diagnose que lastrearão o processo de hermenêutica dos repertórios interpretativos a partir da análise de marcos textuais dos discursos evidenciados dos sujeitos da pesquisa. A compreensão dos resultados não pode ser generalizada. Indica-se em estudos do discurso da Teoria Crítica que se utilize a análise hermenêutica-dialética (BATISTA-DOS-SANTOS; ALLOUFA; NEPOMUCENO, 2010) Em dialogia simbiótica com Demo (1985), os elementos teóricos-epistemológicos apreendidos da pesquisa científica acima evidenciada no campo dos Estudos Organizacionais Críticos na área da Administração e adaptados pelo autor da presente pesquisa foram: 1) zona paradigmática; 2) reflexão sobre o ser; 3) gnosiologia sócio-histórica e <i>práxis</i> social); 4) mediação sujeito-objeto</p> |
| <p>Elemento teórico-metodológico 1: Zona Paradigmática Descritor Sinótico: ser humano como sujeito histórico e não a-histórico, como sujeito transformacional, humanização radical, questionamento dos fenômenos da realidade se precisam ser como ocorrem (PAULA, 2015, p. 154). Desconstruindo o funcionalismo na pesquisa, apresentação de propostas emancipatórias, denunciamento crítico da opressão (PAULA, 2015).</p> |
| <p>Elemento teórico-metodológico 2: Reflexão sobre o ser Descritor Sinótico: Entendimento histórico de fenômenos (BATISTA-DOS-SANTOS; ALLOUFA; NEPOMUCENO, 2010). Perspectiva dialética societal fitando na emancipação do todo (PAULA, 2015).</p> |
| <p>Elemento teórico-metodológico analítico 3: Gnosiologia sócio-histórica e <i>práxis</i> social Descritor Sinótico: Pesquisa sócio-histórica contextualizada x sistema reificado (dominação/alienação versus emancipação) /filosofia negativa/dialética (PAULA, 2015).</p> |
| <p>Elemento 4: Relação Sujeito - Mediação sujeito-objeto Descritor Sinótico: Interação entre sujeito e objeto e o todo real. O todo está nas partes que formam o todo/ movimento social autonomizado no todo sem reducionismo (BATISTA-DOS-SANTOS; ALLOUFA; NEPOMUCENO, 2010). De forma simultânea, o espaço societal se constitui ora sujeito ora objeto (PAULA, 2015).</p> |

Fonte: Adaptado de Demo (1985), Batista-Dos-Santos, Alloufa, Nepomuceno (2010) e Paula (2015)

No processo de hermenêutica dos repertórios **qualitativos** perscrutados no campo empírico, foi utilizada a técnica da **análise crítica do discurso**. De acordo com Fairclough (2001), o discurso correlaciona-se ao processo de uso da linguagem como ato social em movimento, à forma de agir dos sujeitos comunicacionais, um método de intervenção dos indivíduos na sociedade e nos sujeitos congêneres, enquadrando-se como um modo de representação e de produção de sentidos da vida social. Os sujeitos comunicacionais são influenciados socialmente pelas práticas discursivas, mas possuem capacidades de ressignificar as mesmas.

Os pesquisadores Magalhães, Martins e Resende (2020) à luz do pensamento de Giddens (1991) defendem que a **Análise Crítica do Discurso (ACD)** se situa epistemologicamente na área gnosiológica da Ciência Social crítica na perspectiva dos estudos críticos que abordam mudança social na modernidade intitulada posterior,

havendo uma demanda emergente de teorização e anamnese crítica e social do novo mundo, bem como produção científica de alternativas emancipatórias. Os autores diferenciam discurso de texto, enquanto o primeiro corresponde à linguagem em uso como prática da vida social, como exemplo o discurso da inclusão social, o segundo se configura como enunciados orais ou documentos escritos (fala, escrita, imagem), materialidades discursivas emergentes das sociabilidades e interações sociais (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2020).

Mills (2009) delineou o construto intitulado artesanato intelectual que preconiza a interpenetração do espaço pessoal da vida do pesquisador com seu espaço científico do trabalho de pesquisa em um processo contínuo de reflexão sistemática. A *práxis* intelectual do pesquisador também é lastreada pela sua experiência de individuação pessoal no âmbito da vida societal.

A artesanaria científica defendida por Mills (2009) em tempos digitais, resiste ao padrão científico da racionalidade econômica que defende o pragmatismo produtivista no fazer ciência na contemporaneidade. A robotização e consequente mecanização da ciência são marcadores do tempo civilizatório atual, gerando conflitos ambíguos de uma escrita epistemológica convergente e divergente de possíveis simbioses entre análise crítica e processos automatizados. O desafio está posto: como estabelecer o diálogo mediador e propositivo entre a artesanaria científica, com seus construtos humanitários e reflexivos e os códigos axiais e quantitativos da ciência racionalizada balizada pelos saberes tecnológicos.

Mills (2009) e Rolnik (2019) intelectuais orgânicos trazem sérias reflexões sobre como os modos de vida coletiva afetam o planeta numa ambiência em processo de reforma heteronormativa, de dominação colonial e de um novo nacionalismo que fita desconstruir as conquistas políticas de liberdade operária, gênero e emancipação dos países da periferia do capital. Logo, a **análise crítica do discurso** não está dissociada do contexto, sendo o mesmo intrínseco à anamnese dos textos e repertórios **quantitativos** e **qualitativos** (Quadro 22). Para Magalhães, Martins e Resende (2020), o processo discursivo traz à tona uma perspectiva heterogênea dos textos que são elaborados em um contínuo discursivo com correlações múltiplas de sentidos, com apropriações de novos escritos integrando calas e apresentando bloqueios, defesos, normalidades, limitações possibilitando a compreensão de construtos discursivos de pertencimento hermenêutico.

Quadro 22 - Mapa de desenho metodológico triangulado de Análise Crítica do Discurso (ADC).

| |
|---|
| <p>Contribuições de Michel Pêcheux (2015): Fases 1) construção sócio-histórica do corpus submetido à análise – cada corpus constituído de um conjunto de sequencias discursivas autônomas – DAS (geralmente superior à frase e podendo atingir um parágrafo 2) Deslinearização sintática (manual) das SDAs de cada corpus, reestruturando-as sob a forma de um grafo cujos enunciados constituem os nós, conectores (com listas de enunciados). Contextos Epistemológicos de Análise de Discurso: história social das mentalidades, sistemas de pensamentos ou das ideologias.</p> |
| <p>Contribuições: Magalhães, Martins e Resende (2020): Interdiscursividade, intertextualidade. O processo discursivo ancora-se em três pilares e por meio deles se reproduz: os textos, as práticas discursivas e as práticas sociais. Essa concepção tridimensional foi formulada por Fairclough (2001a), para quem a Análise de Discurso deve recorrer a três tradições de investigação teórica. A tradição de análise textual e linguística, surgida no campo da Linguística, a tradição macrossociológica de análise da prática social e a tradição interpretativa ou microssociológica, que leva em conta como as pessoas produzem ativamente e entendem a realidade social ao partilhar o senso comum. Por textos, entende-se todos aqueles produzidos nas mais diversas situações sociais, formais ou informais, tanto os escritos como os falados ou visuais. Pressuposto Fundante da ACD: A ACD prioriza o exame de situações sociais específicas, nas quais o discurso desempenha papel preponderante na produção, reprodução ou superação de desigualdades ou de relações de dominação. Nesse caso, pode-se falar tanto em mudança social como em mudança discursiva. Procedimentos metodológicos: 1º passo selecionar a situação/ o problema social com que se pretende trabalhar 2º passo definir e recolher os textos para o corpus de investigação 3º passo identificar e selecionar aspectos gramaticais e discursivos dos textos do corpus entre os mais relevantes para os propósitos da pesquisa 4º passo proceder ao exame dos textos 5º passo relacionar textos e contextos discursivo e social por meio da pesquisa participante.</p> |

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Pêcheux (2015) e Magalhães, Martins e Resende (2020)

A ACD possibilita o desvelar social dos fenômenos da realidade a partir dos processos interpretativos integrados ao contexto sociopolítico, numa óptica intertextual e de retextualização. O sujeito pesquisador, através da ACD identifica relações de dominação, opressão e de ampliação de hierarquias sociais.

A análise qualitativa dar-se-á sob lastro da ACD e égide da artesanaria científica evidenciando os repertórios interpretativos do campo empírico com hermenêutica discursiva e descritiva em interfaces dialógicas com teorias perscrutadas. O processo manualizado de identificação das unidades de texto procurou transformar unidades de contexto Iniciais em unidades de contexto elementares (CAMARGO; JUSTO, 2013).

A análise textual triangulada possibilitou a associação direta entre os repertórios textuais perscrutados em entrevistas e através de questionários, com variáveis descritoras, germinadas por dialogia teórica da pesquisa, além de mapear os marcos textuais relevantes. Houve uma divisão do *corpus* textual de acordo com variáveis preditoras definidas pelo pesquisador

No âmbito do processo da atual investigação, a anamnese de textos emergentes de questões abertas do questionário aplicado, bem como da tipologia de coleta qualitativa da entrevista semiestruturada, a técnica de nuvem de palavras foi aplicada. A aplicação da hermenêutica textual corrobora para a construção do contexto de ideias e perspectivas identificadas nos discursos das pessoas dirigentes e gestoras táticas do IFCE, propiciando a prospecção de posições ideopolíticas das pessoas sujeitas entrevistados e ou que responderam às questões abertas em relação ao construto gnosiológico: Gestão e Responsividade Públicas para o DS/Agenda 2030. A análise qualitativa do discurso sob égide crítica possibilitou o mapeamento de dimensões textuais e interfaces com as racionalidades organizacionais transversais no âmbito da gestão institucional e correlações com práticas coadunadas com os preceitos dos ODS preconizados pela ONU. A nuvem de palavras contribui para revelar marcos-chave textuais sinóticos relevantes que expressaram os termos de representação social coletiva da compreensão dos dirigentes sobre as contribuições da gestão pública do IFCE para a consecução dos 17 ODS.

A seguir, evidencia-se o **Quadro-Síntese de Amarração Epistêmica** delineado a partir dos marcos lógicos de investigação, teóricos e metodológicos da presente pesquisa (Quadro 23).

Quadro 23 – Amarração Epistêmica.

| Objetivo específico A ¹ | | | |
|---|--|--|--|
| Avaliar a relação entre as iniciativas de ensino, pesquisa e extensão com os ODS no espaço institucional por meio de mapeamento de práticas correlatas, | | | |
| Construto: GESTÃO E RESPONSABILIDADE PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (17 ODS DA AGENDA 2030 DA ONU) | | | |
| Construto Parcial | Variáveis | Autores | Técnicas de Pesquisa |
| Construtos A1. Objetivos do Desenvolvimento Sustentável | CONTRIBUIÇÕES À CONSECUÇÃO DA AGENDA 2030 CONODS1 CONODS2 CONODS3 CONODS4 CONODS5 CONODS6. CONODS7 CONODS8 CONODS9 CONODS10 CONODS11 CONODS12 CONODS13 CONODS14. CONODS15 CONODS 16 CONDOS17 | ONU Brasil (2017) Dallari e Ventura (2002) Sen (1998) Sachs (2009) Vizeu, Meneghetti e Seifert (2012) Kogler (2015) Frente Nacional de Prefeitos (2020). Menezes e Minillo (2017) | - Entrevista semiestruturada/ Consultoria de Processo/Observação Direta/Observação Participante - Questionário <i>on-line</i> - Estatística Descritiva - Análise Crítica do Discurso - Triangulação |

| Objetivo Específico B ² | | | |
|---|--|---|--|
| Identificar racionalidades da gestão pública, sob a ótica da Teoria Crítica, adotadas pela Rede Federal de Ensino estudada e suas contribuições para o alcance dos ODS. | | | |
| Construto Parcial | Variáveis | Autores | Técnicas de Pesquisa |
| B.1 Racionalidade Organizacional | B.1.1 RacSubst B.1.2 RacInstr Processos Organizacionais B.1.1 HCN B.1.2 HCN B.1.1 VOI B.1.2 VOI B.1.1 PROD B.1.2 PROD B.1.1 CONINST B.1.2 CONINST B.1.1 DIVTR B.1.2 DIVTR B.1.1 COMRI B.1.2 COMRI B.1.1 ASOCAMB B.1.2 ASOCOMB | Ramos (1981) e Serva (1993, 1997); Fajardo (2021), Bom-Camargo (2021), Calderon (2021) Ramirez (2021) Meuleman (2021) Paula (2015) Faria (2007) Tenorio (2002) Habermas (1987) Serva (1993,1997) Batista-dos-Santos, Alloufa e Nepomuceno (2010) Deetz (2016) | - Entrevista semiestruturada/ Consultoria de Processo - Questionário on line Observação Direta/Observação Participante - Estatística Descritiva - Análise Crítica do Discurso - Teoria Crítica - Triangulação |
| Objetivo Específico C ³ | | | |
| Perscrutar nível de alinhamento do Plano de Desenvolvimento da Instituição aos ODS, identificando nível de responsividade públicas. | | | |
| Construto Parcial | Variáveis | Autores | Técnicas de Pesquisa |
| C.1 Gestão com Responsividade Pública (integrando responsabilidade social pública) | C.1.1 GRESPON+ Há responsividade Tipificação, patamar C.1.2 GRESPON- Não há responsividade Tipificação, patamar | Ramos (1981) e Serva (1993, 1997); Fajardo (2021), Bom-Camargo (2021), Calderon (2021), Ramirez (2021), Meuleman (2021), Powell (2004) e Schrammel (2013) | - Entrevista semiestruturada/ Consultoria de Processo Observação Direta/Observação Participante - Questionário on line - Estatística Descritiva - Análise Crítica do Discurso - Teoria Crítica - Triangulação |

Fonte: Elaborado pelo Autor a partir da Matriz de Integração Epistêmica delineada

3.3 Análise quantitativa de dados sob égide da análise multivariada fatorial exploratória

O estudo em epígrafe também fitou a partir da delimitação do campo de gênese de novas dimensões para o construto Gestão e Responsividade Públicas para os 17 ODS/Desenvolvimento Sustentável, sob esteio de pesquisa exploratória (GIL, 2019) identificar a partir do banco de dados coletados através de 166 casos de servidores (21 dirigentes estratégicos, 24 gestores táticos e 121 servidores que não ocupam cargos de gestão) respondentes contemplando no processo a seleção de 33 indicadores (ver Quadro 24) para emersão de dimensões neófitas que se configurassem como variáveis latentes do devir de uma hermenêutica balizadora

compreensiva de fatores potencializadores e estruturantes da arquitetura funcional do Modelo em tela, a partir da aplicação de técnica multivariada de Análise Fatorial Exploratória-AFE.

O Quadro 24 aportado representa o desenho da pesquisa e seu modelo estrutural, dimensões de partida e variáveis.

Quadro 24 - Modelo Estrutural da pesquisa: aspectos das 33 Variáveis com mensuração de categorias escalares sob auspício da aplicação da análise fatorial exploratória.

| Macro: GESTÃO E RESPONSABILIDADE PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (17 ODS DA AGENDA 2030 DA ONU) | | | | | | | |
|--|--|---|---|---|---|---|---|
| CONSTRUTO PARCIAL | VARIÁVEIS ATRELADAS | | | CATEGORIAS | | | |
| 1. Objetivos do Desenvolvimento Sustentável | CONODS1 CONODS2 CONODS3 CONODS4 CONODS5 CONODS6. CONODS7 CONODS8 CONODS9 CONODS10 CONODS11 CONODS12 CONODS13 CONODS14. CONODS15 CONODS 16 CONDOS17 | | | Inquirição Escalar: Tipologias Gradativas de Análise 1 = Discordo totalmente 2 = Discordo moderadamente 3 = Discordo levemente 4 = Nem concordo nem discordo levemente 5 = Concordo levemente 6 = Concordo moderadamente 7 = Concordo totalmente | | | |
| Descritores das Variáveis do Construto Parcial 1 e Categoria Escalar | | | | | | | |
| ConODS1 - O IFCE ajuda, de alguma forma, a acabar com a pobreza. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| ConODS2 - No IFCE há oferta de refeições gratuitas para os alunos que auxiliam no bom desenvolvimento nutricional, contribuindo para a erradicação da fome, visando a segurança alimentar. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| ConODS3 - O IFCE desenvolve projetos que visam promover o bem-estar de alunos, professores e técnicos administrativos em todas as idades com o objetivo de assegurar uma vida saudável. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| ConODS4 - O IFCE trabalha em seu currículo meios que visam assegurar uma educação inclusiva e equitativa de qualidade com o foco em promover oportunidades de aprendizagem para todos. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| ConODS5- O IFCE desenvolve projetos/ações que buscam abraçar a igualdade de gênero dentro da instituição, guiando meninas e mulheres para sua permanência e empoderamento dentro desta rede de ensino. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| ConODS6 - O IFCE tem desenvolvido programas que visam contribuir com a gestão sustentável da água e saneamento para todos. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| ConODS7- O IFCE desenvolve ações voltadas para o uso sustentável, eficiente e moderno da energia elétrica e utilização de energias limpas. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |

| | | | | | | | |
|--|---|---|---|---|---|---|---|
| ConODS8- O IFCE promove diálogos/programas ou soluções que visam a promoção do crescimento econômico, inclusivo e sustentável, focando no desenvolvimento de emprego pleno e produtivo decente para todos. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| ConODS9 – O IFCE contribui com processos de industrialização inclusiva e sustentável fomentando a inovação. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| ConODS10 - O IFCE contribui para diminuir as desigualdades sociais nas regiões em que atua. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| ConODS11- O IFCE desenvolve ações ou estratégias que promovam a consciência dos discentes, professores e técnicos administrativos e comunidade externa sobre a implementação de soluções que objetivam desenvolver os assentamentos humanos, visando tornar os mesmos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| ConODS12- O IFCE promove programas que priorizam a conscientização dos discentes e colaboradores frente ao desenvolvimento de padrões de produção e de consumo sustentável | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| ConODS13 - O IFCE tem propostas que tenham como objetivo encontrar medidas reais para combater a mudança do clima e os impactos ambientais. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| ConODS14 - O IFCE desenvolve propostas de conscientização da necessidade de conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| ConODS 15-O IFCE em sua opinião desenvolve projetos e/ou programas que tenham como objetivo central, proteger, recuperar e promover o uso consciente e sustentável dos ecossistemas naturais. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| ConODS 16- O IFCE promove diálogos que têm como propósito conscientizar a comunidade interna e externa sobre a importância da promoção de sociedades pacíficas e inclusivas, para o desenvolvimento sustentável e para a promoção do acesso à justiça. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| ConODS 17- O IFCE promove diálogos que visam contribuir para efetivar meios de implementação de parcerias para o desenvolvimento sustentável | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |

Descritores das Variáveis da Dimensão 2 e Tipologias Latentes

| CONSTRUTO PARCIAL | VARIÁVEIS | CATEGORIAS |
|--|--|--|
| 2. Gestão e Responsividade Públicas | GRES PON + GRES PON - | Inquirição Escalar: Tipologias Gradativas de Análise 1 = Discordo totalmente 2 = Discordo moderadamente 3 = Discordo levemente 4 = Nem concordo nem discordo 4 = Nem concordo nem discordo 5 = Concordo levemente 6 = Concordo moderadamente 7 = Concordo totalmente |

Descritores das Variáveis do Construto Parcial 2 com Categoria Escalar

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| RESPON1- O IFCE desenvolve um diálogo social contínuo com os diferentes públicos com os quais se relaciona | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| RSP1 - O IFCE administra recursos públicos de forma transparente e responsável | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| RESPON2 - O IFCE contribui para uma sociedade democrática | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| RSP2- O IFCE adota uma gestão ética e socialmente responsável | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| RSP3 - O IFCE adota medidas que atenuam seus impactos ambientais | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| RSP4- O IFCE promove direitos humanos, a não discriminação, o respeito à diversidade | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| RSP5- O IFCE desenvolve iniciativas efetivas voltadas para promoção da saúde e qualidade de vida de seus servidores | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| RSP6 -O IFCE adota critérios sociais e ambientais nos processos licitatórios | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |

| | | | | | | | |
|--|---|---|---|---|---|---|---|
| RSP7- Os investimentos públicos do IFCE contribuem para o desenvolvimento sustentável da região em atua | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| RESPON3- O IFCE é considerado uma organização pública ágil na solução dos problemas educacionais da sociedade cearense. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| RESPON4 -O IFCE adota um modo de Governança para a sustentabilidade ao lidar com problemas complexos em um contexto de caráter multissetorial e multinível | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| RSP8- No âmbito do IFCE, a Governança é considerada um método para gerenciar conflitos, falhas e sinergias, um ponto de partida para melhorar a Administração Pública. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| RESPON5- No IFCE existem silos, isto é, um agrupamento isolado, departamento, etc., que funciona separadamente dos outros, especialmente de uma forma vista como um obstáculo à comunicação e à cooperação entre os setores. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| RESPON6- O IFCE prioriza políticas que são referenciadas pelos cidadãos. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| RESPON7 - As políticas públicas de educação profissional e tecnológica no Brasil são lastreadas por escutas comunitárias | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| RESPON8 -Há processos efetivos de escuta ativa das comunidades internas e externas nas tomadas de decisão de gestão do IFCE. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |

Fonte: Elaborado pelo autor.

Para Brown (2015), a AFE é um método estatístico de mutualidade que objetiva definir a quantidade e a identidade de indicadores/variáveis latentes ou fatores que explanam a variabilidade e a covariação entre uma aglomeração de grandezas escrutinadas. Na pesquisa de aplicação, a AFE é usualmente utilizada para apreciar instrumentais de vários indicadores, lidar com construtos e reduzir dados (FABRIGAR; WEGENER, 2012; BROWN, 2015). Logo, a AFE enquadra-se como técnica cujo propósito é prospectar padrões de correlações, possibilitando que o sujeito pesquisador desvele a validação fatorial dos itens de inquirições/assertivas/questões que integram cada escala ou dimensão/construto. Para aplicação da técnica multivariada de AFE, utilizou-se o grupo de dados com atrelamento de 33 indicadores, disponibilizado pela coleta da presente pesquisa realizada no período entre 1.06.2023 e 20.07.2023, cujo levantamento se deu por questionário com assertivas escalares de avaliação de níveis de concordância com a existência de práticas coadunadas com a gestão pública responsiva e que contribuem para o alcance dos 17 ODS da Agenda 2030 da ONU na ambiência organizacional da Instituição investigada.

Em relação às variáveis atreladas à secção do construto correspondente aos 17 ODS, aplicou-se também a análise fatorial exploratória junto aos 17 indicadores propiciando a emergência de dimensões epistêmicas a partir de um coletivo de 460 casos contemplando gestores, servidores e alunos do IFCE. Todas as análises derivaram das rotinas computacionais realizadas com o auxílio do *software Statistical*

Package for the Social Sciences (SPSS), versão 25, próprio para análise em Ciências Sociais.

No âmbito da aplicação da AFE, utilizou-se a técnica VARIMAX que lastreia o processo de extração de componentes principais, pois simplifica o compêndio de indicadores atrelados às dimensões do construto (HAIR *et al.*, 2009).

Os seguintes protocolos referenciados balizaram o nível de fidedignidade da análise multivariada da pesquisa quantitativa através da aplicação da técnica fatorial exploratória (FIELD, 2009; HAIR *et al.*, 2009): 1) **Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) parâmetro de ajuste da amostra** que referencia o nível de variância dos indicadores que pode ser justificada pelos fatores extraídos (gradação de 0 a 1, categorização - 1 – 0,9 (Muito boa); 0,8 - 0,9 (Boa); 0,7 – 0,8 (Média); 0,6 – 0,7 (Razoável); 0,5 – 0,6 (Má) < 0,5 (Inaceitável)), quanto mais o valor estiver proximal de 1, maior a aderência dos dados ao processo de aplicação da AFE; 2) **Measure of Sampling Adequacy (MSA) indica** a gradação das correlações entre as variáveis bem como a mensuração do ajuste da amostra ao método da AFE e varia de 0 a 1, com condicionante de que os indicadores com valores menores sejam excluídos (hermenêutica dos valores: 0,80 ou acima, admirável; 0,70 ou acima, mediano; 0,60 ou acima, medíocre; 0,50 ou acima, ruim; e abaixo de 0,50, inaceitável); 3) **Teste de esfericidade de Bartlett**, mede a existência de correlações entre as variáveis e é enquadrado como significativo quando seu valor é < 0,05; 4) **Comunalidade evidencia** expressa o quanto os fatores extraídos pela AFE explicam a variância total da variável (a comunalidade de uma variável é aceita com valor mínimo de 0,5); 5) **Cargas fatoriais evidenciam a gradação de aderência entre variáveis e fatores**, indicando o grau de correspondência entre a variável e o fator (valor maior que 0,5 indicam maior nível de representatividade; 6) **Variância total explicada sinaliza o quanto os componentes germinados são válidos, seu valor de base mínima de aceitação é de 60%.**

Emergiu também do propósito epistêmico fundante e teleológico da presente tese, um delineamento de uma proposta seminal de um **Modelo de Gestão e Responsividade Públicas** para promoção dos ODS no âmbito da Rede Federal de Ensino investigada – IFCE e municípios abrangidos.

Feitas as especificações acerca dos aspectos metodológicos que delinearam esta pesquisa, passa-se a apresentar, no Capítulo 4, os Resultados obtidos e a respectiva Discussão com os conceitos trabalhados nesta tese.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

No capítulo em tela, são expendidos e argumentados os resultados dos fitos epistêmicos da presente pesquisa por meio da aplicação de questionários e entrevista semiestruturada, que passaram por crivo de anamnese sob óticas quantitativa e qualitativa na evidenciação de novas dimensões do construto investigado e novas hermenêuticas.

4.1 Lócus da Pesquisa

A pesquisa teve como *lócus* a Rede Federal de Ensino do Estado do Ceará nominada Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), institucionalidade neófitas que emergiu do marco normativo preconizado pela lei 11.892 de 28 de dezembro de 2008, lastreada por lineamentos fundantes diacrônicos de sua gênese provenientes da Escola Técnica Federal do Ceará e do Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET), com existência secular.

O IFCE apresenta configuração acadêmica multicampi e está situado em 33 municípios cearenses abrangendo os 184 municípios do Estado do Ceará através de sua presença nas 14 regiões de Planejamento. O *lócus* da pesquisa é integrado em sua perspectiva pelas pessoas sujeitas da pesquisa evidenciadas na secção metodológica da presente Tese.

Nos 33 *campi* do IFCE, além das instâncias executivas (gestão de linha e *staff*), há três instâncias de governança que deliberativas: O Colégio de Dirigentes, O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e o Conselho Superior da Instituição. As unidades de base e locais (*campi*) estão divididas em 9 Centrais intituladas UASG cujo conceito foi explicitado na metodologia da presente tese, conforme Quadro 25 explicativo.

Quadro 25 - Explicativo do Processo de Organização dos 33 *campi* do IFCE em 9 Centrais de Compras descentralizadas (UASG).

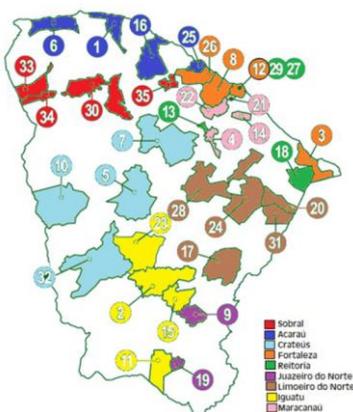
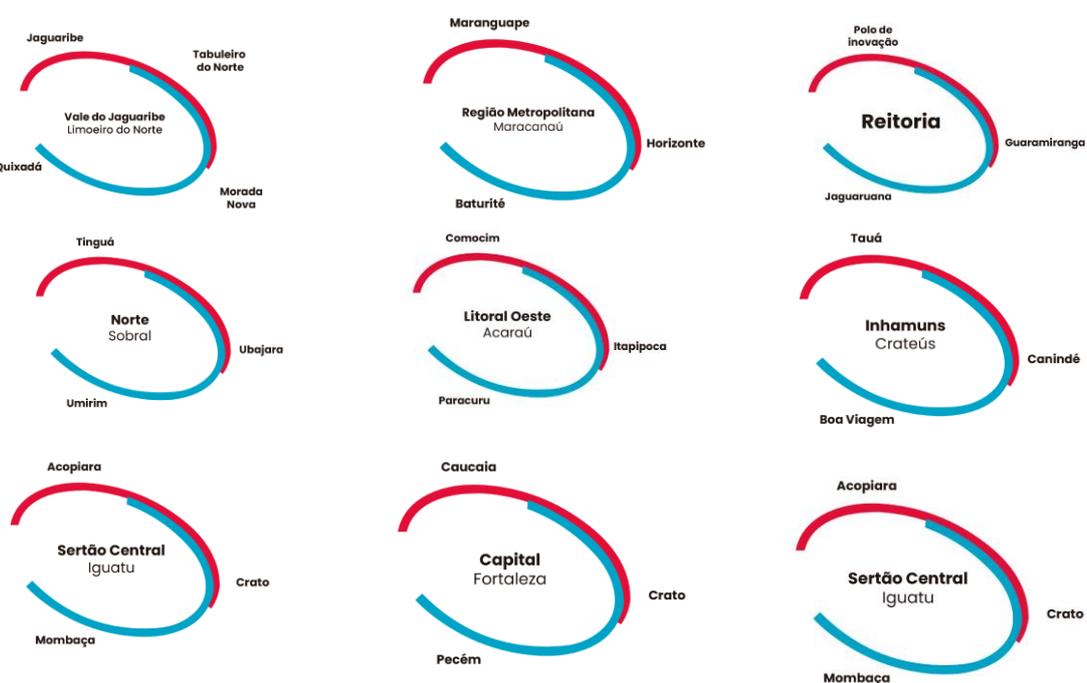
Por meio da Nota Técnica n.º 36.844/2020/ME, o Ministério da Economia manifestou-se favorável ao plano de centralização de contratações públicas do IFCE, deferindo o prazo de 1º de janeiro de 2021 para efetiva implementação da centralização proposta, bem como encaminhando à Coordenação-Geral de Serviços aos Sistemas Estruturantes para que proceda às medidas necessárias para a centralização.

Para a realização da centralização se faz necessária a organização e operacionalização das UASG's polo (*campi* polo), assim chamadas as unidades remanescentes com perfil de compras, de maneira que possam planejar e ajustar os fluxos de trabalho e o calendário de compras, a fim de

executar os Planos Anuais de Contratação já consolidados, a partir de 1º de janeiro de 2021, junto às UASG's vinculadas (*campi vinculado*).

A Pró-reitoria de Administração e Planejamento (PROAP), por meio da Portaria nº. 138/PROAP/REITORIA, de 06 de novembro de 2020, constituiu comissão responsável pela elaboração de procedimentos operacionais, fluxos e orientações gerais a serem implementados, no âmbito do IFCE, visto à aprovação do plano de centralização por parte do Ministério da Economia. Cada campus do IFCE em sua estrutura interna para realização de suas contratações deve considerar as seguintes fases: planejamento, seleção do fornecedor e gestão contratual. Estas três fases muitas vezes se confundem diante do pequeno número de **servidores** em cada campus. Contudo, a centralização das UASGs traz uma nova realidade, em que uma UASG agora executa o trabalho que antes era realizado por cada unidade, conforme divisão indicada a seguir:

9 UASGs que integram o IFCE - Regiões e Campus Polo no Centro e Campi Vinculados no Entorno



Para melhor compreensão do perfil socioeconômico dos municípios nos quais os *campi* do IFCE estão sediados, segue a Tabela 1 que evidencia o indicador intitulado Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM) 2018 que possibilita uma anamnese multidimensional sinótica correlacionada ao patamar desenvolvimentista de cada um dos municípios cearenses. O IDM contempla 30 indicadores compilados em quatro agrupamentos interligados às seguintes dimensões: **aspectos fisiográficos, fundiários e agrícolas; demográficos e econômicos; de infraestrutura de apoio; e sociais** (IPECE, 2020).

Tabela 1 - Desempenho IDM 2018 dos municípios nos quais os *campi* do IFCE estão sediados e Orçamento de Partida por Campus em 2023.

| Campus do IFCE | Município | Orçamento por Campus 2023 (Custeio mais Assistência Estudantil) LOA | RANKING ORÇAMEN TO 2023 ENTRE OS CAMPI | IDM2018 | RANKING CE IDM 2018 |
|-------------------|-------------------|---|--|---------|---------------------|
| ACARAU | ACARAU | R\$ 2.172.126,21 | 16 | 30,63 | 40 |
| ACOPIARA | ACOPIARA | R\$ 1.526.469,49 | 26 | 19,16 | 137 |
| ARACATI | ARACATI | R\$ 2.249.727,84 | 15 | 38,24 | 15 |
| BATURITE | BATURITE | R\$ 1.759.752,27 | 19 | 32,62 | 34 |
| BOA VIAGEM | BOA VIAGEM | R\$ 1.738.385,94 | 20 | 22,43 | 98 |
| CAMOCIM | CAMOCIM | R\$ 1.280.455,55 | 29 | 30,86 | 38 |
| CANINDE | CANINDE | R\$ 1.568.834,01 | 23 | 24,82 | 74 |
| CAUCAIA | CAUCAIA | R\$ 2.872.884,60 | 10 | 36,73 | 19 |
| CEDRO | CEDRO | R\$ 3.663.525,81 | 7 | 26,12 | 64 |
| CRATEÚS | CRATEÚS | R\$ 2.602.390,74 | 12 | 28,77 | 43 |
| CRATO | CRATO | R\$ 4.872.008,33 | 2 | 32,48 | 36 |
| FORTALEZA | FORTALEZA | R\$ 10.509.372,66 | 1 | 65,5 | 1 |
| GUARAMIRANGA | GUARAMIRANGA | R\$ 1.089.734,67 | 32 | 36,73 | 20 |
| HORIZONTE | HORIZONTE | R\$ 1.408.811,02 | 27 | 46,98 | 8 |
| IGUATU | IGUATU | R\$ 4.763.542,92 | 3 | 37,02 | 18 |
| ITAPIPOCA | ITAPIPOCA | R\$ 2.942.238,17 | 9 | 35,35 | 24 |
| JAGUARIBE | JAGUARIBE | R\$ 1.689.454,61 | 21 | 27,71 | 54 |
| JAGUARUANA | JAGUARUANA | R\$ 1.327.622,97 | 28 | 27,05 | 57 |
| JUAZEIRO DO NORTE | JUAZEIRO DO NORTE | R\$ 3.836.680,50 | 5 | 32,49 | 35 |
| LIMOEIRO DO NORTE | LIMOEIRO DO NORTE | R\$ 4.399.235,50 | 4 | 40,07 | 11 |
| MARACANAÚ | MARACANAÚ | R\$ 3.651.086,77 | 8 | 51,26 | 4 |
| MARANGUAPE | MARANGUAPE | R\$ 1.936.936,90 | 18 | 32,66 | 33 |

| | | | | | |
|--------------------|-------------------------|-------------------|----|-------|-----|
| MOMBAÇA | MOMBAÇA | R\$ 843.359,04 | 33 | 18,35 | 146 |
| MORADA NOVA | MORADA NOVA | R\$ 1.549.987,81 | 25 | 32,67 | 32 |
| PARACURU | PARACURU | R\$ 1.257.034,55 | 30 | 30,85 | 39 |
| PECÉM | SÃO GONÇALO DO AMARANTE | R\$ 1.558.501,85 | 24 | 60,98 | 2 |
| QUIXADÁ | QUIXADÁ | R\$ 2.712.299,96 | 11 | 26,24 | 63 |
| SOBRAL | SOBRAL | R\$ 3.730.369,41 | 6 | 42,06 | 9 |
| TABULEIRO DO NORTE | TABULEIRO DO NORTE | R\$ 2.375.875,93 | 13 | 24,70 | 76 |
| TAUÁ | TAUÁ | R\$ 2.113.855,35 | 17 | 27,74 | 59 |
| TIANGUÁ | TIANGUÁ | R\$ 1.657.646,20 | 22 | 47,37 | 7 |
| UBAJARA | UBAJARA | R\$ 1.215.607,60 | 31 | 36,34 | 21 |
| UMIRIM | UMIRIM | R\$ 2.293.560,12 | 14 | 22,01 | 104 |
| Total | | R\$ 85.169.375,30 | | | |

Fonte: Instituto federal de Ciência e Tecnologia do Ceará (2023) e IPECE (2020)

Percebeu-se na Tabela 1 que o campus Fortaleza obteve o maior orçamento e possui o melhor IDM e que o campus Mombaça recebeu o menor orçamento e possui o menor IDM dentre as localidades mapeadas. A questão central que vai ser abordada posteriormente é a diminuição do orçamento global do IFCE na última Lei Orçamentária Anual aprovada no Governo Bolsonaro com implicações sérias na precarização dos serviços de refeições e lanches bem como auxílios sociais para estudantes e dispêndios limitados na rubrica do custeio correlacionada ao funcionamento dos *campi*.

Na perspectiva da gestão para o desenvolvimento institucional, os compromissos estratégicos do IFCE estão lastreados por arcabouço de seu processo da estratégia de acordo com o Quadro 26.

Quadro 26 - Processo da estratégia do IFCE.

Com 109 anos de existência, o Instituto Federal do Ceará se consolida como instituição de ensino inclusivo e de qualidade, norteadas por princípios fundamentais, quais sejam sua missão, sua visão e seus valores.

Formatados pelo grupo gestor, com participação da comunidade acadêmica, seus princípios foram revisados no ano de 2010, dada a nova institucionalidade do IFCE, a fim de se adequarem às recentes características.

Após revisão feita pelo grupo gestor, os textos foram disponibilizados para a comunidade acadêmica, a fim de levantar suas contribuições. O acompanhamento desse processo ficou a cargo da pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional.

Uma vez compilados, os textos da missão, da visão e dos valores foram submetidos ao Conselho Superior do IFCE, sendo ratificado em 2011, por meio de resolução do Conselho Superior (Consup). Em 2018, quando do processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (2019/2023), o grupo gestor, novamente, promoveu a atualização da visão institucional. Em seguida,

submetida a apreciação pela comunidade acadêmica e, por fim, homologada pelo Consup (De acordo com a Resolução CONSUP nº 14 de 02 de março de 2012).

MISSÃO

Produzir, disseminar e aplicar os conhecimentos científicos e tecnológicos na busca de participar integralmente da formação do cidadão, tornando-a mais completa, visando a sua total inserção social, política, cultural e ética.

VISÃO 2023

Ser referência no ensino, pesquisa, extensão e inovação, visando à transformação social e ao desenvolvimento regional.

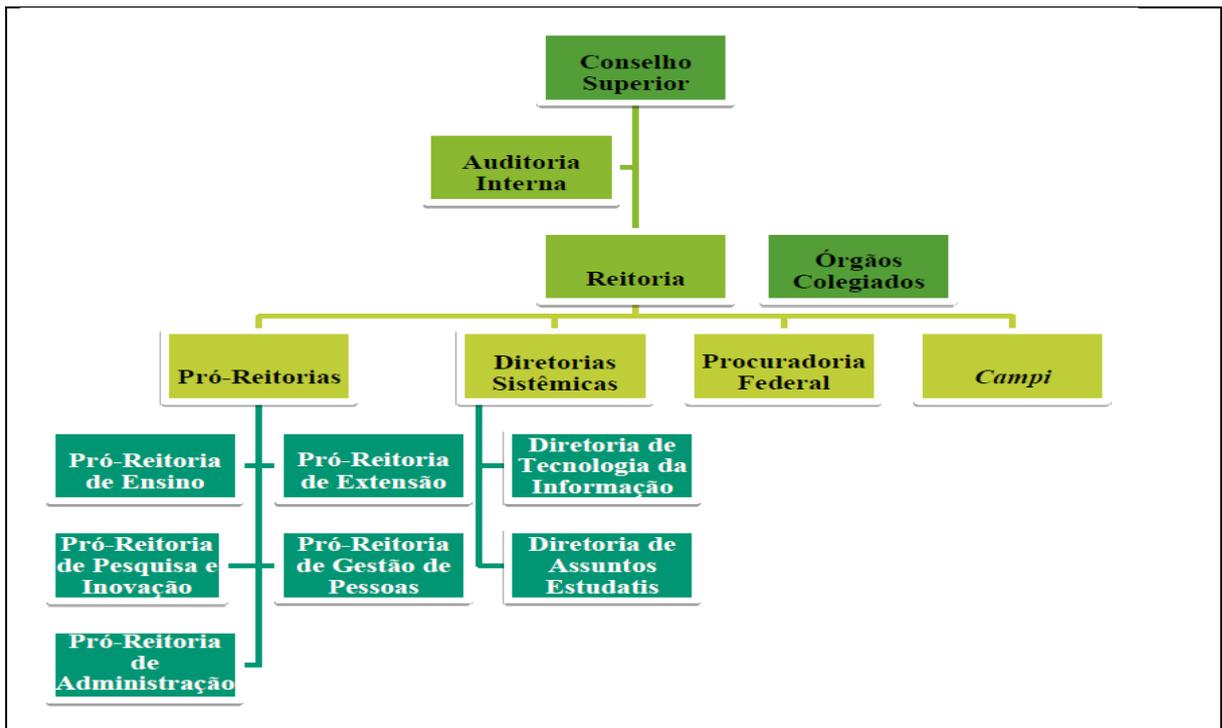
VALORES

Nas suas atividades, o IFCE valorizará o compromisso ético com responsabilidade social, o respeito, a transparência, a excelência e a determinação em suas ações, em consonância com os preceitos básicos de cidadania e humanismo, com liberdade de expressão, com os sentimentos de solidariedade, com a cultura da inovação e com ideias fixas na sustentabilidade ambiental.

Fonte: Instituto federal de Ciência e Tecnologia do Ceará (2022, p. 13)

No âmbito funcional da Instituição, o organograma do IFCE contempla órgãos de linha e de *staff* nas instâncias estratégicas, tática e operacional bem como de governança e de correição integrando as áreas sistêmicas de Gestão, Ensino, Pesquisa e Extensão de acordo com arquitetura organizacional sinótica evidenciada pelo quadro 27.

Quadro 27 - Organograma macro do IFCE, marco legal fundante e explicitação de áreas-chave sistêmicas.



Premissa Legal de Funcionamento dos Institutos Federais

De acordo com o art. 2º da lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, os institutos federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas.

Como objetivos dos institutos federais, o art.7º da lei 11.892/2008 traz em síntese:

- I. ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;
- II. ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
- III. realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
- IV. desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;
- V. estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e
- VI. ministrar em nível de educação superior:
 - A. cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;

De acordo com o Regimento Interno do IFCE, as unidades que formam a estrutura administrativa do IFCE são definidas da seguinte maneira:

1. O **Conselho Superior**, de caráter consultivo e deliberativo, é o órgão máximo do IFCE, reunir-se-á bimestralmente e, em caráter extraordinário, quando convocado por seu presidente ou por 2/3 (dois terços) de seus membros.
2. O **Colégio de Dirigentes**, de caráter consultivo, é o órgão de apoio às decisões da Reitoria, reunir-se-á uma vez por mês e, extraordinariamente, quando convocado por seu presidente ou por 2/3(dois terços) de seus membros.
3. A **Pró-Reitoria de Ensino** tem como objetivos planejar, executar e acompanhar as políticas de ensino e formular diretrizes de modo a integrar orgânica e sistemicamente o ensino no IFCE, em consonância com os princípios, objetivos e missão da Instituição e com as leis que regem o sistema educacional e, especificamente, a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.
4. A **Pró-Reitoria de Extensão** tem como missão planejar, executar e acompanhar as políticas de extensão e formular diretrizes, de modo a promover a integração do conhecimento acadêmico e cultural, em parceria com a comunidade, permitindo uma relação transformadora entre o IFCE e a sociedade.
5. A **Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação** é o órgão responsável pela condução da pesquisa, pós-graduação e da inovação tecnológica no IFCE, em consonância com os princípios estatutários e regimentais.
6. A **Pró-Reitoria de Administração e Planejamento** é o órgão responsável pelas políticas administrativas e de planejamento do IFCE, bem como pela coordenação e acompanhamento, nos diversos *campi*, das atividades de planejamento, orçamento, modernização administrativa, manutenção predial e de equipamentos, gestão de material e serviços, arquivo, contabilidade e finanças.
7. A **Pró-Reitoria da Gestão de Pessoas** é um órgão seccional do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal – SIPEC, subordinado ao Reitor do IFCE, atuando como órgão de assessoramento na área da gestão de pessoas do IFCE.
8. As **Diretorias Sistêmicas**, administradas por diretores designados pelo reitor, são órgãos responsáveis por planejar, coordenar, executar e avaliar os projetos e atividades na sua área de atuação.
9. A **Unidade de Auditoria Interna** é o órgão técnico de controle, vinculado ao Conselho Superior, sujeito à orientação normativa e à supervisão técnica do órgão central e dos órgãos

setoriais do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, em suas respectivas áreas de jurisdição.

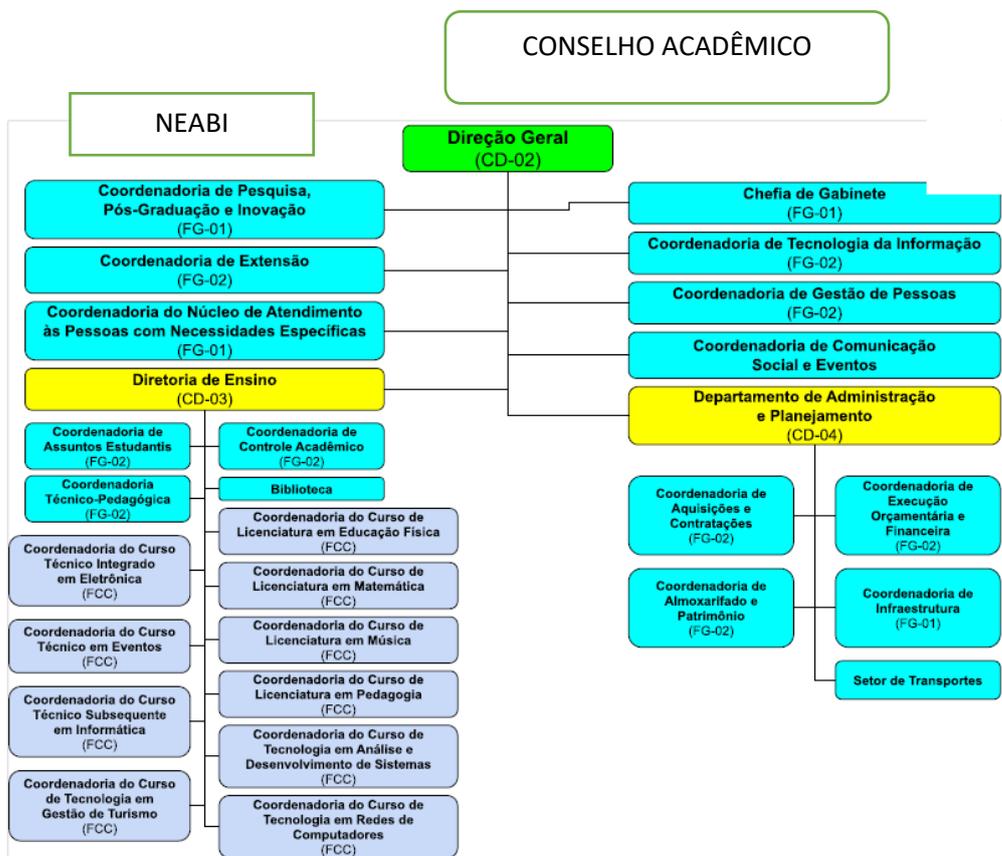
10. A **Procuradoria Federal** é o órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal, responsável pela representação judicial e extrajudicial e pelas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, observada a legislação pertinente.

11. Os **campi** do IFCE serão administrados por diretores-gerais nomeados de acordo com o que determina o art. 13 da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, tendo seu funcionamento estabelecido em regimento aprovado pelo Conselho Superior.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de análise documental Instituto federal de Ciência e Tecnologia do Ceará (2022, p. 12).

A figura 13 apresenta a configuração organizacional de um campus com funcionalidade há 12 anos e estrutura funcional de médio porte. O organograma não é isomórfico dos *campi*, havendo estruturas de cargos e funções de acordo com o nível de temporalidade e maturidade de gestão.

Figura 13 - Organograma Modelo do Campus Canindé do IFCE como exemplo de estrutura funcional.



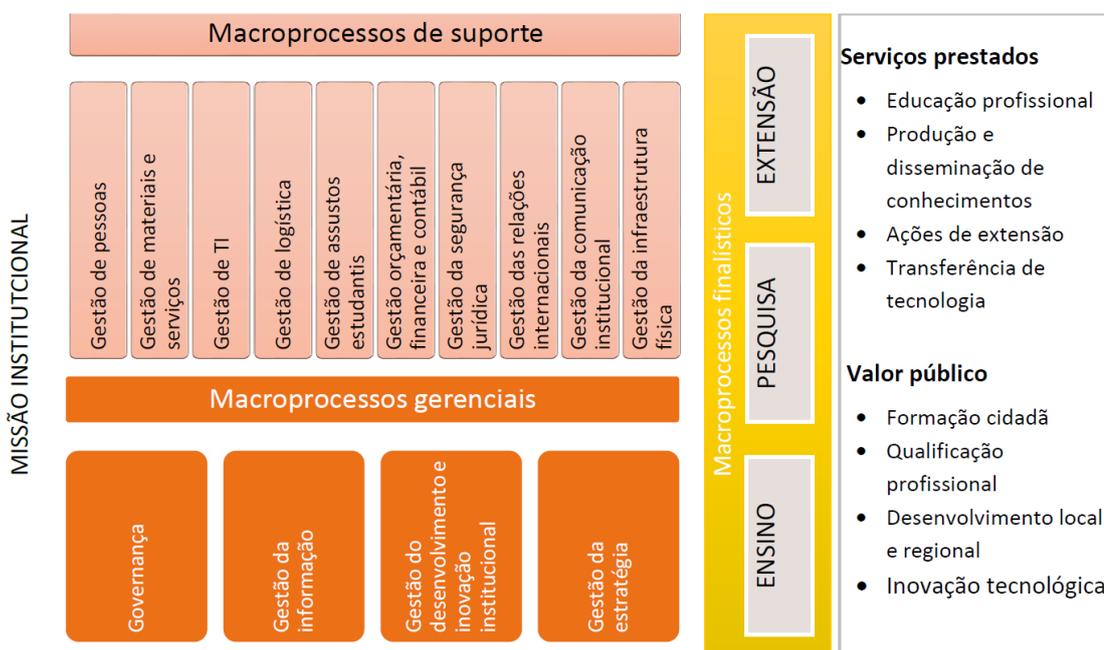
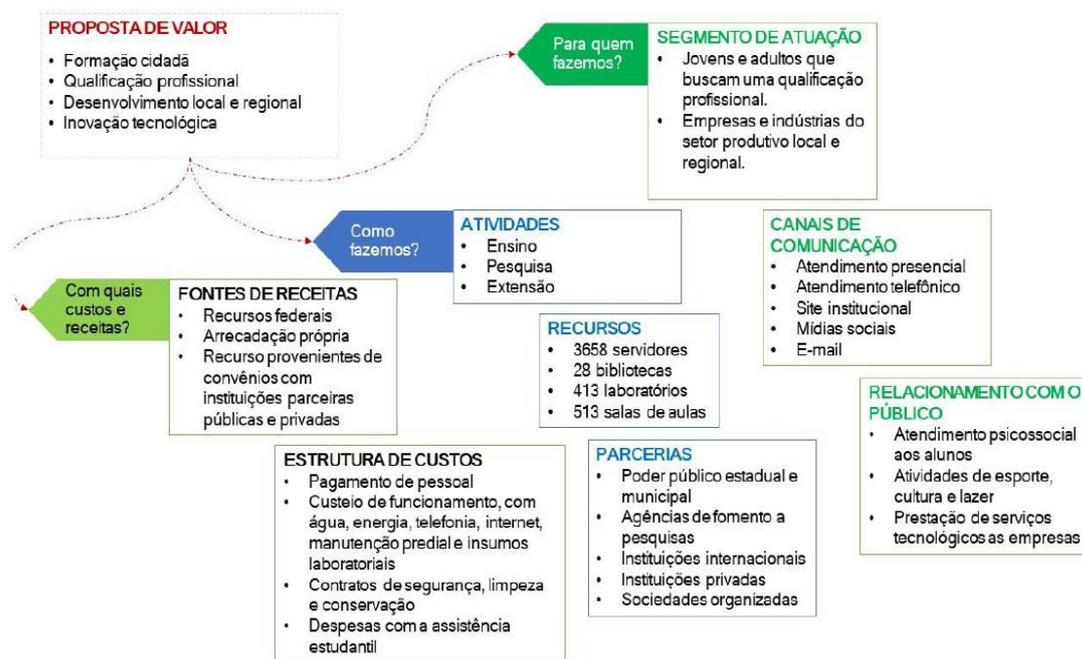
Fonte: Instituto federal de Ciência e Tecnologia do Ceará (2023)

A direção geral do campus situa-se no nível estratégico e faz mediação direta com a Reitoria. A Direção de ensino e coordenações vinculadas e área sistêmicas em conjunto com as coordenações de extensão e de pesquisa, pós-graduação e inovação gerenciam os processos finalísticos. O Departamento de administração e suas coordenadorias e ou área sistêmica, a coordenação de tecnologia de informação, coordenação de gestão de pessoas, coordenadoria de comunicação social e eventos, chefia de gabinete e coordenadoria do núcleo de atendimento às pessoas com necessidades específicas cuidam dos processos de apoio. O Conselho Acadêmico é a instância de governança local do campus. Os núcleos de estudo afro-brasileiros e indígena (Neabi) e de gênero e diversidade sexual (Nugeds) atuam com projetos acadêmicos integradores de promoção de suas pautas correlatas.

4.2 A Rede Federal de Ensino do Ceará e neologismos no âmbito da práxis da moderna administração pública: gestão de processos, da ética, da integridade, transparência pública e compromissos com o desenvolvimento Sustentável

O IFCE segue premissas de Gestão e Governança preconizadas por órgãos de controle como o Tribunal de Contas da União e apropriou-se de preceitos da administração pública gerencial voltada para resultados através da **Portaria nº 432/gabr/reitoria, de 01 de abril de 2022** que aprovou, no âmbito da Rede Federal de Ensino do Ceará, a aplicação do Manual de Gerenciamento de Processos. O manual delineado por equipe vinculada à área de desenvolvimento institucional situada no âmbito da Pró-reitoria de Administração e Planejamento evidenciou a cadeia de valor e a arquitetura dos processos organizacionais do IFCE, bem como apresentou metodologias e *frameworks* voltadas que lastreiam o atual gerenciamento de processos de negócio da Instituição e suas entregas de serviços com geração de valor público. A Figura 14 representa o modelo de negócio do IFCE:

Figura 14 - Modelo de Negócio, Cadeia de Valor e Arquitetura de Processos do IFCE.



Fonte: Instituto federal de Ciência e Tecnologia do Ceará (2022, p. 13)

O IFCE adotou a modelagem do BPM – *Business Project Management* através do qual um processo de negócio entrega valores para usuários ou dar suporte/administra outros processos. A Instituição de acordo com o Manual delineado adota em sua administração processos finalísticos, de apoio e de gestão. Os

processos finalísticos coadunam com a agregação de valor público para os alunos e sociedade, contemplando iniciativas e ações relevantes para o cumprimento da sua missão e alcance da visão de futuro. Os processos de apoio dão suporte a processos finalísticos e realizam entregas a outros processos. Processos de gerenciamento possibilitam que a instituição funcione coadunada aos seus objetivos de performance organizacional (ABPMP, 2013). A seguir, no Quadro 28, são evidenciados os macroprocessos do IFCE por tipologia do Modelo BPM.

Quadro 28 - Macroprocessos e respectivos processos de negócio (PN) no IFCE de acordo com premissas do modelo BPM.

No IFCE, consideram-se macroprocessos finalísticos:

• **Ensino**

PN:

Gestão da Educação a Distância
Gestão dos Cursos de Ensino Básico e Técnico
Gestão dos Cursos de Graduação

• **Pesquisa**

PN:

Gestão e apoio ao desenvolvimento de pesquisas
Gestão de apoio a Inovação Tecnológica
Gestão dos Cursos de pós-graduação

• **Extensão**

PN:

Gestão de Incubadoras e empreendedorismo
Gestão de projetos de extensão
Acompanhamento de Egressos
Gestão de estágios
Gestão de cursos de formação inicial e continua

No IFCE, consideram-se macroprocessos de apoio:

• **Gestão de Pessoas**

PN:

Gestão de Recrutamento e Seleção
Gestão de cargos e funções
Gestão da remuneração e incentivos
Gestão do Treinamento e Desenvolvimento
Gestão de Qualidade de vida e saúde do servidor
Gestão de desempenho das pessoas

• **Gestão de Materiais e serviços**

PN:

Gestão de patrimônio
Gestão de almoxarifado
Gestão de serviços gerais

Gestão de Tecnologia da informação

PN:

Gestão da Infraestrutura de TI
Gestão de sistemas informatizados

• **Gestão logística**

PN:

Gestão de Aquisições

Gestão de Contratações

Gestão dos resíduos sólidos

• **Gestão da infraestrutura física**

PN:

Avaliação de imóveis

Regularização patrimonial de imóveis

Manutenção de imóveis

Fiscalização de obras

Elaboração de estudos e projetos

• **Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil**

PN:

Gestão do orçamento

Gestão dos recursos financeiros

Gestão contábil

• **Gestão de Segurança Jurídica**

PN:

Assessoria jurídica

• **Gestão das Relações Internacionais**

PN:

Gestão dos Intercâmbios

Gestão da cooperação institucional e internacional

• **Gestão da comunicação institucional**

PN:

Gestão da Imagem Institucional

• **Gestão de Assuntos estudantis**

PN:

Gestão da assistência estudantil

Gestão do Programa de Alimentação e Nutrição

Gestão do Programa de Auxílios em Pecúnia

Os macroprocessos gerenciais do IFCE são:

• **Governança**

PN:

Gestão de riscos e controle interno

Auditoria interna

Ouvidoria

Gestão da Integridade

Gestão da Correição

Prestação de contas e Transparência

• **Gestão do desenvolvimento e inovação institucional**

PN:

Gestão de normas

Gestão de Processos

Gestão de Projetos

• **Gestão da informação**

PN:

Gestão documental e arquivista

Gestão da segurança da informação

Gestão da Governança de TI

• **Gestão da estratégia**

PN:

Gestão do Planejamento Estratégico

Gestão de Políticas institucionais

Gestão dos resultados organizacionais

Na perspectiva da Gestão da Ética, no ano de 2022 o IFCE delineou a segunda versão de seu Plano de Integridade com vigência para o período 2022 a 2024, balizado pelo preceito da gestão educacional pública socialmente responsável com eticidade científica, promovendo geração de valor público e estabelecendo relações públicas fiduciárias com a sociedade através de interfaces protagonizadas pelas Comunidades Acadêmica e Científica.

No âmbito do documento da primeira versão do Plano de Integridade do IFCE publicada em 2018, foram identificados quatro marcos-chave textuais que evidenciam o compromisso da Instituição com o desenvolvimento sustentável através de objetivos estratégicos formulados para o marco temporal 2019 a 2023: 1) **Desenvolvimento local e regional**; 2) **Inovação e sustentabilidade**; 3) **Diversidade e acessibilidade** e, 4) **Promoção dos direitos Humanos no âmbito educacional** (IFCE, 2018).

Lastreado por análise documental, observação direta e participante, o pesquisador do presente estudo que é sujeito partícipe da instituição como um de seus dirigentes, apresenta a sua visão sobre os marcadores acima evidenciados a partir de sua práxis no âmbito das dinâmicas organizacionais vivenciadas no IFCE:

A instituição vem construindo suas bases sociais e políticas de atuação, seja junto à comunidade acadêmica ou comunidade externa para fortalecer seu compromisso com o desenvolvimento local, regional e sustentável. Atuo há treze anos na instituição e quantas vidas transformadas. Lembro de um ex-aluno do campus que chegava de “pau de arara” para assistir as aulas em uma região castigada pela seca, com a menor renda per capita do Ceará. Hoje o menino é Doutor em Educação e professor do campus. A educação nos tempos atuais é o caminho efetivo para o desenvolvimento sustentável através do ensino, pesquisa e extensão de qualidade. Na cidade onde o campus está instalado visito alguns negócios que são da propriedade de alunos ou ex-alunos ou que nossos egressos trabalham. A primeira servidora da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo da Cidade na qual o Turismo Religioso é impulsionador da economia local, uma ex-aluna nossa é concursada. Temos 4 alunos com deficiência que são acompanhados pelo Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), sendo um aluno cadeirante com paralisia cerebral, duas alunas surdas e um aluno com deficiência física. No tocante à inovação o laboratório DARM propicia alunos dos cursos superiores do eixo da Tecnologia da Informação prestarem serviços para uma empresa multinacional japonesa com filial no Sul do país. Em relação à temática da diversidade sexual, está em fase inicial a implantação do Núcleo de Diversidade Sexual e Gênero liderado por uma professora que é ativista na área. No tocante à promoção do combate ao racismo, O Núcleo de Estudos Afrobrasileiros e Indígenas - Neabi tem uma ação educativa importante de esclarecimentos ideopolíticos e de combate ao preconceito (Depoimento escrito feito pelo pesquisador enquanto sujeito partícipe da organização estudada).

Compreende-se que a geração de valor público com lastro em ações éticas requer das instituições públicas práticas de gestão e monitoramento da Integridade

que possam garantir a eficácia das políticas públicas que diretamente promovem o desenvolvimento sustentável como é o caso da Educação. A seguir, o Quadro 29 apresenta a arquitetura estrutural e funcional da Gestão da Integridade no âmbito do IFCE.

Quadro 29 - Arquitetura funcional do Plano de Integridade do IFCE 2022-2024

Principais Estruturas de Gestão e Instrumentos Legais Relativos à Área de Integridade

Auditoria

A Auditoria Interna (Audin/IFCE) é um órgão de controle vinculado ao Conselho Superior do IFCE, com base no Art. 15, § 3º, do Decreto nº 3.591, de 2000, na Resolução do CEFET nº 4 de 2004, na Resolução CONSUP do IFCE nº 15, de 2013, e na Instrução Normativa CGU nº 01, de 2001. O setor é responsável por assessorar a gestão no que concerne ao zelo pelas boas práticas administrativas, bem como racionalizar as ações do sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e do Tribunal de Contas da União, respeitando a legislação vigente.

Correição

Instituído nos termos do Decreto nº 5.480, de 2005, como unidade seccional do sistema de correição do Poder Executivo Federal no âmbito do IFCE, o Departamento de Correição compreende as atividades relacionadas à prevenção e à apuração de irregularidades funcionais por meio da instauração e condução de procedimentos correccionais.

Ética

A Comissão de Ética do IFCE é composta por três membros titulares e três membros suplentes, escolhidos entre os servidores públicos ocupantes de cargo efetivo do seu quadro permanente. O funcionamento e a estrutura dessa unidade estão definidos no *Regimento Interno da Comissão de Ética do IFCE*, conforme Resolução do Conselho Superior nº 035, de 14 de outubro de 2014, o Código de Ética do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará foi aprovado pela Resolução do Conselho Superior nº 84, de 07 de outubro de 2019. Dentre as competências da Comissão de Ética do IFCE, destaca-se a aplicação do *Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal*, aprovado pelo Decreto nº 1.171, de 1994.

Transparência (e-SIC)

Em atendimento à Lei 12.570, de 2011, o IFCE mantém, em seu sítio eletrônico, área denominada "Acesso à Informação" com as principais informações institucionais. Além disto, atende às demandas de transparência passiva por adesão ao Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC), por meio do qual o cidadão pode solicitar, acompanhar e receber as respostas de solicitações de informação nos prazos legais. Esta atividade é realizada pela Ouvidoria, tendo sido designada a servidores para supervisionar o e-SIC e monitorar a implementação da Lei de Acesso à Informação, pela Portaria nº 392/GR, de 27 de abril de 2017.

O IFCE conta ainda com a Central de Atendimento ao Usuário, disponível no site institucional, que encaminha solicitações direcionadas à Pró-reitoria de Gestão de Pessoas, à Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação e ao Departamento de Comunicação Social, com a mesma finalidade e com prazo de resposta de 24 horas úteis.

Conflitos de Interesse e Nepotismo

O tratamento de conflito de interesses e situação de nepotismo será realizado pela Pró-reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP), que é um órgão seccional do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal, atuando como órgão de assessoramento na área de gestão dos recursos humanos do IFCE. Dirigida por um pró-reitor designado pelo Reitor, a PROGEP é responsável por planejar, coordenar, executar, fomentar e acompanhar as atividades na área de Gestão de Pessoas.

INSTÂNCIAS DE INTEGRIDADE

O Instituto Federal estabeleceu como Unidade de Gestão da Integridade a Coordenadoria de Governança, que foi criada pela Portaria nº 999/GABR/REITORIA, de 22 de novembro de 2018. Esta coordenadoria compõe a estrutura de IFCE como órgão de assessoramento.

MARCO LEGAL QUE FORMALIZOU O SEGUNDO PLANO DE INTEGRIDADE DA INSTITUIÇÃO



Boletim de Serviços Eletrônico em
20/04/2022

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

PORTARIA Nº 511/GABR/REITORIA, DE 20 DE ABRIL DE 2022

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, nomeado pelo Decreto Presidencial de 1º de fevereiro de 2021, publicado no Diário Oficial da União em 02 de fevereiro de 2021, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e tendo em vista o constante nos autos do Processo nº 23255.003238/2022-14, resolve:

Art. 1º Aprovar, conforme o [Anexo](#), o Plano de Integridade do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Boletim de Serviços da Reitoria.

JOSÉ WALLY MENDONÇA MENEZES

Reitor



Documento assinado eletronicamente por **Jose Wally Mendonca Menezes, Reitor**, em 20/04/2022, às 16:55, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **3645539** e o código CRC **1D3F41F4**.

Referência: Processo nº 23255.003238/2022-14

SEI nº 3645539

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de IFCE (2022, p. 15-18)

A figura 15 evidencia os principais marcos de melhorias a serem alcançadas através do Plano de Integridade do IFCE no marco temporal 2022 a 2024:

Figura 15 – Mapa de monitoramento de risco de integridade do IFCE- 2022 a 2024.



A: Mapa de Risco de Integridade do IFCE

| Área de Integridade | Nº | Risco | Probabilidade (1 a 4) | Impacto (1 a 4) | Pontuação (Pxl) | Severidade (extremo, alto, moderado, baixo) | Compartilhar, Evitar, Mitigar ou Aceitar | Ação Proposta | Responsável | Início | Término |
|---------------------|----|--|-----------------------|-----------------|-----------------|---|--|---|-------------|----------|----------|
| Ouvidoria | 1 | Desconhecimento de servidores e discentes quanto aos canais de denúncia existentes | 3 | 4 | 12 | Elevado | Mitigar | <p>Aprimorar a campanha de sensibilização quanto à existência de canais de denúncias, priorizando os vídeos e redes sociais para divulgação junto ao corpo discente;</p> <p>Criar representação local nos <i>campi</i>.</p> | Ouvidoria | Abr/2022 | Abr/2024 |
| | 2 | Demora no atendimento das demandas da ouvidoria nos prazos legais | 3 | 4 | 12 | Elevado | Mitigar | <p>Priorizar a sensibilização para o cumprimento do prazo legal no <i>campus</i> Fortaleza e Reitoria, reduzindo o prazo médio de resposta para abaixo de 30 dias.</p> | Ouvidoria | Abr/2022 | Abr/2024 |
| | 3 | Baixa utilização dos dados gerados pela Ouvidoria para o aprimoramento de processos e melhoria da gestão | 3 | 4 | 12 | Elevado | Mitigar | <p>Utilizar o resultado das avaliações do Conselho de Usuários dos Serviços Públicos;</p> <p>Apresentar na reunião de pró-reitores e Coldir os relatórios da ouvidoria.</p> | Ouvidoria | Abr/2022 | Abr/2024 |
| Auditoria | 4 | Desvio de função dos papéis da segunda e terceira linha | 2 | 3 | 6 | Moderado | Mitigar | <p>Capacitar gestores sobre as atribuições das unidades de segunda linha e da Auditoria Interna.</p> | Auditoria | Abr/2022 | Abr/2024 |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
 COMITÊ DE GOVERNANÇA, RISCOS E CONTROLE

| | | | | | | | | | | | |
|-----------------------------------|----|---|---|---|----|---------|---------|---|---|----------|----------|
| | 5 | Inércia do gestor em apresentar manifestações nas recomendações da auditoria interna | 3 | 4 | 12 | Elevado | Mitigar | Acompanhar e controlar a implementação das recomendações da auditoria interna, atingindo uma redução de 50% do estoque de recomendações registrada em 31/12/2021 (423 recomendações). | Auditoria | Abr/2022 | Abr/2024 |
| | 6 | Ausência do gerenciamento formalizado de riscos | 3 | 4 | 12 | Elevado | Mitigar | Realizar normatização interna para gerenciamento dos riscos; Definir os principais processos para serem mapeados com lista de prioridade definidas pelas unidades estratégicas. | Comitê de Governança, Riscos e Controle | Abr/2022 | Abr/2024 |
| Comissão de Ética | 7 | O elevado número de processos em análise, incluindo processos de 2022 e passíveis de prescrição | 3 | 4 | 12 | Elevado | Mitigar | Ajustar o fluxo de tramitação de processos, incluindo análise jurídica; Capacitar os membros da Comissão de Ética objetivando padronizar os conceitos éticos e ritos processuais. | Comissão de Ética | Abr/2022 | Abr/2024 |
| | 8 | Dificuldade de comunicação da comissão de ética em relação aos campi e aos servidores das unidades do IFCE | 3 | 4 | 12 | Elevado | Mitigar | Capacitar os representantes locais da Comissão de Ética favorecendo sua atuação junto aos servidores dos campi. | Comissão de Ética | Abr/2022 | Abr/2024 |
| | 9 | Desconhecimento dos servidores quanto às normas éticas e de conduta | 4 | 4 | 16 | Extremo | Mitigar | Criar instrumentos, manuais, normas e melhorar a comunicação e o desenvolvimento de mídias digitais para divulgação. | Comissão de Ética | Abr/2022 | Abr/2024 |
| Conflito de Interesse e Nepotismo | 10 | Ausência de procedimentos formais para verificação de laços de parentesco | 4 | 4 | 16 | Extremo | Mitigar | Revisar e divulgar os procedimentos visando permitir a identificação de laços de parentesco entre servidores efetivos. | PROGEP | Abr/2022 | Abr/2024 |
| | 11 | Desconhecimento dos servidores quanto às situações que configuram conflito de interesse | 3 | 3 | 9 | Elevado | Mitigar | Divulgar normativas e o Sistema Eletrônico de Prevenção de Conflito de Interesse (SeCI), que tratam de conflitos de interesse. | PROGEP | Abr/2022 | Abr/2024 |
| | 12 | Exercício de atividades privadas pelos servidores do IFCE sem prévio pedido de autorização da autoridade competente | 4 | 4 | 16 | Extremo | Mitigar | Sensibilizar os servidores sobre a importância de utilizar o Sistema Eletrônico de Prevenção de Conflito de Interesse (SeCI). | PROGEP | Abr/2022 | Abr/2024 |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

COMITÊ DE GOVERNANÇA, RISCOS E CONTROLE

| | | | | | | | | | | | |
|-----------------------|----|--|---|---|----|---------|---------|--|--|----------|----------|
| Gestão de Integridade | 13 | Ausência de identificação de riscos de integridade específicos de cada setor do IFCE | 3 | 4 | 12 | Elevado | Mitigar | Mapear e gerenciar os fluxos específicos de cada setor. | Comitê de Governança, Riscos e Controle | Abr/2022 | Abr/2024 |
| | 14 | Limitação da força de trabalho para atuação nas instâncias de integridade | 3 | 4 | 12 | Elevado | Mitigar | Enviar esforços no sentido de reforçar a equipe. | PROGEP | Abr/2022 | Abr/2024 |
| Correição | 15 | Deficiência no controle e acompanhamento de prazos de comissões e processos | 4 | 3 | 12 | Elevado | Mitigar | Disponibilizar um sistema informatizado com ferramentas específicas para monitoramento das ações do Departamento de Correição. | DGTI; DCOR | Abr/2022 | Abr/2024 |
| | 16 | Baixo nível de conhecimento dos deveres dos servidores públicos | 3 | 4 | 12 | Elevado | Mitigar | Capacitar em cursos de direitos e deveres do servidor público, via Projeto de Desenvolvimento de Pessoal do IFCE. | PROGEP; DCOR | Abr/2022 | Abr/2024 |
| | 17 | Baixa adesão dos servidores para compor comissões disciplinares | 4 | 4 | 16 | Extremo | Mitigar | Implementar políticas de incentivo à participação de servidores TAE em comissões de processos disciplinares. | PROGEP; DCOR | Abr/2022 | Abr/2024 |
| | 18 | Deficiência na estrutura física do Departamento de Correição | 4 | 3 | 12 | Elevado | Mitigar | Adequar infraestrutura do Departamento de Correição de modo a assegurar o sigilo dos assuntos tratados. | PROAP | Abr/2022 | Abr/2024 |
| Transparência | 19 | Divulgação inadequada de dados pessoais ou sensíveis | 3 | 4 | 12 | Elevado | Mitigar | Sensibilizar os servidores sobre a importância da observância dos normativos de proteção de dados pessoais. | Coordenação de Monitoramento da Lei de Acesso à Informação e Proteção de Dados | Abr/2022 | Abr/2024 |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

COMITÊ DE GOVERNANÇA, RISCOS E CONTROLE

| | | | | | | | | | | | |
|--|----|---|---|---|---|---------|---------|---|--|----------|----------|
| | 20 | Informações incompletas no site institucional dificultando o acesso da informação ao cidadão | 3 | 3 | 9 | Elevado | Mitigar | Aprimorar a disponibilização de informações determinadas pelos dispositivos legais. | Coordenação de Monitoramento da Lei de Acesso à Informação e Proteção de Dados | Abr/2022 | Abr/2024 |
| | 21 | Inobservância do prazo estabelecido no cronograma de abertura dos dados previstos no Plano de Dados Abertos do IFCE | 3 | 3 | 9 | Elevado | Mitigar | Intensificar o monitoramento do Plano de Dados Abertos. | Coordenação de Monitoramento da Lei de Acesso à Informação e Proteção de Dados | Abr/2022 | Abr/2024 |

Percebe-se, observando-se o Mapa de Monitoramento da Integridade do IFCE, uma preocupação institucional com abrangência e efetividade da comunicação Interna em relação aos canais de denúncia, a lentidão na tramitação dos processos e devolutivas da ouvidoria e utilização do banco de dados desta área na retroalimentação das dinâmicas de gestão. Outro aspecto detectado, refere-se à formalização da gestão de riscos que inclui nesta ação o compromisso e celeridade dos gestores nas respostas às questões provenientes do setor de auditoria. Nos âmbitos da Gestão da Ética, Conflitos de Interesse, Nepotismo, Integridade e Correição há desafios coadunados ao excesso de processos éticos em análise, dificuldades comunicacionais com os *campi* nos fluxos processuais, baixo conhecimento dos servidores sobre direitos, deveres, situações que se configuram como conflito de interesses e normas éticas, ausência de procedimentos sobre identificação de riscos de integridade, baixa adesão de colaboradores em atuar em comissões disciplinares, maior eficácia do plano de dados abertos e maior efetividade na comunicação de dados e informações aos *stakeholders* através do site institucional. Há uma expectativa dos Gestores que o Plano possa contribuir para a melhoria da Gestão da Integridade e, conseqüentemente para maior eficiência, eficácia e efetividade da política pública de educação profissional e tecnológica operada pelo IFCE.

Em relação a preceitos de Governança e Gestão de Riscos, o IFCE participou de Pesquisa IGG2021 (Índice de Gestão e Governança) promovida pelo Tribunal de Contas da União (TCU) com o propósito de conhecer o nível de maturidade e capacidade em gestão e governança. A metodologia de delineamento do IGG utilizada pelo TCU junto aos entes públicos jurisdicionados foi de autoavaliação através de questionário estruturado contemplando 114 indicadores correlacionados às dimensões macropolíticas liderança, estratégia, operações (Gestão de Pessoas, Gestão da Tecnologia da Informação e Segurança da Informação, Gestão de Contratações e Gestão Orçamentária). O IGG – **Índice de Governança e Gestão** contempla indicadores vinculados ao desempenho organizacional bem como relacionamento com *stakeholders* e performance dos processos-chave da administração pública e de Gestão de Pessoas. O quadro 30 evidencia aspectos processuais do processo de análise da técnica do IGG e apresenta uma figura com a síntese dos resultados alcançados pelo IFCE em 2021.

Quadro 30 - Resultados do Desempenho do IFCE no IGG 2021.

O trabalho de obtenção do perfil integrado de governança e gestão públicas utiliza o método CSA (*Control Self-assessment* ou autoavaliação de controles). É aplicado questionário de autoavaliação às unidades jurisdicionadas, pelo qual procura-se levantar informações acerca da maturidade da governança e da capacidade de gestão dessas organizações. A estrutura do questionário do IGG está fundamentada nas práticas do modelo de autoavaliação (tratado com mais detalhes na seção 3). Essas práticas (descritas com elevado nível de abstração) foram desdobradas em itens de verificação (ou controles) mais objetivos, avaliáveis e auditáveis. As questões são agrupadas pelos temas do modelo:

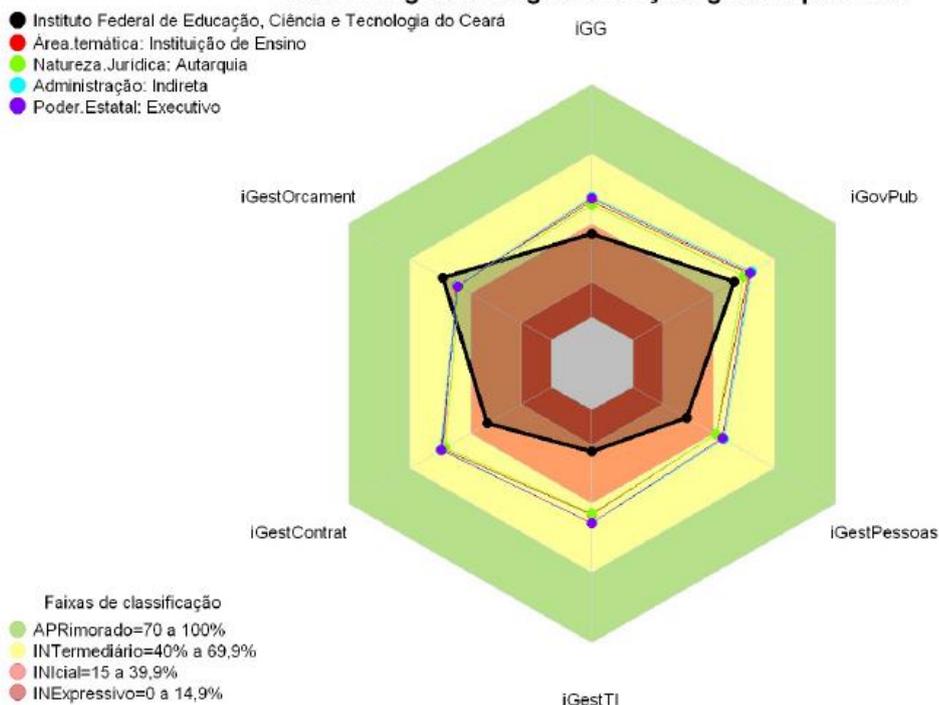
- a) 1000: Governança pública – Liderança;
- b) 2000: Governança pública – Estratégia;
- c) 3000: Governança pública – Controle;
- d) 4100: Gestão de pessoas;
- e) 4200: Gestão de tecnologia e da segurança da informação;
- f) 4300: Gestão de contratações; e
- g) 4400: Gestão orçamentária.

Como resposta às questões, as organizações declaram o nível de adoção de cada uma das práticas de governança e de gestão sugeridas no modelo.

RESULTADO DO IGG 2021 DO IFCE

2.1 Indicador: iGG - Índice integrado de governança e gestão públicas

iGG2021 - Governança Pública Organizacional Índice integrado de governança e gestão públicas



Legenda:

- **iGG** - Índice integrado de governança e gestão públicas
- **iGovPub** - Índice de governança pública
- **iGestPessoas** - Índice de Gestão de Pessoas
- **iGestTI** - Índice de Gestão de TI
- **iGestContrat** - Índice de Gestão de Contratações
- **iGestOrcament** - Índice de gestão orçamentária

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Brasil (2021) - Orientações para interpretar e utilizar os Indicadores de Governança e Gestão e Brasil (2021, p.4).

De acordo com o Índice Integrado de Gestão e Governança Públicas evidenciado pelo quadro acima, o IFCE encontra-se na zona inicial de performance com valor entre 15 e 39,9% do patamar ideal, enquanto o conjunto global das organizações públicas federais estão na faixa intermediária com valor de desempenho entre 40 e 69,9% do ideal. Obtiveram o melhor desempenho, os índices de governança pública e de gestão orçamentária que se posicionaram na faixa intermediária. Os índices de Gestão de Pessoas, Gestão de T.I e Gestão de Contratações se situam na faixa inicial. Compreende-se que em uma hermenêutica a priori, os resultados globais evidenciam que há necessidade latente de um devir de investimentos na melhoria de áreas-chave e relevantes para que a entrega dos serviços públicos pelo IFCE seja agregada de maior valor ao desenvolvimento societal.

4.3 Análise do Alinhamento do Plano de Desenvolvimento Institucional do IFCE 2019-2023 com os 17 ODS da Agenda 2030 da ONU

O IFCE no âmbito de sua planificação institucional para o período 2019 a 2023 realizada no ano de 2018, não evidenciou alinhamento estratégico com os 17 ODS da Agenda 2030, apesar dos Macroobjetivos delineados estarem alinhados com os preceitos fundantes dos fitos de desenvolvimento sustentável preconizados pela ONU e seus países membros em 2015.

Em maio de 2023, o IFCE aderiu ao Pacto Global da ONU assumindo os compromissos com as diretrizes fundantes de promoção do desenvolvimento sustentável. Em junho de 2023, o Campus de Maracanaú do IFCE, através de seu dirigente, efetivou sua inscrição como apoiador do HUB ODS que é uma iniciativa do Pacto Global Brasil de promover a Agenda 2030 nos Estados brasileiros e Distrito Federal.

Quadro 31 - Carta Compromisso do IFCE com o Pacto Global



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
 Rua Jorge Dumar, 1703 - Bairro Jardim América - CEP 60410-426 - Fortaleza - CE - www.ifce.edu.br

10 de Maio de 2023
 H.E. António Guterres
 Secretário Geral Nações Unidas
 Nova Iorque, NY 10017
 USA

Sr. Secretário Geral,

Tenho o prazer de confirmar que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará apoia os Dez Princípios do Pacto Global, sobre direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. Com esta comunicação, expressamos nossa intenção de implementar esses Dez Princípios. Estamos empenhados em tornar o Pacto Global e seus Dez Princípios parte da estratégia, da cultura e das operações cotidianas de nossa organização e em nos engajar em projetos de colaboração que promovam o avanço dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará fará uma declaração clara desse compromisso com os interessados e o público em geral.

Também nos comprometemos a participar e nos envolver com o Pacto Global da(s) seguinte(s) maneira(s): 1. Conduzindo pesquisa aplicada e liderança de pensamento para promover as melhores práticas; 2. Promovendo os [Dez Princípios](#) do Pacto Global da ONU e educando uma variedade de públicos sobre sustentabilidade; 3. Apoiando os participantes empresariais do Pacto Global da ONU na implementação e relatórios sobre seus esforços de sustentabilidade; 4. Empréstando capacidade às [Redes Locais do Pacto Global](#) e/ou ao Pacto Global da ONU em Nova York; 5. Juntando-se aos [Princípios para Educação em Gestão Responsável \(PRME\)](#) para obter mais informações.

Reconhecemos que um requisito fundamental para a participação no Pacto Global é o envio de uma Comunicação de Engajamento (COE), descrevendo os esforços de nossa organização na implantação dos Dez Princípios. Apoiamos a responsabilidade pública e a transparência e, portanto, nos comprometemos a enviar um relatório sobre os progressos realizados dentro de dois anos após a adesão ao Pacto Global e então bianualmente, de acordo com a política do COE do Pacto Global.

Atenciosamente,

JOSE WALLY MENDONÇA MENEZES
 Reitor do IFCE

Carta GABR 4876328 SEI 23259.002366/2023-91 / pg. 8

Fonte: Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Ceará (2023a).

Com base em análise documental, identificou-se que 100% dos objetivos planejados pelo IFCE no âmbito do Plano para o Desenvolvimento Institucional 2019 – 2023, estão alinhados em alguma medida aos preceitos da Agenda 230 nas vertentes processuais do Ensino, Gestão, Extensão, Pesquisa e Assistência ao Educando. O quadro 32 sintetiza as interfaces entre objetivos institucionais do IFCE e os ODS diretamente interligados.

Quadro 32 - Mapeamento Sinótico das Interfaces entre Principais Objetivos Institucionais do IFCE e os ODS da Agenda 2030 no período 2019 a 2023 inferidas pelo pesquisador.

| Objetivo Institucional 2019 -2023 e ou Tema Estratégico | Área Sistêmica | ODS correlato |
|--|------------------------------------|----------------------------|
| Fortalecer as ações no âmbito da acessibilidade e da diversidade étnico racial/Acessibilidade e Diversidade | Extensão | Objetivos 1, 4 e 10 |
| Atender aos percentuais previstos na Lei 11.892/2008/Ampliação das Matrículas em Cursos Técnicos e Licenciaturas | Ensino | Objetivos 1,4 10 |
| Reduzir a evasão discente/Ampliação do Número de Estudantes Egressos com Êxito | Ensino | Objetivos 1,4, 10 |
| Ampliar o número de vagas Ofertadas/ Ampliação do Número de Estudantes Egressos com Êxito | Ensino | Objetivos 1,4 10,16 |
| Expandir e consolidar a inovação/ Consolidação da Inovação | Pesquisa, Inovação e Pós-graduação | Objetivos 1,4,8,9, 10 12 |
| Fortalecer as relações socioproductivas e culturais nos contextos locais e regionais/ Desenvolvimento Local e Regional | Extensão | Objetivos 1,4 ,10,11,16 |
| Ampliar as parcerias com Ecossistemas empreendedores em âmbito local, estadual e nacional/ Empreendedorismo | Extensão | Objetivos 1,4 10, 11,12,16 |
| Consolidar a infraestrutura organizacional necessária ao desenvolvimento das Relações Internacionais no IFCE/ Estruturação das Relações Internacionais | Gestão | Objetivos 1,4 10 |
| Expandir e consolidar a pesquisa científica institucional. | Pesquisa, Inovação e Pós-graduação | Objetivos 1,4 ,10,16,17 |
| Promover e consolidar a cultura da inovação e da sustentabilidade / Inovação e Sustentabilidade | Gestão | Objetivo 4,13,14,15 |

| | | |
|---|-------------------------|------------------|
| Fortalecer e expandir as ações de internacionalização do IFCE/Internacionalização do IFCE | Gestão | Objetivo 4 e 17 |
| Melhorar os indicadores de qualidade de ensino. | Ensino | Objetivos 1,4 10 |
| Fortalecer a articulação entre a Política de Assistência Estudantil e o Plano de Permanência e Êxito/ Promoção dos Direitos Humanos no âmbito Educacional | Assistência ao Educando | Objetivos 1,4 10 |
| Aprimorar os serviços de alimentação e nutrição aos estudantes do IFCE. | Assistência ao Educando | Objetivos 1,4 10 |
| Implantar ações para a educação em direitos humanos | Assistência ao Educando | Objetivos 1,4 10 |
| Promover a saúde, o bem-estar e a qualidade de vida do servidor no ambiente de trabalho. | Gestão | Objetivo 2 |

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do Documento PDI, Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Ceará (2018, p. 12 - 15).

O referido PDI foi concebido e teve seu primeiro ano de execução no Governo Temer em 2018 e nos anos seguintes foi executado no contexto do Plano Plurianual do Governo Bolsonaro. Não há no âmbito do PDI 2018-2023 do IFCE delineamento formal de compromissos estratégicos com a Agenda 2030 nem assunção de Declaração de Política. No marco temporal de conclusão da presente pesquisa em agosto de 2023, o IFCE apresentou em sua metodologia de delineamento do PDI 2024 a 2028, alinhamento com os 17 ODS e que sua elaboração dar-se-ia no período de agosto a dezembro de 2023.

Importante ressaltar que o processo de Avaliação Institucional do IFCE retroalimenta o Planejamento para o Desenvolvimento Institucional e é realizado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) em perspectiva multicampi. A Comissão Própria de Avaliação (CPA) do IFCE publicou em 2023 o relatório mais recente que contempla o ano letivo de 2022. Na vertente da melhoria do desempenho dos cursos e da gestão institucional a dinâmica de avaliação implementada no IFCE constitui processo essencial para aperfeiçoamento do planejamento institucional gerando influências diretas nas entregas dos serviços educacionais públicos ofertados à sociedade.

A Avaliação Institucional envolve os cursos superiores do IFCE balizada pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). O questionário é respondido por servidores e alunos

e abordando os seguintes eixos temáticos: Desenvolvimento Institucional, Políticas Acadêmicas, Políticas de Gestão e Infraestrutura Física. Houve participação de 58% dos alunos, 88% dos professores e 22 % dos técnicos administrativos. O pesquisador destaca que o item de avaliação participação da comunidade na elaboração e revisão do PDI e do Plano Anual de Ação, de acordo com o relatório, apresentou classificação final como fragilidade que na visão de Busemeyer (2022), este fato caracteriza uma situação institucional de baixo nível de responsividade pública. No tocante à Responsabilidade Social do IFCE, as instalações físicas para atender pessoas com deficiências visual, física e auditiva foram classificadas como **fragilidade**, já as ações voltadas para a promoção do desenvolvimento sustentável nas regiões nas quais os 33 campi atuam, projetos de inclusão social e ações de preservação ambiental foram classificadas como **potencialidade**.

4.4 Mapeamento de Práticas Institucionais de Extensão, Pesquisa e Ensino e Interfaces com os 17 ODS da Agenda 2030 da ONU

A missão educacional do IFCE coaduna com o Objetivo 4 da Agenda 2030 da ONU – garantir a educação nas perspectivas inclusiva e equitativa de qualidade, além de propiciar *lifelong learning* para todas as pessoas. O IFCE oferta diversos cursos técnicos integrados ao ensino médio, técnicos profissionalizantes subsequentes para alunos que concluíram o ensino médio, de formação inicial ou continuada, graduação tecnológica, bacharelados, licenciaturas e pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu* (ver detalhamento no Anexo I). Mesmo diante dos cenários de pandemia durante os anos de 2020 a 2022 e da precarização e cortes no orçamento protagonizados pelo Governo na época, a educação pública no IFCE conseguiu resistir às tentativas de desmonte e ataques à Ciência. Os sucessivos cortes orçamentários no período de 2019 a 2022 levou o grupo dirigente da Instituição a captar recursos via emendas parlamentares, principalmente na rubrica capital que envolve recursos voltados para melhoria e expansão de infraestrutura. Com a retomada do ensino presencial em fevereiro de 2022, o desafio posto na época era mitigar os efeitos da pandemia na política educacional, o que requereu uma série de procedimentos e normas autorregulatórias para se corrigir rotas e recuperar os itinerários formativos fragilizados durante a crise sanitária.

A Educação Digital com suporte das tecnologias de informação e comunicacionais é fragilizada na Instituição devido à baixa qualidade do sinal da internet nos *campi*, baixos investimentos em infraestrutura tecnológica e em *softwares* correlatos, além das dificuldades financeiras dos alunos, em sua maioria filhos da classe trabalhadora e em situação de vulnerabilidade social, sem recursos para investir em equipamentos tecnológicos e baixo letramento digital. Com a criação do Centro de Referência em EAD no ano de 2021, há expectativas de avanços no âmbito do ensino em espaços virtuais de aprendizagem, mesmo com o risco da evasão circundando esta modalidade.

A atuação da área de ensino do IFCE é pautada pelo Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPI) que se define como uma carta de diretrizes e políticas acadêmicas. O PPI do IFCE é balizado normativamente pela Carta Magna Brasileira de 1988, pela atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/1996, a Lei Federal nº 10.861/2004, a Portaria nº 300/2006, o Decreto Federal nº 5.773/2006 e o Decreto nº 9.235/2017 e por preceitos da gestão democrática.

Os pífios aportes orçamentários em Extensão e Pesquisa nos anos de 2019 a 2022 geraram uma demanda reprimida cujo atendimento espera-se que esteja no devir da política orçamentária do Governo Lula, para o período de 2024 a 2027, já sinalizado pelo atual presidente da República através do aumento das bolsas de pesquisa de R\$400,00 para R\$700,00 (Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Ceará, 2023).

Nos anos de 2021 e 2022, identificou-se uma experiência no âmbito do IFCE de alinhamento das práticas de extensão e pesquisa aos 17 ODS da agenda 2030 através do **Programa Educação para o Desenvolvimento Sustentável: Integrando Extensão com Pesquisa na promoção dos 17 ODS da Agenda 2030 da ONU no Município de Canindé no Estado do Ceará**, protagonizado pelo campus Canindé. A iniciativa em tela foi agraciada no dia 7.07.2022 com Certificação Prêmio Rede Estratégia ODS 2022, promovido pela Fundação Abrinq com fomento da União Européia, por estar dentre as 10 melhores iniciativas educacionais promotoras da Agenda 2030 da ONU no Brasil. Segue abaixo, relato do pesquisador que é dirigente desta Unidade, apresentando uma síntese da experiência:

Os municípios que fazem parte da Região dos Sertões de Canindé em conjunto contribuem com apenas 0,95% do PIB (Produto Interno Bruto) do

Ceará de acordo com Pesquisa PNAD IBGE 2018 e apresenta a menor renda per capita do Estado do Ceará. A capital Fortaleza e os municípios da região metropolitana contribuem com quase 70% do PIB do Estado. O IFCE atua no município de Canindé (população aproximada de 85.000 habitantes de acordo com o IBGE-2018) há doze anos e atualmente conta com comunidade acadêmica constituída por 70 professores, 42 técnicos administrativos e 1.000 alunos. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – Campus Canindé, localiza-se na Rodovia BR-020, s/nº, km 302, bairro Jubaia, Canindé/CE.

[...]Em um Macrocenário Político e Econômico caracterizado pela Crise Sanitária causada pela Pandemia SARS-Covid 19, Ensino Remota, Transição para o Ensino Híbrido/Presencial, recrudescimento da Pobreza e das Desigualdades Sociais, o campus deparou-se com a seguinte situação-problema: Como gerar oportunidades de práxis profissional e renda para alunos do campus dos cursos técnicos e superiores através de projetos de pesquisa e extensão e também contribuir com as escolas públicas municipais na retomada incremental do ensino presencial ?

O Programa Educação para o Desenvolvimento Sustentável: Integrando Extensão com Pesquisa na promoção dos 17 ODS realizado pelo IFCE-Campus Canindé teve como propósito contribuir com a mitigação dos efeitos da Crise Sanitária causada pela SARS-Covid19 na efetividade da política educacional no município de Canindé através da geração de oportunidades de práxis profissional, de renda para alunos em situação de vulnerabilidade social, de contribuições pedagógicas ao processo de retomada do ensino presencial nas escolas públicas e de disseminação da Agenda 2030 da ONU no município de Canindé. Foram captados através de emenda parlamentar R\$340.000,00 para fomentar bolsas e pecúnia de projetos de extensão, de pesquisa e editais de incentivos à inovação social e pedagógica no âmbito da promoção dos 17 ODS, além do aporte de 500 mil reais do Orçamento do Campus na oferta de auxílios sociais beneficiando 320 alunos do IFCE/Canindé.

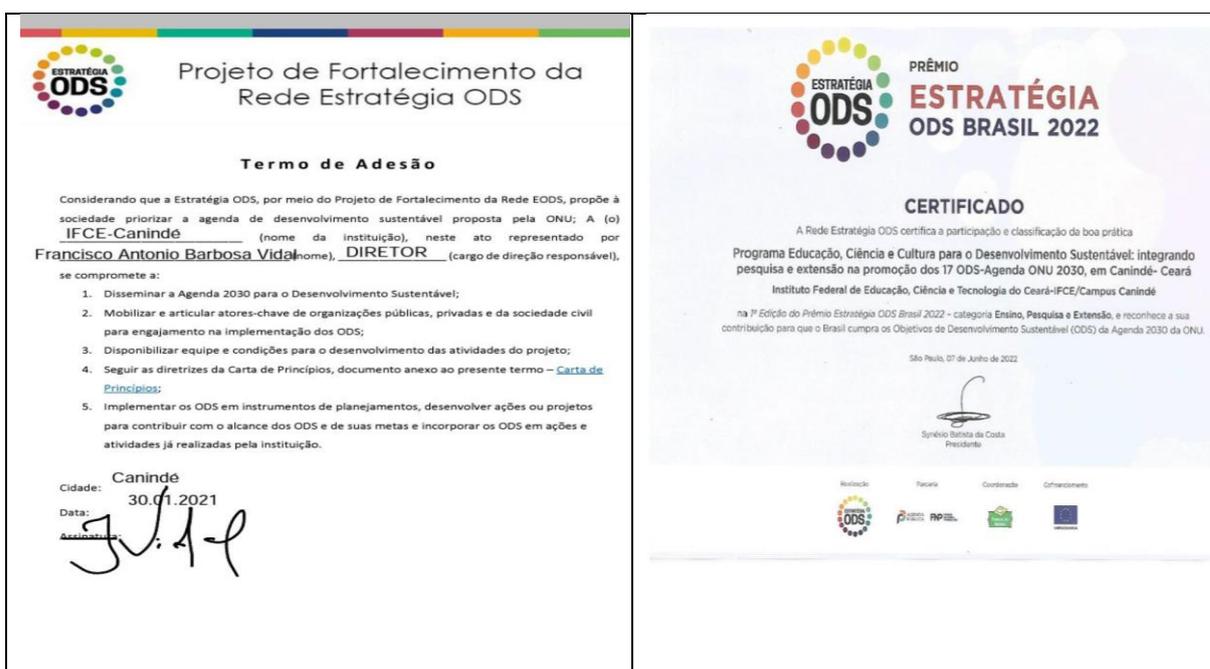
No ano de 2021, 160 alunos do campus foram bolsistas no âmbito dos Projetos de Pesquisa e Extensão, 17 professoras das escolas públicas de Canindé foram premiadas por apresentarem projetos pedagógicos inovadores alinhados com os 17 ODS e 2.946 educandos do ensino fundamental foram beneficiados pela realização de 224 Oficinas Pedagógicas de Melhoria do Desempenho Escolar na retomada do ensino presencial nas escolas públicas municipais de Canindé.

Na vertente artística o campus realizou a sua IV Semana de Música premiando a produção musical de alunos e comunidade, reconhecendo a produção cultural local e incentivando a interligação das composições com os 17 ODS. Na perspectiva da Pesquisa foram realizados 19 projetos contemplando objetos de estudos nas áreas da Sustentabilidade, Tecnologia da Informação, Arte e Cultura. Destacam-se os Projetos Mapeamento do Ensino de Arte na Educação Infantil do Ensino Fundamental das Escolas Públicas Municipais de Canindé e Interfaces da Gestão Institucional do IFCE-Campus Canindé com a Agenda 2030 da ONU: Uma Proposta de uma Framework Diagnóstica.

Na ambiência da Extensão foram implementados 12 Projetos de Extensão Arte e Cultura alinhados com os 17 ODS da Agenda 2030 da ONU. Destacam-se os Projetos Formação Continuada em Artes e o Princípios Básicos da Cena - CBPC e o Projeto Oficinas Pedagógicas nas Escolas Públicas que fundamentado no paradigma de articulação e de inovação da formação humana, propõe-se a desenvolver ações de melhorias dos indicadores do desempenho escolar dos estudantes da educação básica da rede pública de Canindé, sem perder de vista o fomento à qualificação profissional estudantil, que oportunizará um conjunto de ações de imersão pedagógica no cotidiano escolar de estudantes da educação básica. Em 2021, foram lançadas duas chamadas públicas como parte do Programa de Disseminação dos ODS - Agenda 2030 da ONU do campus Canindé. O primeiro edital premiou iniciativas/projetos de pesquisa correlacionados aos ODS dentre submissões feitas por duplas de professores e alunos do ensino fundamental II (oitavo e nono ano) e médio. Já o segundo edital premiou projetos de arte-educação de professores da Educação Infantil e do Ensino Fundamental I. O investimento total em prêmios de pecúnia para os dois editais foi de R\$23,5 mil. A Premiação ODS na Escola foi fomentada pela execução de emenda parlamentar.

O quadro 33 evidencia o documento de adesão do campus Canindé à Rede Estratégia ODS e a certificação obtida:

Quadro 33 - Documentos Adesão à Rede Estratégia ODS e Certificação Premiação ODS 2022 – IFCE Canindé.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Análise Documental.

Na área da Pesquisa, Pós-graduação e Inovação, destacam-se os cursos de Mestrado em Tecnologia e Gestão Ambiental, criado em 2007 e ofertado pelo campus Fortaleza e o Mestrado em Energias Renováveis, criado em 2014 ofertado pelo campus Maracanaú. Em abril de 2022, a Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação (PRPI) na perspectiva de contribuir para redução de emissões de gases que aumentam o efeito estufa e incentivar o uso de energias limpas, criou o Núcleo de Pesquisadores na produção de Hidrogênio Verde (H2V). Em junho do mesmo ano, o Reitor da Instituição em conjunto com a Pró-reitora de Pesquisa estiveram em missão na Alemanha, mediada pela GIZ que abordou temáticas como formação intelectual e fomento para realização de pesquisas relacionadas à geração de H2V. Em março de 2023, o Reitor havia participado de reunião de parceria institucional com o Governador do Estado do Ceará, dentre as pautas estava a questão do apoio do IFCE às ações de capacitação técnica e tecnológica e transição energética via Hidrogênio Verde. As iniciativas correlacionadas à temática do H2V estão em fase de prospecção, estruturação, captação de recursos e pesquisas seminais.

O pesquisador realizou uma análise longitudinal referente aos anos de 2021 e 2022 do compêndio de pesquisas fomentadas através de Editais de fomento à prática científica pela PRPI como o Programa Institucional de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (Pibiti), Programas Institucionais de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic e Pibic Jr.), Programa de Infraestrutura em Pesquisa (Proinfra), Programa de Apoio à Produtividade em Pesquisa (Proapp), Programa de Estudante Voluntário em Pesquisa e Inovação e, identificou que todos os projetos aprovados se correlacionaram com o Objetivo 4 da Agenda 2030.

Como exemplo, houve um levantamento pelo pesquisador da Tese, do total de 345 projetos de pesquisa aprovados no âmbito do PIBIC 2021/2022 (referente ao ano de 2021, adotou-se como nota de corte 50,93) no tocante à presença das expressões booleanas “desenvolvimento sustentável e ou sustentável e ou sustentabilidade”, “pobreza”, “fome”, “social”, “ODS e/ou Agenda 2030 da ONU” nos títulos da pesquisa, e constatou-se o seguinte resultado (relação de projetos consultar <https://ifce.edu.br/aceso-rapido/concursos-publicos/editais/pesquisa/pibic>):

- Nenhuma referência às expressões “pobreza”, “fome”;
- A palavra “social” foi expressa por 4 projetos (1,15%) intitulados 1) Ambiente virtual de aprendizagem do Arduino mkr1000 com duas aplicações: casa inteligente e controle de distanciamento social; 2)

Primeiro-damismo e sistema único de assistência social – SUAS: novas e velhas práticas;3) Por uma cartografia social e ‘planejamento social’ na região de planejamento litoral oeste/Vale do Curu; Ensino e reprodução social;

- Um único (0,29%) projeto abordava a questão dos 17 ODS da Agenda 2030 da ONU intitulado a Agenda 2030 e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável em uma Organização de Ensino;
- Sete projetos (2,02%) atenderam à expressão “desenvolvimento sustentável e ou sustentável e ou sustentabilidade”, intitulados 1) Agenda 2030 e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável em uma Organização de Ensino; 2) Base de dados dos coeficientes das culturas para o nordeste brasileiro como ferramenta de suporte ao manejo sustentável da Irrigação; 3) Antecedentes do consumo sustentável; 4) O Impacto do programa bolsa verde na sustentabilidade ambiental no Estado do Ceará: um estudo de caso; 5) Desenvolvimento de resinas epóxi à base de lignina através de rota sintética integrada e sustentável;6) Formação docente na constituição de um laboratório sustentável de ensino de matemática; 7) Desenvolvimento sustentável de aditivos antioxidantes para biocombustíveis a partir de resíduos de crustáceos.

Já o Polo de Inovação do IFCE através do Programa EMBRAPII (<https://polodeinovacao.ifce.edu.br/embrapii/>) realiza projetos de inovação tecnológica contribuindo para o desenvolvimento de resolutividades científicas que contribuem para o fortalecimento da competitividade de pequenas, médias e grandes empresas do setor industrial. A Unidade Embrapii do IFCE foi instalada em 2014 com foco de atuação em Mobilidade Digital e Sistemas Embarcados.

O Polo de Inovação IFCE **foi implantado em 2015, apresentando como propósito delinear soluções tecnológicas** que atendam às necessidades dos diferentes setores produtivos **nas áreas de pesquisa, desenvolvimento e inovação**. O Núcleo de Inovação Tecnológica do IFCE, desde 2021, foi incorporado ao Polo de Inovação IFCE com o fito institucional de integrar às suas dinâmicas os processos finalísticos do Ensino, Pesquisa e Extensão.

De acordo com dados evidenciados em seu site (<https://polodeinovacao.ifce.edu.br/>), desde o ano de 2015, o Polo de Inovação do IFCE apresenta mais de 120 projetos desenvolvidos com empresas, com investimentos da ordem de mais de 120 milhões de reais, mais de 240 patentes industriais registradas ou solicitadas, mais de 1000 alunos engajados em iniciativas de integração empresa e centro de conhecimentos. De acordo com o INPI (2021), o Polo de Inovação do IFCE é a terceira instituição no país que mais registra programa de computador.

Na área de Extensão do IFCE, o nível de aderência dos Programas, Projetos, Cursos de Formação Inicial e Continuada, Cursos de Extensão aos preceitos da Agenda 2030 da ONU são robustos e balizam-se por fundamentações ideopolíticas coadunadas com o Pluralismo Cultural, Educação Inclusiva, Diversidade Sexual e de Gênero, Combate ao Racismo, Respeito aos Povos Originários e Direitos Humanos. Há dois programas estruturantes de extensão com importantes iniciativas realizadas na perspectiva da promoção de justiça social e direitos humanos nos 33 *campi* do IFCE e comunidades externas. Um deles é o referente ao tema da diversidade étnico-racial, sendo que seu marco inicial se deu no ano de 2015 e se intitula Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABIs) regulamentado pela Resolução do Conselho Superior da Instituição em 2017. O NEABI promove políticas afirmativas sobre africanidade com base na Lei nº 10.639/2003, sobre temáticas indígenas balizadas pela Lei nº 11.645/2008 e tem como papel produzir e divulgar práticas e saberes nos âmbitos da equidade racial e promoção de direitos humanos.

O Segundo Programa intitula-se Núcleos de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNEs), foi regulamentado em 2015 no âmbito do IFCE e promove de forma transversal o tema da Educação Especial, dando suporte e operacionalizando iniciativas coadunadas com a perspectiva da efetividade da Educação Inclusiva. Também foi criada pelo IFCE através da portaria 509/GR/2015, a Comissão Técnica de Acessibilidade com o objetivo de diagnosticar como se dá acessibilidade nos campi e o acompanhamento social e educacional de discentes com deficiência.

Na plataforma do Sistema de Gestão da Pró-Reitoria de Extensão do IFCE (SIGPROEXT) há 2.612 registros de Projetos e Eventos de Extensão concluídos ou em andamento no período de 1.01.2020 a 16.07.2023 nas vertentes temáticas Cultura, Comunicação, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente,

Saúde, Tecnologia e Produção e Trabalho. Através de perscrutação via sistema de busca do SIGPROEXT, utilizando-se as palavras desenvolvimento sustentável, sustentável e pobreza no título, foram evidenciados 68 projetos de extensão correlacionados como por exemplo: 1) Educação e desenvolvimento sustentável para discentes do IFCE e comunidade externa; 2) Gastronomia funcional sustentável: a cozinha do futuro inspirada pela natureza; 3) Projeto mandala: práticas sustentáveis como ferramenta de educação ambiental; 4) Implantação da coleta seletiva na autarquia municipal de meio ambiente de Juazeiro do Norte-Ceará; 5) Pobreza menstrual em debate: ações educativas da rede de articulação feminista do IFCE.

A atual política de Curricularização de Extensão do IFCE concebida pela Resolução Nº 63, de 06 de Outubro de 2022, em fase de implantação, ampliará as práticas sociais voltadas para o desenvolvimento comunitário a partir do aporte de atividades extensionistas como componente curricular para integralização dos itinerários formativos dos cursos de acordo com percentuais estabelecidos pela normativa em tela.

Nos anos de 2022 e 2023, a Proext em conjunto com os *campi* vem de forma seminal realizando estudos sobre desempenho de egressos, impactos sociais do IFCE e eventos de encontro de egressos nas diferentes unidades da ambiência multicampi, com o propósito de retomar os laços fiduciários com ex-alunos e engajá-los em projetos futuros de extensão.

Atualmente a parceria institucional do IFCE mais relevante na área de Extensão, se dá com a Cáritas Regional Ceará aliando conhecimento científico e extensão tecnológica na promoção do desenvolvimento social comunitário aproveitando as expertises e capilaridade de ambas as instituições nas 14 regiões de Planejamento do Estado do Ceará. Uma das iniciativas estruturantes da parceria foi a criação do Observatório de Conflitos Ambientais do Ceará que é uma ferramenta que possibilita o levantamento através da técnica da geolocalização, de conflitos na área de serviços ambientais no Ceará, como terra, água, vento e sol, bem como prospectar iniciativas práticas de convivência, economia solidária, as comunidades engajadas e territórios nos quais as ações são desenvolvidas.

4.5 Análise Quantitativa

Nos itens temáticos a seguir serão apresentados os resultados da pesquisa quantitativa realizada com lastro de banco de dados constituído a partir de levantamento inquiridor e avaliativo via aplicação de questionário *on-line* com uso de escalas, questões abertas e fechadas. A análise quantitativa teve sua fase inicial na anamnese de fidedignidade do banco de dados a partir da coleta, em seguida houve aplicação de estatística descritiva na amostra e análise fatorial exploratória e evidenciação analítica de resultados correlacionados.

4.5.1. Anamnese Descritiva da Amostra

No processo seminal de análise da amostra houve a identificação de um único *missing* (HAIR *et al.*, 2009), havendo necessidade de correção no banco de dados constituído por 461 respostas, passando a 460 casos válidos sendo 45 gestores com função gratificada (9,78%), 121 exclusivamente servidores (26,3%) e 294 estudantes (63,91%). Dos 45 gestores, 45,6%, isto é, 21 partícipes são dirigentes do Nível Estratégico da Instituição. Quanto ao gênero dos 460 respondentes, 47,2% são do sexo feminino, 51,7% do sexo masculino, 0,4% não binário e 0,7% responderam outro/prefiro não responder.

Tabela 2 - Partícipes da Amostra segundo o gênero.

| Q3 – Gênero: | | | | | |
|--------------|-----------------------------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| | | Frequência | Porcentagem | Porcentagem válida | Porcentagem acumulativa |
| Válido | Feminino | 217 | 47,2 | 47,2 | 47,2 |
| | Masculino | 238 | 51,7 | 51,7 | 98,9 |
| | Não Binário | 2 | ,4 | ,4 | 99,3 |
| | Outro/Prefiro não responder | 3 | ,7 | ,7 | 100,0 |
| | Total | 460 | 100,0 | 100,0 | |

Nota: N Total= 460

Fonte: Dados da Pesquisa

Em relação ao perfil de gênero de 45 gestores partícipes da amostra, 33,3 % são do sexo feminino, 64,4% masculino e 2,2% responderam Outro/Prefiro não responder.

Tabela 3 - Perfil de Gênero dos Gestores partícipes da Amostra.

| | | Q3 – Gênero Gestores | | | |
|--------|-----------------------------|-----------------------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| | | Frequência | Porcentagem | Porcentagem válida | Porcentagem acumulativa |
| Válido | Feminino | 15 | 33,3 | 33,3 | 33,3 |
| | Masculino | 29 | 64,4 | 64,4 | 97,8 |
| | Outro/Prefiro não responder | 1 | 2,2 | 2,2 | 100,0 |
| | Total | 45 | 100,0 | 100,0 | |

Nota N total = 45

Fonte: Dados da Pesquisa

No tocante à localização geográfica das 460 pessoas respondentes validadas, 32,2% são provenientes da capital ou região metropolitana e 67,8% do interior do Estado do Ceará.

Tabela 4 – Localização Geográfica das Pessoas Respondentes.

| | | Q6 – Você participa de qual Unidade situada: | | | |
|--------|---|---|-------------|--------------------|-------------------------|
| | | Frequência | Porcentagem | Porcentagem válida | Porcentagem acumulativa |
| Válido | Na Capital e ou região Metropolitana de Fortaleza | 148 | 32,2 | 32,2 | 32,2 |
| | No Interior do Ceará | 312 | 67,8 | 67,8 | 100,0 |
| | Total | 460 | 100,0 | 100,0 | |

Nota N total = 460

Fonte: Dados da Pesquisa

A maioria dos 166 servidores que integram a amostra possuem elevado nível de escolaridade. Conforme evidencia a tabela, a maior parte da amostra, 43,4% possuem o nível de escolaridade máxima Mestrado, seguida por 26,5% de partícipes com Doutorado e 16,9% de pessoas respondentes com Pós-graduação *Lato Sensu*.

Tabela 5 – Nível de Escolaridade dos 166 servidores partícipes da Amostra.

| | | Q4 – Nível de escolaridade máxima completa: | | | |
|--------|--------------|--|-------------|--------------------|-------------------------|
| | | Frequência | Porcentagem | Porcentagem válida | Porcentagem acumulativa |
| Válido | Doutorado | 44 | 26,5 | 26,5 | 26,5 |
| | Ensino médio | 4 | 2,4 | 2,4 | 28,9 |

| | | | | |
|--------------------------|-----|-------|-------|-------|
| Graduação | 9 | 5,4 | 5,4 | 34,3 |
| Mestrado | 72 | 43,4 | 43,4 | 77,7 |
| Pós-Doutorado | 9 | 5,4 | 5,4 | 83,1 |
| Pós-graduação lato sensu | 28 | 16,9 | 16,9 | 100,0 |
| Total | 166 | 100,0 | 100,0 | |

Nota N total = 166

Fonte: Dados da Pesquisa

De acordo com a Tabela 6, no âmbito da seccional de parte da amostra de 460 casos que contempla 166 servidores, em relação à idade, a mínima é de 23 anos e a máxima é de 70 anos. 11% dos respondentes estão entre 23 e 30 anos, 40% entre 31 e 40 anos, 27% entre 41 e 50 anos, 26% entre 51 e 60 anos e 7% maior que 60 anos.

Tabela 6 - Idade dos Partícipes Servidores da Amostra.

| Faixas de Tempo de Serviço na Instituição – 166 servidores | Frequência Absoluta | Frequência Relativa |
|--|---------------------|---------------------|
| 20 a 30 anos | 18 | 11% |
| 31 a 40 anos | 66 | 40% |
| 41 a 50 anos | 45 | 27% |
| 51 a 60 anos | 26 | 16% |
| Maior que 60 anos | 11 | 7% |
| Total | 166 | 100% |

Fonte: Dados da Pesquisa

Em relação ao tempo de trabalho no IFCE, quanto ao tempo de serviço, a amostra variou de um mínimo de menos que 1 mês, ou seja, trabalhadores recém-chegados a um teto um máximo de 43 anos de temporalidade de trabalho na instituição, com média proximal a 9,7 anos. O maior percentual da amostra (50,0%) tem entre 2 e 10 anos de tempo institucional no IFCE e a segunda maior faixa, com valor de 30,12% da amostra, possui tempo de serviço na instituição entre 11 e 20 anos, sinalizando que a maioria dos respondentes apresentam uma temporalidade significativa de serviços prestados que propiciam um olhar mais amplo da organização investigada.

Tabela 7 - Tempo de Serviço dos 166 Servidores partícipes da Amostra.

| Faixas de Tempo de Serviço na Instituição | Frequência Absoluta | Frequência Relativa |
|---|---------------------|---------------------|
| Menor que 2 anos | 18 | 10,8% |
| Entre 2 a 10 anos | 83 | 50% |
| Entre 11 a 20 anos | 50 | 30,12% |
| Entre 21 e 30 anos | 11 | 6,62 % |
| Maior que 30 anos | 4 | 0,04% |
| Total | 166 | 100% |

Fonte: Dados da Pesquisa

Em relação à inquirição posta “Você havia ouvido falar sobre os 17 ODS da Agenda 2030” (Quadro 34), 57,2% dos 460 respondentes haviam ouvido falar e 32,8% não havia ouvido falar. Dentre os 45 gestores partícipes, 80% responderam sim e 20 % não, enquanto os que são **exclusivamente servidores** 67,8% sim e 32,2% não, e dentre os estudantes 49,3% sim e 50,7% não. Já no âmbito dos dirigentes estratégicos (21 dos 45 gestores), 95,2% já haviam ouvido falar da Agenda 2030. Em relação aos docentes respondentes, 69,5% responderam sim e 30,5% não. Já no âmbito dos técnicos administrativos, 64,3% sim e 35,7% não. Percebeu-se então que há uma parcela significativa da comunidade acadêmica, principalmente na categoria de alunos que desconhecem a agenda global dos 17 ODS, havendo uma sinalização de que no âmbito de sua política acadêmica, há uma lacuna no tocante à abordagem transversal dos preceitos universais da Agenda 2030 no âmbito dos processos de ensinagem na Instituição, bem como no escopo dos demais processos finalísticos como pesquisa e extensão e processos de apoio e de gestão.

Fuini (2021) resgata a premissa, a partir de suas investigações que os Institutos Federais, desde a sua gênese em 1909, gradativamente assumem as bases fundantes do pensamento de Foucault sobre espaço societal vai sendo redelineado no formato de controle e de segurança, através do qual o fenômeno ideopolítico da governamentalidade estatal é entrecruzada por elementos de uma vertente neoliberal de governar, regulando a vida social em suas múltiplas dimensões. Logo emerge uma reflexão sobre o papel da gestão pública no processo de reificação societal, na qual as agendas emancipatórias podem ficar à deriva até serem contestadas por agentes ou movimentos anti-hegemonia.

Quadro 34 - Inquirição Q7 – Você havia ouvido falar nos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU? – Respostas dos Segmentos: Todas as pessoas partícipes da amostra, Dirigentes Estratégicos, Gestores, Exclusivamente Servidores, Discentes, Exclusivamente Professores, Exclusivamente Técnicos Administrativos.

| Q7 – Você havia ouvido falar nos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU? Todas as pessoas partícipes | | | | | |
|--|-------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| | | Frequência | Porcentagem | Porcentagem válida | Porcentagem acumulativa |
| Válido | Não | 197 | 42,8 | 42,8 | 42,8 |
| | Sim | 263 | 57,2 | 57,2 | 100,0 |
| | Total | 460 | 100,0 | 100,0 | |

| Q7 – Você havia ouvido falar nos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU? Dirigentes Estratégicos | | | | | |
|--|-------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| | | Frequência | Porcentagem | Porcentagem válida | Porcentagem acumulativa |
| Válido | Não | 1 | 4,8 | 4,8 | 4,8 |
| | Sim | 20 | 95,2 | 95,2 | 100,0 |
| | Total | 21 | 100,0 | 100,0 | |

| Q7 – Você havia ouvido falar nos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU? Gestores | | | | | |
|---|-------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| | | Frequência | Porcentagem | Porcentagem válida | Porcentagem acumulativa |
| Válido | Não | 9 | 20,0 | 20,0 | 20,0 |
| | Sim | 36 | 80,0 | 80,0 | 100,0 |
| | Total | 45 | 100,0 | 100,0 | |

| Q7 – Você havia ouvido falar nos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU? Exclusivamente Servidores | | | | | |
|--|-------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| | | Frequência | Porcentagem | Porcentagem válida | Porcentagem acumulativa |
| Válido | Não | 39 | 32,2 | 32,2 | 32,2 |
| | Sim | 82 | 67,8 | 67,8 | 100,0 |
| | Total | 121 | 100,0 | 100,0 | |

| Q7 – Você havia ouvido falar nos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU? Discentes | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|
|--|--|--|--|--|--|

| | | Frequência | Porcentagem | Porcentagem válida | Porcentagem acumulativa |
|--------|-------|------------|-------------|-----------------------|----------------------------|
| Válido | Não | 149 | 50,7 | 50,7 | 50,7 |
| | Sim | 145 | 49,3 | 49,3 | 100,0 |
| | Total | 294 | 100,0 | 100,0 | |

Q7 – Você havia ouvido falar nos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU? Professores

| | | Frequência | Porcentagem | Porcentagem válida | Porcentagem acumulativa |
|--------|-------|------------|-------------|-----------------------|----------------------------|
| Válido | Não | 24 | 30,4 | 30,4 | 30,4 |
| | Sim | 55 | 69,6 | 69,6 | 100,0 |
| | Total | 79 | 100,0 | 100,0 | |

Q7 – Você havia ouvido falar nos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU? Técnicos Administrativos

| | | Frequência | Porcentagem | Porcentagem válida | Porcentagem acumulativa |
|--------|-------|------------|-------------|-----------------------|----------------------------|
| Válido | Não | 15 | 35,7 | 35,7 | 35,7 |
| | Sim | 27 | 64,3 | 64,3 | 100,0 |
| | Total | 42 | 100,0 | 100,0 | |

Fonte: Dados da Pesquisa.

Em relação à avaliação do nível de conhecimento dos 17 ODS, no âmbito global das respostas dos 460 partícipes, 33,3 % consideram muito ruim, 16,5% ruim, 24,6% regular, 17,2% bom e 8,5% muito bom, sendo o valor médio 2,51 e a moda igual a 1 (valor mais frequente), sinalizando que há baixo conhecimento sobre os ODS dentre os partícipes da amostra no âmbito global. Já dentre os 21 dirigentes estratégicos partícipes da pesquisa, 66,7% apontaram nível de conhecimento sobre os ODS entre ruim e regular e 33,3% entre bom e muito bom, com média 3,10 e moda 3 (valor mais frequente), sinalizando que neste segmento o nível de conhecimento é regular. Dentre os 45 gestores partícipes, 15,6% consideram muito ruim, 15,6% ruim, 33,3% regular, 28,9% bom e 6,7% muito bom, sendo o valor médio de 2,96 proximal do conceito 3, ratificado pelo valor da Moda igual a 3 (valor mais frequente), evidenciando neste segmento o conhecimento é regular. No âmbito das pessoas entrevistadas docentes, 57% atribuíram valores entre 3 e 5, isto é, nível de conhecimento sobre os ODS de regular a muito bom, com média 2,72 e moda 3 (conhecimento entre ruim e regular). Em relação ao recorte seccional dos técnicos

Administrativos, 90,5% consideram o nível de conhecimento sobre ODS entre ruim e regular e 9,5% entre bom e muito bom, com média 2,29 e moda 3, havendo pouco conhecimento sobre os ODS neste grupo da amostra. Em relação ao segmento dos discentes, 74,1% consideram o seu conhecimento sobre 17 ODS entre muito ruim e regular e 26,9% entre bom e muito bom, com média 2,42 e moda 1, evidenciando que neste segmento há significativa demanda de proposições formativas sobre a Agenda 2030 da ONU, evidenciando baixo conhecimento dos estudantes sobre a temática.

Quadro 35 - Respostas à Inquirição – Como você classifica o seu nível de conhecimento sobre os 17 Objetivos da Agenda 2030 da ONU de acordo com a escala avaliativa abaixo delineada/ Resultados por Segmento:

| Como você classifica o seu nível de conhecimento sobre os 17 Objetivos da Agenda 2030 da ONU de acordo com a escala avaliativa abaixo delineada/ Resultados por Segmento | | | | | |
|---|-------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Sendo, 1 (Muito Ruim), 2 (Ruim), 3 (Regular), 4 (Bom), e 5 (Muito Bom). | | | | | |
| | | Frequência | Porcentagem | Porcentagem válida | Porcentagem acumulativa |
| Válido | 1 | 153 | 33,3 | 33,3 | 33,3 |
| | 2 | 76 | 16,5 | 16,5 | 49,8 |
| | 3 | 113 | 24,6 | 24,6 | 74,3 |
| | 4 | 79 | 17,2 | 17,2 | 91,5 |
| | 5 | 39 | 8,5 | 8,5 | 100,0 |
| | Total | 460 | 100,0 | 100,0 | |

| Q9 – Como você classifica o seu nível de conhecimento sobre os 17 Objetivos da Agenda 2030 da ONU de acordo com a escala avaliativa abaixo delineada: Dirigentes Estratégicos | | | | | |
|--|-------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Sendo, 1 (Muito Ruim), 2 (Ruim), 3 (Regular), 4 (Bom), e 5 (Muito Bom). | | | | | |
| | | Frequência | Porcentagem | Porcentagem válida | Porcentagem acumulativa |
| Válido | 2 | 6 | 28,6 | 28,6 | 28,6 |
| | 3 | 8 | 38,1 | 38,1 | 66,7 |
| | 4 | 6 | 28,6 | 28,6 | 95,2 |
| | 5 | 1 | 4,8 | 4,8 | 100,0 |
| | Total | 21 | 100,0 | 100,0 | |

Q9 – Como você classifica o seu nível de conhecimento sobre os 17 Objetivos da Agenda 2030 da ONU de acordo com a escala avaliativa abaixo delineada:

Resposta dos Gestores

Sendo, 1 (Muito Ruim), 2 (Ruim), 3 (Regular), 4 (Bom), e 5 (Muito Bom).

| | | Frequência | Porcentagem | Porcentagem válida | Porcentagem acumulativa |
|--------|-------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | 1 | 7 | 15,6 | 15,6 | 15,6 |
| | 2 | 7 | 15,6 | 15,6 | 31,1 |
| | 3 | 15 | 33,3 | 33,3 | 64,4 |
| | 4 | 13 | 28,9 | 28,9 | 93,3 |
| | 5 | 3 | 6,7 | 6,7 | 100,0 |
| | Total | 45 | 100,0 | 100,0 | |

Q9 – Como você classifica o seu nível de conhecimento sobre os 17 Objetivos da Agenda 2030 da ONU de acordo com a escala avaliativa abaixo delineada:

Professores

Sendo, 1 (Muito Ruim), 2 (Ruim), 3 (Regular), 4 (Bom), e 5 (Muito Bom).

| | | Frequência | Porcentagem | Porcentagem válida | Porcentagem acumulativa |
|--------|-------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | 1 | 20 | 25,3 | 25,3 | 25,3 |
| | 2 | 14 | 17,7 | 17,7 | 43,0 |
| | 3 | 23 | 29,1 | 29,1 | 72,2 |
| | 4 | 12 | 15,2 | 15,2 | 87,3 |
| | 5 | 10 | 12,7 | 12,7 | 100,0 |
| | Total | 79 | 100,0 | 100,0 | |

Q9 – Como você classifica o seu nível de conhecimento sobre os 17 Objetivos da Agenda 2030 da ONU de acordo com a escala avaliativa abaixo delineada: Técnicos

Administrativos em Educação

Sendo, 1 (Muito Ruim), 2 (Ruim), 3 (Regular), 4 (Bom), e 5 (Muito Bom).

| | | Frequência | Porcentagem | Porcentagem válida | Porcentagem acumulativa |
|--------|---|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | 1 | 11 | 26,2 | 26,2 | 26,2 |
| | 2 | 12 | 28,6 | 28,6 | 54,8 |
| | 3 | 15 | 35,7 | 35,7 | 90,5 |
| | 4 | 4 | 9,5 | 9,5 | 100,0 |
| | | Total | 42 | 100,0 | 100,0 |

Q9 – Como você classifica o seu nível de conhecimento sobre os 17 Objetivos da Agenda 2030 da ONU de acordo com a escala avaliativa abaixo delineada:
Discentes

Sendo, 1 (Muito Ruim), 2 (Ruim), 3 (Regular), 4 (Bom), e 5 (Muito Bom).

| | | Frequência | Porcentagem | Porcentagem válida | Porcentagem acumulativa |
|--------|-------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | 1 | 115 | 39,1 | 39,1 | 39,1 |
| | 2 | 43 | 14,6 | 14,6 | 53,7 |
| | 3 | 60 | 20,4 | 20,4 | 74,1 |
| | 4 | 50 | 17,0 | 17,0 | 91,2 |
| | 5 | 26 | 8,8 | 8,8 | 100,0 |
| | Total | 294 | 100,0 | 100,0 | |

Fonte: Dados da Pesquisa

No âmbito global da amostra, há baixo nível de conhecimento sobre os preceitos dos 17 ODS, fator este que pode estar interligado à ausência de uma assunção deliberada pelo IFCE de apoio à Agenda 2030 na época da pesquisa, além do agravante de não alinhamento do governo federal à mesma. Sachs *et al.* (2023) explicitam que uma das falhas da governança global apresentada pelos países membros da ONU na primeira metade temporal de implantação da Agenda 2030 (2015-2023) foi a dificuldade dos governos nacionais de promoverem a gestão “vertical” com governos subnacionais e locais para a consecução dos ODS, bem como o fato de que a viabilização dos mesmos foi largamente deixada para a o nível nacional e de forma voluntária, sem eficazes métodos de coordenação multilaterais (SACHS *et al.*, 2023).

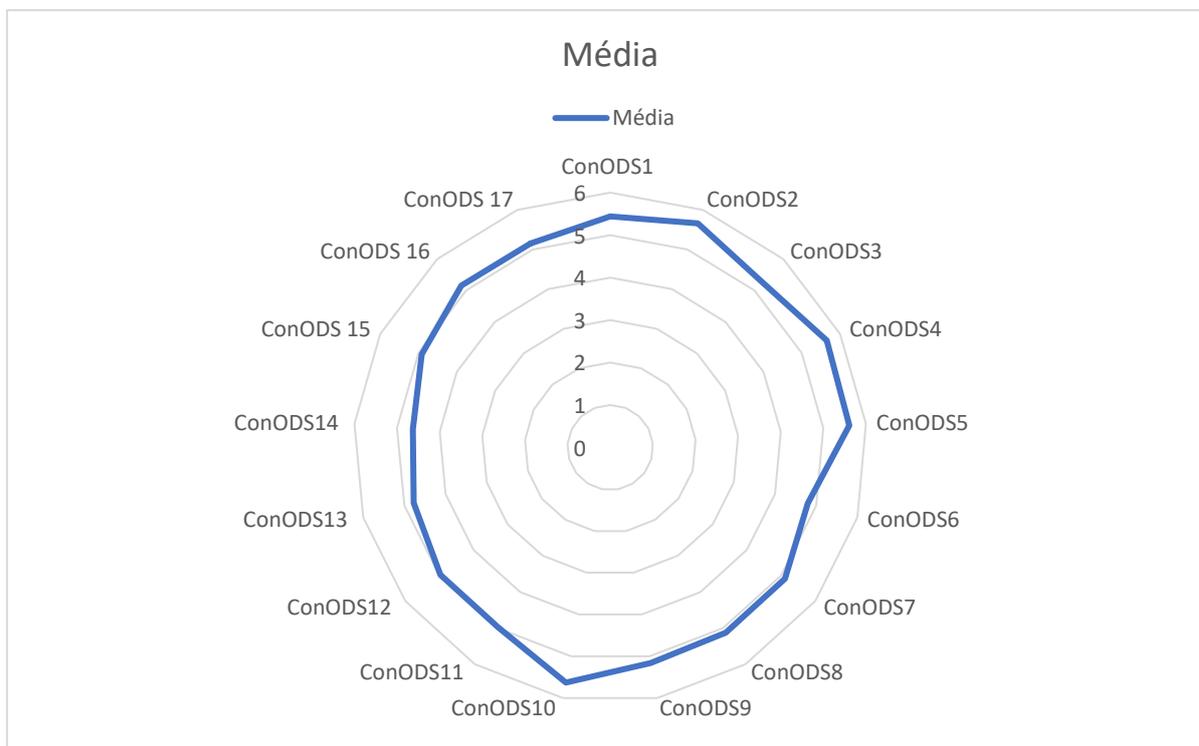
A tabela 8 a seguir evidencia resultados coadunados com a visão dos 460 respondentes sobre as contribuições do IFCE à Agenda 2030, a partir de anamnese de assertivas coadunadas com os 17 ODS. O acrônimo ConODS significa contribuições aos ODS. Infere-se que mesmo sem assunção de Política formal de apoio aos ODS há práticas, entregas e níveis de contribuição para consecução dos fitos da Agenda 2030.

Tabela 8 - Análise pelos respondentes das contribuições do IFCE aos 17 ODS.

| Estatística Descritiva – Resultado Global | | | | | | |
|--|-----|--------|--------------|-------|-------------|-----------|
| | N | Mínimo | Máximo | Média | Erro Desvio | Variância |
| ConODS1 | 460 | 1 | 7 | 5,44 | 1,404 | 1,973 |
| ConODS2 | 460 | 1 | 7 | 5,66 | 1,561 | 2,438 |
| ConODS3 | 460 | 1 | 7 | 5,27 | 1,503 | 2,260 |
| ConODS4 | 460 | 1 | 7 | 5,65 | 1,440 | 2,075 |
| ConODS5 | 460 | 1 | 7 | 5,61 | 1,432 | 2,050 |
| ConODS6 | 460 | 1 | 7 | 4,80 | 1,583 | 2,505 |
| ConODS7 | 460 | 1 | 7 | 5,12 | 1,565 | 2,449 |
| ConODS8 | 460 | 1 | 7 | 5,13 | 1,570 | 2,465 |
| ConODS9 | 460 | 1 | 7 | 5,16 | 1,486 | 2,209 |
| ConODS10 | 460 | 1 | 7 | 5,63 | 1,458 | 2,126 |
| ConODS11 | 460 | 1 | 7 | 4,98 | 1,537 | 2,361 |
| ConODS12 | 460 | 1 | 7 | 4,97 | 1,584 | 2,509 |
| ConODS13 | 460 | 1 | 7 | 4,77 | 1,606 | 2,579 |
| ConODS14 | 460 | 1 | 7 | 4,63 | 1,678 | 2,816 |
| ConODS 15 | 460 | 1 | 7 | 4,92 | 1,628 | 2,649 |
| ConODS 16 | 460 | 1 | 7 | 5,16 | 1,574 | 2,477 |
| ConODS 17 | 460 | 1 | 7 | 5,15 | 1,575 | 2,482 |
| N válido (de lista) | 460 | | Média Global | | | |

Fonte: Dados da Pesquisa.

No tocante à dimensão Desenvolvimento Sustentável, isto é, entregas públicas do IFCE em relação aos ODS da Agenda 2030 numa perspectiva global evidenciados através da Tabela 8 e Gráfico 1, envolvendo os 17 indicadores na óptica dos respondentes, as três melhores performances referem-se aos ODS 2 (combate à fome), 4 (educação de qualidade) e 5 (igualdade de gênero). Os três indicadores com menor desempenho foram 14 (Vida na Água), 13 (Ação contra a Mudança Global no Mundo) e 6 (Água potável e Saneamento).

Gráfico 1 – Análise pelos respondentes das contribuições do IFCE aos 17 ODS

Fonte: Dados da Pesquisa.

Delineando um quadro comparativo entre a visão dos 21 dirigentes estratégicos e dos 294 discentes (usuários), identificou-se que os indicadores dentre as três melhores performances na óptica dos gestores foram ODS10 (combate às desigualdades sociais), ODS2 (combate à fome) e ODS1 (erradicação da pobreza) e na óptica dos discentes, ODS4 (Educação de Qualidade), ODS6 (Igualdade de Gênero) e ODS 2 (combate à fome). A média global da dimensão 17 ODS em ambos os segmentos foram proximais, isto é, que há uma sinalização de existência de uma concordância basilar e seminal que o IFCE contribui para consecução dos fitos da Agenda 2030, havendo um potencial de melhorias no âmbito das entregas correlacionadas.

Tabela 9 - Analogia visões gestores x usuários – entregas públicas coadunadas com 17 ODS.

| Objetivos/Indicadores | Visão dos Dirigentes Estratégicos N= 21 | | Visão dos Discentes/Usuários N= 294 | |
|-----------------------|---|---------------|-------------------------------------|---------------|
| | Média | Desvio-Padrão | Média | Desvio-Padrão |
| ConODS1 | 6,10 | ,700 | 5,22 | 1,512 |
| ConODS2 | 6,19 | ,814 | 5,50 | 1,687 |
| ConODS3 | 5,67 | ,796 | 5,37 | 1,511 |
| ConODS4 | 5,86 | ,793 | 5,71 | 1,495 |

| | | | | |
|---------------------|-------------|-------|-------------|-------|
| ConODS5 | 5,86 | ,793 | 5,64 | 1,482 |
| ConODS6 | 4,90 | 1,136 | 4,86 | 1,642 |
| ConODS7 | 5,81 | ,873 | 5,10 | 1,615 |
| ConODS8 | 5,48 | 1,078 | 5,14 | 1,657 |
| ConODS9 | 5,48 | ,928 | 5,19 | 1,554 |
| ConODS10 | 6,29 | ,561 | 5,46 | 1,558 |
| ConODS11 | 5,48 | ,928 | 5,16 | 1,493 |
| ConODS12 | 5,10 | ,995 | 5,12 | 1,588 |
| ConODS13 | 4,90 | 1,179 | 4,93 | 1,611 |
| ConODS14 | 4,90 | 1,375 | 4,77 | 1,692 |
| ConODS 15 | 5,19 | 1,123 | 5,00 | 1,624 |
| ConODS 16 | 5,48 | ,928 | 5,30 | 1,543 |
| ConODS 17 | 5,81 | ,873 | 5,17 | 1,619 |
| Média Global | 5,55 | | 5,21 | |

Fonte: Dados da Pesquisa.

O construto Gestão e Responsividade Públicas para os 17 ODS da Agenda 2030 foi desmembrado em duas Dimensões para anamnese escalar junto às pessoas respondentes da Amostra: 1) Desenvolvimento Sustentável que semanticamente engloba os ODS – 17 variáveis e, 2) Gestão e Responsividade Públicas com 16 variáveis integradas com indicadores de responsividade e responsabilidade social pública no âmbito do modelo de inquirição. A primeira dimensão passou por diagnose com participação de 460 casos sendo 45 gestores, 121 exclusivamente servidores e 294 discentes e a segunda dimensão com 166 casos, sendo 45 gestores e 121 servidores (79 docentes e 42 técnicos administrativos). A tabela 10 a seguir apresenta resultados descritivos da anamnese escalar realizada por 166 servidores em relação ao segundo construto.

Tabela 10 - Estatística Descritiva da Dimensão Gestão e Responsividade Públicas – Anamnese realizada por 166 partícipes (gestores e servidores).

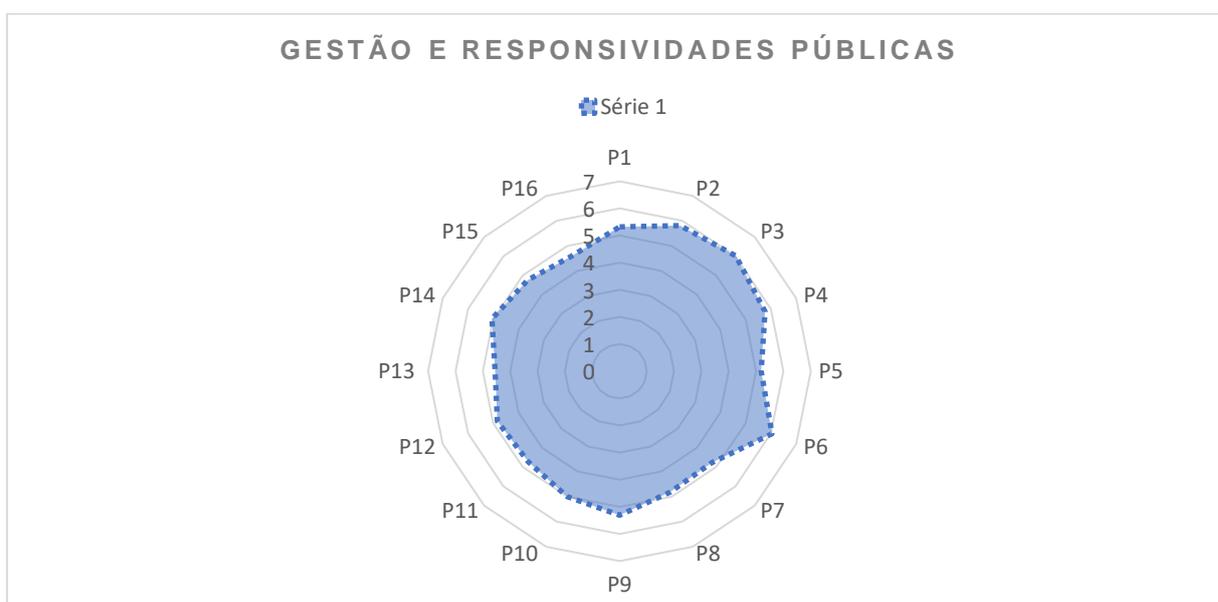
| Estatística Descritiva | | | |
|--|-----|-------|-------------|
| | N | Média | Erro Desvio |
| P1 - O IFCE desenvolve um diálogo social contínuo com os diferentes públicos com os quais se relaciona. | 166 | 5,32 | 1,514 |
| P2 - O IFCE administra recursos públicos de forma transparente e responsável. | 166 | 5,81 | 1,395 |
| P3 - O IFCE contribui para uma sociedade democrática. | 166 | 6,01 | 1,291 |
| P4 - O IFCE adota uma gestão ética e socialmente responsável. | 166 | 5,76 | 1,380 |
| P5 - O IFCE adota medidas que atenuam seus impactos ambientais. | 166 | 5,19 | 1,404 |
| P6 - O IFCE promove direitos humanos, a não discriminação, o respeito à diversidade. | 166 | 6,04 | 1,114 |
| P7 - O IFCE desenvolve iniciativas efetivas voltadas para promoção da saúde e qualidade de vida de seus servidores. | 166 | 4,77 | 1,709 |
| P8 - O IFCE adota critérios sociais e ambientais nos processos licitatórios. | 166 | 4,83 | 1,512 |
| P9 - Os investimentos públicos do IFCE contribuem para o desenvolvimento sustentável da região em atua. | 166 | 5,31 | 1,489 |
| P10 - O IFCE é considerado uma organização pública ágil na solução dos problemas educacionais da sociedade cearense. | 166 | 5,00 | 1,477 |

| | | | |
|--|-----|------|-------|
| P11 - O IFCE adota um modo de Governança para a sustentabilidade ao lidar com problemas complexos em um contexto de caráter multissetorial e multinível. | 166 | 4,72 | 1,509 |
| P12 - No âmbito do IFCE, a Governança é considerada um método para gerenciar conflitos, falhas e sinergias, um ponto de partida para melhorar a Administração Pública. | 166 | 4,83 | 1,549 |
| P13 - No IFCE existem silos, isto é, um agrupamento isolado, departamento etc., que funciona separadamente dos outros, especialmente de uma forma vista como um obstáculo à comunicação e à cooperação entre os setores. | 166 | 4,55 | 1,831 |
| P14 - O IFCE prioriza políticas que são referenciadas pelos cidadãos. | 166 | 5,05 | 1,389 |
| P15 - As políticas públicas de educação profissional e tecnológica no Brasil são lastreadas por escutas comunitárias. | 166 | 4,75 | 1,536 |
| P16 - Há processos efetivos de escuta ativa das comunidades internas e externas nas tomadas de decisão de gestão do IFCE. | 166 | 4,59 | 1,618 |
| N válido (de lista) | 166 | | |

Fonte: Dados da Pesquisa.

No tocante à dimensão Gestão e Responsividade Públicas (Tabela 10 e Gráfico 2), isto é, compromissos do IFCE com demandas comunitárias e responsabilidade social pública, numa perspectiva global de interface com a Agenda 2030, na visão dos 166 servidores respondentes (45 gestores mais 121 exclusivamente servidores), as três melhores performances referiam-se às variáveis. P1 (Direitos Humanos), P3 (Sociedade Democrática) e P2 (Gestão Pública de Recursos de forma Eficiente e Transparente). Os três indicadores com menores médias foram: P 13 (Silos), P16 (Escuta ativa de Comunidades Interna e Externa) e P 11 (Governança Sustentável).

Gráfico 2 – Estatística Descritiva das Médias da Dimensão Gestão e Responsividade Públicas – Anamnese realizada por 166 partícipes (gestores e servidores)



Fonte: Dados da Pesquisa

No processo de delineamento de um quadro de analogia entre a visão dos 21 dirigentes públicos e dos exclusivamente **servidores** sobre performance do IFCE em relação às 16 variáveis da Dimensão Gestão e Responsividade Públicas, identificou-se que os indicadores dentre os quatro melhores desempenhos na óptica dos gestores estratégicos foram Direitos Humanos e Respeito à Diversidade (P6), Transparência Pública e Gestão Responsável de Recursos (P2), Sociedade Democrática e Gestão Ética e Socialmente Responsável (P4) e na óptica dos servidores o mesmo resultado. Já os três indicadores com menor desempenho na visão dos gestores estratégicos foram Organização Ágil na solução de problemas educacionais (P10), silos que embarreiram iniciativas e comunicação (P13) e políticas EPT balizadas por escutas comunitárias (P15), e na visão dos servidores, tomadas de decisão da gestão com base em escutas das comunidades interna e externa (P16), há silos que embarreiram iniciativas e comunicação (P13) e Governança para a Sustentabilidade (P11). A média global nesta dimensão em ambos os segmentos foram diferentes, isto é, que há uma sinalização de existência de uma concordância mais moderada em relação à existência dos atributos de responsividade e responsabilidade social públicas na visão dos dirigentes estratégicos e seminal/leve na óptica dos servidores, havendo de acordo com ambos os segmentos, um potencial de melhorias no âmbito das iniciativas correlacionadas.

Tabela 11 - Analogia visões gestores x exclusivamente servidores – entregas públicas coadunadas com Gestão e Responsividade Públicas.

| Objetivos/Indicadores (versão sinótica) | Visão dos Dirigentes Estratégicos N = 21 | | Visão dos Exclusivamente Servidores N= 121 | |
|---|---|---------------|---|---------------|
| | Média | Desvio-Padrão | Média | Desvio-Padrão |
| P1 Diálogo Social com Stakeholders | 5,81 | 0,602 | 5,25 | 1,598 |
| P2 Transparência Pública e Gestão Responsável de Recursos | 6,33 | 1,111 | 5,68 | 1,415 |
| P3 Sociedade Democrática | 6,29 | 0,784 | 5,93 | 1,349 |
| P4 Gestão Ética e Socialmente Responsável | 6,29 | 0,956 | 5,68 | 1,439 |
| P5 Mitigação de Impactos Ambientais | 5,57 | 0,746 | 5,13 | 1,511 |
| P6 Direitos Humanos e Respeito à Diversidade | 6,57 | 0,507 | 5,93 | 1,174 |
| P7 Qualidade de Vida dos Servidores | 5,52 | 0,814 | 4,68 | 1,822 |
| P8 Licitação Sustentável | 5,43 | 0,926 | 4,75 | 1,583 |
| P9 Contribuição para o Desenvolvimento Sustentável | 6,14 | 0,727 | 5,21 | 1,554 |

| | | | | |
|--|------------|-------|--------------|-------|
| P10 Organização Ágil na solução de problemas educacionais | 4,43 | 1,165 | 5,14 | 1,507 |
| P11 Governança para a Sustentabilidade | 5,62 | 0,921 | 4,60 | 1,552 |
| P12 Governança na solução de falhas, conflitos e promove sinergias | 5,57 | 0,926 | 4,69 | 1,606 |
| P13 Há silos que embarreiram iniciativas e comunicação | 4,43 | 1,469 | 4,48 | 1,902 |
| P14 Priorizar Políticas balizadas por Cidadãos | 5,62 | 0,865 | 4,99 | 1,435 |
| P15 Políticas EPT balizadas por escutas comunitárias | 4,81 | 1,250 | 4,76 | 1,613 |
| P16 Tomadas de decisão da gestão com base em escutas das comunidades interna e externa | 5,24 | 1,136 | 4,46 | 1,683 |
| Média Global | 5,6 | | 5,085 | |

Fonte: Dados da Pesquisa.

Em relação à participação do IFCE em instâncias de Governança no espaço societal coadunadas com as temáticas Administração Pública e Governança, Responsabilidade Social e Responsividade Públicas para e 17 ODS da Agenda 2030 da ONU, inquirição posta aos 45 gestores respondentes da amostra, 64% dos respondentes informaram que o IFCE participa de **Fóruns de Desenvolvimento Sustentável**, 56% de **Planos e planejamentos regionais**, 51% **Conselho de Políticas Públicas** e 36% de **Instâncias de Governança vinculadas à Agenda 2030**.

Quadro 36 - Participação do IFCE em instâncias de Governança no espaço societal

| Práticas de Governança | Frequência (N=45) | Porcentagem |
|---|--------------------------|--------------------|
| Conselhos de Políticas Públicas | 23 | 51% |
| Fóruns de Desenvolvimento Sustentável | 29 | 64% |
| Planos/Planejamentos municipais voltados para o Desenvolvimento Sustentável | 21 | 47% |
| Planos/Planejamentos regionais | 25 | 56% |
| Agenda 2030 | 16 | 36% |
| Orçamentos públicos participativos | 16 | 36% |
| Planos/Planejamentos federais | 22 | 49% |
| Não possui dados ou informação para responder com segurança | 2 | 4% |

Fonte: Dados da Pesquisa.

Os 45 gestores partícipes da amostra quando perguntados sobre se o IFCE participa de alguma iniciativa interligada aos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU, 62,2% responderam que sim e 37,8% responderam que não.

Tabela 12 - Participação do IFCE em iniciativas vinculadas aos 17 ODS.

| | | Frequência | | Porcentagem válida | Porcentagem acumulativa |
|--------|-------|------------|-------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Não | 17 | 37,8 | 37,8 | 37,8 |
| | Sim | 28 | 62,2 | 62,2 | 100,0 |
| | Total | 45 | 100,0 | 100,0 | |

Fonte: Dados da Pesquisa.

Fajardo *et al.* (2021) definem como **Responsabilidade Social Pública** o compromisso voluntário além do cumprimento de marcos normativos, com foco no atendimento de demandas diretas e indiretas sociais, políticas e econômicas de grupos de interesse, por meio de governo e administração pública transparentes e responsáveis em seus diferentes níveis de gestão, corroborando para disseminar sustentabilidade coletiva, tanto econômica, social e ambiental. Os autores ressaltam que as organizações públicas precisam evidenciar seus compromissos com o desenvolvimento sustentável para a sociedade evidenciando práticas correlatas como **diálogo social contínuo para anamnese de ambientes, gestão de risco em comunicação dialógica, relação fiduciária e multilateral com stakeholders** bem como avaliação e monitoramento de metas Públicas, categorizando também quatro atributos fomentadores das contribuições à Agenda 2030 pela administração pública: **transparência e governança, empregabilidade socialmente responsável, consumo e suprimento Públicos e investimento social público responsável**. Um aspecto positivo e assertivo sinalizado pelo IFCE, de acordo com a perspectiva da amostra perscrutada, foi a boa performance nos indicadores P2 Transparência Pública e Gestão Responsável de Recursos e P4 Gestão Ética e Socialmente Responsável que atendem premissas de atribuição fomentadora da contribuição da gestão pública para a Agenda 2030 de acordo com Fajardo *et al.* (2021) que são práticas coadunadas com governabilidade e gestão da ética, regulamentação de conflitos de interesses, contextualizando novos requisitos de incompatibilidades, e foco no bem comum coletivo.

Os indicadores medianos de desempenho do IFCE enquanto organização pública no âmbito da amostra indicam que a ausência de uma política no âmbito da temática do desenvolvimento sustentável em interface com a Agenda 2030 da ONU arrefece as práticas identificadas e podem gerar *spillovers* negativos (externalidades negativas) no espaço societal, como por exemplo a variável P8 – **Licitação Sustentável obteve média 4,82 na óptica dos 166 servidores respondentes (45 gestores mais 121 exclusivamente servidores) denotando uma performance com gaps** na área da sustentabilidade, pois se a instituição adotasse conforme os autores Fajardo *et al.* (2021) preconizam critérios sociais e ambientais nos processos licitatórios, uma gestão de contratos públicos com base em indicadores de sustentabilidade, tivesse um banco de práticas exemplares de fornecedores do governo no tocante às questões ambientais e relacionamento com comunidades, estímulo à abordagem social, inclusão social, combate à pobreza pelas práticas de empresas e de instituições fornecedoras de governos, haveria geração de valor socioambiental de agregação de desenvolvimento societal (*spillovers* positivos).O processo licitatório contempla mais aspectos econômicos que sociais e ambientais.

Quanto à pergunta **na sua avaliação, qual o nível de alinhamento do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFCE aos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável?** os 45 gestores respondentes se posicionaram da seguinte forma, 77,8% responderam de mais ou menos a reduzido, evidenciando ausência de metas vinculadas, podendo até haver aderência, mas sem processo de decisão deliberada. De acordo com os autores Marques, Santos e Aragão (2020), as IES, principalmente as públicas, pelo histórico robusto de contribuições científicas à sociedade e multiplicação de saberes, estão sendo convocadas a contribuir com políticas de DS, agindo com transparência e dados abertos sobre resultados sociais destacando então que a educação é condicionante essencial para a disseminação e consecução dos ODS, consubstanciando-se em ente disseminador de saberes tecnológicos, sociais, políticos, econômicos voltados para a *práxis* da sustentabilidade. No período de agosto a dezembro de 2023 o IFCE delineará seu próximo PDI, para o marco temporal 2024 a 2028, e o Reitor decidiu alinhar estrategicamente as diretrizes institucionais aos preceitos da Agenda 2030, fato que poderá ampliar a visão dos stakeholders sobre as contribuições do IFCE aos 17 ODS.

Tabela 13 - Nível de Alinhamento do PDI aos 17 ODS.

| | | Frequência | Porcentagem | Porcentagem válida | Porcentagem acumulativa |
|--------|----------------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Elevado | 10 | 22,2 | 22,2 | 22,2 |
| | Mais ou menos | 28 | 62,2 | 62,2 | 84,4 |
| | Muito reduzido | 1 | 2,2 | 2,2 | 86,7 |
| | Reduzido | 6 | 13,3 | 13,3 | 100,0 |
| | Total | 45 | 100,0 | 100,0 | |

Fonte: Dados da Pesquisa;

Meuleman (2021) evidencia em seus estudos vetores de capacidade institucional que podem ajudar a administração pública no alcance dos fitos da Agenda 2030 e um deles está coadunado com gestão e governança públicas eficazes atreladas a uma política estratégica de desenvolvimento institucional. De acordo com o autor, este atrelamento pode ser potencializado com preceitos dos ODS 16 que apresenta diretrizes que se referem à qualidade das instituições públicas e 17 que preocupa com a coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável. Esta proposição de arquitetura política pode ajudar o IFCE a ampliar seu raio de alcance no âmbito das contribuições aos ODS, caso enseje assunção formal, pois na informalidade ou formalização relativizada as estratégias sejam emergentes ou deliberadas gerarão efeitos pífios em relação à dimensão das potencialidades correlatas.

A **média global** de acordo com a visão das 460 pessoas respondentes **sobre as contribuições de práticas do IFCE à Agenda 2030 foi de 5,15**, havendo em média uma leve concordância de que as mesmas aconteçam. Numa análise mais microscópica, em relação ao ODS 1 (erradicação da pobreza), 55,2% dos 460 respondentes concordam entre moderadamente e plenamente que esta ação seja efetiva no âmbito do protagonismo do IFCE. Em relação ao ODS 2 (combate à fome), este valor aumenta para 64,2% e, no tocante aos Objetivos 4 (Educação de qualidade) e 10 (combate às desigualdades sociais) este percentual cai um pouco para 63% e 62% respectivamente. No âmbito da promoção do desenvolvimento sustentável com inclusão social há sinais de que o IFCE esteja cumprindo sua missão institucional, mas que pode ser aperfeiçoada quando buscar através de uma política de assunção oficial de apoio à Agenda 2030 com métricas de desempenho, promovendo integração e interconectividade entre os ODS.

Quadro 37 - Performance do IFCE no âmbito dos ODS 1,2,4 e 10 de acordo com a amostra N = 460.

Escala analítica e suas categorias

- 1 = Discordo totalmente
- 2 = Discordo moderadamente
- 3 = Discordo levemente
- 4 = Nem concordo nem discordo
- 5 = Concordo levemente
- 6 = Concordo moderadamente
- 7 = Concordo totalmente

Assertivas coadunadas aos ODS citados

| | | | | | | | |
|--|---|---|---|---|---|---|---|
| ConODS1 - O IFCE ajuda, de alguma forma, a acabar com a pobreza. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| ConODS2 - No IFCE há oferta de refeições gratuitas para os alunos que auxiliam no bom desenvolvimento nutricional, contribuindo para a erradicação da fome, visando a segurança alimentar. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| ConODS4 - O IFCE trabalha em seu currículo meios que visam assegurar uma educação inclusiva e equitativa de qualidade com o foco em promover oportunidades de aprendizagem para todos. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| ConODS10 - O IFCE contribui para diminuir as desigualdades sociais nas regiões em que atua. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |

Resultados:

ConODS1 - O IFCE ajuda, de alguma forma, a acabar com a pobreza.

| | Frequência | Porcentagem | Porcentagem válida | Porcentagem acumulativa |
|----------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido 1 | 6 | 1,3 | 1,3 | 1,3 |
| 2 | 18 | 3,9 | 3,9 | 5,2 |
| 3 | 18 | 3,9 | 3,9 | 9,1 |
| 4 | 57 | 12,4 | 12,4 | 21,5 |
| 5 | 107 | 23,3 | 23,3 | 44,8 |
| 6 | 137 | 29,8 | 29,8 | 74,6 |
| 7 | 117 | 25,4 | 25,4 | 100,0 |
| Total | 460 | 100,0 | 100,0 | |

ConODS2 - No IFCE há oferta de refeições gratuitas para os alunos que auxiliam no bom desenvolvimento nutricional, contribuindo para a erradicação da fome, visando a segurança alimentar.

| | | Frequência | Porcentagem | Porcentagem válida | Porcentagem acumulativa |
|--------|-------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | 1 | 12 | 2,6 | 2,6 | 2,6 |
| | 2 | 17 | 3,7 | 3,7 | 6,3 |
| | 3 | 21 | 4,6 | 4,6 | 10,9 |
| | 4 | 38 | 8,3 | 8,3 | 19,1 |
| | 5 | 74 | 16,1 | 16,1 | 35,2 |
| | 6 | 113 | 24,6 | 24,6 | 59,8 |
| | 7 | 185 | 40,2 | 40,2 | 100,0 |
| | Total | 460 | 100,0 | 100,0 | |

ConODS4 - O IFCE trabalha em seu currículo meios que visam assegurar uma educação inclusiva e equitativa de qualidade com o foco em promover oportunidades de aprendizagem para todos.

| | | Frequência | Porcentagem | Porcentagem válida | Porcentagem acumulativa |
|--------|-------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | 1 | 8 | 1,7 | 1,7 | 1,7 |
| | 2 | 12 | 2,6 | 2,6 | 4,3 |
| | 3 | 19 | 4,1 | 4,1 | 8,5 |
| | 4 | 49 | 10,7 | 10,7 | 19,1 |
| | 5 | 82 | 17,8 | 17,8 | 37,0 |
| | 6 | 124 | 27,0 | 27,0 | 63,9 |
| | 7 | 166 | 36,1 | 36,1 | 100,0 |
| | Total | 460 | 100,0 | 100,0 | |

ConODS10 - O IFCE contribui para diminuir as desigualdades sociais nas regiões em que atua.

| | | Frequência | Porcentagem | Porcentagem válida | Porcentagem acumulativa |
|--------|-------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | 1 | 12 | 2,6 | 2,6 | 2,6 |
| | 2 | 13 | 2,8 | 2,8 | 5,4 |
| | 3 | 9 | 2,0 | 2,0 | 7,4 |
| | 4 | 52 | 11,3 | 11,3 | 18,7 |
| | 5 | 86 | 18,7 | 18,7 | 37,4 |
| | 6 | 131 | 28,5 | 28,5 | 65,9 |
| | 7 | 157 | 34,1 | 34,1 | 100,0 |
| | Total | 460 | 100,0 | 100,0 | |

Fonte: Dados da Pesquisa

Meuleman (2021) discorre que funcionários públicos responsáveis pela governança e administração costumam se considerar como não fazendo parte da estrutura de políticas da Agenda 2030. Dessa forma, **20% dos 45 gestores respondentes desconhecem a Agenda 2030 e 66,7% dos 21 dirigentes estratégicos partícipes da amostra consideram nível de conhecimento sobre ela entre ruim e regular.**

Quando abordados sobre aspectos da responsividade pública, os 45 gestores responderam a três tipologias de questões correlacionadas. A primeira inquirição foi em que medida a organização está aberta a participação da comunidade interna nos processos decisórios, 75,6% dos gestores responderam que há abertura, mas poderia ser maior. A segunda inquirição referia-se ao nível de abertura de participação da comunidade externa nos processos decisórios, **71,1% dos gestores responderam que há abertura, mas também poderia ser maior.** A terceira inquirição abordou em que medida os dirigentes da Instituição colocam nas políticas formuladas as opiniões apresentadas pela comunidade externa, **66,7% dos 45 gestores responderam reduzido, muito reduzido ou mais ou menos.**

Quadro 38 – Compêndio de Resultados sobre Responsividade Pública do IFCE na óptica de 45 gestores respondentes.

| Q15 – Em que medida a organização está aberta a participação da comunidade interna nos processos decisórios? | | | | | |
|---|------------------------------------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| | | Frequência | Porcentagem | Porcentagem válida | Porcentagem acumulativa |
| Válido | Há abertura, mas poderia ser maior | 34 | 75,6 | 75,6 | 75,6 |
| | Há muita abertura | 10 | 22,2 | 22,2 | 97,8 |
| | Não sabe | 1 | 2,2 | 2,2 | 100,0 |
| | Total | 45 | 100,0 | 100,0 | |
| Q16 – Em que medida a organização está aberta a participação da comunidade externa nos processos decisórios? | | | | | |
| | | Frequência | Porcentagem | Porcentagem válida | Porcentagem acumulativa |
| Válido | Há abertura, mas poderia ser maior | 32 | 71,1 | 71,1 | 71,1 |

| | | | | | |
|--|-------------------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| | Há muita abertura | 6 | 13,3 | 13,3 | 84,4 |
| | Não há abertura | 4 | 8,9 | 8,9 | 93,3 |
| | Não sabe | 3 | 6,7 | 6,7 | 100,0 |
| | Total | 45 | 100,0 | 100,0 | |
| Q17 – Na sua avaliação, em que medida os dirigentes da Instituição colocam nas políticas formuladas as opiniões apresentadas pela comunidade externa? | | | | | |
| | | Frequência | Porcentagem | Porcentagem válida | Porcentagem acumulativa |
| Válido | Elevado | 12 | 26,7 | 26,7 | 26,7 |
| | Mais ou menos | 18 | 40,0 | 40,0 | 66,7 |
| | Muito elevado | 3 | 6,7 | 6,7 | 73,3 |
| | Muito reduzido | 3 | 6,7 | 6,7 | 80,0 |
| | Reduzido | 9 | 20,0 | 20,0 | 100,0 |
| | Total | 45 | 100,0 | 100,0 | |

Fonte: Dados da Pesquisa

Em relação a marcadores de políticas e normas voltadas para o compromisso da Instituição com o DS com lastro de iniciativas de responsabilidade social pública na execução da política pública de EPT, **75,5% dos 45 gestores partícipes consideram a existência reduzida, muito reduzida ou mais ou menos.**

Tabela 14 - Políticas e Marcos Normativos para Promoção do Desenvolvimento Sustentável na ambiência da EPT.

Q18 – Na sua avaliação, em que medida existem políticas, marcos normativos e regulatórios que tornam a Política Pública de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) mais eficiente, eficaz e efetiva, voltada para o desenvolvimento sustentável através da atuação institucional do IFCE?

| | | Frequência | Porcentagem | Porcentagem válida | Porcentagem acumulativa |
|--------|----------------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Elevado | 10 | 22,2 | 22,2 | 22,2 |
| | Mais ou menos | 27 | 60,0 | 60,0 | 82,2 |
| | Muito elevado | 1 | 2,2 | 2,2 | 84,4 |
| | Muito reduzido | 1 | 2,2 | 2,2 | 86,7 |
| | Reduzido | 6 | 13,3 | 13,3 | 100,0 |
| | Total | 45 | 100,0 | 100,0 | |

Fonte: Dados da Pesquisa.

Dahl (2005) ressalta um aspecto fundante da democracia que é a continuidade da capacidade de resposta dos governantes e gestores públicos às escolhas e agenda da população intitulada de responsividade pública. Na visão do autor os gestores públicos que alinham suas decisões institucionais com demandas sociais ampliam a governabilidade. Para Schaffer, Oehl e Bernauer (2022) nas efetivas democracias, os cidadãos além de demonstrarem suas escolhas no dia das eleições, também acompanham o nível de alinhamento das decisões governamentais aos anseios da sociedade ao longo do marco temporal de um ciclo eleitoral. O Reitor da Instituição bem como dos dirigentes dos campi são eleitos pela comunidade acadêmica (professores, técnicos administrativos e estudantes), estão sujeitos a fiscalização por órgãos de controle, ao controle social de seus eleitores e apesar do modelo democrático vigente da cidadania representativa, compreender a importância da cidadania deliberativa e da participação dos atores políticos e sociais das comunidades interna e externa nos processos de decisão gera legitimidade, respeitando-se os casos de processo discricionário. O arcabouço normativo e tecnoburocrático, as estruturas de poder podem constituir barreiras de acesso à gestão que podem gerar movimentos de pressão de contraordem cujos tensionamentos podem se ampliar devido ao contexto de pós-verdade/espalhamento de *fakenews* e riscos de doutrinação ideológica. O campo de disputa na ambiência dos sistemas políticos é constituído por diferentes agrupamentos de *stakeholders*, seja numa perspectiva liberal-pluralista ou neocorporativista. A força econômica do agrupamento sinalizará a intensidade de intervenção na resposta de governo através da utilização de aportes de recursos em campanhas políticas, considerado poder instrumental segundo Busemeyer (2022).

No âmbito da temática da racionalidade organizacional em interface com aspectos ideopolíticos, houve questionamentos realizados junto aos 45 gestores sobre posicionamentos referentes às práticas de administração pública coadunadas com processos organizacionais com alternativas de respostas sob égide da racionalidade substantiva e da racionalidade instrumental.

Quadro 39 - Comparativo de Marcações Racionalidade Substantiva x Racionalidade Instrumental.

| Práticas- Chave Organizacionais | Categorias Racionalidade Substantiva N=45 | Categorias Racionalidade Instrumental N=45 |
|---|--|--|
| 1. Hierarquia e Normas | <p>Comunicação aberta: 21 gestores (46,6%)</p> <p>Há participação e consenso de ideias: 29 gestores (64,4%)</p> | <p>Metas de natureza técnica, econômica ou política: 26 gestores (57,7)</p> <p>Performance individual elevada na realização de atividades: 16 gestores (35,55%)</p> <p>Há influência planejada sobre outrem: 9 gestores (20%)</p> |
| 2. Objetivos e Valores Organizacionais | <p>Incentivo ao potencial do colaborador buscando a sua satisfação: 18 gestores (40%)</p> <p>Solidariedade, liberdade, comprometimento, bem-estar coletivo: 27 gestores (60%)</p> <p>Há participação e consenso de ideias: 21 gestores (46,65%)</p> | <p>Metas de natureza técnica, econômica ou política: 9 gestores (20%)</p> <p>Interesse econômico predominante: 5 gestores (11%)</p> |
| 3. Processo Decisório | <p>Comunicação aberta: 25 gestores (55,55%)</p> <p>Há participação e consenso de ideias: 22 gestores (48,88%)</p> | <p>Interesse econômico predominante: 5 gestores (11%)</p> <p>Mensuração quantitativa das consequências dos atos humanos: 13 gestores</p> <p>Busca da eficiência e eficácias máximas, sem questionamento ético no tratamento de recursos disponíveis: 8 gestores (17,77%)</p> |
| 4. Controle Institucional | <p>Comunicação aberta: 25 gestores (55,55%)</p> | <p>Busca da eficiência e eficácias máximas, sem questionamento ético no tratamento de recursos disponíveis: 8 gestores (17,77%)</p> <p>Performance individual elevada na realização de atividades: 16 gestores (35,55%)</p> <p>Há influência planejada sobre outrem: 13 gestores (28,88%)</p> |
| 5. Divisão do Trabalho | <p>Incentivo ao potencial do colaborador buscando a sua satisfação: 21 gestores (46,65%)</p> <p>Comunicação aberta: 21 gestores (46,65%)</p> <p>Condições plenas dos indivíduos para poderem agir e expressarem-se</p> | <p>Busca da eficiência e eficácias máximas, sem questionamento ético no tratamento de recursos disponíveis: 6 gestores (13,33%)</p> <p>Performance individual elevada na realização de atividades: 18 gestores (40%)</p> <p>Interesse econômico predominante: 2 gestores (4,44%)</p> |

| | | |
|---|---|--|
| | livremente nas interações: 18 gestores (40%) | |
| 6. Comunicação e as relações interpessoais | Integridade, honestidade, e franqueza dos indivíduos nos relacionamentos e interações: 24 gestores (53,33%) Solidariedade, liberdade, comprometimento, bem-estar coletivo: 22 gestores (48,88%) Condições plenas dos indivíduos para poderem agir e expressarem-se livremente nas interações: 24 gestores (53,33%) | Níveis de resultados considerados vitoriosos de acordo com processos competitivos numa sociedade capitalista: 5 gestores (11,11%) Há influência planejada sobre outrem: 9 gestores (20%) Performance individual elevada na realização de atividades: 14 gestores (31,11%) |
| 7. Finalidade das ações sociais e ambientais | Solidariedade, liberdade, comprometimento, bem-estar coletivo: 34 gestores (75,55%) | Níveis de resultados considerados vitoriosos de acordo com processos competitivos numa sociedade capitalista: 9 gestores (20%) Metas de natureza técnica, econômica ou política (aumento de poder): 13 gestores (28,88%) |

Fonte: Dados da Pesquisa

A dimensão racionalidade substantiva apresentou 15 categorias com média de 21,5 menções cada e a dimensão racionalidade instrumental 19 categorias com média de 10,73 menções. As duas categorias com mais menções no âmbito da dimensão racionalidade substantiva foram: solidariedade, liberdade, comprometimento, bem-estar coletivo, com 34 menções, relacionada ao processo organizacional finalidade das ações ambientais e, com 29 menções há participação e consenso de ideias vinculadas ao processo hierarquia e normas. As duas categorias com menos menções no âmbito da dimensão racionalidade substantiva foram: Incentivo ao potencial do colaborador buscando a sua satisfação, com 18 menções vinculada ao processo organizacional objetivos e valores organizacionais e, também com 18 menções, condições plenas dos indivíduos para poderem agir e expressarem-se livremente nas interações, vinculada ao processo organizacional divisão do trabalho. As duas categorias com mais menções no âmbito da dimensão racionalidade instrumental foram: metas de natureza técnica, econômica ou política, com 26 menções, relacionada ao processo organizacional hierarquia e normas e, com 18 menções performance individual elevada na realização de atividades vinculada ao processo organizacional divisão do trabalho. As duas categorias com menos menções no âmbito da dimensão racionalidade instrumental foram Interesse econômico predominante, com 2 menções vinculada ao processo organizacional divisão do

trabalho e, Níveis de resultados considerados vitoriosos de acordo com processos competitivos numa sociedade capitalista com 5 menções, vinculada ao processo organizacional comunicação e as relações interpessoais.

Para Ramos (1981), Habermas (1987) e Serva (1997) a racionalidade instrumental caracteriza-se pela existência de processos organizacionais baseados em aspectos teleológicos (o que se ganha com a implementação de determinada ação), direcionado para a consecução de resultados técnicos. Serva (1993) defende que há racionalidade substantiva na ambiência organizacional quando existem reflexão coletiva sobre o cotidiano da instituição, prevalência do autocontrole em detrimento de mecanismos formais de controle, respeito, relações Interpessoais intensas e fortes elevado grau de afetividade e solidariedade entre os membros da organização. A partir das respostas dos 45 gestores do IFCE no quadro amostral, percebeu-se que **há coexistência das duas racionalidades na vida social da instituição com prevalência relativizada *a priori* da racionalidade substantiva, observando que em média as menções por categoria neste escopo foram de 46,66% dos respondentes, menor então que 50%**. A questão da presente pesquisa está coadunada com o processo de identificação das racionalidades mencionadas no espaço organizacional, compreendendo que a interface da gestão pública com respeito a direitos humanos, inclusão social, sustentabilidade ambiental e responsividade pública mais se aproxima da racionalidade substantiva, conseqüentemente do propósito de transformação societal preconizado pela Agenda 2030 e seus 17 Objetivos.

4.5.2. Aplicação da técnica da análise multivariada fatorial exploratória e emergência de novas dimensões para o construto Gestão e Responsividade Públicas para o Desenvolvimento Sustentável

Para a aplicação da técnica multivariada de Análise Fatorial Exploratória, utilizou-se o grupo de dados com atrelamento de 33 indicadores/variáveis, disponibilizado pela coleta da presente pesquisa realizada no período entre 1.06.2023 e 20.07.2023 junto a 45 gestores do IFCE bem como 121 servidores (79 professores e 42 técnicos administrativos), totalizando 166 casos, cujo levantamento se deu por questionário com assertivas escalares de avaliação de níveis de concordância com a existência de práticas coadunadas com a gestão pública responsiva e que contribuem

para o alcance dos 17 ODS da Agenda 2030 da ONU na ambiência organizacional da Instituição investigada.

A técnica da AFE também foi aplicada junto às variáveis atreladas à secção da Dimensão correspondente aos 17 Objetivos da Agenda 2030, aqui intitulado Desenvolvimento Sustentável com o fito de possibilitar a emergência de dimensões epistêmicas a partir de um coletivo de 460 casos contemplando gestores, servidores e alunos do IFCE.

O banco de dados foi constituído por 460 casos atrelados às 17 variáveis ODS e 166 casos atrelados às 16 variáveis Gestão e Responsividade Pública bem como 33 variáveis interligadas ao Construto Gestão e Responsividade Públicas para o Desenvolvimento Sustentável/Agenda 2030, com pontuações que variavam entre 1 e 7 para cada indicador de análise, de acordo com as escalas utilizadas. Antes da aplicação da técnica multivariada da AFE com propósito de identificar novas dimensões (variáveis latentes) com suas respectivas cargas fatoriais, o pesquisador aplicou o método da estatística descritiva para evidenciar frequências absolutas e relativas referentes ao perfil institucional no âmbito da percepção dos respondentes em relação à performance da mesma referente ao construto Gestão e Responsividade Públicas para os 17 ODS da Agenda 2030/Desenvolvimento Sustentável das instituições pesquisadas. As 33 variáveis estavam enquadradas em 2 Macro Dimensões: 1) Desenvolvimento Sustentável e 2) Gestão e Responsividade Públicas. As duas dimensões juntas, contemplaram as 33 variáveis que compunham o construto Gestão e Responsividade Públicas para os 17 ODS da Agenda 2030. Com a aplicação da AFE foi possível desvelar novas dimensões contribuindo para uma análise mais microcós mica dos fatores relevantes que contribuem para a consecução dos 17 ODS pelo IFCE. A hermenêutica dos repertórios quantitativos da AFE aplicada não tem caráter de generalizações, pois se trata de uma amostra não-probabilística, mas contribui para diagnose indicativa e para sinalizações de estudos futuros.

Para melhor hermenêutica dos Fatores que emergiram do *corpus* constituído pelo compêndio de 7.820 valores da Matriz 17 variáveis x 460 casos (Matriz 1: Dimensão Desenvolvimento Sustentável/Agenda 2030) mais 2.656 valores da Matriz 2 16 variáveis x 166 casos (Matriz 2: Dimensão Gestão e Responsividade Públicas) e 5.478 valores da Matriz 33 variáveis x 166 casos (Matriz 3: Construto Gestão e Responsividade Públicas para o Desenvolvimento Sustentável/Agenda 2030), o

Quadro 40 a seguir explicita os indicadores partícipes da análise fatorial, respectivos códigos e descritores para cada Matriz.

Quadro 40 - Indicadores, Códigos e Descritores das Matrizes de Análise.

| Matriz 1: 460 casos constituídos por Gestores, Exclusivamente Servidores (Docentes mais Técnicos Administrativos e Discentes) 17 variáveis com seus códigos e descritores | | | | |
|--|---|---|---|---|
| <p>ConODS1 – O IFCE ajuda, de alguma forma, a acabar com a pobreza.</p> | <p>ConODS2 – No IFCE há oferta de refeições gratuitas para os alunos que auxiliam no bom desenvolvimento nutricional, contribuindo para a erradicação da fome, visando a segurança alimentar.</p> | <p>ConODS3 – O IFCE desenvolve projetos que visam promover o bem-estar de alunos, professores e técnicos administrativos em todas as idades com o objetivo de assegurar uma vida saudável.</p> | <p>ConODS4 – O IFCE trabalha em seu currículo meios que visam assegurar uma educação inclusiva e equitativa de qualidade com o foco em promover oportunidades de aprendizagem para todos.</p> | <p>ConODS5- O IFCE desenvolve projetos/ações que buscam abraçar a igualdade de gênero dentro da instituição, guiando meninas e mulheres para sua permanência e empoderamento dentro desta rede de ensino.</p> |
| <p>ConODS6 – O IFCE tem desenvolvido programas que visam contribuir com a gestão sustentável da água e saneamento para todos.</p> | <p>ConODS7- O IFCE desenvolve ações voltadas para o uso sustentável, eficiente e moderno da energia elétrica e utilização de energias limpas.</p> | <p>ConODS8- O IFCE promove diálogos/programas ou soluções que visam a promoção do crescimento econômico, inclusivo e sustentável, focando no desenvolvimento de emprego pleno e produtivo decente para todos.</p> | <p>ConODS9 – O IFCE contribui com processos de industrialização inclusiva e sustentável fomentando a inovação.</p> | <p>ConODS10 – O IFCE contribui para diminuir as desigualdades sociais nas regiões em que atua.</p> |
| <p>ConODS11- O IFCE desenvolve ações ou estratégias que promovam a consciência dos discentes, professores e técnicos administrativos e comunidade externa sobre a implementação de soluções que objetivam desenvolver os assentamentos</p> | <p>ConODS13 – O IFCE tem propostas que tenham como objetivo encontrar medidas reais para combater a mudança do clima e os impactos ambientais.</p> | <p>ConODS 15-O IFCE em sua opinião desenvolve projetos e/ou programas que tenham como objetivo central, proteger, recuperar e promover o uso consciente e sustentável dos ecossistemas naturais.</p> | <p>ConODS 17- O IFCE promove diálogos que visam contribuir para efetivar meios de implementação de parcerias para o desenvolvimento sustentável</p> | |

| | | | | |
|--|---|--|--|--|
| humanos, visando tornar os mesmos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. | | | | |
| ConODS12- O IFCE promove programas que priorizam a conscientização dos discentes e colaboradores frente ao desenvolvimento de padrões de produção e de consumo sustentável | ConODS14 – O IFCE desenvolve propostas de conscientização da necessidade de conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos. | ConODS 16- O IFCE promove diálogos que têm como propósito conscientizar a comunidade interna e externa sobre a importância da promoção de sociedades pacíficas e inclusivas, para o desenvolvimento sustentável e para a promoção do acesso à justiça. | | |

**Matriz 2 :166 casos constituídos por Gestores e Exclusivamente Servidores (Docentes mais Técnicos Administrativos)
16 variáveis com seus códigos e descritores**

| | | | |
|--|--|---|---|
| P1RESPON1- O IFCE desenvolve um diálogo social contínuo com os diferentes públicos com os quais se relaciona | P5 O IFCE adota medidas que atenuam seus impactos ambientais | P9RSP7- Os investimentos públicos do IFCE contribuem para o desenvolvimento sustentável da região em atua | P13RESPON5- No IFCE existem silos, isto é, um agrupamento isolado, departamento, etc., que funciona separadamente dos outros, especialmente de uma forma vista como um obstáculo à comunicação e à cooperação entre os setores. |
| P2RSP1 – O IFCE administra recursos públicos de forma transparente e responsável | P6 RSP- O IFCE promove direitos humanos, a não discriminação, o respeito à diversidade | P10RESPON 3- O IFCE é considerado uma organização pública ágil na solução dos problemas educacionais da sociedade cearense. | P14RESPON6- O IFCE prioriza políticas que são referenciadas pelos cidadãos. |
| P3RESPON2 – O IFCE contribui para uma sociedade democrática | P7RSP- O IFCE desenvolve iniciativas efetivas voltadas para promoção da saúde e qualidade de vida de seus servidores | P11RESPON4 -O IFCE adota um modo de Governança para a sustentabilidade ao lidar com problemas complexos em um contexto de caráter multissetorial e multinível | P15RESPON7 – As políticas públicas de educação profissional e tecnológica no Brasil são lastreadas por escutas comunitárias |
| P4RESPON O IFCE adota uma gestão | P8RSP6 -O IFCE adora critérios sociais | P12RSP8- No âmbito do IFCE, a Governança é | P16RESPON8 -Há processos efetivos de escuta ativa das |

| | | | |
|---|---|--|---|
| ética e socialmente responsável | e ambientais nos processos licitatórios | considerada um método para gerenciar conflitos, falhas e sinergias, um ponto de partida para melhorar a Administração Pública. | comunidades internas e externas nas tomadas de decisão de gestão do IFCE. |
| RESP – Responsabilidade Social Pública | | | |
| RESPON – Responsividade Pública | | | |
| Matriz 3: Construto Gestão e Responsividade Públicas para o Desenvolvimento Sustentável/Agenda 2030 contempla as 33 variáveis anteriores e 166 casos (gestores e servidores) | | | |

Fonte: Elaborado pelo Autor

A técnica multivariada da AFE, após aplicação do método com suporte do SPSS, junto ao corpus das 33 variáveis eletivas evidenciou novas dimensões que sinalizam uma provável redefinição de macro construtos estabelecidos bem como uma anamnese mais microcós mica dos fatores de maior influência no processo de implementação pela gestão pública dos 17 ODS, em uma sinalização apriorística. No âmbito dos coletivos partícipes da pesquisa (gestores, exclusivamente servidores e discentes) é possível identificar os fatores de maior influência na composição dos construtos em análise e seus respectivos indicadores. Nesta etapa da pesquisa, apresentou-se protocolos e métodos de extração e validação dos novos fatores/dimensões sob égide da técnica multivariada de AFE com esteios de pesquisa exploratória e em seguida análise seminal que contribuirá para estudos de profundidade no devir epistêmico.

De acordo com o Quadro 40, foi aplicado o Teste KMO (Kaiser-Meyer-Olkin) e Barlett para as Matrizes 1, 2 e 3. O KMO varia entre 0 e 1 e representa a proporção da variância das variáveis que pode ser explicada pelos fatores ou traços latentes. Quanto mais próximo esse valor estiver de 1, mais adequados os dados estão para se ajustar a uma Análise Fatorial. Field *et al.* (2012) recomendam utilizar os critérios apresentados a seguir como parâmetros de aceitação da amostra em análise: KMO < 0,5, adequabilidade **da amostra inaceitável**; KMO entre 0,5 e 0,7, **adequabilidade da amostra medíocre**; KMO entre 0,7 e 0,8, **adequabilidade da amostra boa** e, KMO entre 0,8 e 0,9, **adequabilidade da amostra ótima**. Logo KMO da **Matriz 1** (17 variáveis vinculadas aos ODS com 460 casos/respostas) foi 0,958, o da **Matriz 2** (16 variáveis Gestão e Responsividade Públicas) e o da **Matriz 3** (17 variáveis ODS mais

16 variáveis Gestão e Responsividade Públicas para os 17 ODS com 166 casos/respostas) foi 0,950, ambos com enquadramento **amostral ótimo**.

Quadro 41 - Teste de KMO e Bartlett Matrizes 1, 2 e 3.

| Teste de KMO e Bartlett Matriz 1 | | |
|---|---------------------|----------|
| Medida Kaiser-Meyer-Olkin de adequação de amostragem. | | ,958 |
| Teste de esfericidade de Bartlett | Aprox. Qui-quadrado | 6376,893 |
| | GI | 136 |
| | Sig. | ,000 |
| Teste de KMO e Bartlett Matriz 2 | | |
| Medida Kaiser-Meyer-Olkin de adequação de amostragem. | | ,943 |
| Teste de esfericidade de Bartlett | Aprox. Qui-quadrado | 1917,181 |
| | GI | 120 |
| | Sig. | ,000 |
| Teste de KMO e Bartlett Matriz 3 | | |
| Medida Kaiser-Meyer-Olkin de adequação de amostragem. | | ,950 |
| Teste de esfericidade de Bartlett | Aprox. Qui-quadrado | 4941,974 |
| | GI | 528 |
| | Sig. | ,000 |

Fonte: Elaborado pelo autor conforme o output do SPSS®, versão 25

Na situação extrema de independência perfeita entre todas as variáveis, a matriz de correlação se reduz à matriz identidade, pois todos os elementos fora da diagonal principal são iguais a zero. Isso significa que as variáveis não se agrupam para formar nenhum construto e, portanto, a construção dos fatores perde todo seu sentido. O Teste de Bartlett tem essa situação como sua hipótese nula e, caso ela seja rejeitada, pode-se concluir que existe algum tipo de associação entre as variáveis e que elas podem, de fato, representar conjuntamente um ou mais traços latentes. Portanto, o Teste de Bartlett deve ser estatisticamente significativo ($p < 0,05$). Segundo Field *et al.* (2012), o Teste de Bartlett, como todo teste de hipótese, depende muito do tamanho amostral e tende a rejeitar a hipótese nula para amostras grandes. O modelo apresentou 461 casos para a Matriz 1 e 166 casos para a Matriz 2 e 3 e o Teste de esfericidade de Bartlett foi $p < 0,05$, em ambas as matrizes, o que rejeita hipótese nula de que não há correlação entre as variáveis. Logo, há correlação entre as 33

variáveis estudadas com a evidenciação dos seguintes pré-requisitos estruturantes do Modelo em estudo:

- Amostras grandes (maior do que 100) e pelo menos 5 vezes mais observações do que o número de variáveis. Amostras da **Matriz 1** 460 casos e 17 variáveis, da **Matriz 2** 166 casos e 16 variáveis e **Matriz 3** 166 casos e 33 variáveis protocolos cumpridos;
- Há correlação entre as variáveis do estudo;
- A maioria dos coeficientes de correlação possuem valores maiores do que 0,3;
- Teste de Bartlett é estatisticamente significativo: $p < 0,05$;
- O KMO do Modelo em análise é ótimo com valor 0,958 e 0,943.

No tocante ao aproveitamento das 33 variáveis, a Medida de Adequação da Amostra (MSA) , deve ser alto para cada variável e se não for alto, aquela variável poderá ser excluída da análise. O MSA varia de 0 a 1, alcançando 1 quando cada variável é perfeitamente prevista sem erro por outras variáveis. Segundo Field *et al.* (2012), a MSA esta dividida em 4 faixas:

- a) MSA $\geq 0,80$ – Admirável
- b) MSA $\geq 0,70$ - Mediano
- c) MSA $\geq 0,60$ – Medíocre
- d) MSA $< 0,50$ - Inaceitável

A tabela de antiimagem indica o poder de explicação dos fatores em cada uma das variáveis analisadas. A diagonal da parte inferior da tabela (Anti-image Correlation) indica o MAS (Measure of Sampling Adequacy) que indica o grau de explicação dos dados a partir dos fatores encontrados na AFE para cada uma das variáveis analisadas. Os valores inferiores a 0,50 são considerados muito pequenos para análise e nesses casos indicam variáveis que podem ser retiradas da análise. Os Valores de a – Rótulo MSA – foram todos maiores que 0,5, em todas as matrizes, logo todas as variáveis foram aproveitadas.

A análise de componentes principais teve como suposição de que a variância é comum, portanto, antes da extração o valor da “communalities” é 1 para todos os valores. A comunalidade expressa o quanto da variância total da variável é explicada pelos fatores comuns ou componentes principais. O percentual de explicação da maioria das variáveis do modelo apresentado em ambas as matrizes, evidenciou valor de explicação pertinente ao parâmetro de razoabilidade. Exemplo: Na parte “extração”, significa que, por exemplo, na Matriz 1, variável Conds 15, 80,4% da variância é variância comum ou compartilhada.

Tabela 15 - Aplicação AFE – Comunalidades Exemplo de Output da Matriz 1.

| Comunalidades Matriz 1 | | Inicial | Extração |
|---|--|---------|----------|
| ConODS1 - O IFCE ajuda, de alguma forma, a acabar com a pobreza. | | 1,000 | ,593 |
| ConODS2 - No IFCE há oferta de refeições gratuitas para os alunos que auxiliam no bom desenvolvimento nutricional, contribuindo para a erradicação da fome, visando a segurança alimentar. | | 1,000 | ,553 |
| ConODS3 - O IFCE desenvolve projetos que visam promover o bem-estar de alunos, professores e técnicos administrativos em todas as idades com o objetivo de assegurar uma vida saudável. | | 1,000 | ,550 |
| ConODS4 - O IFCE trabalha em seu currículo meios que visam assegurar uma educação inclusiva e equitativa de qualidade com o foco em promover oportunidades de aprendizagem para todos. | | 1,000 | ,600 |
| ConODS5 - O IFCE desenvolve projetos/ações que buscam abraçar a igualdade de gênero dentro da instituição, guiando meninas e mulheres para sua permanência e empoderamento dentro desta rede de ensino. | | 1,000 | ,534 |
| ConODS6 - O IFCE tem desenvolvido programas que visam contribuir com a gestão sustentável da água e saneamento para todos. | | 1,000 | ,634 |
| ConODS7 - O IFCE desenvolve ações voltadas para o uso sustentável, eficiente e moderno da energia elétrica e utilização de energias limpas. | | 1,000 | ,628 |
| ConODS8 - O IFCE promove diálogos/programas ou soluções que visam a promoção do crescimento econômico, inclusivo e sustentável, focando no desenvolvimento de emprego pleno e produtivo decente para todos. | | 1,000 | ,724 |
| ConODS9 – O IFCE contribui com processos de industrialização inclusiva e sustentável fomentando a inovação. | | 1,000 | ,666 |
| ConODS10 - O IFCE contribui para diminuir as desigualdades sociais nas regiões em que atua. | | 1,000 | ,659 |
| ConODS11 - O IFCE desenvolve ações ou estratégias que promovam a consciência dos discentes, professores e técnicos administrativos e comunidade externa sobre a implementação de soluções que objetivam desenvolver os assentamentos humanos, visando tornar os mesmos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. | | 1,000 | ,704 |
| ConODS12 - O IFCE promove programas que priorizam a conscientização dos discentes e colaboradores frente ao desenvolvimento de padrões de produção e de consumo sustentável. | | 1,000 | ,779 |
| ConODS13 - O IFCE tem propostas que tenham como objetivo encontrar medidas reais para combater a mudança do clima e os impactos ambientais. | | 1,000 | ,780 |
| ConODS14 - O IFCE desenvolve propostas de conscientização da necessidade de conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos. | | 1,000 | ,812 |
| ConODS 15-O IFCE em sua opinião desenvolve projetos e/ou programas que tenham como objetivo central, proteger, recuperar e promover o uso consciente e sustentável dos ecossistemas naturais. | | 1,000 | ,804 |
| ConODS 16- O IFCE promove diálogos que têm como propósito conscientizar a comunidade interna e externa sobre a importância da promoção de sociedades pacíficas e inclusivas, para o desenvolvimento sustentável e para a promoção do acesso à justiça. | | 1,000 | ,668 |
| ConODS 17- O IFCE promove diálogos que visam contribuir para efetivar meios de implementação de parcerias para o desenvolvimento sustentável. | | 1,000 | ,764 |

Método de Extração: análise de Componente Principal.

Fonte: Elaborado pelo autor conforme o *output* do SPSS®, versão 25

De acordo com o Método da Variância Total Explicada, as 17 variáveis de avaliação do construto da Matriz 1 – Desenvolvimento Sustentável/Agenda 2030 da presente pesquisa foram reduzidas a 2 Fatores, as 16 variáveis da Matriz 2 foram também reduzidas a dois fatores e as 33 variáveis da Matriz 3, foram reduzidas a 5 fatores. As novas dimensões delineadas a partir do enquadramento das variáveis aos fatores possibilitaram uma visão mais profícua do desempenho da Gestão Pública na consecução dos ODS na instituição investigada. O modelo é considerado robusto de acordo com os parâmetros correlacionados aos lastros de fidedignidade das técnicas aplicadas.

Tabela 16 - Variância Total Explicada – Matrizes 1, 2 e 3.

Variância total explicada – Matriz 1

| Componente | Autovalores iniciais | | | Somadas de extração de carregamentos ao quadrado | | | Somadas de rotação de carregamentos ao quadrado | | |
|------------|----------------------|----------------|--------------|--|----------------|--------------|---|----------------|--------------|
| | Total | % de variância | % cumulativa | Total | % de variância | % cumulativa | Total | % de variância | % cumulativa |
| 1 | 10,008 | 58,869 | 58,869 | 10,008 | 58,869 | 58,869 | 7,442 | 43,778 | 43,778 |
| 2 | 1,444 | 8,494 | 67,364 | 1,444 | 8,494 | 67,364 | 4,010 | 23,586 | 67,364 |
| 3 | ,727 | 4,275 | 71,639 | | | | | | |
| 4 | ,614 | 3,614 | 75,253 | | | | | | |
| 5 | ,602 | 3,543 | 78,796 | | | | | | |
| 6 | ,522 | 3,070 | 81,867 | | | | | | |
| 7 | ,498 | 2,929 | 84,795 | | | | | | |
| 8 | ,401 | 2,358 | 87,153 | | | | | | |
| 9 | ,376 | 2,210 | 89,363 | | | | | | |
| 10 | ,326 | 1,916 | 91,279 | | | | | | |
| 11 | ,295 | 1,735 | 93,014 | | | | | | |
| 12 | ,249 | 1,466 | 94,480 | | | | | | |
| 13 | ,243 | 1,432 | 95,912 | | | | | | |
| 14 | ,206 | 1,209 | 97,121 | | | | | | |
| 15 | ,198 | 1,167 | 98,288 | | | | | | |
| 16 | ,160 | ,941 | 99,229 | | | | | | |
| 17 | ,131 | ,771 | 100,000 | | | | | | |

Método de Extração: análise de Componente Principal.

Variância total explicada Matriz 2

| Componente | Autovalores iniciais | | | Somadas de extração de carregamentos ao quadrado | | | Somadas de rotação de carregamentos ao quadrado | | |
|------------|----------------------|----------------|--------------|--|----------------|--------------|---|----------------|--------------|
| | Total | % de variância | % cumulativa | Total | % de variância | % cumulativa | Total | % de variância | % cumulativa |
| 1 | 9,097 | 56,854 | 56,854 | 9,097 | 56,854 | 56,854 | 6,794 | 42,460 | 42,460 |
| 2 | 1,131 | 7,069 | 63,923 | 1,131 | 7,069 | 63,923 | 3,434 | 21,463 | 63,923 |
| 3 | ,964 | 6,027 | 69,949 | | | | | | |
| 4 | ,698 | 4,360 | 74,310 | | | | | | |
| 5 | ,638 | 3,987 | 78,297 | | | | | | |
| 6 | ,522 | 3,264 | 81,562 | | | | | | |
| 7 | ,493 | 3,083 | 84,645 | | | | | | |
| 8 | ,391 | 2,444 | 87,089 | | | | | | |
| 9 | ,365 | 2,279 | 89,367 | | | | | | |
| 10 | ,349 | 2,178 | 91,546 | | | | | | |
| 11 | ,328 | 2,051 | 93,597 | | | | | | |
| 12 | ,255 | 1,595 | 95,192 | | | | | | |
| 13 | ,230 | 1,438 | 96,630 | | | | | | |
| 14 | ,225 | 1,405 | 98,035 | | | | | | |

| | | | | | | | | | |
|----|------|-------|---------|--|--|--|--|--|--|
| 15 | ,194 | 1,211 | 99,245 | | | | | | |
| 16 | ,121 | ,755 | 100,000 | | | | | | |

Método de Extração: análise de Componente Principal.

Variância total explicada – Matriz 3

| Componente | Autovalores iniciais | | | Somadas de extração de carregamentos ao quadrado | | | Somadas de rotação de carregamentos ao quadrado | | |
|------------|----------------------|----------------|--------------|--|----------------|--------------|---|----------------|--------------|
| | Total | % de variância | % cumulativa | Total | % de variância | % cumulativa | Total | % de variância | % cumulativa |
| 1 | 17,419 | 52,784 | 52,784 | 17,419 | 52,784 | 52,784 | 9,306 | 28,201 | 28,201 |
| 2 | 2,170 | 6,577 | 59,361 | 2,170 | 6,577 | 59,361 | 5,335 | 16,165 | 44,366 |
| 3 | 1,597 | 4,839 | 64,200 | 1,597 | 4,839 | 64,200 | 3,041 | 9,214 | 53,580 |
| 4 | 1,167 | 3,536 | 67,736 | 1,167 | 3,536 | 67,736 | 2,960 | 8,970 | 62,550 |
| 5 | 1,050 | 3,181 | 70,917 | 1,050 | 3,181 | 70,917 | 2,761 | 8,367 | 70,917 |
| 6 | ,998 | 3,023 | 73,940 | | | | | | |
| 7 | ,849 | 2,572 | 76,513 | | | | | | |
| 8 | ,716 | 2,170 | 78,682 | | | | | | |
| 9 | ,652 | 1,977 | 80,659 | | | | | | |
| 10 | ,550 | 1,667 | 82,326 | | | | | | |
| 11 | ,537 | 1,626 | 83,952 | | | | | | |
| 12 | ,492 | 1,490 | 85,442 | | | | | | |
| 13 | ,468 | 1,419 | 86,861 | | | | | | |
| 14 | ,423 | 1,283 | 88,144 | | | | | | |
| 15 | ,388 | 1,175 | 89,318 | | | | | | |
| 16 | ,348 | 1,054 | 90,373 | | | | | | |
| 17 | ,345 | 1,045 | 91,417 | | | | | | |
| 18 | ,284 | ,862 | 92,279 | | | | | | |
| 19 | ,279 | ,845 | 93,124 | | | | | | |
| 20 | ,251 | ,760 | 93,884 | | | | | | |
| 21 | ,239 | ,725 | 94,609 | | | | | | |
| 22 | ,234 | ,710 | 95,319 | | | | | | |
| 23 | ,212 | ,641 | 95,960 | | | | | | |
| 24 | ,199 | ,604 | 96,564 | | | | | | |
| 25 | ,193 | ,585 | 97,149 | | | | | | |
| 26 | ,159 | ,481 | 97,629 | | | | | | |
| 27 | ,153 | ,464 | 98,093 | | | | | | |
| 28 | ,144 | ,437 | 98,530 | | | | | | |
| 29 | ,117 | ,354 | 98,884 | | | | | | |
| 30 | ,114 | ,345 | 99,229 | | | | | | |
| 31 | ,100 | ,302 | 99,530 | | | | | | |
| 32 | ,087 | ,264 | 99,795 | | | | | | |
| 33 | ,068 | ,205 | 100,000 | | | | | | |

Método de Extração: análise de Componente Principal.

Fonte: Elaborado pelo autor conforme o output do SPSS®, versão 25

A tabela 16 apresenta os autovalores (*eigenvalues*) antes da extração, depois da extração e depois da rotação. Os autovalores associados com cada fator mostram o quanto de variância é explicada. Nota-se que os primeiros valores explanam uma parte elevada da variância neste exemplo. Os autovalores maiores que 1 foram extraídos pelo software SPSS perfazendo 2 fatores nas Matrizes 1 e 2 bem como 5 fatores na Matriz 3. A soma extraída de cargas elevadas ao quadrado (“*extracted sum of squared loadings*”) perfaz o número de fatores mencionados, com os mesmos

valores, mas excluindo os autovalores menores que 1. Finalmente, na parte final da tabela 16 em cada escopo das matrizes em análise (1,2 e3), as somas rotacionais de cargas elevadas ao quadrado (“*rotation sum of squared loadings*”) mostram os autovalores dos fatores pós-rotação. Identifica-se que os valores se aproximam mais uns dos outros do que anteriormente, sendo que a rotação faz com que haja uma aproximação ou equalização. Logo, a variância total explicada, segundo o critério de Kaiser (autovalor maior do que 1) há retenção de 2 fatores nas Matrizes 1 e 2 bem como 5 fatores na Matriz 3, com base nos seguintes critérios fundantes para se definir o número de fatores que foram extraídos: critério do autovalor (eigenvalue) (critério de Kaiser): apenas os fatores que tem autovalor >1; critério do diagrama de inclinação (Scree test): a curva da variância individual de cada fator se torna horizontal ou sofre uma queda abrupta (ponto de inflexão da curva-nível de 2 fatores nas Matrizes 1 e 2, 5 fatores na Matriz 3); critério da porcentagem de variância: patamar de 67,36 % da variância acumulada na Matriz 1, 63,92% na Matriz 2 e 70,91% na Matriz 3 (os critérios devem ser usados em conjunto) (HAIR *et. al.*,2009).

Figura 16 – Scarpa – Ponto de Inflexão para delimitação de Fatores Matriz 1.



Fonte: Elaborado pelo autor conforme o output do SPSS®, versão 25

Figura 17 – Scarpa – Ponto de Inflexão para delimitação de Fatores Matriz 2.



Fonte: Elaborado pelo autor conforme o output do SPSS®, versão 25

Figura 18 – Scarpa – Ponto de Inflexão para delimitação de Fatores Matriz 3



Fonte: Elaborado pelo autor conforme o *output* do SPSS®, versão 25

O *scree plot*, as figuras 16, 17 e 18, indica o ponto de inflexão da curva (FIELD, 2009), evidenciando o corte quando se atinge 2 e 5 componentes respectivamente. Após a definição do número de fatores do modelo, o passo seguinte foi decidir qual técnica seria utilizada para o cálculo das cargas fatoriais. Essa é a chamada extração dos fatores. Existem várias técnicas para extrair os fatores. A escolha dentre as várias possibilidades depende do tipo de dado que está sendo analisado e do objetivo da análise. Entretanto, segundo Tabachnick e Fidell (2007), para uma base de dados com um número razoável de observações e variáveis, os resultados não podem ser muito discrepantes entre si. Essa inclusive é uma das formas de validar as estimativas encontradas, de mostrar que os resultados são estáveis.

Quanto às opções disponíveis para os métodos de extração dos fatores, dentre os principais métodos que estão implementados nos *softwares* estatísticos, destaca-se: componentes principais. O método de componentes principais é um dos mais comuns e produz combinações lineares das variáveis originais que sejam independentes entre si, que expliquem o máximo da variabilidade dos dados. A primeira componente explica a maior parte dessa variância, a segunda é o que possui o segundo maior poder de explicação, e assim por diante. Juntas, todas as componentes explicam toda a variabilidade dos dados. No tocante à carga fatorial, as seguintes gradações sinalizam valores lastreadores da hermenêutica das estruturas: cargas fatoriais na faixa de $\pm 0,30$ a $\pm 0,40$, consideradas no nível mínimo para interpretação da estrutura; cargas de 0,50 ou maiores, tidas como significantes e, cargas excedendo acima de $\pm 0,70$, consideradas indicativas de estrutura bem definida e são a meta de qualquer AF (FIELD, 2009).

Tabela 17 - Componentes Rotativas – Matriz 1 e 2.

| | Matriz 1 de componente ^a | |
|---|-------------------------------------|--------------|
| | Componente 1 | Componente 2 |
| ConODS12 - O IFCE promove programas que priorizam a conscientização dos discentes e colaboradores frente ao desenvolvimento de padrões de produção e de consumo sustentável. | ,865 | |
| ConODS 17- O IFCE promove diálogos que visam contribuir para efetivar meios de implementação de parcerias para o desenvolvimento sustentável. | ,864 | |
| ConODS8 - O IFCE promove diálogos/programas ou soluções que visam a promoção do crescimento econômico, inclusivo e sustentável, focando no desenvolvimento de emprego pleno e produtivo decente para todos. | ,847 | |
| ConODS13 - O IFCE tem propostas que tenham como objetivo encontrar medidas reais para combater a mudança do clima e os impactos ambientais. | ,832 | |
| ConODS11 - O IFCE desenvolve ações ou estratégias que promovam a consciência dos discentes, professores e técnicos administrativos e comunidade externa sobre a implementação de soluções que objetivam desenvolver os assentamentos humanos, visando tornar os mesmos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. | ,831 | |

| | | |
|--|------|------|
| ConODS 15-O IFCE em sua opinião desenvolve projetos e/ou programas que tenham como objetivo central, proteger, recuperar e promover o uso consciente e sustentável dos ecossistemas naturais. | ,829 | |
| ConODS14 - O IFCE desenvolve propostas de conscientização da necessidade de conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos. | ,812 | |
| ConODS9 – O IFCE contribui com processos de industrialização inclusiva e sustentável fomentando a inovação. | ,812 | |
| ConODS7 - O IFCE desenvolve ações voltadas para o uso sustentável, eficiente e moderno da energia elétrica e utilização de energias limpas. | ,792 | |
| ConODS6 - O IFCE tem desenvolvido programas que visam contribuir com a gestão sustentável da água e saneamento para todos. | ,789 | |
| ConODS 16- O IFCE promove diálogos que têm como propósito conscientizar a comunidade interna e externa sobre a importância da promoção de sociedades pacíficas e inclusivas, para o desenvolvimento sustentável e para a promoção do acesso à justiça. | ,789 | |
| ConODS4 - O IFCE trabalha em seu currículo meios que visam assegurar uma educação inclusiva e equitativa de qualidade com o foco em promover oportunidades de aprendizagem para todos. | ,732 | |
| ConODS10 - O IFCE contribui para diminuir as desigualdades sociais nas regiões em que atua. | ,722 | |
| ConODS5 - O IFCE desenvolve projetos/ações que buscam abraçar a igualdade de gênero dentro da instituição, guiando meninas e mulheres para sua permanência e empoderamento dentro desta rede de ensino. | ,716 | |
| ConODS3 - O IFCE desenvolve projetos que visam promover o bem-estar de alunos, professores e técnicos administrativos em todas as idades com o objetivo de assegurar uma vida saudável. | ,700 | |
| ConODS2 - No IFCE há oferta de refeições gratuitas para os alunos que auxiliam no bom desenvolvimento nutricional, contribuindo para a erradicação da fome, visando a segurança alimentar. | ,456 | ,588 |
| ConODS1 - O IFCE ajuda, de alguma forma, a acabar com a pobreza. | ,515 | ,573 |

Método de Extração: análise de Componente Principal.
a. 2 componentes extraídos.

Fonte: Elaborado pelo autor conforme o output do SPSS®, versão 25

Componente Rotativas – Matriz 2

Matriz de componente rotativa^a

| | Componente | |
|--|------------|------|
| | 1 | 2 |
| P11 - O IFCE adota um modo de Governança para a sustentabilidade ao lidar com problemas complexos em um contexto de caráter multissetorial e multinível. | ,842 | |
| P15 - As políticas públicas de educação profissional e tecnológica no Brasil são lastreadas por escutas comunitárias. | ,813 | |
| P14 - O IFCE prioriza políticas que são referenciadas pelos cidadãos. | ,802 | |
| P12 - No âmbito do IFCE, a Governança é considerada um método para gerenciar conflitos, falhas e sinergias, um ponto de partida para melhorar a Administração Pública. | ,791 | |
| P10 - O IFCE é considerado uma organização pública ágil na solução dos problemas educacionais da sociedade cearense. | ,748 | |
| P16 - Há processos efetivos de escuta ativa das comunidades internas e externas nas tomadas de decisão de gestão do IFCE. | ,739 | |
| P5 - O IFCE adota medidas que atenuam seus impactos ambientais. | ,687 | ,438 |
| P1 - O IFCE desenvolve um diálogo social contínuo com os diferentes públicos com os quais se relaciona. | ,669 | ,468 |
| P8 - O IFCE adota critérios sociais e ambientais nos processos licitatórios. | ,644 | |
| P9 - Os investimentos públicos do IFCE contribuem para o desenvolvimento sustentável da região em atua. | ,630 | ,414 |
| P7 - O IFCE desenvolve iniciativas efetivas voltadas para promoção da saúde e qualidade de vida de seus servidores. | ,575 | |
| P4 - O IFCE adota uma gestão ética e socialmente responsável. | ,545 | ,714 |

| | | |
|--|------|-------|
| P6 - O IFCE promove direitos humanos, a não discriminação, o respeito à diversidade. | ,437 | ,693 |
| P3 - O IFCE contribui para uma sociedade democrática. | ,506 | ,669 |
| P2 - O IFCE administra recursos públicos de forma transparente e responsável. | ,479 | ,652 |
| P13 - No IFCE existem silos, isto é, um agrupamento isolado, departamento etc., que funciona separadamente dos outros, especialmente de uma forma vista como um obstáculo à comunicação e à cooperação entre os setores. | | -,606 |

Método de Extração: análise de Componente Principal.

Método de Rotação: Varimax com Normalização de Kaiser.

a. Rotação convergida em 3 iterações.

Tabela 18 - Componente Rotativas – Matriz 3.

| | Matriz de componente rotativa ^a | | | | |
|---|--|------------|---|------|---|
| | 1 | Componente | | | |
| | | 2 | 3 | 4 | 5 |
| ConODS13 - O IFCE tem propostas que tenham como objetivo encontrar medidas reais para combater a mudança do clima e os impactos ambientais. | ,851 | | | | |
| ConODS14 - O IFCE desenvolve propostas de conscientização da necessidade de conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos. | ,844 | | | | |
| ConODS 15- O IFCE em sua opinião desenvolve projetos e/ou programas que tenham como objetivo central, proteger, recuperar e promover o uso consciente e sustentável dos ecossistemas naturais. | ,836 | | | | |
| ConODS12 - O IFCE promove programas que priorizam a conscientização dos discentes e colaboradores frente ao desenvolvimento de padrões de produção e de consumo sustentável. | ,810 | | | | |
| ConODS 17- O IFCE promove diálogos que visam contribuir para efetivar meios de implementação de parcerias para o desenvolvimento sustentável. | ,800 | | | | |
| ConODS 16- O IFCE promove diálogos que têm como propósito conscientizar a comunidade interna e externa sobre a importância da promoção de sociedades pacíficas e inclusivas, para o desenvolvimento sustentável e para a promoção do acesso à justiça. | ,751 | | | | |
| ConODS8 - O IFCE promove diálogos/programas ou soluções que visam a promoção do crescimento econômico, inclusivo e sustentável, focando no desenvolvimento de emprego pleno e produtivo decente para todos. | ,751 | | | | |
| ConODS11 - O IFCE desenvolve ações ou estratégias que promovam a consciência dos discentes, professores e técnicos administrativos e comunidade externa sobre a implementação de soluções que objetivam desenvolver os assentamentos humanos, visando tornar os mesmos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. | ,718 | | | | |
| ConODS6 - O IFCE tem desenvolvido programas que visam contribuir com a gestão sustentável da água e saneamento para todos. | ,710 | | | | |
| ConODS7 - O IFCE desenvolve ações voltadas para o uso sustentável, eficiente e moderno da energia elétrica e utilização de energias limpas. | ,680 | | | | |
| ConODS9 – O IFCE contribui com processos de industrialização inclusiva e sustentável fomentando a inovação. | ,639 | | | | |
| P5 - O IFCE adota medidas que atenuam seus impactos ambientais. | ,612 | ,402 | | ,440 | |
| P9 - Os investimentos públicos do IFCE contribuem para o desenvolvimento sustentável da região em atua. | ,493 | ,403 | | | |
| P14 - O IFCE prioriza políticas que são referenciadas pelos cidadãos. | | ,754 | | | |

| | | | | |
|--|------|------|------|-------|
| P12 - No âmbito do IFCE, a Governança é considerada um método para gerenciar conflitos, falhas e sinergias, um ponto de partida para melhorar a Administração Pública. | | ,721 | | |
| P11 - O IFCE adota um modo de Governança para a sustentabilidade ao lidar com problemas complexos em um contexto de caráter multissetorial e multinível. | ,553 | ,660 | | |
| P10 - O IFCE é considerado uma organização pública ágil na solução dos problemas educacionais da sociedade cearense. | | ,645 | | |
| P16 - Há processos efetivos de escuta ativa das comunidades internas e externas nas tomadas de decisão de gestão do IFCE. | | ,636 | | |
| P15 - As políticas públicas de educação profissional e tecnológica no Brasil são lastreadas por escutas comunitárias. | ,469 | ,632 | | |
| P1 - O IFCE desenvolve um diálogo social contínuo com os diferentes públicos com os quais se relaciona. | ,443 | ,446 | ,401 | |
| P8 - O IFCE adora critérios sociais e ambientais nos processos licitatórios. | ,439 | ,444 | | |
| ConODS3 - O IFCE desenvolve projetos que visam promover o bem-estar de alunos, professores e técnicos administrativos em todas as idades com o objetivo de assegurar uma vida saudável. | | | ,791 | |
| P7 - O IFCE desenvolve iniciativas efetivas voltadas para promoção da saúde e qualidade de vida de seus servidores. | | | ,711 | |
| ConODS5 - O IFCE desenvolve projetos/ações que buscam abraçar a igualdade de gênero dentro da instituição, guiando meninas e mulheres para sua permanência e empoderamento dentro desta rede de ensino. | | | ,524 | ,496 |
| ConODS4 - O IFCE trabalha em seu currículo meios que visam assegurar uma educação inclusiva e equitativa de qualidade com o foco em promover oportunidades de aprendizagem para todos. | ,435 | | ,508 | ,411 |
| P13 - No IFCE existem silos, isto é, um agrupamento isolado, departamento etc., que funciona separadamente dos outros, especialmente de uma forma vista como um obstáculo à comunicação e à cooperação entre os setores. | | | | -,627 |
| P4 - O IFCE adota uma gestão ética e socialmente responsável. | | ,477 | | ,613 |
| P2 - O IFCE administra recursos públicos de forma transparente e responsável. | | ,483 | | ,591 |
| P3 - O IFCE contribui para uma sociedade democrática. | | ,456 | | ,579 |
| P6 - O IFCE promove direitos humanos, a não discriminação, o respeito à diversidade. | | | ,451 | ,570 |
| ConODS2 - No IFCE há oferta de refeições gratuitas para os alunos que auxiliam no bom desenvolvimento nutricional, contribuindo para a erradicação da fome, visando a segurança alimentar. | | | | ,725 |
| ConODS1 - O IFCE ajuda, de alguma forma, a acabar com a pobreza. | | | | ,714 |
| ConODS10 - O IFCE contribui para diminuir as desigualdades sociais nas regiões em que atua. | ,415 | | | ,607 |

Método de Extração: análise de Componente Principal.
Método de Rotação: Varimax com Normalização de Kaiser.
a. Rotação convergida em 7 iterações.

Fonte:Elaborado pelo autor conforme o output do SPSS®, versão 25

A Matriz de Componentes Rotativa evidenciada foi delineada pelo método do critério VARIMAX, que se concentra na simplificação das colunas da matriz fatorial. Com a abordagem rotacional VARIMAX, a simplificação máxima possível é conseguida se houver apenas 1s e 0s em uma coluna. Ou seja, o método VARIMAX maximiza a soma de variâncias de cargas exigidas da matriz fatorial. Nesta abordagem, muitas variáveis podem ter cargas altas ou próximas de altas no mesmo

fator, pois a técnica se concentra em simplificar as linhas. Com a abordagem rotacional VARIMAX, há uma tendência para algumas cargas altas (isto é, próximas de -1 ou $+1$) e algumas cargas próximas de 0 em cada coluna da matriz (HAIR JR. *et al.*, 2009). Por aderência teórica, indicadores com no mínimo carga fatorial 0,43, o pesquisador decidiu enquadrar como componente de Variável Latente emersa ou Nova Dimensão. Field (2009) preceituia que esta matriz deve ser comparada com a solução não-rotacionada. Em geral, após a rotação há clarificação, conforme o que se está estudando. Usa-se rotação ortogonal quando os fatores são teoricamente diferentes. A Matriz de Componente Rotativa (MCR) evidencia as variáveis que integram cada fator. Ao observar a MCR da Matriz 1, percebeu-se que apenas dois indicadores, os ODS 1 e 2 se enquadraram no Fator 2 e os outros 15 ODS no fator 1, partindo-se da premissa da interconectividade entre os ODS, o pesquisador decidiu por enquadrar todos os ODS na Dimensão Desenvolvimento Sustentável/Agenda 2030. Na análise do MCR da Matriz 2, identificou-se que as variáveis P6, P4, P3 e P2 foram apropriadas pelo Fator 2 e as demais 12 variáveis apropriadas pelo Fator 1. *A priori*, no âmbito da Matriz 2 emergem duas dimensões, Fator 1 denominado Sustentabilidade e Responsividade Pública que contempla as variáveis P1, P5, P7, P8, P9, P10, P11, P12, P14, P15, P16 e Fator 2 designado Responsabilidade Social Pública e Direitos Humanos contemplando os fatores P6, P4, P3 e P2, ambas variáveis latentes neófitas, representadas pelo Quadro 42. A variável P13 foi descartada pelo baixo valor apresentado.

Quadro 42 - Novas Dimensões/Variáveis Latentes da Matriz 2.

| Fator 1 - Sustentabilidade e Responsividade Pública | | | |
|---|---|--|--|
| P1 Diálogo Social com Stakeholders | P5 Mitigação de Impactos Ambientais | P7 Qualidade de Vida dos Servidores | P8 Licitação Sustentável |
| P9 Contribuição para o Desenvolvimento Sustentável | P10 Organização Ágil na solução de problemas educacionais | P14 Priorizar Políticas balizadas por Cidadãos | P16 Tomadas de decisão da gestão com base em escutas das comunidades interna e externa |
| P12 Governança na solução de falhas, conflitos e promove sinergias | P11 Governança para a Sustentabilidade | P15 Políticas EPT balizadas por escutas comunitárias | |
| Fator 2 - Responsabilidade Social Pública e Direitos Humanos | | | |
| P2 Transparência Pública e Gestão Responsável de Recursos | P3 Sociedade Democrática | P4 Gestão Ética e Socialmente Responsável | P6 Direitos Humanos e Respeito à Diversidade |

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de interfaces epistêmicas via aplicação da AFE

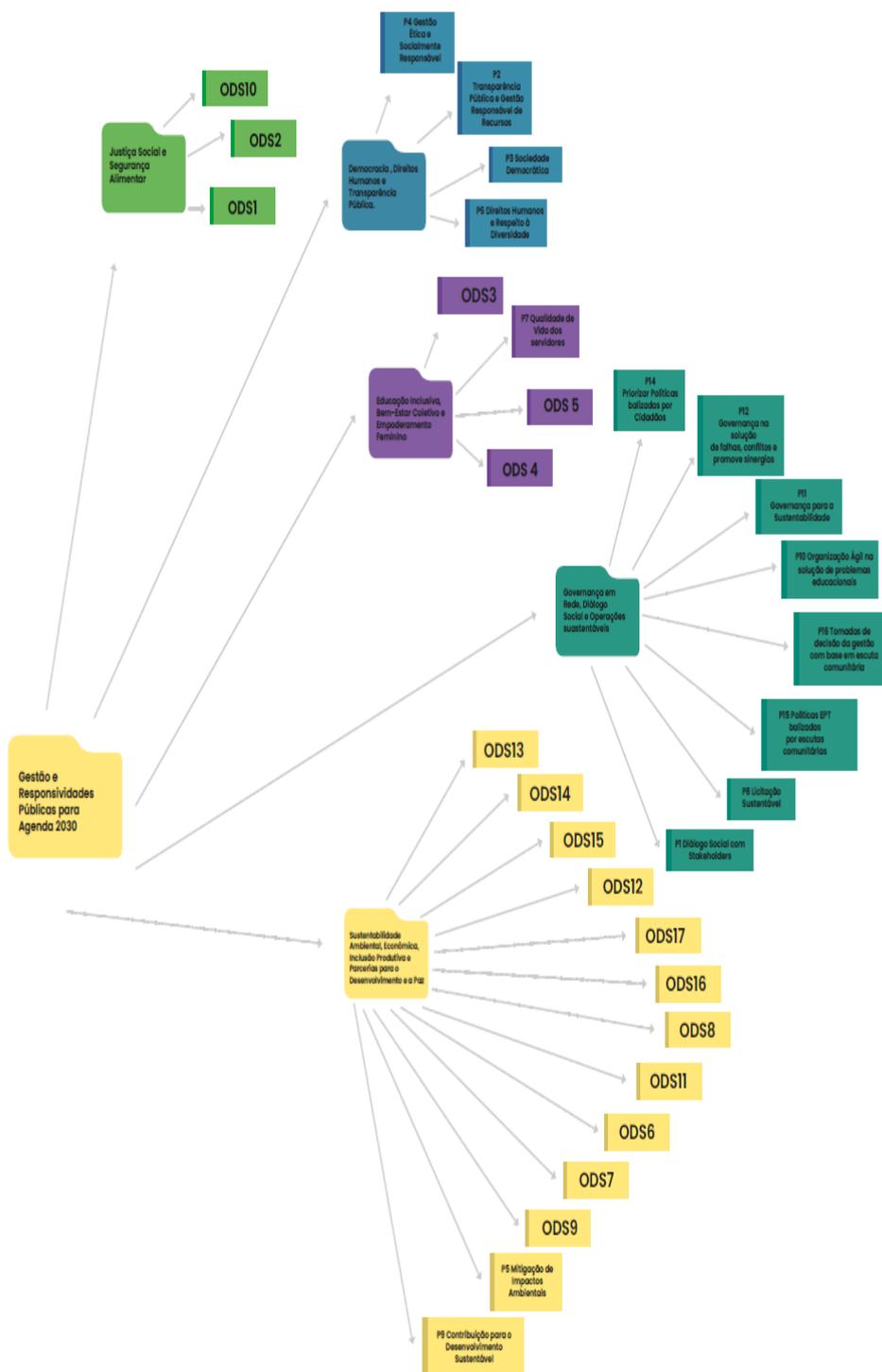
A Figura 19 evidencia as 5 novas dimensões e respectivas variáveis integradoras de acordo com a MCR delineada da Matriz 3 e seus 32 indicadores (o indicador P13 foi descartado pela baixa expressão de força de adesão ao fator) foram alocados em 5 novas dimensões (fatores ou variáveis latentes) que possibilitam uma visão mais sistêmica do construto Gestão e Responsividade Públicas para a Agenda 2030/Desenvolvimento Sustentável. As 32 variáveis observáveis foram agregadas em um modelo multidimensional para representar aspectos conceituais subjacentes, facilitando a hermenêutica dos dados. As 5 variáveis latentes ou dimensões conectam dados observáveis ("sub-simbólicos") no mundo real com dados simbólicos no mundo modelado.

A AFE dos 32 indicadores (variáveis independentes) da Matriz 3 que compõem o construto Gestão e Responsividade Públicas para consecução dos 17 ODS (variável dependente), a partir da nomenclatura epistêmica dos fatores emergidos pelo pesquisador através da dialogia entre campos teóricos e empíricos, gerou 5 novas dimensões: 1) Justiça Social e Segurança Alimentar; 2) Democracia, Direitos Humanos e Transparência Pública; 3) Educação Inclusiva, Bem-Estar Coletivo e Empoderamento Feminino; 4) Governança em Rede, Diálogo Social e Operações Sustentáveis e 5) Sustentabilidade Ambiental, Econômica, Inclusão Produtiva.

As Novas dimensões possibilitarão uma visão mais sistêmica e profícua das dinamicidades funcionais e processuais de análise da contribuição do IFCE para o alcance dos objetivos da Agenda 2030, bem como a identificação de fatores de maior influência em sua performance e seus respectivos desempenhos e agenda de melhorias no devir programático de ações que gerem transbordamentos (*spillovers*) propositivos, contribuindo para o delineamento de políticas de administração pública comprometidas com o desenvolvimento societal sustentável e inclusivo.

Observa-se através das dimensões evidenciadas pela Figura 19, a importância de uma gestão pública com efetividade socioambiental no processo de alcance de melhor desempenho na consecução dos 17 ODS por uma instituição pública federal. O desafio está posto: investimentos profícuos das organizações públicas em políticas de desenvolvimento institucional com foco em sustentabilidade e responsividade, incentivos ao engajamento/protagonismo dos servidores e agentes públicos são cursos de ação para a promoção com geração de valor público societal pela Agenda 2030 no Brasil.

Figura 19 - Novas 5 dimensões de Análise do construto Gestão e Responsividade Públicas para a Agenda 2030/Desenvolvimento Sustentável a partir da AFE aplicada



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de interfaces epistêmicas via aplicação da AFE

4.6 Análise qualitativa de repertórios discursivos à luz da análise crítica do discurso e da hermenêutica fenomenológica de Triviños.

A hermenêutica dos repertórios qualitativos perscrutados no campo empírico, realizada através de entrevistas semiestruturadas e aplicação de questionário com questões abertas e subjetivas está organizada de acordo com a seguinte arquitetura de tópicos: 1) Lineamentos Seminais do Perfil da Pessoa Entrevistada; 2) Visões e Intersubjetividade Ideopolíticas do Pesquisador após Incursão Empírica em Brasília; 3) Relatos e Percepções das Pessoas Entrevistadas sobre a Dimensão 17 ODS/Agenda 2030 da ONU; 4) Relatos e Percepções das Pessoas Entrevistadas correlacionadas à Dimensão Integração Responsividade e Responsabilidade Social Públicas e interfaces com as temáticas Racionalidade Organizacional e Capacidade Institucional.

A construção do campo científico da presente pesquisa no âmbito da análise qualitativa foi lastreada pela integração das pessoas sujeitas da pesquisa, através de seus relatos, à escrita científica da Tese. A proposta foi no aqui e agora, trazer o estado da arte no fazer ciência na área da Administração. Aportes textuais de uma retórica com visões plurais das pessoas sujeitas da pesquisa organizadas em corpus e suas sequenciais discursivas possibilitarão ao leitor também fazer suas ponderações e tirar suas próprias conclusões de forma autonomizada para além da dialogia entre teoria e campo empírico realizada pelo pesquisador. Emergiram do campo empírico novas temáticas e diálogos com autores ainda não mencionados na pesquisa teórica a priori. As 470 pessoas que colaboraram com esta pesquisa, sendo 55 no escopo qualitativo, constituíram uma Comunidade de Pesquisa Viva, Livre, Orgânica e Substantiva.

4.6.1. Lineamentos Seminais do Perfil da Pessoa Entrevistada

No processo qualitativo de perscrutação de falas, discursos, retóricas da pesquisa em tela através da entrevista semiestruturada, participaram 10 pessoas, sendo 3 do sexo feminino e 7 do sexo masculino. Em relação à perscrutação qualitativa através de questionários com perguntas abertas e respostas subjetivas, emergindo repertórios escritos, participaram 45 pessoas, sendo 15 do sexo feminino, 29 do sexo masculino e 1 pessoa marcou a opção outro/prefiro não responder. O

pesquisador utilizou o termo “pessoa entrevistada” para designar as personas perscrutadas, de acordo com as premissas da política afirmativa da linguagem inclusiva que tem como propósito atalhar processos de exclusão ou discriminação de coletivos humanos, respeitando as diferenças independente das individualizações ou marcadores sociais, como raça, origem étnica, identidade de gênero ou orientação sexual (BENITE; BENITE; VILELA-RIBEIRO, 2015).

Do coletivo de pessoas entrevistadas, 6 são dirigentes máximos de nível estratégico dos campi, 2 dirigentes titulares de áreas sistêmicas do nível estratégico da Reitoria, 1 chefe de departamento da área acadêmica de campus, e 1 dirigente que substitui titular de área sistêmica da Reitoria. E do coletivo de pessoas que responderam ao questionário de perscrutação qualitativa textual, 14 são dirigentes máximos do nível estratégico dos campi, 3 dirigentes de ensino nos campi, 3 dirigentes do nível estratégico da Reitoria e 25 gestores de áreas sistêmicas dos campi (setor administrativo, pesquisa, extensão, cursos, educação inclusiva, setor pedagógico, gabinete). Todas as pessoas entrevistadas e que responderam ao questionário com respostas abertas são agentes públicos de carreira.

As pessoas entrevistadas foram identificadas pelas seguintes codificações: PE1, PE2, PE3, PE4... e PE12. As pessoas que responderam questões subjetivas PS1, PS2, PS3, PS4 ... PS45. Ressalta-se que no processo descritivo dos repertórios orais textualizados, palavras ou expressões frasais foram suprimidas, havendo aporte quando necessário de sinalização através do símbolo linguístico [...], ou cambiadas por sinônimos, frisadas em recorte textual, para preservar o anonimato da pessoa entrevistada de tal forma a manter aspectos identitários e originais das falas captadas.

4.6.2. Visões e Intersubjetividade Ideopolíticas do Pesquisador após Incursão Empírica em Brasília como foco compreensivo nas dinâmicas Macropolíticas – relatos do pesquisador com base em observação direta e observação participante

No período de 8 a 19 de maio de 2023, estive em Brasília com o propósito de captar informações na psicofera macropolítica do país sobre as apropriações no novo governo dos preceitos da Agenda 2030 da ONU. Apesar da superficialidade do recorte apriorístico, as incursões seminais possibilitaram impressões contributivas com o objeto do presente estudo.

Durante seis dias no período da noite convivi com aproximadamente 30 gestores públicos do nível estratégico em uma formação sobre **Liderança Pública** promovida pela Escola Nacional de Administração Pública - ENAP, órgão vinculado ao novo Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Público- MGI. Durante minha participação no curso, fiz algumas intervenções sobre a Agenda 2030, conversei com alguns partícipes e percebi desconhecimento de muitos e conhecimento parcial de poucos sobre o tema. Em interface dialógica com a agente pública da ENAP, a mesma me relatou iniciativas globais da escola no âmbito de oferta de cursos correlacionados aos 17 ODS.

Tentei agendamentos através de telefone e e-mail com representantes da Secretaria Geral da Presidência da República e Ministério de Relações Institucionais que retomou o Conselho para o Desenvolvimento Sustentável (Conselhão) em maio de 2023) com o objetivo de estabelecer diálogos proximais com os diferentes segmentos da sociedade para delineamento de agendas públicas e suporte decisional ao Presidente da República, mas não obtive respostas definitivas. O governo estava na fase de interface societal relacionado ao processo de elaboração do Plano Plurianual 2024-2027, e lideranças públicas ligadas ao Palácio do Planalto estavam engajados nesta ação.

Através de um novo amigo de turma, dirigente da Agência Espacial Nacional consegui o contato de uma agente pública que trabalha na Agência Brasileira de Cooperação – ABC, órgão vinculado ao Ministério das Relações Exteriores. Nosso diálogo que teve a duração de **10 minutos** foi balizado pela temática de Conclusão do documento Marco de Cooperação entre a ONU 2023-2027 e o Brasil que está sendo delineado com colaboração da ABC e Secretaria Geral da Presidência da República. A pessoa prospectada, agente da ABC, relatou que há centralidade de informações e monitoramento de equipe que atua no Escritório do Brasil da ONU sobre monitoramento das metas vinculadas aos ODS no Brasil e que o Marco de Cooperação ONU-Brasil estava na fase conclusiva de sua elaboração (o mesmo foi assinado 1.07.2023, 43 dias após meu retorno de Brasília).

Fiz interlocução com agentes do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, importante *think thank* de promoção dos 17 ODS no Brasil, por telefone e e-mail para marcação de agenda, mas o dia marcado coincidiu com meu retorno à cidade de Fortaleza. Nos dias 10, 14, 16 e 18 de maio de 2023 estive no prédio do Congresso Nacional, tive audiências com dois deputados federais da bancada do Ceará e visitei

a sala de trabalho do Projeto Ecocâmara. Com um dos deputados conversei sobre a Agenda 2030 da ONU, sobre a possibilidade de criação de uma Comissão ou Frente Parlamentar e o mesmo me informou que deveria se apropriar mais sobre o tema para estudar a viabilidade. Conversei com agentes públicos da área de Comunicação da Câmara dos Deputados no domingo 14 de maio durante visita aberta ao público e os mesmos evidenciaram desconhecimento de ações do parlamento voltadas para promoção da Agenda 2030. Através desta interlocução inicial consegui contactar por telefone e presencialmente dia 16 de maio, agente público responsável pelo setor intitulado EcoCâmara. Em dialogia presencial com a agente, percebi que não há agenda programática no âmbito da Câmara dos Deputados Brasileira de Promoção dos 17 ODS, mas que o parlamento brasileiro há 20 anos desenvolve ações sustentáveis através do Projeto EcoCâmara que tem como objetivo gestar projetos que possibilitam uma gestão pública sustentável, alinhando estrategicamente premissas da sustentabilidade ao agir institucional. A agente ressaltou a importância do **PLS – Plano de Logística Sustentável**, ferramenta de gestão sustentável que objetiva racionalizar gastos, reduzir consumo, mitigar impactos ambientais incorporando a pauta da sustentabilidade nos processos de compras e contratações da instituição, e a **Rede Legislativo Sustentável**, que é formada pelo Tribunal de Contas da União, Senado Federal, Câmara dos Deputados, Tribunais de Contas Estaduais, Legislativos Estaduais e Municipais que aderiram à Rede e por organizações públicas e societárias e destina-se ao alcance de objetivos comuns coadunados com propostas relacionadas à administração pública sustentável na esfera do Poder Legislativo.

Ao longo de minha incursão em Brasília, além da Câmara dos Deputados e Senado Federal, visitei as edificações do IPHAN, IPEA, CAPES e não identifiquei comunicação visual (painéis digitais, murais, flanelógrafos) de divulgação dos 17 ODS, sensação similar da qual experienciei quando estive visitando a sede do Parlamento Europeu em Bruxelas, no dia 12 de setembro de 2022, apesar de não ter conversado com agentes da instituição sobre o tema em tela. Houve tentativas de marcação de reunião no Escritório da ONU, apesar da simpatia e disponibilidade da agente com a qual falei pelo telefone, ela relatou que a Casa das Nações Unidas no Brasil, situada no Complexo Sérgio Vieira de Mello e inaugurada em 2012, atualmente é um espaço frequentado somente por visitantes agendados quando há agentes trabalhando na ambiência pois muitos atuam via *homeoffice*. Deduzi que esta

dinâmica seria consequência das novas dinâmicas laborais após crise sanitária, mas um espaço fisicamente robusto e de arquitetura contemporânea estava esvaziado. Conforme orientação por telefone dada pela atendente da ONU Brasil, liguei várias vezes para agente do PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, que haveria na opinião da mesma uma chance maior de ocorrer uma visita presencial, mas só “caía” numa caixa de recados que não me deu retorno. Também encaminhei e-mail, sem resposta. Entrei em contato através de e-mail e telefone com representação da Unesco, órgão vinculado à ONU que trata das questões de Educação, Ciência e Tecnologia, cuja sede fica no prédio do CNPQ, antes da minha viagem à Brasília, mas agente responsável me relatou que não havia agenda para reunião presencial, me sinalizou uma reunião virtual a posteriori, mas não houve mais resposta.

No âmbito das tentativas de interlocução com agentes da ONU para marcação de audiência, um episódio ocorrido me surpreendeu: no dia 12 de maio de 2023 encaminhei e-mail à Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), braço regional da ONU para as questões atreladas ao desenvolvimento e obtive pronta resposta do Dirigente do Escritório do Brasil e, confirmamos agenda para às 15 horas do dia 17 de maio. Um senhor de cabelos grisalhos, com perfil de diplomata, economista pela Universidade de Brasília e entusiasta dos estudos relacionados ao combate das desigualdades sociais. A conversa não foi gravada, mas autorizada por e-mail, não havendo necessidade de anonimato e registrei marcos-chave de nossa dialogia.

A CEPAL foi criada em 25 de fevereiro de 1948 pela ONU e integra uma das cinco nucleações regionalizadas da Organização das Nações Unidas e está sediada em Santiago do Chile. A missão da Cepal é corroborar para o desenvolvimento econômico e social da ALC, articulando iniciativas voltadas para fortalecer o relacionamento entre países da ALC e demais nações do mundo. A Cepal é referência em estudos sobre o pensamento econômico na ALC, tendo como um de seus expoentes o economista Celso Furtado. Desde 2015, a Cepal vem envidando esforços científicos com o objetivo de realizar estudos e cooperação técnica que possam contribuir para a consecução dos 17 ODS Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Este ano, a Cepal completou 75 anos de existência e em 2018 ao comemorar seus 70 anos publicou o livro *A ineficiência da desigualdade*, no qual evidencia como a desigualdade social diminui a eficientização das dinâmicas

econômicas da ALC, e que a igualdade social é balizamento ético do desenvolvimento de uma sociedade que possibilita o acesso a direitos humanos e fundamentais. A seguir marcos-chave textuais de seu relato:

Questionamento Central Aportado – Qual vossa análise da Promoção e Implementação da Agenda 2030 pelo Governo Federal no período 2019 a 2022? Praticamente Nulo, algumas tentativas, houve tentativas de alinhamento à Estratégia de Desenvolvimento do Brasil, houve cerceamento, por ser uma Estratégia Globalista – do Mundo para o Brasil, segundo pensamento da ideologia do Olavo Carvalho. Em relação ao alinhamento do Plano Plurianual 2020-2023, o mesmo foi aprovado pelo Congresso Nacional, os valores da Agenda 2030, mas Governo Federal vetou. Questão ideológica. O Tribunal de Contas da União exigiu que o Governo cumprisse o Acórdão de vinculação da Agenda 2030 ao planejamento e gastos públicos, mas não adiantou. Casa Civil e Itamaraty tiveram que explicar a não adesão. TCU exigiu na época então uma Estratégia Federal de Desenvolvimento até 2033, lembrando as premissas do III Plano Nacional de Desenvolvimento do Delfim Neto. A Secretaria de Governo na época era composta por membros da ABIN – Agência Brasileira de Inteligência.

Observações registradas pelo Pesquisador – O Diretor da Cepal ressaltou a importância do IPEA, ENAP, Pacto Global, Frente Nacional de Prefeitos, Plataforma Cidades Sustentáveis, Comissão Nacional de Justiça e IBGE na promoção da Agenda 2030 no Brasil. E que desde o início do Governo Temer houve esforços de planificação e elaboração do único Relatório Nacional Voluntário sobre *Status* ODS publicado em 2017. Evidenciou que na Rio mais 20 havia uma disputa ideológica entre Governos de Países do Sul e Países do Norte sobre uma nova Agenda Global de Desenvolvimento, que os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio geraram efeitos maiores nos países pequenos e que a Colômbia foi o país que propôs o formato seminal da Agenda 2030. Comentou também sobre a retomada da Agenda 2030 pelo novo governo federal que já tomou posse e perguntado sobre o porquê que na divulgação dos eventos de elaboração do Plano Plurianual 2024-2027 não havia atrelamento direto com os 17 ODS, o Diretor da Cepal respondeu que o Palácio do Planalto decidiu utilizar metodologia própria e foi uma decisão política para evidenciar autonomia e que no âmbito do relatório final de planejamento governamental haveria as correlações referenciadas entre Políticas, Programas e Projetos concebidos com os objetivos da Agenda 2030. Destacou também a atuação do Observatório Parlamentar de Mudança Climática e Transição Justa (OPCC) que se trata de uma ação compartilhada de dados sobre marcos normativos sobre meio ambiente capitaneada por legisladores de diversas nações da ALC bem como a participação da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal. Comentou também que a Agenda

2030 não foi adaptada ao Federalismo Brasileiro. Em diálogo conclusivo, comentou a relevância *Big Push* (Grande Impulso) para a Sustentabilidade, que é uma temática defendida pela Cepal com o propósito de dar suporte aos países da ALC na promoção de investimentos transformacionais dos modos de desenvolvimento sustentável. O Relatório “O *Big Push* para a Sustentabilidade e a dinâmica dos empregos: o trabalho no contexto da transformação social e ecológica da economia brasileira” foi publicado em 2021 através da parceria entre CEPAL/ONU, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE e Representação no Brasil da Fundação Friedrich Ebert Stiftung (FES). A complexidade das crises políticas, econômicas e sociais pós-pandemia sinalizam a importância de o Brasil adotar políticas balizadas por processos criativos, engajamento coletivo na solução de problemas societais, priorizando temáticas socioambientais de forma integrada seja na promoção da justiça social e ou nas diferentes práticas de desenvolvimento econômico. Outro desafio correlacionado ao *Big Push* é validar e potencializar os acordos multilaterais como a Agenda 2030, a Política Global de Trabalho Decente baseada no ODS 8, a Política Digital para a ALC e a Plataforma de Desenvolvimento das Américas. A agenda global de mitigação dos efeitos das mudanças climáticas é essencial pois o aumento do aquecimento global e degradação ambiental prejudica principalmente as pessoas em situação de vulnerabilidade social, ampliando os níveis de pobreza e desemprego estrutural.

Diante dos marcadores textuais acima evidenciados, mesmo diante de limitações epistemológicas que possam lastrear generalizações, os recortes da realidade política e social experienciada pelo pesquisador sinalizam que houve um esvaziamento ideológico da Agenda 2030 no Brasil pelo governo federal nos anos de 2019 a 2022. O propósito no aqui e agora, sem coisificar argumentos ou fazer atrelamentos ideopolíticos de reprodução sociometabólica dos mecanismos de reprodução do ideário capitalista de exploração do ser humano e da natureza, camuflado por estratégias de *greenwash* ou agravado pelas práticas de trabalho análogo ao escravo ou forçado e desemprego estrutural, é trazer a seguinte reflexão: por que um acordo multilateral global como a Agenda 2030 da ONU de relevante contribuição para um planeta mais justo socialmente, pacífico com sustentabilidade ambiental foi refutado por um governante brasileiro? Sen (2000) aborda a intervenção de Estados repressivos e tirânicos cerceiam as premissas de uma política de desenvolvimento como liberdade. Para Sachs (2008), o pensamento econômico

reduzido é superado quando as premissas da igualdade, equidade e solidariedade estão no radar estratégico das políticas de desenvolvimento.

Parte-se então do pressuposto de que a Agenda 2030 da ONU é legítima e se constitui no maior acordo multilateral vigente com fito em uma sociedade sustentável com justiça social e ambiental. Ou, no aqui e agora, apesar da próxima observação da pessoa pesquisadora não estar ancorada pelo esteio teórico do Capítulo 2 de forma diretiva, embora que proximal da Teoria Crítica (PAULA, 2015), o sistema capitalista que segundo Istvan Mészáros (2003) em sua obra *O Século XXI – socialismo ou barbárie?*, não é compatível com propostas globais efetivas de igualdade social, desumaniza a realidade social através da exploração do trabalho humano, há posição antagônica radical entre capital e trabalho com lastros de dependência estrutural do trabalho ao sistema capitalista, coexistindo desenvolvimento, subdesenvolvimento e pobreza, produção e degradação ambiental, expansão de emprego e desemprego estrutural, contradições entre regulações sociais e econômicas e exploração de ecossistemas naturais. Então, a Agenda 2030 é um acordo mediador e camuflado do sistema capitalista para ganhar tempo e prolongar o discurso pseudoético da sustentabilidade como ente alienador de subjetividades no âmbito de suas contradições?

A presente pesquisa lastreada pelo esteio questionador da Teoria Crítica procurou apresentar espectro de visões, talvez paradoxais para reflexão crítica e cognoscível do processo de consecução dos 17 ODS no IFCE. O propósito aqui não é enquadrar a Agenda 2030 como hegemônica ou anti-hegemonia capitalista, mas identificar os fatores ideopolíticos que emperram a emancipação humana na vida social organizacional. Para Tenório (2002), no agir científico e no fazer pesquisa, as reflexões sociais e das sociabilidades estão conectadas às condições históricas. De acordo com Faria (2007), uma das categorias constituintes do esteio fenomenológico da Teoria Crítica intitula-se racionalidade dominante que corresponde à manutenção de privilégios de grupos de poder através da prática de escamotear a exploração das subjetividades e do trabalho humano. O pífio resultado brasileiro de implementação da Agenda 2030 nos últimos 8 anos evidenciado pelo *Sustainable Development Report 2023 - Implementing the SDG Stimulus/Includes the SDG Index and Dashboards* (SACHS et al., 2023) ocupando a 50ª posição em um *ranking* de 166 países comprova o descaso do governo federal com a implementação da Agenda

2030 no período de 2019 a 2022, impedindo que o País avançasse rumo ao perfil de uma sociedade mais inclusiva e sustentável.

4.6.3. Relatos e Percepções das Pessoas Entrevistadas sobre a Dimensão 17 ODS/Agenda 2030 da ONU

No âmbito do Construto Agenda 2030 e os 17 ODS, houve evidências efetivas de correlação dos relatos e falas das pessoas entrevistadas com a temática, percebendo que há diferentes visões do coletivo constituído no **primeiro corpus textual delineado por 5 gestores** do total de 10 partícipes, lastreado por marcadores-chave no processo de hermenêutica.

[...] E de ver e diversificar espaços. Mas há um fio condutor que une o acasalamento de borboleta, atracação de navio e, nesse sentido, a extensão da IES é o tempo em que ela é múltipla, a ponto de manhã, você está numa reunião sobre absorventes ecológicos e a tarde você está discutindo sobre dessalinizadores. Parece que não tem nenhuma relação, não é? Mas o que une essas 2 tecnologias é exatamente o fazer extensionista. É um grupo de pesquisadores e pesquisadoras, docentes, técnicos e técnicas e estudantes que se atreveram, que eu acho que é um atrevimento, um bom atrevimento e resistência. Também é sobre pensar tecnologias bem-informadas sobre a necessidade do seu povo. (PE1)

[...] 13º curso é o nosso mestrado acadêmico em energias renováveis[...]O campus está situado em um robusto distrito industrial. Ano passado, inclusive, em novembro do ano passado aconteceu na Federação das Indústrias, na Fiec, o lançamento do HUB ODS.E durante o evento a gente viu a apresentação por parte de algumas empresas que estão no distrito, sobre o cumprimento da agenda 2030 como é o caso da Solar e M. Dias Branco. Não dá mais para a gente trabalhar sem estarmos atentos. O próprio ESG, né, que diz respeito a essa questão da Governança, Social, Ambiental e Social. É um tema transversal[...] E aí, o que eu acho que é mais interessante nessa questão é de que esse tema ele não é só transversal dentro do setor produtivo, mas ele acaba sendo um tema transversal dentro das instituições. A nossa instituição, mais especificamente a que eu dirijo não tem como dissociar. (PE5)

Inclusive, nós participamos recentemente do Fórum de Educação do campo o FORCAMPO, do qual nós participamos, que reúne todos os Campi agrícolas da Rede Federal de Educação do Brasil[...]foi justamente trazer para nosso desafio, enquanto instituição de ciência e tecnologia de intervenção nessa realidade que se aproxima, né? Com essas previsões assim, bem preocupantes. Inclusive das visões de que tenhamos aí uma população mundial alcançando os 10 bilhões de pessoas e que uma hora a gente não vai ter energia suficiente, seja para alimentar as pessoas, seja para dar a condição de sobrevivência, né? Então tem sido essa preocupação também da Rede Federal. Inclusive essa semana nós tivemos o terceiro encontro da Agroindústria no município [...] que trouxe uma temática extremamente salutar para esse momento, né? É de discussão mundial que foi a produção de alimentos e sustentabilidade. (PE4)

E aí passei no concurso, né? Sempre gostei do interior, minha família, minhas raízes são do Aquiraz e todos ligados à agricultura, né? Meus avós com engenho de rapadura, com engenho de farinha. Eu sempre fui muito ligado aos meus avós nessa na área da agricultura e que me fez fazer agronomia e aí, nesse sentido, prestei o concurso e vim para cá até hoje[...] aqui se atende as demandas do campus, né? É através dos projetos de extensão que são desenvolvidos, é extremamente importante, que é uma via bem mais rápida para atender os anseios da sociedade [...]A nossa licenciatura em música atua na parte cultural, na parte social. Aqui no nosso município. Da mesma forma, a Geografia também tanto na questão do estudo, das populações como na questão dos biomas, na questão do meio ambiente, de energias renováveis, de sustentabilidade. (PE2)

[...]O campus oferta cursos coadunados com a questão ambiental e que tem também uma ligação é, digamos, direta ou indireta, com a questão do combate à fome. Segurança alimentar é também outro objetivo, saúde e qualidade de vida. Nós temos hoje 2 cursos do eixo desses recursos naturais, eixo de saneamento, que são o técnico em meio ambiente, que é de nível médio, e a tecnologia em saneamento ambiental, que é um curso de nível superior. Esses 2 cursos, eles capitaneiam várias ações ligadas à preservação ambiental e respeito ao manejo ambientalmente correto. (PE3)

A partir de estudos do discurso da Teoria Crítica que se utiliza a análise hermenêutica-dialética (BATISTA-DOS-SANTOS; ALLOUFA; NEPOMUCENO, 2010) e em dialogia simbiótica com Demo (1985), os elementos teóricos-epistemológicos apreendidos do **corpus textual acima evidenciado** e do compêndio a priori dos repertórios orais proferidos pelas 10 lideranças partícipes e sob contexto do campo dos Estudos Organizacionais Críticos na área da Administração, identificou-se recortes textuais balizados pelas seguintes premissas interpretativas: 1) **Vetor zona paradigmática**: existem práticas relacionadas à Agenda 2030, mas inexistente na Instituição uma Diretriz Política, talvez reflexo da visão anti-globalismo, anti-sustentabilidade do governo federal no período de 2019 a 2022?; 2) **Vetor reflexão sobre o ser**: percebe-se a vinculação no âmbito da individuação de algumas pessoas entrevistadas com a temática do desenvolvimento sustentável; 3) **Vetor gnosiologia sócio-histórica e práxis social**: os problemas de corrupção, descontinuidade de líderes e políticas conservadoras adotadas pelo Ministério da Educação no governo Bolsonaro possam ter embarreirado ações mais concretas da Instituição investigada que se situa no ambiente Micropolítico; 4) **Vetor : mediação sujeito-objeto** – qual o real sentimento de pertencimento das lideranças entrevistadas e de validação com a causa da Agenda 2030?.

O **segundo corpus textual** evidencia tratativas com visões plurais sobre o papel da gestão pública através de uma Instituição Federal com processos finalísticos

nas áreas do Ensino, Pesquisa e Extensão. A abordagem do desenvolvimento de capacidade institucional defendida por Meuleman (2021) como balizamento fundante para que entes públicos contribuam efetivamente com a consecução dos ODS e percebida pelas expertises desenvolvidas pelo IFCE, inclusive na área da sustentabilidade, na promoção de seu programa educacional ao mesmo tempo que são identificadas barreiras estruturais e políticas como o corte orçamentário experienciado no governo federal no período de 2019 a 2022 e as demandas não atendidas numa vertente essencial para o êxito e permanência dos estudantes pobres nos estudos: sinais de fragilização das políticas estudantis. Cueto e De la Cuesta (2019) e Damoori *et al.* (2020) evidenciam que no âmbito da abordagem política da responsabilidade social pública há a defesa do fortalecimento da relação das organizações públicas com a sociedade, preceito este que está correlacionado ao pensamento da pessoa entrevistada 10 que defende esforços sinérgicos societais na promoção da democracia com sustentabilidade e inclusão social.

[...]Ações multidisciplinares [...] Nos Campi a estrutura de assistência estudantil é para ser composta por assistentes sociais, psicólogos, enfermeiros. Alguns possuem dentistas, possuem médicos. Algumas unidades possuem pedagogos, assistentes de aluno, há variação. De acordo com o porte do campus [...]nem todos os campi têm as equipes de assistência estudantil completas. A gente ainda hoje tem campus que não tem assistente social. Tem campus que não tem nutricionista, não tem psicólogo, que não tem, é enfermeira[...] então todas as dúvidas, todas as problemáticas, elas acabam sendo encaminhadas para a Reitoria. É aqui na Diretoria de Assuntos Estudantis. A gente operacionaliza também o sistema informatizado da assistência estudantil. É nos campi que são concedidos todos os auxílios estudantis do IFCE em forma de pecúnia, desde aqueles que são de vulnerabilidade socioeconômica até aqueles que são universais, que podem ser acessados por qualquer estudante da instituição. A gente tem também o programa bolsa permanência, que é um programa do governo federal que oferta bolsas aos estudantes indígenas e quilombolas que estão em cursos de graduação e é também operacionalizado, acompanhado, monitorado aqui pela diretoria de assuntos estudantis. [...], Auxílio estudantil é temática que têm relação aos direitos humanos., né? A formação política de estudantes a gente tem uma relação também muito direta com o diretório central dos estudantes, que eles sempre estão em contato conosco [...] Os processos de orçamento participativo e eu ainda não considero que eles estão no modelo ideal, mas assim Eu Acredito que alguns campi já conseguem fazer ações nesse sentido e é desenvolver a reunião, assembleias nos campi para que os próprios estudantes possam decidir sobre aplicação do orçamento. (PE6)

[...]A gente tem parceria aqui no município com 2 empresas de energias renováveis, parceria que eu também diálogo bastante. Então, por exemplo, tanto a parte de energia eólica quanto a parte de energia solar, a gente tem muitas possibilidades [...] A gente tem que priorizar, nessas agendas sustentáveis. Elas são muito importantes. A gente tem que priorizar a alimentação dos nossos estudantes. Você sabe, eu sei que não dá para

aprender com fome. A gente consegue mexer no orçamento, dar os lanches necessários dentro dos turnos e o almoço é necessário para aqueles alunos que têm mais problemas. Por exemplo: nós temos alunos de outros municípios que se juntam ali 4,5,6 alunos e alugam uma casa e às vezes em piores condições. Às vezes é um lençol que a gente que eu já vi, já fui em casa do República. É um lençol em cima do pedaço de papelão pra eles dormirem à noite. Existem essas situações. Não tem um fogão, não tem um gás para fazer comida. Então para esses alunos não têm o que fazer, é fornecer a alimentação digna. Eu disse, eu digo, eu fico sem orçamento, mas eu não deixo esses alunos em comer. Podem abrir sindicância, me tirar da gestão se fizerem isso é porque estou defendendo meus alunos que têm o direito de comer, exatamente, meus alunos que estão nessa situação de fome. Eu não quero saber se é de integrado e técnico superior ele lancha de manhã, almoço, lancha à tarde, lancha à noite ainda. E aí eu vou para o auxílio que é de vulnerabilidade, para que eu possa dar para aqueles alunos o resto das condições, porque eu tenho aquele aluno que está lá na República e pronto. A gente já tem o que comer, ótimo. Só que ele precisa pagar a luz, o aluguel e a água, né? Então, poxa, vamos dar aí um auxílio moradia e vamos fazer todo ano, a gente faz conta muita, conta. [...] Eu converso muito com a assistente social. Às vezes eu brigo um pouquinho, mas às vezes a gente sai com ótimas soluções [...] Eu fui estudante tive que ir pra Fortaleza, na periferia, mas havia dia que eu tinha que optar em andar a pé em vez de ônibus para o dinheiro para se alimentar no restaurante universitário. (PE7)

O Campus ofertava uma Especialização em Desenvolvimento Sustentável. Ele vinha funcionando, não era oferta todos os anos, mas agora, com a implantação do curso de Agronomia, a gente não ofertou, porque na realidade é como se a gente tivesse migrando a nossa força de trabalho. Os docentes que estavam na especialização, agora eles estão na implantação do curso de agronomia. A visão de sustentabilidade na vertente formativa hoje é mais forte, de maneira geral, no curso de Agronomia. Eu sei que o pessoal tem algumas disciplinas que eles trabalham. A questão do uso consciente dos recursos. Em termos de água, consumo de energia, enfim, é de maneira geral, sim. Eu só não saberia te dizer, é com detalhes. Como é que isso é trabalhado nos cursos de Física ou de Letras? No início 2023 a gente não ofertou o curso de Especialização em Desenvolvimento Sustentável, é quando a gente tá implantando agronomia, mas ano passado foi ofertado. [...] Sobre os 17 objetivos da agenda 2030 da ONU, se houve alguma divulgação da parte do governo estadual, federal ou municipal, que eu lembre diretamente, não, não, eu lembro diretamente, não [...] sobre impacto social da educação, é, recentemente nós fizemos um evento que foi um encontro de egressos. Qual é a ideia do encontro de egressos, mostrar o que eles estão fazendo, mostrar o mercado onde eles estão atuando e com essa ideia fazer brilhar os olhos dos atuais alunos [...] é, nós temos tanto muitos professores no Estado, principalmente das primeiras turmas de concluintes de Física. Nós temos também ex-alunos que são professores do Instituto Federal do Ceará. Temos ex-alunos que hoje já fazendo doutorado. Nós temos, por exemplo, um técnico de informática trabalhando aqui no campus, foi, ex-aluno, estudante da nossa primeira turma de informática, hoje trabalha com a gente [...] nesse encontro de egressos, teve uma aluna nossa que foi trabalhar na Nutri Light que é uma multinacional que tem na fronteira, ali entre Tianguá e Ubajara. E ela fez um vídeo. Quando eu olhei, ela está nos Estados Unidos, mas se eu não me engano, em Ohio, está trabalhando em uma empresa lá. Com certeza foi algo que ela conseguiu ir por meio de alguma relação, já que ela trabalhava em uma multinacional [...] Nós temos estudantes em grandes empresas produtoras de rosas, de flores, e que estão gerenciando. Tem técnico agrícola que ele fala, professor, eu estou aqui hoje ganhando como agrônomo. Eu sou técnico e recebo como agrônomo. Normalmente a gente vê o contrário, né? O camarada é agrônomo e a empresa quer pagar como técnico e ele tá lá e recebendo, digamos mais do que aquilo que ele tem, que ele tem formação. Lembrei de uma época que a

gente estava com 17 estudantes numa empresa produtora de rosas, inclusive, estudantes em posições estratégicas. E gerenciando fazendas. (PE8)

[...] Sustentável e democrática. Aí você tocou em 3 pilares que são elementos-chave e de construção de uma democracia, pelo menos uma democracia nos moldes que nós estamos acostumados A perseguir nos moldes liberais. O Instituto Federal do Ceará, não só do Ceará, outros institutos federais, eles têm a condição, o potencial de serem agentes, transformadores e construtores de processos democráticos que podem tangenciar, diria, perspectivas sustentáveis, democráticas e inclusivas. Eu digo tangenciar, porque de fato, não creio que são capazes de forma isolada ou pensando somente o campo da educação, de promover de fato e profundamente uma transformação na sociedade, no sentido de promover esses 3 grandes pilares. É que uma instituição federal para promover esses pilares de inclusão, democracia e sustentabilidade, mesmo fazendo parte de um grande campo fundamental de uma sociedade que é o campo da educação, não são capazes de fazer isso sozinho, sem que haja um esforço muito profundo, por exemplo, de alteração dos pilares econômicos de uma sociedade, mas fazendo o nosso recorte, trazendo para nossa experiência mais imediata, que é a experiência institucional do Instituto Federal do Ceará, eu diria que nós temos uma instituição que possui um potencial de avançar em processos de ampliação de espaços democráticos na sociedade, de promoção de ideais democráticos na nossa sociedade e possui também esse potencial de avançar em pautas ligadas à ideia de sustentabilidade no planeta, no nosso país, no nosso estado. E também tem como avançar na promoção de pautas ligadas à questão das diversas inclusões. Pelo menos no âmbito educacional, no campus no qual trabalho, por exemplo, pra citar um ponto, é, nós temos mais de 100 alunos com deficiência. Isso não é qualquer coisa, né? Quer dizer, pessoas que precisam de uma atenção e de uma energia institucional muito direcionada e específica. Que mobiliza não só a tensão e a energia institucional, mas também toda uma expertise que tem que ir junto. Toda a mobilização de núcleos de acessibilidades específicos, que têm que também trabalhar de forma muito, muito azeitada, com diversos outros espaços de gestão do campus e também toda uma expertise de professores e técnicos e técnicas administrativas que atuam nos diversos setores. Que nós não nos vemos em instituições privadas? Em outras escolas privadas na nossa cidade, por exemplo. E é claro que a que eu estou dizendo, reconhecendo naturalmente as falhas, as incompletudes, as limitações que todo tipo de política de inclusão numa instituição pública federal que atravessou os últimos anos, quase uma década de corte orçamentários, é de toda ordem de dificuldades. Passa. Lidamos com ele todas essas limitações, mas mesmo assim quer dizer, o campus é capaz de viabilizar uma infraestrutura institucional e toda uma energia institucional. Em termos de expertise no campo da educação, do cuidado, do acolhimento, capaz de atender a mais de 100 estudantes com deficiência. (PE10)

O Mapa sinótico semântico (Quadro 43) delineado a seguir sob égide da **Análise Crítica do Discurso** apresenta marcos-chave textuais do segundo corpus no intercruzamento das primeiras falas dos sujeitos com o objeto em interface seccional, a Agenda 2030 da ONU.

Quadro 43 - Mapa sinótico semântico sob égide da Análise Crítica do Discurso de Seccional de Dois Recortes do Segundo Corpus Textual.

DAS 1 (PÊCHEUX,2015):– sequencias discursivas autônomas – DAS

É que uma instituição federal para promover esses pilares de inclusão, democracia e sustentabilidade, mesmo fazendo parte de um grande campo fundamental de uma sociedade que é o campo da educação, não são capazes de fazer isso sozinho, sem que haja um esforço muito profundo, por exemplo, de alteração dos pilares econômicos de uma sociedade (PE10)

[...]nem todos os campi têm as equipes de assistência estudantil completas. A gente ainda hoje tem campus que não tem assistente social. Tem campus que não tem nutricionista, não tem psicólogo, que não tem, é enfermeira[...] então todas as dúvidas, todas as problemáticas, elas acabam sendo encaminhadas para a Reitoria (PE6)

Deslinearização sintática (manual) da DAS

Interdiscursividade/intertextualidade segundo (MAGALHÃES, MARTINS E RESENDE, 2020)

Intertexto deslinearizado possibilitou:

Reflexão Epistêmica: Para Nobre (2004) no capitalismo administrado (visão de aporia), a razão passa por um processo de reducionismo e de subjugação às proposições adaptativas do sistema econômico e seus aspectos teleológicos e instrumentais.

A racionalidade como um todo reduz-se a uma função de adaptação à realidade, à produção do conformismo diante da dominação vigente. A dominação total e completa da racionalidade instrumental sobre o conjunto da sociedade capitalista resulta então no mencionado bloqueio estrutural da prática (NOBRE, 2004, p.51).

Visão microssociológica da prática social: a vida social societal reproduz na vida social institucional. dificuldades estruturais e orçamentárias para que o Estado Nacional possa garantir direitos sociais para que os filhos da classe trabalhadora e as pessoas invisibilizadas pela extrema pobreza.

Aspectos e contextos discursivos: As redes de assistência social e educacionais públicas são integradas? Com o recrudescimento da pobreza durante e após a pandemia como está se dando a recuperação dos desvalidos diante do aumento das desigualdades sociais. A gestão pública federal no governo Bolsonaro foi responsiva?

Hermenêutica Crítica: Qual projeto de gestão pública de um governo conservador e de extrema direita? Emancipatório? A reconstrução do Estado Brasileiro e de seus serviços públicos é desafio da atual gestão do novo governo federal. A sociedade brasileira ainda está ancorada nas desigualdades sociais. As políticas de gestão priorizam a acumulação de riquezas e a precarização da qualidade de vida das pessoas. Quem promove o bem-estar das pessoas? A Agenda 2030 está sendo esvaziada pois o sistema econômico vigente não tem real interesse na sua promoção? Quais as bases de uma gestão pública emancipatória?

Perspectivas de Alternativas Emancipatórias (Visão do Pesquisador): Promoção de uma sociedade inclusiva, democrática e sustentável – combater a distopia da exclusão através da Educação Política para Direitos Humanos e Sociedades Pacíficas, Economia do bem comum coletivo, Entes e Atores em Redes cocriadoras de políticas com investimentos efetivos no combate à pobreza, inovação social e desenvolvimento econômico inclusivo redesenho da gestão pública sob égide da responsividade.

No âmbito da análise qualitativa dos repertórios germinados através das respostas às questões abertas correlacionadas ao Construto **Gestão e Responsividade Públicas para consecução dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030**, com participação de 45 gestores que geraram *corpus* textuais foi possível identificar que notoriamente a ausência de uma Política Institucional geram práticas que embora salutareis sejam difusas e em algumas circunstâncias isoladas, havendo necessidade de integração de experiências germinadas e de partilhas. A aplicação da técnica da triangulação de Triviños pelo pesquisador possibilitou inter cruzar ideias e propostas integrando *corpus* para compreensão das sequências discursivas numa perspectiva desveladora do fenômeno social em questão: as práticas coadunadas com os 17 ODS existentes no IFCE com contribuições textuais escritas sinóticas de 19 gestores e, sugestões de práticas (dever do IFCE) que contribuam para o desenvolvimento sustentável e inclusivo, com repertórios textuais sinóticos de 45 gestores. De acordo com Menezes e Minillo (2017), os ODS integram uma plataforma global transformadora que para obter êxito deve engajar pessoas e instituições globalmente em instâncias nacionais, subnacionais e principalmente locais com lastro de cidadania participativa. A apropriação local da retórica global bem como o monitoramento contínuo de políticas governamentais e dos estágios de consecução das metas por indivíduos e coletivos humanos são fatores essenciais para o êxito da Agenda 2030 da ONU, via ODS. Há evidências nos recortes textuais das sequências discursivas do delineamento de uma política ampla de compromissos estratégicos do IFCE para formalizar sua assunção no processo de consecução dos ODS. Percebe-se então a existência de práticas coadunadas na psicosfera organizacional, mas desatreladas de uma agenda programática.

Quadro 44 - Triangulação ideopolítica com base em preceitos fenomenológicos de Triviños.

TRIANGULAÇÃO IDEOPOLÍTICA

ESCOPO DO FENÔMENO:

Contribuições da Gestão Pública para o Desenvolvimento Sustentável/Agenda 2030.

Objetos que Focalizam os Sujeitos: **pautas sobre gestão sustentável e inclusão social**
 Resultados da Ambiência dos Sujeitos: **ausência de política pode gerar ações desintegradas e de alcance limitado.**
 Influência social, cultural e econômica do macroorganismo social: **tecnoburocracia prevalece e pautas orgânicas coletivas precisam de espaço institucional maior.**

Corpus inter cruzados e análises plurais -Práticas Existentes 17 ODS no IFCE na visão de 19 pessoas gestoras respondentes

PS3 implementação de merenda escolar em todos os campi; participação em fóruns específicos do Estado do Ceara; Programa de Eficiência Energética; monitoramento e acompanhamento dos resíduos sólidos.

PS4 Iniciativas desenvolvidas pelos campi de Maracanaú e Canindé.

PS5 Promoção de desenvolvimento de produção de energia limpa.

PS6 Programas de erradicação da pobreza, programas de preservação do meio ambiente.

PS8 Hidrogênio Verde, Uso eficiente dos recursos hídricos

PS9 Não tenho dados.

PS0 Sustentabilidade, segurança alimentar

PS11 Encontro de Saberes da Caatinga, no Cariri/ Círculo de Formação em Permacultura, junto à ESCAPE - Escola Caririense de Permacultura

PS13 Programa ODS de Artes, Educação e Ciência

PS15 Alguns, na verdade: 1 - Água limpa e saneamento; 2 - Igualdade de Gênero; 3 - Educação de qualidade, etc.

PS19 Saúde e Bem Estar, Educação de Qualidade, Energia Limpa e Acessível, , etc.

PS20 Educação de Qualidade

PS21 ODS 1, 3, 5, 9 e 10

PS31 Iniciativas interligadas à Educação de qualidade; igualdade de gênero; água potável e saneamento; energia acessível e limpa; trabalho decente e crescimento econômico; indústria, inovação e infraestrutura; redução das desigualdades; ação contra mudança global do clima; vida na água;

PS33 Comissões, grupos de trabalho e de pesquisa que visam o desenvolvimento da agricultura familiar, segurança alimentar, energias renováveis, desenvolvimento sustentável etc.

PS34 Premiações de pesquisa sobre as ODS em escolas da rede municipal de Canindé

PS35 A educação para todos já atinge de qualidade que é ofertada no IFCE contempla a ODS nº4, os inúmeros trabalhos de pesquisa e extensão atinge de alguma perspectiva alguns ODS, logo que, a política educacional de nossa instituição visa a superação socioeconômica.

PS44 Programa Ceará Sem Fome

PS45 Através dos projetos de pesquisa e extensão

Corpus inter cruzados e análises plurais - Sugestões de Práticas 17 ODS no IFCE na visão de 45 pessoas gestoras respondentes

PS1 Conscientização, fóruns e palestras

PS2 Sem comentários

- PS3 Fazer compras e aquisições mais sustentáveis e promover uma boa qualidade do ar nas salas e gabinetes
- PS4 Deveria ser criada uma Política Institucional de desenvolvimento sustentável inclusivo e socialmente responsável
- PS5 Poderia sim
- PS6 A instituição, a meu ver, já promove ações com essa finalidade. Talvez não seja o caso de mudar ou aumentar a quantidade de ações, mas de direcionar melhor e envolver mais pessoas.
- PS7 Uso responsável de recursos naturais - energia limpa, economia de água, modernização de equipamentos como ar-condicionado e geladeiras.
- PS8 Replicar ações que já existem em diferentes campi nessa área
- PS9 Formações e campanhas contínuas com sua comunidade sobre as temáticas; Incentivos por meio de projetos.
- PS10 Promover editais com execução conjunta com os campi
- PS11 Primeira coisa é garantir boas condições de trabalho! A gestão do IFCE tem constantemente gerado mecanismos de sobrecarregar seus servidores com burocracias desnecessárias, frente à inteligência artificial que poderia ser apropriada para essas funções.
- PS12 Participação efetivas nos fóruns municipais que tratam dessa finalidade.
- PS13 Mais canais de escuta e encaminhamentos coletivos
- PS14 Audiências públicas
- PS15 Promoção de pesquisa e ovação, o que está aquém do necessário. Busca ativa para o estabelecimento de parcerias com empresas e organizações
- PS16 Destinar verbas para projetos de extensão e pesquisas voltadas à sustentabilidade
- PS17 Criando políticas que tenha efetividade e que possa ser mensurada
- PS18 Políticas ambientais mais efetivas e desenvolvimento de pessoal
- PS19 Transformando as teorias defendidas em práticas
- PS20 Com mais trabalhos ne extensão
- PS21 Ser mais democrático e transparente.
- PS22 Implantar comissões intercampi e locais para debaterem e proporem ações na temática. Pleiteando, assim, possibilidade de fomentos para as futuras ações
- PS23 Acredito que nossa coleta seletiva poderia de fato acontecer, e não só ter "lixeiras específicas", para isto, no campus.
- PS24 Campanhas de conscientização com participação de servidores, alunos e colaboradores, além da participação de parceiros (prefeituras etc.)
- PS25 Ampliar os projetos atuais e possibilitar novas ações, principalmente no interior do Ceará.
- PS26 XXX
- PS27 Maior incentivo a produções socialmente responsáveis (economia solidária, por exemplo).
- PS28 Utilizando o espaço formativo dos laboratórios para produzir produtos, sistemas, recursos e/ou programas para gerir alguns aspectos da dinâmica laboral, evitando contratações externas. Ex.: sistema acadêmico
- PS29 Parcerias
- PS30 XXX
- PS31 Evitar desperdício de alimentos por meio de tecnologias que controlem os pedidos; separar efetivamente o lixo reciclável em todos os campi e reitoria e converter os valores para benefício da comunidade interna; consumir energia de modo consciente, por meio de campanhas, assim como utilizar tecnologia de energia limpa para benefício da instituição.
- PS32 Começando pelo básico: gerenciar seus resíduos sólidos e efluentes de forma sustentável. Avançar no uso racional de energia. Melhorar o paisagismo de seus espaços livres e construídos. Proporcionar espaços lúdicos de diálogo, humanização e socialização. Promover ações de valorização da sociobiodiversidade. Proporcionar debates construtivos e dialéticos sobre políticas sociais/políticas públicas. Garantir alimentação saudável e regionalizada, diversificada e suficiente às demandas nutricionais. Ampliar as ações de extensões com comunidades tradicionais em situação de vulnerabilidade social, econômica e climática. Desenvolvimento de pesquisa que atendam às demandas urgentes e emergentes no âmbito local e regional. De maneira resumida, a

| | |
|------|---|
| | instituição precisa se tornar cada vez mais e de forma sistemática referência local e regional, de teoria e prática, em relação aos 17 objetivos do desenvolvimento sustentável. |
| PS33 | Ter mais apoio de outras instancias publicas |
| PS34 | Não consigo opinar agora sobre essa questão. |
| PS35 | Os PPCs de todos os cursos devem levar em consideração de forma ampla e sistematizada o Desenvolvimento Sustentável. |
| PS36 | Maior conscientização através de cursos de capacitação para toda a comunidade, inclusive com a emissão de certificados, criação de normas práticas que incluam a adoção de medidas sustentáveis em cada contratação, implementação de trabalhos avaliativos visando criar conscientização nos discentes. |
| PS37 | Com formações de servidores e comunidade escolar |
| PS38 | Projetos voltados para essa temática |
| PS39 | Bolsas e recursos para alunos e docentes desenvolverem ideias inovadoras |
| PS40 | O IFCE poderia estrar mais próximo do pequeno e médio produtor a fim de desenvolver tecnologias que ajudem as economias locais. Apesar de esse ser um dos objetivos institucionais do IFCE, muitas das pesquisas desenvolvidas visam, em grande medida, o enriquecimento curricular do que o efetivo impacto na vida da sociedade. Bolsas e recursos para alunos e docentes desenvolverem ideias inovadoras |
| PS41 | Reduzir a produção de resíduos nos laboratórios com ações como a reciclagem ou reuso de materiais; aumentar o uso de energias renováveis como a eólica e solar. |
| PS42 | Atuar como agente indutor das ações no âmbito glocal |
| PS43 | Utilização plena de energia limpa para toda a Rede de <i>campi</i> . |
| PS44 | Maior interação com as comunidades onde os campi estão situados para que as ações de ensino, pesquisa e extensão atendam as demandas e necessidades dessas comunidades. |
| PS45 | Maior engajamento com as comunidades locais; adoção de ações voltadas para a gestão dos resíduos sólidos dentro dos <i>campi</i> . |

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos repertórios captados no campo empírico.

A partir das sequenciais discursivas apresentadas pelo quadro 44, foi possível delinear duas figuras (20 e 21) que sintetizam a emergência de palavras-chave que representam na opinião do coletivo respondente marcos relevantes textuais simbólicos de expressão do pensamento dos gestores sobre as práticas atuais coadunadas com a Agenda 2030 no IFCE e sobre sugestões da práxis no devir.

No esteio da representatividade linguística a partir do recorte da realidade social evidenciada, percebeu-se um subtexto inteligível sinalizador de mudanças em ambos os repertórios coletivizados através das suas figuras: 1) no âmbito de práticas existentes, notou-se que as variáveis com maior densidade **Educação, Qualidade, ODS e Desenvolvimento** estão interligadas ao Objetivo 4 da Agenda 2030, coadunadas com a missão da Instituição investigada e 2) na perspectiva do porvir, destacam-se com maior força as variáveis *Ações, Comunidade, Campi, Energia* que desdobradas sinalizam o devir de delineamento de uma política institucional de compromissos com a Agenda 2030 com base em escutas coletivas.

As sugestões apresentadas pelas pessoas gestoras respondentes de compromissos institucionais da Rede Federal do Ceará com a Agenda 2030 perpassam pelos processos finalísticos do ensino, pesquisa e extensão e apresentam a necessidade de uma aproximação mais efetiva e solidária com a sociedade local e territórios regionalizadas abrangidos pelos 33 *campi* integrantes. O *corpus* a seguir e suas sequenciais discursivas apontam para a necessidade de maior integração de políticas públicas no espaço sociopolítico constituído pela Rede Federal do Ceará, comunidades dos territórios regionalizados e poderes públicos Federal, Estadual e Municipal na promoção da Agenda 2030.

Vamos ver essas ações de desenvolvimento regional e desenvolvimento econômico e educacional da região... Mas eu acabo percebendo muito pouco, muito pensamento e muito pouca aderência em nível estadual e federal, entendendo que os órgãos federais, de maneira geral, acabam sendo mais programáticos e na hora de realmente sentar e discutir com governos estaduais e governos locais acabam, muitas vezes ficando a cabo de representações legislativas, um deputado ou um senador daquela região que acaba conseguindo intermediar essa discussão. Mas, como política institucionalizada, efetivamente, eu acabo percebendo muito pouco. Diria que é incipiente também essas vinculações. (PE3)

Infelizmente, o município hoje ele vive uma instabilidade em sua gestão municipal, não é? É bem verdade que logo que assumimos fizemos essa sim [...] é questão de priorizar esse contato direto com a gestão. E para que a gente pudesse se apresentar e buscar essas parcerias e quais secretarias, secretaria de educação, secretaria de agricultura, secretaria de meio ambiente. Iniciamos algumas parcerias muito boas. Infelizmente, não todas formalizadas. Houve uma quebra, né? Nós estamos vivendo hoje na cidade essa indecisão. Prefeito foi afastado e nós temos um prefeito interino. Enfim, a gente tem tido dificuldades, de fato, de formalizar e vincular parcerias importantes com o poder público municipal, considerando que nós temos hoje 80% das matrículas pessoas do município, então, é quase que paradoxal imaginar que IFCE com suas unidades não tenha essa proximidade com a gestão municipal, ou seja, não é passível de não entendimento, né? Mas a gente está esperando o momento certo para que a gente possa ter essa estabilidade de volta. Nós sabemos que a gestão municipal ela tem toda essa influência político partidária. (PE4)

[...]Sobre ODS - É, ainda não chegou aqui na região, ainda não chegou a discussão, ainda ninguém. Ninguém chegou isso aí, pessoal, vamos, vamos nos reunir aqui para que a gente possa discutir. Até não chegou nada. E aí? Houve apenas um diálogo por meio do Selo UNICEF, né? E aí? Se colocou, é, participei do evento, mas um pouco. Por isso se colocou a Agenda 2030, né, da ONU, mas não se debateu sobre isso. Assim, por sermos uma região muito mais pobre[...]parara cá realmente é uma situação de vulnerabilidade social maior. A gente vê muita dependência do governo do estado, muito dependência mesmo. E a gente viu aqui a situação do município. Uma certa apreensão no ano passado pra cá, com esse rompimento dos 2 grupos políticos, né? O prefeito municipal ele faz parte do grupo político opositor ao Governo do Estado atual, então nesse rompimento do ano passado para cá, houve muita apreensão. Entanto, é, ele ficou um pouco afastado de algumas discussões e viu que o município ia perder muito até ele se reaproximar. E aí, agora que ele está começando a se reaproximar, voltar a ter um diálogo com o governo do estado. Mas assim a situação foi bem complexa aqui na região também, né? E assim, se não for o apoio do poder estadual, o município não vai pra frente. (PE7)

É procura-se promover, divulgar agenda na região. Essa agenda que tu fala de desenvolvimento 2030 é diretamente da ONU? Que eu lembre diretamente, não, eu lembro diretamente, não. (PE8)

É possível perceber através deste corpus e das sequenciais discursivas evidenciadas as dificuldades da efetiva localização dos ODS na agenda municipal, o desconhecimento de muitos atores públicos e políticas da Agenda 2030, além dos problemas remanescentes de uma sociedade politicamente polarizada em nosso país. De acordo com estudos da CEPAL (2023), apenas 24,6% das metas da Agenda 2030 a nível mundial foram concretizadas ou seriam atingidas com a tendência atual e, 27,0% das metas a projeção é de involução no marco temporal de 50% da jornada para até 2030. E no Brasil, apesar dos esforços da sociedade civil, algumas empresas e seus segmentos representativos, alguns governos subnacionais e locais, de acordo com o Relatório ***Sustainable Development Report 2023 - Implementing the SDG Stimulus/Includes the SDG Index and Dashboards***, elaborado pelos autores Sachs et al(2023), como país membro do G20, apresentou nos últimos anos baixos comprometimento e desempenho no âmbito dos esforços a serem envidados na consecução dos 17 ODS. A reflexão trazida à tona pela pessoa entrevistada 10 no âmbito de suas sequenciais discursivas evidencia uma síntese do panorama de crise política que o País experiencia desde o movimento de *impeachment* da presidente Dilma Roussef que se iniciou em 2015 com sérias implicações no baixo desempenho e entregas de serviços públicos pela administração pública federal:

Nós atravessamos e nós temos atravessado a pandemia, sendo governado pelos piores, uma verdadeira caquistocracia não esqueça de mencionar isso, isso tem que ser colocado, né? A sua tese é também um documento histórico.

Sim, ela vai falar desse tempo que a gente viveu. E eu tenho impressão que a gente retrocedeu tanto. Nós retrocedemos mesmo e isso é uma coisa muito dura, às vezes difícil da gente enfrentar, sabe? Eu estou muito com Benjamin nesse sentido, num texto que ele de 4 páginas lindíssimo, um texto chamado **Experiência e Pobreza**. O Benjamin, ele está dizendo para a gente [...]no final das contas, olha para que a gente possa dar passos à frente, nós temos que reconhecer a nossa miséria. Reconhecer a nossa miséria.

É, a gente tem que reconhecer o lugar onde a gente está. Nós, nesses últimos que não se restringe a 4 anos. Se a gente pegar a crise se instalando no Brasil desde 2014 a 15, a gente está falando praticamente de uma década, uma década que a Rede Federal poderia ser muito mais e não foi. Muito mais, não foi? Nós estamos há uma década com cortes orçamentários, com arrocho, perseguição, entendeu? Uma década em que voltou ao debate que apareceu no debate público brasileiro, da educação a escola sem partido. Quantos anos nós convivemos com isso? Quantos colegas foram silenciados, Colegas que que ficaram atemorizados mesmo, entendeu que ficaram com medo.

A gente tem que reconhecer que isso aconteceu, colegas que resolveram não olha nessa situação, eu vou ali dar minhas aulinhas, cara, eu vou embora, entendeu? Vou cuidar aqui das coisas como todo colocadas. Imagine essa década, ela, ela, ela, ela. Ela maltratou demais. Os corpos, as pessoas, as mentes, entendeu? A instituição também, né? Do ponto de vista orçamentário, a lógica de funcionamento dela, a violência institucional entrou de vez em ficou nesses últimos anos, né? A enfim, eu. Eu acho que a gente retrocedeu bastante, entendeu? Nós retrocedemos, eu acho que é difícil a gente fazer esse diagnóstico, mas retrocedemos acho que houve muitos processos em que a gente ainda não se recuperou, nós ainda não nos curamos.

Né? Então, em relação ao novo governo, há? Pelo menos esse governo ele sinaliza de forma não belicosa para a gente. Na verdade, ele trata a gente com carinho. Boa trata educação com carinho, trata o instituto federal com carinho, entendeu? Acho que havia essa necessidade das pessoas serem tratadas com respeito. Eu acho que é importantíssimo, cara. De dar um, a gente está podendo respirar. A gente conseguiu começar este ano respirando. A gente precisa de pressa. Esses 4 anos tem que ser 4 anos que nós sejamos capazes de repensar isto.

São os nossos caminhos. O que a gente quer da educação, pensar em projetos, projetos que sejam projetos, piloto, a gente precisa de projetos piloto. Entendeu? A gente não precisa de coisa grande. Gente precisa de projeto piloto. Vamos tentar pensar aqui um projeto piloto, uma forma de intervenção aqui local. E eu estou tentando. Uma perspectiva que a gente conversou sobre o Observatório da fome, etc. Tentando construir um projeto piloto lá no conjunto José Euclides, no Grande Jungurussu. Então a gente está querendo fazer uma parceria com a zona de cultura que está sendo construída lá, junto com o pessoal do MTST e fortalecendo uma rede que envolve, por exemplo, o campus Maracanaú. Pessoal teve lá semana passada, em reunião com o campus Maracanaú para levar a tecnologia de energia solar pra lá. E aí a gente quer integrar isso com a cozinha solidária que tem naquele território. Então, assim como é que a gente pensa isso? Num projeto piloto para aquele território. Formação Política para a Juventude e intervenção cultural com todas as nossas possibilidades com os nossos cursos de licenciatura em artes visuais e teatro. Formação cultural como é que a gente faz intervenções de empregabilidade? Questões é envolvendo a tecnologia, renda, formação de trabalhadores, trabalhadores. Como é que a gente pode pensar um piloto ali? A gente ainda está desenhando, não temos, entendeu? Eu acho que a gente precisa de pilotos, então assim é.

Deste governo, eu espero que a gente tenha pelo menos um olhar diferenciado para o serviço público de um modo geral, porque a gente não pode esquecer que a gente veio de uma ameaça recentíssima, de uma reforma administrativa que destruiria a carreira pública no Brasil. Era uma reforma administrativa que acabaria com a estabilidade. (PE10)

A pessoa entrevistada 10 apresenta um panorama longitudinal da crise política e institucional que o País vivencia há 10 anos, faz anamnese de contexto sócio-histórico essencial, das tentativas de desmonte do Estado Brasileiro, de desqualificação e de cerceamento impositivo e irresponsável da carreira no serviço público, do adoecimento social do nosso povo, das irresponsabilidades e prevaricações do governo federal no período de 2019 a 2022 sob égide da caquistocracia, isto é, governo dos piores ancorada por um gueto patrimonialista de burgueses com vertente que pode ser delineada em integração com formato plutocrático, com usurpação do Estado e da Sociedade e interesses particularizados, lastreado por espectro de ações homofóbicas, misóginas, racistas, ecofóbicas e demofóbicas, sob égide misológica e autoritária do agir público (DE CARVALHO, 2021).

[...]este é o nosso desafio: como pensar, com que categorias, sob que perspectivas a ascensão dessa caquistocracia cujo projeto de governo, se é que faz sentido chamar de projeto/programa, é nada menos que o desmantelamento das bases daquilo que sustenta a vida eco-social, minimamente saudável: os ecossistemas, biomas e recursos naturais; a possibilidade de distribuição igualitária dos bens socialmente produzidos; a participação popular nas decisões de questões de interesse público; enfim, ao conjunto dos direitos das assim chamadas sociedades democráticas (DE CARVALHO, 2021, p.10)

No recorte epistêmico acima evidenciado, Carvalho (2021) apresenta uma síntese do tempo distópico, vivenciado pelo serviço público federal brasileiro durante o período do governo de 2019 a 2022, agravado pela má condução governamental macropolítica na mitigação e solução da crise sanitária pela Covid-19 que cerceou a vida de mais de 700.000 brasileiros (BRASIL, 2023) e pelo esvaziamento da Agenda 2030 que está coadunada com preceitos políticos de sociedades democráticas e equilíbrio da vida eco-social.

Outras temáticas relevantes abordadas nas sessões de entrevista foram equidade de gênero vinculada ao ODS 5 e políticas afirmativas, diversidade sexual e inclusão social atreladas aos ODS 4 e 10, percebendo-se que há uma compreensão coletiva sobre relevância das mesmas e avanços correlacionados nos âmbitos da

gestão organizacional e educacional mesmo diante de algumas situações de adversidade:

[...]Então a gente está contribuindo também para que a gente tenha um ambiente cada vez menos misógeno e que sejam consideradas também as diferenças de gênero em determinados nichos ocupacionais, então? A implantação dos NUGEDS – Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual. Para mim, é um marco dentro da nossa instituição desde o seu nascedouro, então, e ações de extensão, inclusive dentro desse arco dos NUGEDS tem um projeto. É fabuloso que o campus Boa Viagem está fazendo área de diversidades, que é assim muito interessante. E isso dentro das ações afirmativas. Eu vou colocar como um grande arco, não é? É a Pró-Reitoria de Extensão que puxa o ciclo das ações afirmativas dentro da Reitoria, porque a gente primeiro precisa perceber que aquele espaço administrativo não é de uma empresa, é de uma instituição formativa. Se é um espaço administrativo de uma instituição formativa, todo mundo que está ali dentro, educador. É, e aí a gente já teve pauta relacionada à inclusão de PCD e já tivemos pauta relacionada às questões étnico raciais. Dessa última, nesse último círculo mais recente, as questões LGBTQIA+[...] então o tema sempre vai ser voltado a uma ação afirmativa. E o Observatório das cotas do IFCE que é um trabalho de extrema delicadeza, de extrema responsabilidade, é um painel digital espécie de BI, a ideia a gente fazer o lançamento até agosto. (PE1)

Essa ciência esse conhecimento de a gente formar uma equipe a mais heterogênea, eu falo composta por homens e mulheres. Nós temos cargos na gestão com mulheres e cargos também com homossexuais[...]eu vou dizer o seguinte, nós não temos mais, viu? Porque realmente eu volto lá trás, né? É a questão da de estimulação dos servidores, certo? [...] Há o núcleo que trabalha com a diversidade sexual e gênero. Vai estar implantado no campus, esse ano. O campus desenvolve trabalhos, está sempre aberto e sempre trabalhando com relação à educação para diversidade. A cultura educacional ela já tem trabalho que está voltado para a diversidade e o respeito. (PE2)

Equidade de gênero. Tem sim. Nós temos digamos, na alta administração, né? Junto com a direção geral, nós somos em 4 e se buscou essa distribuição entre homens e mulheres devido ao não aceite de alguns colegas aqui na gestão maior ficaram 3 homens e uma mulher. Mas, à medida que a gente vai para os cargos de gerências médias, coordenações de curso e coordenações administrativas, acaba vendo uma equiparação entre homens e mulheres, mas não que isso tenha sido colocado no papel, com uma política que se tenha buscado efetivar [...], mas porque é uma coisa que o campus já fazia. É uma cultura. Felizmente, a cultura impregnada no campus é de não diferenciação entre as competências de homens e mulheres[...] Sobre Diversidade... Sim, acho que felizmente aí por conta da formação e da vivência de mundo desses profissionais. Nós temos um cenário muito tranquilo em relação ao respeito à diversidade entre os professores. Um ou outra situação pontual, em que se tomou conhecimento de comentários desagradáveis por parte de alunos foi rapidamente sanada com a atuação do serviço social. É tanto docente como técnico administrativos, mas no cenário no âmbito geral, a gente tem um cenário muito tranquilo, um cenário de muito respeito à diversidade de maneira geral. (PE3)

Há núcleos que eles são atuantes na inclusão social. As políticas estão na extensão, mas que a assistência estudantil coopera. Acaba ficando muito entrelaçado com os NEABIS (Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígena) e com os NAPNES (Núcleo de Apoio às pessoas com necessidades específicas) e agora os Núcleos de Gênero e Diversidade Sexual, fora isso, há os próprios serviços, que são ofertados pelas equipes multiprofissionais

Elas trabalham muito na perspectiva do acesso aos direitos [...]todas as necessidades e formas de escuta. eu vejo que isso sempre pode ser ampliado, sabe? Por exemplo, os canais de acesso à informação eu acho que nem todos os estudantes conhecem, por exemplo, a Ouvidoria, conhecem o que é a Lei de Acesso à Informação, então, assim, são canais que eu acho que sempre precisam ser mais estimulados. (PE6)

A gestão pública educacional desenvolvida pela instituição investigada no âmbito da promoção e garantia de direitos sociais através de iniciativas de políticas afirmativas está a priori coadunada com os pilares fundantes da agenda 2030:**1) Pessoas** na vertente de defesa de uma sociedade justa e igualitária e, **2) Paz**, na perspectiva construtiva de mundo pacífico e inclusivo. Sachs (2008) defende que o conceito de desenvolvimento sustentável acrescenta outra dimensão – a sustentabilidade social – à dimensão da sustentabilidade ambiental. Ela é baseada no duplo imperativo ético de solidariedade sincrônica e diacrônica com as gerações futuras. Nas entrelinhas das sequenciais discursivas correlacionadas à temática da Diversidade, identificou-se um devir institucional de fortalecer a formação de professores no âmbito da Educação Inclusiva bem como a Cultura da Diversidade nas ambiências organizacionais e acadêmica.

Diversidade Sexual[...] bem, ela é tratada. Como uma instituição de educação, né? De ciência e tecnologia. Deve tratar, né? Seja, nós repudiamos veementemente, toda e qualquer atitude que seja preconceituosa, seja o preconceito de gênero, seja o preconceito de cor, né? Enfim, a gente tem tido, né cotidianamente esse diálogo com a comunidade acadêmica. Com relação ao combate, algo que é bem, né nocivo e preocupando mais instituições de ensino, que é o bullying, né? Que de fato, é uma guerra que é travada pelas instituições que a gente tem percebido nesses últimos 3 anos, principalmente após a pandemia[...]mas é claro que a gente tem sempre se mantido firme, porque o ser humano ele é um ser muito plural, né?[...] Do nosso IFCE, da nossa instituição, que é o Napne que é o Núcleo de atendimento às pessoas com necessidades educacionais específicas, inclusive hoje coordenado por um servidor que é cego, que é deficiente visual e foi um grande presente que a gente recebeu. Hoje é servidor do quadro permanente do campus. Ele tem nos ajudado demais, porque recentemente recebemos uma estudante também deficiente visual, estudando cega que já está no seu terceiro ou quarto semestre da licenciatura em Geografia e que nós temos aprendido todos os dias. A gente fala muito em uma instituição que pratica a inclusão social, mas a inclusão social só fato acontece quando você é desafiado a experimentar aquela situação que é uma situação muitas vezes atípica e que que a nossa geração não viveu quando fomos estudantes, quando estivemos na academia e que agora é um caminho. Que bom que é um caminho que não dá para voltar mais. Não dá para retroceder. Né? É as políticas, as políticas de cotas são políticas inclusivas, apesar de tardias em nosso país. Elas estão aí, como também marcos regulatórios e institucionais. Mas o engajamento é fundamental, não adianta você ter a norma, a política o regulamento, certo, quando não há um engajamento. Do respeito às pessoas é, é, e a gente percebe que essas

ações e essa agenda acadêmica, ela vai contribuindo para a formação de uma nova geração. (PE4)

Bem em relação ao IFCE é notório o crescimento de Pró-Reitoras mulheres, né? De gestoras. E vamos dizer assim, de alto escalão que houve na última gestão. Mais que dobramos esse número, em áreas que são finalísticas[...] e considero que a visibilidade, a representatividade aumentou muito, né? [...]tivemos também editais de mulheres integradas, sempre tentando aperfeiçoar esse processo para não tornar mais uma competição entre mulheres, a gente já vive numa sociedade de muita competição, então o objetivo realmente é valorizar, reconhecer e estimular a participação delas e não as tornar mais competidores entre si. Implementamos dentro do âmbito da pesquisa, um projeto tipo *Parent in Science*, que é observação de 1 ano a mais na avaliação de currículos, para pesquisadoras mães que a gente sabe que isso impacta na produção acadêmica, né? É fato. É, é, se você for observar em números reais o número de pesquisadoras no Brasil, e no IFCE, talvez elas não sejam tão discrepantes entre homens e mulheres. Mas se você avalia a qualidade dessa produção acadêmica no âmbito de produtividade, aí sim você vê diferença, então até para a gente fazer uma análise, então uma resposta sobre[...] Hoje ainda os nossos pesquisadores com melhor currículo, disparadamente, nos editais são homens majoritariamente homens [...]a produção acadêmica masculina ainda é superior à produção acadêmica feminina, por isso que a gente tem tentado fazer premiação de estímulo às mulheres de reconhecimento do trabalho de pesquisa.(PE9)

Então assim eu senti que havia necessidade de que uma mulher ela pudesse se colocar como candidata. Para servir, inclusive de exemplo para outras servidoras. E para servir de exemplo para alunas, para os estudantes[...] Eu realmente me empenhei ao máximo, mas ali no primeiro momento era exatamente de trazer a importância, porque assim? A gente nós conversamos muito da necessidade de termos mais mulheres no poder, mas para nós estarmos no poder não é só necessário que alguém nos indique. É importante também que a gente possa se colocar, e era exatamente isso que eu gostaria de trazer, era de dar esse exemplo que podemos nos colocar, sim, temos condições técnicas, humanas, emocionais, para estarmos e ocuparmos esses lugares que são extremamente importantes. Daí me candidatei e venci [...]A questão do respeito à diversidade, as diferenças o combate a qualquer tipo de preconceito, seja homofóbico ou transfóbico racista, o campus trabalha esta educação voltada para o respeito. A própria criação do NEGEDS, ele veio nos ajudar nesse sentido, né? Trabalhar a questão de gênero e diversidade sexual. Toda essa questão ela é tanto trazida nesse formato mesmo, das discussões, no sentido do respeito. Temos um banheiro social, isso foi criado assim, um banheiro social na gestão anterior. (PE5)

Nos primeiros anos dos cursos integrados, tem uma turma especificamente que tem uma quantidade de alunos autistas com deficiência de aprendizagem, déficit de aprendizagem mesmo que não é brincadeira, não. [...]se precisa capacitar os professores e a gente conversa muito, dialoga muito, mas tem gente que parece não tá muito nem aí não. Sabe, eu fico triste. (PE7)

As sequenciais discursivas evidenciam em seu coletivo que as temáticas da diversidade e da inclusão social perpassam transversalmente a gestão pública da instituição pesquisada não somente pelo fato de ser uma organização educacional mas como política institucional, embora haja barreiras políticas e culturais no âmbito

do alcance de efetividade social. Um dos eixos temáticos do Marco de Cooperação entre Brasil e ONU para o período 2024 a 2027 é inclusão Social para o desenvolvimento sustentável. Dentre os princípios de governança da gestão pública voltados para o DS apresentados por Meuleman (2021) estão a não discriminação que consiste no respeitar, proteger e promover os direitos humanos e as liberdades fundamentais de todos, o acesso ao serviço público deve ser assegurado em condições gerais de igualdade, sem distinção de qualquer espécie de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou outra, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, deficiência ou outra condição. Percebeu-se que o IFCE com suas três Nucleações promotoras de equidade social e do respeito à diversidade, o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI), Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) e Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDS) avança de forma propositiva.

Nas perspectivas de funcionalidade e contribuições do IFCE aos ODS, percebeu-se que nas áreas orgânicas da extensão e da pesquisa, há indícios de uma práxis seminal coadunada com preceitos da Agenda 2030 bem como devires de novas ações contributivas. O quadro 45 evidencia a tratativas em tela com lastro da Análise Crítica do Discurso:

Quadro 45 - Mapa sinótico semântico sob égide da Análise Crítica do Discurso de Seccional de Três Recortes do Corpus Textual que aborda Extensão e Pesquisa.

DAS 1 (Pêcheux,2015):– sequencias discursivas autônomas – DAS

Eu vou citar o nosso programa de formação em Educação de Jovens e Adultos, que é uma parceria com Ministério da Educação. Que a Secretaria Nacional de Educação Profissional e Tecnológica e ali a gente tá valorizando é o aprender ao longo da vida, mas também o aprender a aprender, a aprender a compartilhar ou aprender a ser o aprender a fazer, o aprender a se conhecer. Acho que é uma das linhas. Com os ODS, o interessante é que a instituição ela criou uma política de educação de jovens e adultos, já que até então nós não tínhamos um trabalho feito. Então é esse é um dos programas[...] outro programa, o Energif, um programa que também tem recursos externos, que vem trabalhando com as chamadas energias limpas, está é a preocupação com o meio ambiente, [...] ao mesmo tempo, também formação de seres humanos, né? É o Energifi que esse ano veio com diferencial que é de turmas voltadas para mulheres, Maracanaú vai ofertar turmas para esse público específico[...]É, nós aprovamos recentemente a resolução que trata do reconhecimento ou certificação de saberes. Justiça seja feita, a instituição não estava atendendo à LDB e foi uma ação puxada pela Pró-reitoria de Extensão, em parceria com o campus Ubajara. Então nós já temos uma resolução de certificação de saberes. Nesse momento, essa resolução, ela se circunscreve à certificação de saberes no âmbito da extensão. Então, é Ubajara vai começar com a oferta na área de manipulação de alimentos. Para certificar saberes de pessoas e conceder a essas pessoas certificados de curso de formação inicial e continuada do trabalhador o que a gente espera é que essa ação, ela, seja indutora de uma verticalização, de um processo de verticalização, da certificação de saberes a até nós chegarmos a uma condição de em breve termos essa certificação de saberes para cursos técnicos, depois para graduação[...] então, educação no campo com economia circular

é o programa AgroIF Nordeste que é uma parceria com o IFPI que vem trabalhando[...] com economia solidária, é uma outra ação ligada também ao ODS. É, eu. Eu vou citar por último convênio Cáritas. Sei que é uma ação esplendorosa, que vence inclusive esse ano, e a gente quer muito renovar. Esse acordo de cooperação com a Cáritas e dentro desse acordo a gente tem é, um guarda-chuva, é um manancial de ações que são feitas envolvendo a feira de agricultura, ações de economia solidária, trabalhos em assentamentos, trabalhos com quilombolas e comunidades indígenas. É prestações de serviço na área de análise de solos. [...] Algumas é que me vem à mente e é um processo, um projeto que a gente está gestando agora, coletivo, que é o projeto Fome Nunca Mais. É uma ação que tem sido puxada pela Pró-reitoria de Extensão, MTST, movimento dos trabalhadores sem teto. UFC está aderindo UECE está aderindo. Alguns colegas de alguns Campus já estão se achegando essa semana nós apresentamos o projeto ao Consea – Conselho de Segurança Alimentar do Ceará. Combater a fome é pensar nas cozinhas solidárias. Para além da política de governo, mas a gente entender essa dinâmica de territorialização das cozinhas solidárias e pensar nelas como espaço de cura, de terapia, de convívio, de aprendizagem, de ludicidade, de encontros, também tem muito a ver com a agenda 2030, não é? E é uma ação que a gente tem contado coletivamente também com agentes internos e externos. (PE1)

Há um alinhamento pela própria proposta dos cursos, hoje é nossa realidade atual. Todos os nossos cursos, eles são vocacionados alinhados com nosso eixo estruturante como rede, né? A formação de professores e nossos cursos, eles estão alguns muito focados na formação de professores. Outros muito focados na questão ambiental, no desenvolvimento ambiental, no desenvolvimento sustentável. E alinhado à questão das tecnologias e, enfim, a própria inovação, a propriedade intelectual, mas sem esquecer também da nossa estrutura como ser humano. Nós temos também cursos na área de artes. Então, do ponto de vista da elaboração, tanto das propostas[...] eu vejo um alinhamento muito grande tanto com as políticas institucionais internas, mas também com a visão de contribuir para uma sociedade melhor. Temos tanto lato sensu quanto stricto sensu, necessários, né? Nosso primeiro mestrado, ainda na época do CEFET, foi a tecnologia gestão ambiental. Mas nós temos também o mestrado em energias renováveis e temos várias especializações no interior do estado focado na área da sustentabilidade e meio ambiente e energias limpas também[...] A Agenda 2030 – em 2021 e 2022, principalmente as nossas reuniões estavam muito limitadas ainda a discussão lá [...] É, mas assim essa temática, ela sempre, ela sempre percorre a construção de documentos institucionais. Então vou dizer que de uma forma específica, que é o que eu tenha, é isso de forma específica. Participei de alguns eventos abordando ODS, mas de forma transversal o tema ODS sempre participa desse diálogo com outros instituições também. Em relação ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCTI), você está me perguntando se há ações específicas do tipo, editais específicos, promoções de editais. Eu tive esse ano uma reunião com o MCTI, com o secretário do desenvolvimento social no Ministério da Ciência e tecnologia[...]E nessa agenda não se tratou diretamente de ODS o que não implica que essa sistemática da gestão sustentável não tenha perpassado pela descrição, né? [...] Se é uma agenda para tratar ODS, uma agenda de editais ou projetos de fomento, editais de projetos alinhados com ODS, até porque, assim, no contexto macro do país, algumas áreas, por exemplo, tem um movimento para o desenvolvimento da política do hidrogênio verde aqui no Brasil, construção de marco legal, construção de uma série de alinhamentos que eu tive tanto com o governo do estado quanto a nível federal. Se você for observar o tema, não foi uma reunião para tratar de uma ODS, mas se você tiver um olhar e conhecimento das ODS, você sabe que está elencado em uma das ODS a agenda de energia, tanto de acesso, mas também de produção de energia limpa. Se então, nesse contexto de ter reuniões com temáticas alinhadas ao ODS, sim. (PE9)

Antecediam as eleições nacionais de 2022 e eu trouxe para o campus alguns movimentos sociais, entre eles o MTST, que é o movimento dos trabalhadores e trabalhadoras sem teto, que estavam construindo essa iniciativa naquele momento que era no início um tipo de cozinha solidária nos territórios mais vulneráveis da cidade. Daquele evento surgiu uma parceria institucional a partir da relação que estabeleceu principalmente para com a Pró-reitoria de Extensão do IFCE e outros atores institucionais que passaram a debater esse tema[...]O resultado dessa discussão foi que no final do ano passado após as eleições nós criamos um grupo de trabalho que passou a pensar a construção do que a gente chamou de Observatório da Fome no IFCE.[...]Nenhuma outra Instituição conseguiu avançar tanto nessa discussão, de modo que nós criamos um Observatório da Fome que ele teve alguns eixos, né? O primeiro foi construir uma proposta de curso a ser nacionalizado, um curso, uma espécie de curso de aperfeiçoamento de formação, em que nós iríamos debater a questão da fome

no país. Então, curso formativo voltado para instituições, para agentes comunitários, para movimentos sociais, para as pessoas educadores e educadoras, pesquisadoras e pesquisadores que atuam nesse campo e que se preocupam com essa questão, mas que, principalmente, querem é instrumentalizar a sua ação prática a partir desses conhecimentos[...] O segundo foi tentar criar um processo de integração institucional entre diversas e diversos colegas que atuam em âmbito institucional e que, de alguma forma, desenvolvem trabalhos que dizem respeito, que se ligam ao combate à fome, a miséria, desigualdades, [...]Então houve um esforço institucional no sentido de tentar mapear todas essas atividades que estão sendo realizadas entre pesquisa, extensão, ensino e outras atividades que acontecem em nível institucional. Isso foi feito. Daí nós criamos 4 grandes grupos de trabalho articulando esses colegas e nós estamos pensando formas de viabilizar maior integração institucional dessas atividades. É um terceiro ponto que a gente trabalhou muito nesse processo, nós estamos em construção, né? O que eu estou querendo dizer? É pôr em prática uma grande pesquisa em nível estadual, aproveitando toda a expertise institucional, a nossa capilaridade institucional. Estamos em todo o estado e a nossa capacidade enquanto instituição de ensino. E com tantas pesquisadoras e pesquisadores que nós temos afinado nesse campo de viabilizar bolsas para estudantes e atrair também investimentos em nível de Estado para que nós possamos viabilizar uma grande pesquisa. Para nós mapearmos de fato, o grau, as nuances da fome no Estado do Ceará, né? Isso já virou uma agenda institucional[...]A Cáritas está nessa discussão do Observatório, estiveram num evento que eu organizei recentemente, ajudei a organizar a que chamamos de Fórum de Saberes Sustentáveis organizado pelo campus e partiu do nosso departamento [...] Eu tenho um diálogo muito próximo com os movimentos [...] aqui eu tento, na medida do possível, mobilizar para essas ações institucionais. Então, por exemplo, na primeira JURA que são as jornadas sobre a reforma agrária, jornadas universitárias da reforma agrária que todos os anos, em abril acontecem em várias universidades do país, pela primeira vez a gente fez acontecer no campus, no instituto federal. Então fizemos ela no final de abril, início de maio no campus Fortaleza, em que a gente trouxe não só a Cáritas diocesana participou, mas diversas instituições que atuam diretamente na defesa dos direitos humanos, no campo, vinculadas ou não à igreja, como por exemplo a Pastoral da Terra que há décadas faz todo o levantamento da violência no campo no Brasil[...]março para abril, a gente fez um evento que a gente chama de ENTRE ELAS, COM TODES.A gente fez uma mesa inteira composta por mulheres que têm ações significativas na nossa sociedade. Houve a participação de pesquisadoras lutadoras sociais, da Secretária de Juventude do Estado do Ceará na mesa, da deputada estadual que preside a Comissão da Assembleia legislativa de Combate à Fome, da presidenta da Comissão de Direitos humanos da Câmara de Vereadores de Fortaleza [...]então, essas articulações, elas acabam acontecendo muito a partir das próprias interlocuções, cada profissional possui, na medida do possível e aí estou te respondendo a partir dessa perspectiva, mais pessoal, vou tentando institucionalizar, institucionalizar esses caminhos de diálogo. (PE10)

Deslinearização sintática das DAS

Interdiscursividade/intertextualidade segundo (MAGALHÃES, MARTINS E RESENDE, 2020) possibilita:

Reflexão Epistêmica: Em contraposição à teoria tradicional, baseada no papel da ciência como agente de predição e catalizadora utilitária de resultados que reprodução social de padrões existentes e hegemônicos que controlam a vida em sociedade, livrando-a de contradições, para Paula (2015) a teoria dialética, base da epistemologia crítica frankfurtiana reflexiona que os fatos sociais são determinações cuja gênese não está situada em aparatos lógicos mas em modelo compreensivo que os conecta com processos sociais e suas contradições.

Visão microssociológica da prática social: há uma agenda global de desenvolvimento, mas que no caso brasileiro os ODS passam a serem figurativos diante do *greenwash* político. As iniciativas da gestão pública devem passar pelo crivo da participação societal e muitas serem coletivas. Há boas práticas existentes no país em interface com a Agenda 2030, mas por inexistir uma política nacional governamental de assunção e desdobramento, a questão ser ou não se evidencia em alguns contextos.

Aspectos e contextos discursivos: a mudança no governo brasileiro de uma gestão de extrema-direita para uma gestão de centro-esquerda, abre no ano de 2023 um espaço de esperança de retorno de políticas sociais emancipatórias.

Hermenêutica Crítica: no âmbito da instituição pública federal analisada por seu escopo educacional há elementos convergentes que lastreiam ação sociais e ambientais, de direitos humanos que possuem aderência com a Agenda 2030, mas a falta de uma política de assunção, as práticas correlatas podem ficar dissociadas em algumas circunstâncias. Há um pressuposto como premissa de que a filosofia e arquitetura institucional proposta pelos ODS quando internalizadas pela gestão pública de forma transversal poderia potencializar a geração de valor público e suas entregas.

Perspectivas de Alternativas Emancipatórias (Visão do Pesquisador): Aprofundamento e debate sobre os fundamentos, porquês, interesses, riscos de usurpação estatal, riscos de mercantilização da Agenda 2030 e potenciais de emancipação humana atrelados.

Fonte: Elaborado pelo Autor

No tocante aos ODS1, ODS 2 e ODS 10, a visão da maioria dos gestores respondentes concordam que o IFCE contribui de forma efetiva para a erradicação da pobreza e diminuição das desigualdades sociais, mas que no âmbito da gestão da política da assistência estudantil, no que se refere ao fornecimento de refeições e lanches para os estudantes bem como auxílios sociais, no ano 2023 houve uma diminuição significativa do orçamento destinado à essa rubrica, gerando sérias preocupações em relação à precarização em curso deste serviço em perspectiva universal.

[...] não, mas eu não posso dizer que é um não por completo, não é? [...] não está na perspectiva do ideal? Não, do que a gente [...]E a gente é trabalha nessa perspectiva de que o orçamento da assistência estudantil não é suficiente para atender as demandas dos nossos estudantes[...] e os auxílios. A Instituição não consegue ter um valor também que seja suficiente para suprir a necessidade, porque muitas vezes você consegue ofertar, às vezes até 2 ou 3 auxílios. Mas, por exemplo, o estudante apresenta, manda aí, manda de R\$ 250,00 de gastos mensal com transporte, mas eu só consigo viabilizar R\$ 150,00, ele vai ter que viabilizar os outros R\$ 100,00. Ele tem uma demanda mensal, por exemplo, de R\$ 300,00 de aluguel, mas eu só consigo ofertar um auxílio de R\$ 100,00 então ele vai ter que [...]demandar. Por mais que seja um auxílio, o ideal era que eu conseguisse me aproximar o máximo para suprir aquela demanda, né? do estudante, pelo menos com essas questões que eu considero que são as mais relevantes que é alimentação, transporte, moradia. Então, muitos campi não conseguem ofertar nem esses 3 auxílios. Às vezes nem ofertar os valores que são suficientes para que esses estudantes garantam a totalidade do que eles precisam, né? E o que eu tenho percebido também ao longo do tempo é que cada vez mais a alimentação que antes ela era compartilhada entre assistência estudantil e custeio. Ela Foi colocada toda dentro é da assistência estudantil e aí isso é um fenômeno, que é o que foi o seguinte, quanto mais você foi reduzindo o orçamento, principalmente o custeio que a gente sabe que baixou muito e também de capital que foi acontecendo ao longo dos anos a assistência estudantil até a gente escuta muito o discurso há, mas não mexeram no orçamento das estudantil. Ele se manteve. A gente teve. Como é... Não fala aquela palavra assim que não é corte, é o. contingenciamento, pronto o contingenciamento, ele é uma tentativa clara de precarização de política, porque contingenciou, causou insegurança no gestor e na

comunidade acadêmica como um todo. O que leva você a segurar o orçamento? Aí você segura o orçamento. Tipo, era para eu receber 100%. Eu recebo só 60%, porque 40% vai ser contingenciado e aí eu vou reduzindo, ofertando uma política de menor qualidade. e aí chega no final do ano. Às vezes, o governo libera o restante daqueles 40%, mas aí eu já estou em outubro, eu não tenho mais condições de empenhar. Eu não consigo mais gastar o orçamento todo. Muitas vezes esse recurso às vezes chega inclusive a voltar. A gente teve realidades, inclusive de vários anos do IFCE que não chegou a voltar mais com a gente. Ficou com muito restos a pagar, porque é inadmissível numa instituição que a gente tem pouco recurso, né? Como é que você reivindica? [...] Não fazia total erradicação da pobreza, mas para a diminuição dos níveis de pobreza, porque quando você possibilita que alguém conclua um curso técnico ou com curso um nível superior acena com ampliação dos níveis de educação das pessoas. Você possibilita que elas tenham acesso a um emprego com melhores condições salariais. Você possibilita que elas tenham mais segurança alimentar, que elas tenham acesso a informações importantes do que se refere ao acesso aos direitos sociais básicos.(PE6)

[...]É uma fonte de investimento na assistência estudantil de forma mais massiva. Porque a gente precisa para combater a vulnerabilidade social e a gente nem é um setor de assistência social, não, mas a gente precisa enquanto sistema de educação também pegar essa luta de combate à vulnerabilidade social. A gente sabe que a gente melhora os índices sociais. Quando a gente fornece uma educação de qualidade, mas com a gente, para que a gente possa fornecer a educação de qualidade, a gente também tem que atuar nesse aspecto social. E investimento também em profissionais servidores. Eu acho que se a gente, se o governo nos garantir, que a gente possa ter uma infraestrutura mais adequada. O investimento maciço em assistência estudantil [...]. (PE7)

[...]Mas contribui de uma forma, quando a gente vai falar agora com relação à questão orçamentária, porque dentro da assistência estudantil, né? A instituição fornece e promove esse auxílio. A instituição não tem capacidade de fomentar adequadamente, né? É, que possa atender à totalidade dos nossos estudantes, tendo em visto que grande parte eu falo aqui. Em torno de 80 a 85 por cento do nosso alunado, eles estão enquadrados dentro da situação de vulnerabilidade social e que esse recurso ele não é suficiente para atender a todos. Alguns, é assim, já tivemos relatos com relação a isso. Fome. Daí esses relatos chegando à Direção[...] comunicamos à Coordenadoria de Assuntos estudantis e juntamente com a Administração, esses casos, nós temos conseguido fornecer um auxílio para esse aluno tenha condições minimamente para permanecer no curso, não no sentido de retirar da miséria e da pobreza, mas que tenha esse recurso para que ele possa é frequentar. Ter o mínimo existencial para não vir a evadir. A gente sabe que tem no campus um percentual grande de vulnerabilidade, mas nesse sentido assim, a questão da extrema pobreza a gente tem é tratado de forma pontual. Não é para que realmente a gente conceda A questão do auxílio. (PE2)

A nova proposta orçamentária? Ela traz uma ideia de atender prioritariamente aquela questão da alimentação, né? Priorizando os estudantes de cursos técnicos até mesmo de acordo com o que está na legislação. E como o percentual de estudantes, técnicos no campus é baixo e como nós também não temos o ensino médio integrado, o nosso orçamento, ele caiu assim como o orçamento caiu bastante em termos de assistência estudantil. Hoje está bem complicado a gente atender a estudantes em termos de vulnerabilidade. É, por exemplo, com auxílios. A gente está atendendo estudantes com auxílio do edital do ano passado, aqueles que já estavam no

edital selecionado do ano passado. A gente está atendendo esse ano. Nós não lançamos, não lançamos o edital de [...]Um estudante que precisava de auxílio esse ano ele não pôde ser contemplado porque a gente não tinha orçamento.Com esse novo aporte de orçamento que nós temos agora, no meio do ano, todo o orçamento que vem da 2994, a gente está direcionando para um edital de auxílio e aí assim a gente vai ter ali por volta de 54.000 reais, que vai somente para auxílios de vulnerabilidade, nada esse ano, nada para auxílio de visitas, viagens técnicas, nada assim e toda a parte de alimentação a gente está custeando com uma fatiazinha pequena da assistência estudantil. (PE8)

E, lamentavelmente, nós ainda não temos um sistema de restaurantes acadêmicos, o que poderia permitir diversas outras formas de interação com pequenos agricultores com agricultura familiar. Embora tenha esse tipo de ação institucional na compra de determinados alimentos, eu sei que tem ,mas a gente não tem um sistema de restaurantes acadêmicos, então nós ficamos realmente à mercê da compra de refeições de empresas que são, de alguma forma, atuam como intermediários nesse grande sistema de abastecimento e fornecimento de alimento e que vendem um alimento mais caro[...]o que eu quero dizer é que houve uma decisão institucional de investir e comprar alimentos no sentido de fornecer almoço para estudantes que mais precisavam. Então essa ação ela tem sido feita diretamente também junto ao setor de serviço social que fazem as triagens e estruturam os cadastros que fazem e que identificam aqueles estudantes que mais precisam. E esse almoço é destinado a essas pessoas, não é esse almoço, ele não é todo dia. (PE10)

Constatou-se através das sequenciais discursivas do corpus acima evidenciado, o reducionismo orçamentário no âmbito das políticas sociais da instituição que são essenciais para a permanência e êxito dos educandos em situação de vulnerabilidade social. E como desvelar este fenômeno de declínio nos aportes orçamentários em gastos primários que são atrelados aos serviços públicos essenciais como educação e saúde, prejudicando os mais pobres e a classe trabalhadora? Sen (2000) aborda que o que os sujeitos sociais conseguem alcançar em termos de melhoria da vida material recebem influência de fatores como: janelas de oportunidades de melhoria econômica, políticas de educação de base e estímulo e capacitação continuada de resoluções primárias. Faria (2007) apresenta categorias caracterizadoras da Teoria Crítica dentre elas a racionalidade dominante, isto é, a manutenção de privilégios de grupos de poder através da prática de escamotear a exploração das subjetividades e do trabalho humano e, o contexto social histórico: a compreensão dos fatos sociais dar-se-á através de um processo de contextualização sócio-histórica dos mesmos. O problema da dívida pública brasileira que enriquece bancos e rentistas através do pagamento exorbitante de dispêndios com juros e amortizações que alcançaram o patamar de R\$ 780 bilhões no ano de 2022, cerca de quase 50% do orçamento global da União, está atrelado à questão da diminuição dos

investimentos sociais aos desvalidos (CARDOSO, 2023). Na verdade, o governo não consegue se sobrepôr à força do sistema financeiro e procura “economizar” diminuindo os aportes orçamentários em educação e saúde. Enquanto os banqueiros e especuladores enriquecem, os filhos da classe trabalhadora, dos desempregados, dos informais e dos desalentados são privados de políticas sociais mais robustas e efetivas.

Há uma questão epistêmica que emerge a partir dos aspectos do sistema econômico hegemônico, isto é, do capitalismo administrado sob vertente aporética, sob égide da Teoria Crítica. Hilário (2014) apresenta algumas definições para o termo aporia:

Segundo o "Grande Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa", há quatro acepções desse termo: a primeira refere-se à dificuldade ou dúvida racional decorrente da impossibilidade objetiva na obtenção de uma resposta ou conclusão para determinada indagação filosófica; a segunda, tomando como base as ideias de Aristóteles, seria um problema lógico, contradição, paradoxo nascido da existência de raciocínios igualmente coerentes e plausíveis que alcançam conclusões contrárias; a terceira significando situação insolúvel, sem saída e a quarta, referindo-se às aporias do filósofo pré-socrático Zenão de Eléia, as quais tinham por objetivo provar que as ideias de multiplicidade e movimento conduzem o pensamento a impasses e contradições lógicas insuperáveis (HILÁRIO, 2014, p.3).

Compreender a aporia na óptica da existência de barreiras intransponíveis ou situações difíceis de serem superadas permite ratificar a força da crítica. Jay (2003) argumenta que a teoria crítica é constituída por campo singular de domínios, assumindo a aporia dentre este papel relevante, o entendimento mais profícuo do presente. A aporia é a qualidade da crítica radical.

A gestão pública nos tempos atuais pode ser considerada antitética, uma espécie de contradição performativa e paradoxal. A entrega de bens públicos estaria então subjugada em termos, a complexas estruturas de poder que impetradas pelo sistema econômico capitalista limita a ação pública estatal em prol de ganhos pecuniários limitando o alcance das políticas sociais para os desvalidos? O rearranjo ideopolítico e social da arquitetura funcional do sistema público de serviços está sob risco de subjugação a um devir de precarização?

Observa-se no esteio central da conjuntura capitalista como ditame aporético, isto é, insolubilidade, a questão do desemprego estrutural no qual pela pressão do discurso da elevada produtividade há a substituição do trabalho vivo (ser humano) pelo trabalho morto (máquinas), sem esperança de entrada ou retorno ao trabalho

formal do exército de desempregados. A produção social cerceada objetivamente pela opressão do sistema econômico. A barbárie que emerge no contexto mundial do recrudescimento da pobreza pós-pandemia, das guerras geopolíticas, da violência urbana, do terrorismo, da ficcionalização do dinheiro pelos especuladores financeiros, pela crise climática, passa a ser uma vertente da hermenêutica crítica do caixilho dos guetos burgueses. A questão é se esse modelo societal se encaminha para um processo de esfalfamento civilizatório.

A política estatal e a gestão pública estão a serviço da sociedade seja em perspectiva universal ou focalizada. Compreende-se que no espaço social da vida organizacional no setor público coexistem racionalidades instrumental e substantiva. A imbricação do Estado Nacional com interesses econômicos do mercado em determinados contextos, os riscos de corrupção endêmica, de fisiologismo político e aparelhamento, uma sociedade brasileira ainda ancorada na desigualdade social podem ser alicerces sustentadores de uma visão aporética de capitalismo administrado no qual a manipulação de mentes humanas e sequestros de subjetividades da grande massa humana se constituem mecanismos de controle societal?

Quais então os movimentos de contestação e de resistência dentro do próprio sistema público à contraordem imperativa de opressão social velada? A Agenda 2030 se configura a priori como inclusiva e promotora de um mundo melhor, mas qual realmente a força política da ONU? A agenda se situa no âmbito de uma promessa capitalista de regeneração do planeta pró-recuperação Covid 19? Considero que a ONU como organismo multilateral abraça propostas concretas de emancipação humana, mas seu alcance é limitado diante dos interesses econômicos e políticos dos países desenvolvidos e de poderio bélico que a fomentam. A condição de existência real hoje no planeta está vinculada aos sujeitos da história que lutam e protagonizam iniciativas emancipatórias.

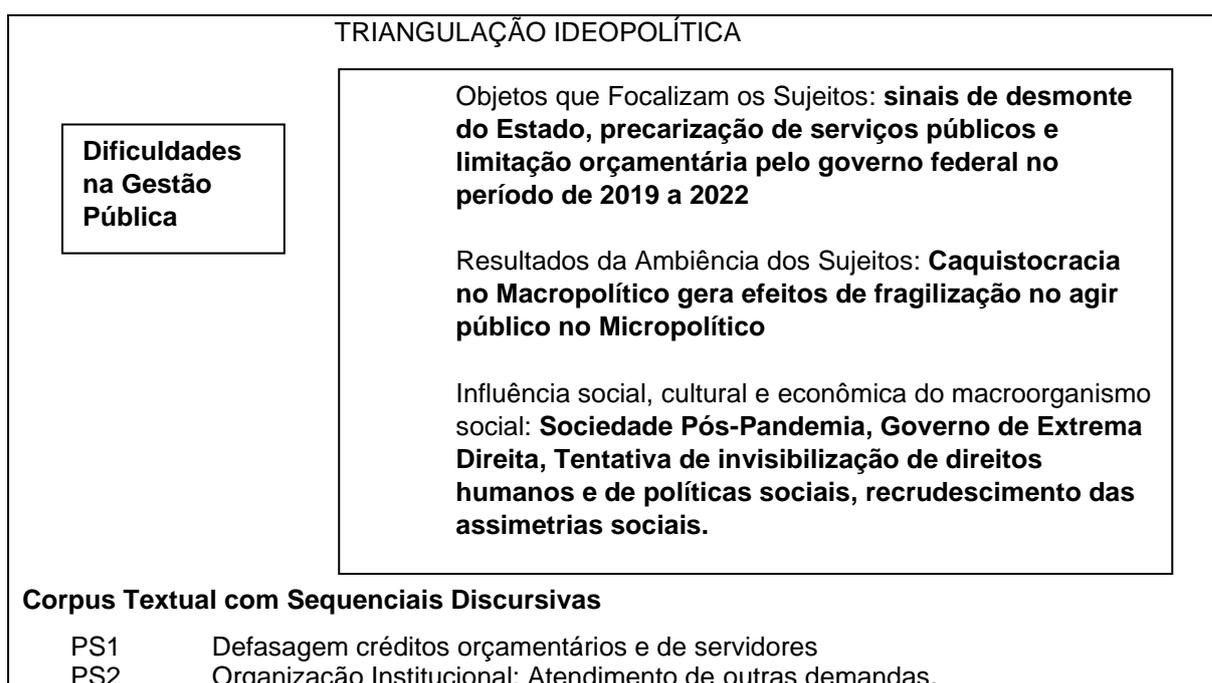
4.6.4. Relatos e Percepções das Pessoas Entrevistadas correlacionadas à Dimensão Integração Responsividade e Responsabilidade Social Públicas e interfaces com as temáticas Racionalidade Organizacional e Capacidade Institucional.

Esta seção se inicia com aportes de respostas de 45 pessoas entrevistadas que são gestoras à seguinte questão: **mencione as principais dificuldades que sua**

organização enfrenta atualmente para executar suas atividades no âmbito da gestão pública. Meuleman (2021, 2008) define **política** como sobre o que e quando (os objetivos, metas, marcos), e **governança** é sobre como as (quais ferramentas, instrumentos, processos) e quem (atores, partes interessadas). Jain, Courvisanos e Subramaniam (2021), comentam que no esteio da Teoria Crítica, a visão de Habermas sobre a evolução social e a ação comunicativa ajuda a analisar a dinâmica sociopolítica e estrutural da gestão pública afetando a implementação e localização dos ODS (a agenda 2030 em mesorregiões, municípios e distritos) em uma nação em desenvolvimento como: **incapacidade dos governos de disseminar uma visão clara sobre a importância dos ODS, falta de capital humano e fundos, um sistema administrativo-público fraco, fortes nuances sociopolíticas e baixa infraestrutura de governança para dar suporte a relacionamentos com várias partes interessadas.**

Através da configuração sinótica da hermenêutica fenomenológica de Triviños (Quadro 46), as respostas textuais foram aportadas e as respectivas sequenciais discursivas analisadas de uma forma global com evidência de marcadores-chave germinados através da técnica Nuvem de Palavras.

Quadro 46 - Evidências das Dificuldades Organizacionais na Gestão Pública sob óptica de 45 pessoas gestoras perscrutadas



- PS3 A compreensão, assimilação e operacionalização do papel do gestor público pelos ocupantes de cargos diretivos
- PS4 Tráfego horizontal de comunicações e Relações interpessoais.
- PS5 Insuficiência de Orçamento e Despreparo de Gestores
- PS6 Burocracia jurídica, falta de pessoal treinado para prospectar parcerias, falta de recursos oriundos do setor público, baixa disponibilidade de recursos para pesquisa, extensão e inovação.
- PS7 Falta de recursos financeiros.
- PS8 Quantidade de servidores técnicos administrativos para apoio às atividades, recurso para capacitação.
- PS9 1) orçamentária; 2) comunicação interna.
- PS10 Incertezas de orçamento/Orçamento insuficiente para projetos que fogem ao trivial/ausência de capital no orçamento
- PS11 entendimento dos/as gestores/as sobre a importância e urgência de se adotar os ODSs
- PS12 Restrição orçamentária e de uma política de segurança alimentar e nutricional mais consistente para os discentes.
- PS13 Engajamento e divulgação
- PS14 Quadro reduzido de servidores; Relação institucional Prefeitura/IFCE
- PS15 Recursos limitados, infraestrutura limitada, carência de servidores etc.
- PS16 Falta de orçamento para assistência estudantil. Muitos alunos na lista de espera pois o orçamento não atende a demanda por auxílios transporte e moradia.
- PS17 Política orçamentária Política de recursos humanos
- PS18 orçamento e gestão de pessoas
- PS19 Orcamento, Dedicção ao trabalho por parte de todos os Colaboradores.
- PS20 pessoal comprometido e falta de recursos financeiros
- PS21 Orçamento para investimentos, garantia da alimentação escolar integral e comunicação interna ineficiente
- PS22 Conflitos no âmbito de currículo e sobreposição de interesse entre licenciaturas afins; 2. Má compreensão de gestão democrática.
- PS23 Ferramentas digitais e relacionamentos interpessoais.
- PS24 Orçamento reduzido, participação da comunidade acadêmica em ações, dentre outras.
- PS25 Falta de orçamento e pessoal em número suficiente.
- PS26 1 - Orçamento limitado; 2 - Sobrecarga de trabalho (no caso, eu sou coordenadora de curso e professora)
- PS27 Dificuldades no âmbito orçamentário e relativa descredibilização da educação pela sociedade após um intenso movimento de disseminação de notícias falsas.
- PS28 cortes no orçamento; modelo de organização curricular (alterações recorrentes)
- PS29 Otimização da distribuição de recursos.
- PS30 Dificuldade orçamentária, dificuldade de gestão e continuidade de projetos quando há mudança de gestão.
- PS31 Orçamento baixo e mal distribuído entre os campi; Entraves burocráticos.
- PS32 Limitação de recurso. As ações de extensão são realizadas por poucos docentes.
- PS33 O mais difícil é fazer com que o debate das temáticas aconteça de forma interdisciplinar, que saiam do escopo dos eixos ligados aos cursos. Exemplo: o trabalho sobre desenvolvimento sustentável é amplamente feito nos cursos que permeiam o meio ambiente, mas não alcança os demais com a mesma importância. A outra dificuldade é que a política educacional é limitada se não existem outras políticas sociais associadas a ela.
- PS34 1 - Carga-horária excessiva para outras atividades dificulta atender as demandas da coordenação; 2 - Falta de quadro de técnicos administrativos para dar suporte às demandas; 3 - Falta de suporte financeiro para fomento em bolsas de pesquisa e inovação
- PS35 Conscientização da comunidade acadêmica sobre o tema.
- PS36 Falta de servidores e orçamento limitado para desempenho das atividades.
- PS37 Implementação e acompanhamento de indicadores de resultados Foco na aprendizagem e resultados educacionais
- PS38 Orçamento
- PS39 Corte de verbas
- PS40 Falta de comunicação entre setores e Dirigentes sem habilidades mínimas para gerir equipes de trabalho.

| | |
|------|--|
| PS41 | Limitação de orçamento; Alta burocracia |
| PS42 | Burocracia Falta de pessoal |
| PS43 | Diálogo institucional assertivo; Clima Institucional; |
| PS44 | Falta de recursos orçamentários; desigualdade das estruturas físicas e de tecnologia entre os campi; baixo senso de pertencimento institucional dos servidores; não há uma política institucional de cuidado com o servidor do interior... |
| PS45 | Falta de recursos públicos. |

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de incursão empírica

Percebeu-se que o *corpus* textual acima e suas sequenciais discursivas evidenciam fatos sociais, econômicos e políticos sinalizadores de um movimento de tentativa de precarização dos serviços públicos no período entre 2016 e 2022, apesar de o País estar no início do Governo Lula que *a priori* traz uma proposta progressista para a gestão pública, de acordo com os respondentes problemas estruturais ainda persistem e o desafio está posto no sentido da mitigação dos efeitos da crise política e retomada da Agenda 2030 no País pelo governo federal. Há recortes textuais reincidentes como a falta de recursos orçamentários, carência de servidores, alta burocracia, ausência de conscientização da comunidade acadêmica sobre o tema dos ODS, baixo pertencimento institucional de alguns servidores, alguns destes mencionados em destaque no quadro de nuvem de palavras a seguir:

Figura 21– Marcos-chave de Problemas Identificados na Gestão Pública do IFCE.



Fonte: Elaborado pelo autor com suporte do site <https://www.wordclouds.com/> a partir dos repertórios captados no campo empírico.

De acordo com Denhardt e Catlaw (2017), com base no pensamento de Simon (1957), a racionalidade se encontra na base da organicidade administrativa. Através das organizações, o pensamento humano racional é estruturado e que institucionalmente agrupado consegue lidar com as questões do mundo social ao redor. Os autores trazem uma discussão sobre a relação entre administração pública e o sistema político. Há no percurso do diálogo epistêmico uma crítica à aridez normativa da gestão pública contemporânea, à intrínseca ligação com operações de governo como reformas administrativas.

Denhardt e Catlaw (2017), com base no esteio teórico de Lowi (1969), criticam a ação de órgãos de governo na execução de políticas públicas pelas limitações e disfuncionalidades. O aspecto central em questão refere-se ao papel das organizações públicas nos processos de decisão e na execução de políticas estatais. A perspectiva democrática da gestão pública apresentada pelos autores se caracteriza pela aproximação de burocratas e cidadãos em diálogos proximais sobre a resolutividade de problemas públicos de forma participativa e por deliberação coletiva.

Identificou-se neste estudo de caso, a partir de sinalizações de repertórios textuais das pessoas gestoras perscrutadas que as disfuncionalidades da gestão pública podem estar atreladas ao modo de condução da racionalidade instrumental e em termos de responsividade e gestão democrática a instituição investigada apresenta um devir de melhorias significativas neste aspecto. Outro aspecto a ser comentado é o corte orçamentário severo experienciado pelos institutos federais de ensino nos últimos anos, limitando a atuação pública em diversos territórios.

No tocante ao tema da responsividade pública em interface com diálogo social e estabelecimento de parcerias, as pessoas gestoras perscrutadas manifestaram as seguintes visões:

Nós temos esse movimento de aproximação com a comunidade externa. Ele se dá de diversas frentes. Ora, nós provocamos e ora, nós somos provocados. É, nós fazemos reuniões. Reunião com povos tradicionais e a partir dessa reunião a gente escuta esse público e vai pensando em ações conjuntas. Isso é um modelo da mesma forma que a gente pode ser provocado, como foi o caso dos povos quilombolas que nos procuraram no final do ano passado[...]Sim, é uma coisa interessante que a gente tem procurado nos nossos trabalhos. Assumir esse viés coletivo, né? [...]além disso daí o IFCE tem assento em vários conselhos. Essa semana a gente já recebeu uma demanda para participar do conselho municipal de cultura aqui de Fortaleza e aí a gente está vendo junto aos professores de artes, quem é que vai, vai ocupar esse assento. Então, internamente, como um mecanismo

de apoio à gestão, a gente tem participação da comunidade externa em muitas comissões nossas. Isso nos ajuda, é um termômetro muito importante. Entretanto, entendo que a gente precisa melhorar mais[...] nós não temos nenhum cientista-chefe no programa do Estado na assessoria de políticas públicas. Nossa instituição, com 33 *campi*. É a instituição pública maior no nosso estado em termos de quantitativo de pessoas, de almas que nós atendemos e de estrutura física, nós não temos um cientista chefe, isso é muito, muito paradoxal. É, e aí eu fico tentando entender o porquê disso. Às vezes eu acho que talvez seja ainda é a ausência de representações do IFCE em instâncias, que são estratégicas, que se nós estivéssemos lá, nós brigariamos, pô, por esse, por mais estrutura para a gente fazer pesquisa, sabe? E isso vale para pesquisa, mas também vale para a extensão, vale para o ensino e para a inovação, entende? É, mas entendo que também é processo e a instituição está crescendo. É tomando pé do que ela é atualmente. A gente ainda está se descobrindo em instituto e tentando entender o que é ser instituto. E é no decorrer dessa transformação, a gente vai ocupar espaço também. Quanto ao poder de transformação que nós, nós podemos ser agentes de nas regiões em que nós nos assentamos. Eu acho que o que nos falta e não é só no campo da extensão é a gente quebrar o muro, literalmente. O muro dos nossos *campis* cercados dos nossos *campi* e irmos encontra as comunidades em alguns momentos[...]Eu nos percebo muito elitista ainda, sabe? A procura do estudante ideal das turmas ideais não é? É e talvez por isso que a gente tenhamos tanta dificuldade ainda em aceitar o público da Educação de Jovens e Adultos - EJA. Não é o público da EJA é que deveria nos aceitar, mas a gente, no auge da nossa arrogância, é a gente que quer aceitar o público do EJA. Então, essa dificuldade é de reconhecimento das diversidades. (PE1)

Olha, Eu ainda escuto pouco a comunidade externa[...] porque os momentos que a gente tem discussão maior com quem não são nossos discentes são com pais e mães e responsáveis em geral, pelos discentes. Eu nem considero que eles estão externos à comunidade. Elas fazem parte da comunidade a partir do ponto que nós temos alunos menores de idade, esses pais, mães e responsáveis acabam participando ativamente da vida de funcionamento da instituição. Mas a comunidade externa efetivamente, a gente acaba tendo pouca oportunidade de escuta. (PE3)

Sim, sim, professor. Inclusive faz parte do nosso programa de trabalho, faz parte do nosso programa de trabalho. Quando colocamos o nosso nome à disposição. Aumentar, ampliar as parcerias institucionais e, obviamente, colocar a Instituição em contato maior com a comunidade externa, né? Ou seja, pensar a gestão para além dos muros da instituição. Todo o entorno, não é? E aí nós estamos num lugar estratégico, município de mais de 100.000 habitantes, que é polo de uma região e também importante estratégico do estado do Ceará que é a região centro-sul. Claro que a partir de 2022, quando a pandemia, né foi colocando, é, é a sociedade em condição melhor de voltar a se articular, de voltar a ter os momentos essenciais a gente já começou a ter contato. Algumas associações com algumas é, comunidades importantes. (PE4)

A partir das sequenciais discursivas percebeu-se que há processos de escuta comunitária no âmbito da instituição bem como dos atores internos (comunidade acadêmica), onde há coexistência de preceitos da cidadania representativa e da cidadania deliberativa. A prática da responsividade pública não é isomórfica no âmbito das unidades. Há *campi* e áreas sistêmicas do macropolítico que de forma

sistematizada escutam as comunidades internas e externas e levam os encaminhamentos para processos de decisão e, outros *campi* que nem tanto.

A própria instituição possui estrutura e mecanismos para isso. Temos o conselho acadêmico, né? Há outras comissões, comissões de heteroidentificação, comissões que fazem parte do Neabi, que é o núcleo de estudos afro-brasileiros e indígenas. A participação da sociedade civil nessas comissões a gente faz questão de ter pessoas[...].O conselho acadêmico, inclusive, nós temos ele sistematizado, nos reunimos a cada 2 meses. Fazemos, aliás, apresentações daquelas ações que o campus tem desenvolvido e a partir daí, vai abrindo as discussões para que esse nosso trabalho ele possa ser acompanhado, não é? Então acho que é uma estrutura que, se bem aproveitada [...]você pode sim ter esse processo de escuta[...].Diálogo social não só com os estudantes, mas também com os docentes e com os, com os técnicos administrativos, não só sobre recursos da assistência estudantil, mas também, por exemplo, com recursos de custeio da 20RL.E aí quando eles trazem a demanda, os docentes nos trazem as demandas, né? Através das nossas reuniões, a gente, vai mostrando. E vai dizendo que. Que vocês acham melhor usar o recurso da 20 RL? No caso do custeio, né? Então esse diálogo tem sempre acontecido, né? Eu tenho sempre focado na escuta no sentido assim, que, mas também ao mesmo tempo, é trazendo a responsabilidade para aquele que está participando, porque eu tenho meu papel que é gerenciar os aspectos finalísticos da instituição à luz do interesse da administração. Não é minha vontade, mas o que de interesse da administração, respeitando a legalidade, porque eu não posso fugir dela. Mas existe também o papel do outro, enquanto o papel do outro, o que que é sua parte? (PE5)

Escuta muita sociedade, certo? Mas dentro da própria instituição, existe alguns regulamentos. Que não inclui a sociedade. Não sei se dá para. É no sentido de que, algumas comissões que são formadas, elas não permitem a inserção. Mas a questão democrática assim pra gente falar do nível da instituição, mas eu creio que a nível da instituição, também seja democrática, é democrática, porque nós também temos representações da sociedade civil dentro das, né, das nossas comissões e dos nossos conselhos. (PE2)

Outra questão correlacionada com a interface entre responsividade pública e os preceitos da Agenda 2030 é o fenômeno da localização, isto é, políticas globais que chegam do macro e são apropriadas na ambiência micropolítica. Na área da Educação Pública, especificamente da política pública operada pelos Institutos Federais, a parceria com os municípios é essencial para sua efetividade. As interfaces da Rede Federal do Ceará com a gestão local é plural e diversificada e é notável a capilaridade no Estado pela sua abrangência direta ou indireta nos 184 municípios do Ceará.

Foi formada uma comissão para elaboração do regulamento da assistência estudantil e essa comissão tinha representação de um estudante de cada campus. Então eu me lembro bem que a gente tinha uma comissão enorme, que a gente se reunia presencialmente para elaborar o regulamento. E a cada 2 anos no processo de revisão, a gente faz com a seguinte metodologia, primeiro, a gente faz reunião nos campus com todas as assistentes sociais,

elas ficam lá à frente de fazer reuniões ou assembleias para coletar demandas, coletar sugestões dos estudantes e a gente forma também uma comissão com portaria. Hoje tem a representação de estudantes. Nessa última revisão, que durou todo o ano de 2022, foi aprovada agora no início de 2023. A gente teve uma metodologia muito parecida com essa certo: a gente pediu uma indicação de todos os campi. [...] Os outros são os processos de orçamento participativo que eu ainda não considero que eles estão no modelo ideal, mas, assim, Eu acredito que alguns campi já conseguem fazer ações nesse sentido que é desenvolver reuniões, desenvolver assembleias no campus para que os próprios estudantes eles possam [...] Não vou dizer que é igual em todos os campi, porque não é. É com relação à organização política dos discentes [...] Então, assim a gente sabe que tem assentos no Conselho Superior [...], mas eu sempre acho que a gente sempre precisa ampliar esses espaços de escuta, precisa trabalhar de forma mais próxima dos estudantes. [...] Alguns não conseguem por n motivos, seja porque tem um histórico de campus de desmobilização dos próprios estudantes ou de pouco interesse [...] eu nunca vi nenhuma oposição, mas a gente sabe que existem, sim, aqueles campi que conseguem um diálogo mais direto, seja com os estudantes, seja com os profissionais e, aqueles que acabam tendo mais um pouco mais de distanciamento. (PE6)

[...] Nós estamos hoje reimplantando, né que a gente passou um tempinho parado. Em relação ao conselho acadêmico [...] que eu acho que é extremamente importante, assim como ferramenta não só transparência, mas de democratização da gestão, é quando a gente tem pessoas participando aí de diversos segmentos do campus, aí vamos iniciar agora, recentemente a gente teve as escolhas de discentes, docentes, técnicos, administrativos. Nós temos representantes da comunidade civil, né, da sociedade civil. Nós temos aqui representantes do poder público municipal. Estamos só na fase final de escolha de um membro. A gente quer também ter um representante do poder público estadual. (PE7)

Nós temos na região da Ibiapaba um grupo chamado de grupo Líder. No sentido da própria sigla, liderança para o desenvolvimento regional [...] é uma ação, é um projeto do Sebrae. Eles reuniram diversas instituições, né? Poder público privado, parceiros de maneira geral, o pessoal do comércio, turismo, enfim, diversas lideranças que foram reunidas na ideia de todos trabalharem juntos para o desenvolvimento da região [...] o primeiro projeto líder Estado do Ceará foi o nosso na Ibiapaba, né? Eu digo nosso, porque a gente do instituto federal, a gente faz parte também desse movimento e eu acho que por meio do movimento líder, a gente conseguiu escutar muitas das demandas, né? Obviamente que são demandas demais, são vários planejamentos em diversos focos. Mas eu buscava sempre observar aquilo que era voltado para a educação, que ele que dava para a educação se encaixar. E um dos pontos era a criação de um de um curso de agronomia na Serra. É que a gente conseguiu atender, esse era um era um grande sonho que o pessoal tinha. Para desenvolver a região, já que uma região extremamente agrícola, então, assim, era um dos espaços que eles tinham para escutar essas demandas [...] sobre escuta interna - Eu costumo dizer algo assim, eu nunca realizei diálogo com a gestão, bate papo com a gestão oficial. Mas eu costumo te dizer que a porta está aberta todos os dias, todos os dias. Eu recebo professores, técnicos. Nós temos as reuniões que a gente realiza também todas as semanas. (PE8)

É, e do ponto de vista externo, a Pró-reitoria de Pesquisa participa de uma série de comissões. reuniões tantos com agentes públicos como privados para entender o que se espera da pesquisa hoje a nível de instituição. Olhar para a instituição, mas também a nível do estado, a nível de Brasil de Mundo, né? Quais são os caminhos hoje? Nós participamos dos fóruns tanto rede federal quanto de todas as instituições de pesquisa do país. Temos assentos

em alguns conselhos vinculados a capes, né? Tentamos esse diálogo sempre com instituições para tentar ouvir, mediar. (PE9)

Através da análise das sequenciais discursivas acima evidenciadas, compreende-se que caso houvesse uma assunção formal de política pelo IFCE em relação aos 17 ODS, haveria um potencial de em rede, a Agenda 2030 chegar a todos os municípios do Estado do Ceará de forma orgânica e sinérgica através de iniciativas integradoras mediadas por seus 33 campi. Os espaços públicos e societal interpenetram-se em concertação social e política na promoção de DS e regional. Uma agenda programática de intenções e alianças corroboram para a efetividade das políticas públicas e alcance social.

Meuleman (2021) em seus estudos sobre as interfaces entre a administração pública e os 17 ODS apresenta a governança em rede como estilo de promoção do engajamento societal e que se coaduna com os preceitos de fundamentação da Agenda 2030, apresentando os seguintes elementos definidores: parcerias, aprendizagem colaborativa, cocriação para inovação, arranjos informais, baseados na confiança, harmonia, comunicação, como diálogo, gestão de processos, diplomacia, dependência mútua, abordagem de ganhos mútuos, consenso, acordos voluntários, convênios. Depreende-se, a partir de uma análise a priori do corpus textual em evidência que há repertórios correlacionados à perspectiva do agir público com base nos marcadores do estilo de governança em rede.

Com base no pensamento de Schaffer, Oehl e Bernauer (2022) a co-ocorrência de altos níveis de relevância da questão e opinião positiva amplifica o efeito direto de ambos na produção de políticas públicas e cria as condições mais favoráveis para induzir novas políticas de desenvolvimento sustentável. A perspectiva teórica é que quando a relevância da questão da Agenda 2030 é alta (baixa) e a opinião sobre as políticas públicas sobre os 17 ODS é claramente positiva (negativa), a atenção dos formuladores de políticas será maior (menor), assim como os ganhos eleitorais (perdas) da ação (inação). Compreende-se que a Rede Federal com sua capilaridade de atuação nos territórios cearenses, parcerias com entes públicos, privados e da sociedade civil, a sua comunidade acadêmica, capital intelectual e político, constitui potencial parceiro na promoção da Agenda 2030 no Estado do Ceará caso haja assunção política.

O **quadro 47** a seguir evidencia sequenciais discursivas relacionadas ao escopo temático de parcerias e sob égide da Teoria Crítica sinaliza ideias emancipatórias no esteio de sua análise.

Quadro 47 - Evidências sequenciais discursivas relacionadas ao escopo temático de parcerias e sob égide da Teoria Crítica sinaliza ideias emancipatórias no esteio de sua análise.

Nós temos muitas parcerias, só que elas são, na sua grande maioria, informais, porque o processo de encaminhamento à procuradoria jurídica é um processo que guarda as suas especificidades. Leva-se, no mínimo, de 2 a 3 meses desde a manifestação dos entes. Até passar pela procuradoria jurídica e, a depender da natureza da ação, CEP e ou Consup. Em função disso, muitos colegas optam por informalizar parceria, o que acaba contribuindo para que a gente não tenha isso em nosso radar. Para você ter uma ideia, a gente tem uma demanda. A gente tem um índice do PDI. Que nós não conseguimos é contemplar empresas oficiais. Por conta da informalidade, então nós temos parcerias sim, voltadas a desenvolvimento do nosso povo ao desenvolvimento do nosso estado, a sustentabilidade. Mas você consegue contar nos dedos aquelas que são formalizadas? E aí é uma pena (PE1).

É aqui, no nosso campus, nós temos muitas parcerias, certo? Nós temos as parcerias em todos os âmbitos, em todas as áreas, né? Na parte educacional, na parte social, na parte produtiva, na parte de infraestrutura[...]E isso tem contribuído também para o bom desenvolvimento e para o bom funcionamento e consolidação do nosso campus. Nós temos parcerias com movimentos populares, associações com as secretarias do município[...]A prefeitura fornece o transporte para todos os alunos, né? E nos 3 turnos. E aí, nesse caso, nós entramos com o motorista e a manutenção do ônibus e combustível. Então, na realidade, nós conseguimos somente o transporte. (PE2)

O vínculo eu diria que nosso parceiro externo mais próximo hoje é a gestão da prefeitura. A gente fez uma aproximação muito interessante com eles e há algumas parcerias que foram mutuamente interessantes [...]Nós temos hoje cadeira no Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, no Conselho de Educação, no Conselho de Saúde municipal e até cadeira estadual de saúde, por conta de um hospital regional[...]nós temos tanto professores como técnicos administrativos que participam desses conselhos e dessas atividades externas e fora essa parceria com o poder público municipal, e em parte estadual (PE3)

É, por exemplo, nós temos aqui no município uma associação dos catadores de lixo, então nós tivemos um momento esse mês de junho. Entendendo, né? A realidade dessas pessoas, porque o lixo de município, por não ter ainda um aterro sanitário, ele fica, ele é considerado um cartão postal assim, bem ruim, da cidade, torna-se esse cartão postal, porque fica na entrada da cidade e nós temos pessoas que trabalham lá e então nós trouxemos esses catadores para entender a realidade. Temos o curso de bacharelado em serviço social, que fez visitas a esse espaço e se colocou à disposição. E aí, a partir dessas conversas e dessas articulações, a gente vai entender como é que essa parceria pode ser muito bem articulada. Ou seja, como a instituição pode ser colocada à disposição dessas pessoas e a gente percebe que nesses primeiros momentos é como se a gente estivesse chegando na cidade[...]tivemos também um contato com um conjunto residencial, onde eles têm uma cozinha comunitária. É nos colocamos à disposição como parceiro, entendendo também essa realidade. É, temos contato direto com os produtores da região, até porque fazemos parte de um projeto do Ministério de desenvolvimento regional que é os Cidits - CENTRO DE INOVAÇÃO E DIFUSÃO DE TECNOLOGIAS PARA O SEMIÁRIDO, onde nós somos polo da rota da fruticultura, então a gente tem feito também esse contato, essas parcerias e ações com os produtores. (PE4)

O campus que dirijo também tem uma aproximação muito forte com as instituições públicas e privadas [...]inclusive com a própria prefeitura municipal, é fazendo parte ali do nosso dia a dia. Nós estamos sempre dialogando [...]Nós temos metas para aumentar o aumento de parcerias, então a

gente tem tido essa aproximação, além do fato de aqui no município do ponto de vista do setor produtivo, nós temos a Associação dos Empresários dos Distritos Industriais, a AEDI que está junto conosco nas nossas ações. (PE5)

Em relação aos cursos, tanto a física, como a licenciatura em física quanto as 2 engenharias, vieram de demandas de audiência pública, a gente estava num momento lá em 2014, momento de audiência pública. Faz tempo. A gente estava com a dívida grande em relação ao município[...]E aí veio da comunidade, durante a audiência pública, né? mais uma licenciatura da área de ciências, né? [...]Deliberar, colocamos 6 opções. E aí se escolheram por 2, né? [...]Daí engenharia elétrica, que saiu mais rápida também e depois veio engenharia mecânica. Então foram esses 3 cursos que saíram de uma demanda local realmente de um debate em audiência pública. (PE7)

Elemento teórico-metodológico 1: Zona Paradigmática

Descritor Sinótico: atores sociais da instituição como sujeitos históricos e não a-históricos, como sujeitos transformacionais

Elemento teórico-metodológico 2: Reflexão sobre o ser

Descritor Sinótico: agentes públicos responsivos e mediadores/articuladores de parcerias geram transformação social. A escuta comunitária (interna e externa) legitima decisões e promove emancipação humana

Elemento teórico-metodológico analítico 3: Gnosiologia sócio-histórica e *práxis* social

Descritor Sinótico: conexões e parcerias fiduciárias contribuem para o estabelecimento de colaboração intersetorial no contexto de promoção de sociedades inclusivas e sustentáveis com inovação social como os modelos da quádrupla hélice (colaboração entre universidades e institutos federais, governos, sociedade civil e empresas) e quádrupla hélice = quádrupla hélice + política de sustentabilidade

Elemento 4: Relação Sujeito - Mediação sujeito-objeto

Descritor Sinótico: O todo está nas partes que formam o todo. De forma simultânea, o espaço societal se constitui ora sujeito ora objeto. A arquitetura social do IFCE agindo efetivamente em rede replica-se nos territórios abrangidos em movimentos sociais emancipatórios, caso haja assunção de política responsiva e não fisiológica.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos repertórios captados no campo empírico em dialogia com pensamentos teóricos de Batista-dos-santos, Alloufa, Nepomuceno (2010), Demo (1985) e Paula (2015).

O corpus a seguir é constituído por sequenciais discursivas que abordam temáticas correlacionadas à capacidade institucional, engajamento e participação de servidores, tecnoburocracia no âmbito da **gestão pública**.

Eu vinha de um processo de trabalho, originado na iniciativa privada e uma parte dele também na rede municipal de ensino. E muito me assusta, me assustou na época o fato de que a organização que adentrei, os fluxos institucionais, as normas, elas eram muito mais implícitas do que explícitas. Elas eram muito mais orais. E personalizadas em algumas figuras. Algo que é culturalmente oficializado naquela época, a cultura institucional era exatamente essa oralidade na forma de gerir a instituição. É algo muito personalista, um exemplo bem prático é setor. Todo, toda rotina daquele setor tinha um servidor que sabia de tudo, todas as informações, todas as práticas quando ele tirava férias, era simplesmente um caos[...]Eu fui começando a ver esse processo institucional de querer se transformar numa Universidade Tecnológica. Não se queria ser Instituto Federal, não estavam nos planos[...]E aí não nos transformamos em universidade tecnológica? Como a maioria dos Institutos, né? Quase Que toda a maioria, com exceção lá do Paraná. Nos transformaram em institutos federais. Fui participante também, direta ou indireta, não é? Acho que todos nós fomos de um movimento de desmoralizar a instituição e despersonalizar os processos. E eu acho que é um processo que ainda está em andamento e que particularmente eu percebo

que ele é salutar para a democracia. À medida em que o padronizo fluxos. Oficializa os fluxos e padrões e normas. E trajetórias de trabalho institucional. Eu contribuo para controle social, transparência. Que são essenciais para qualquer democracia, controle social e transparência e divulgação de rotinas. Então, importante quanto acompanhamento de rotinas e padrões institucionais ao tempo que também se fortalecem. essas rotinas. Automaticamente ou não, porque isso é cultural e processual. A gente vai rompendo com as capitâneas hereditárias. O que é isso? Ah aquele trabalho ali é do fulano. Só ele sabe fazer aquele trabalho e se não for com ele, se se não, não, se a gente não encontrar o fulano, o setor para que era o que eu estava chamando de personalização, né? É, e hoje. Eu. Eu penso que nós melhoramos muito, muito comparando com o meu ano de ingresso 2006 com hoje eu já vejo muita mudança, precisa mudar mais. (PE1)

A burocracia ela deve existir porque no sentido. organizacional, né? De transparência e tal, né? Mas a gente se depara assim a nível aqui de campus [...] das experiências, né? Das vivências que eu que eu tive e que eu tenho, né? Que a gente passa? Assim é essa burocracia. Ela está mais emperrada e empancada nesses processos de aquisições. Na minha visão, ela nem está nem muito mais atrelada essa parte, assim da burocracia em si. Mas no sentido capital humano que não é suficiente, sabe por que é? [...]A gente tem um trabalho aqui no campus. Que é justamente para que, para minimizar esse trabalho da burocracia, porque precisa, né? Então, no início do ano a gente começa a fazer logo os planejamentos. Com relação a questão de aquisições e a gente coloca isso para administração, porque a administração já sabe, não é? Quais são os passos para serem percorridos? E que no final a gente tem que chegar somente lá, na questão da dotação orçamentária. Só porque muitas vezes a gente não consegue chegar até esse ponto. Por que a equipe é pequena[...]E aí a gente tem colocado também com relação a isso levar para as instâncias superiores, né? Com relação à reitoria, justamente verificar uma forma de minimizar essa rotatividade na parte administrativa, como do ensino. Existe também um desafio grande dos campi do interior, né? Muitos servidores não residem no município no campus onde são lotados. Então, muitos servidores ficam fazendo esse traslado, né? Do campus e da origem de onde moram. E muitas vezes se restringe a trabalhar somente a questão do ensino, não é? [...]Parte de alguns servidores, né? Se dedicam somente aquela parte de ensino para cumprir aquele horário [...] há baixo engajamento quando se vislumbra remoção, não se mora na região. Mas engajamento extra Campos, né? Que a gente sabe que tem um leque e um espaço de trabalho enorme que carece que precisa ser desenvolvido. Mas que não tem esse despertar, e aí que acaba sobrecarregando ainda mais aqueles servidores já engajados. (PE2)

Eu diria que não. Eu diria que ainda não. A gente não tem a capacidade institucional ideal. Tem algumas particularidades no campus, especialmente que é esse fator de ter 2 unidades e a gente acabar tendo um corpo de servidores que é insuficiente para cobrir toda essa área. É, a gente se desdobra para que colegas acabem, é desenvolvendo atividades um dia na unidade. Outro dia na outra, para poder suprir essa demanda de serviços públicos. É para essa comunidade interna e externa, mais a comunidade interna por exemplo, a gente tem um psicólogo. Quando ele, esse psicólogo, tem que se deslocar até à segunda unidade para fazer atendimentos a unidade do Centro, ela vai ficar sem esse profissional durante esse período, sujeito a acontecer qualquer situação intempestiva inusitada que precisaria dessa força de trabalho. A gente tem produção de alimento no campus principal, não temos no campus onde fica a segunda unidade, então a gente tem, conseqüentemente, uma diferença no lanche que é fornecido para esses estudantes, o que acaba causando por vezes questionamentos, reclamações E coisas do tipo. Então, em relação à capacidade intelectual, a gente é muito bem servido de pessoas muito capacitadas, tanto docentes como técnicos

administrativos a estrutura, ela deixa um pouco a desejar para que uma estrutura antiga que passou por algumas reformas, mas algumas questões são realmente estruturais. Ter que partir para outra unidade no futuro, a médio, longo prazo[...] (PE3)

Para Meuleman (2021), as organizações públicas ao aplicarem a orientação desenvolvida pelo Comitê de Especialistas em Administração Pública da ONU na forma de 11 princípios de governança efetiva para o DS, que foram endossados pelo Conselho ECOSOC da ONU para fazer uma análise SWOT e desenvolver uma política estratégica de apoio aos ODS, conseguem desenvolver mecanismos institucionais adequados e garantir as competências e habilidades da força de trabalho direcionadas para permitir a promoção dos ODS, tornando o monitoramento e a avaliação do progresso de implementação da Agenda 2030 mais focados na qualidade das instituições públicas e na coerência das políticas, nas parcerias e governança. De acordo com os relatos evidenciados em integração com o repertório captado pelo pesquisador através da observação participante, apesar de fatores limitantes, há condicionantes potencializadoras neste campo quanto à capacidade institucional do IFCE de promover os 17 ODS caso haja investimentos neste fito e decisão política de adesão à Agenda se efetive.

[...] é como instituição com todo esse cardápio de formação, né? Seremos realmente essa instituição diferenciada e de excelência. Basta a gente observar o êxito dos nossos egressos nos diversos eixos de atuação[...] é claro que a gente precisa agora entender nesse novo cenário. Nesse cenário mais otimista, é como essa política, ela vai se reerguer. Nós tivemos uma política extremamente voltada ao investimento na criação desses equipamentos no início em 2008 e essa política foi de certa forma, durante um bom tempo abortada, adormecida. E a gente precisa agora pensar em uma política de consolidação. Acho que uma das grandes metas desse atual governo é consolidar, consolidar a Rede federal, não é? É claro que num cenário ainda mais otimista futuro, de repente, até pensar numa expansão. (PE4)

Sobre Capacidade institucional - Eu acredito que existam demandas reprimidas. Com tudo, eu penso que o Instituto sim poderia oferecer, mas ainda temos questões que vão para além [...] eu acho que a questão da educação, problema da educação no Brasil, ele pode, em algum momento, limitar a nossa capacidade de ação, por exemplo. É quando a gente está dentro do Colégio de Dirigentes discutindo o orçamento. Por exemplo, o campus precisa ter mais computadores, ter uma quadra, precisa ter um restaurante. Isso são questões que deveriam já serem priorizadas pelo governo maior, que é o governo federal, que é o que nos cria e que nos deveria possibilitar todas essas condições. Contudo nós ainda fazemos muita coisa, com o que nós temos. Nós ainda temos essa capacidade de transformação. Eu ainda acredito que nós ainda conseguimos ser não só eficientes como nós conseguimos ser eficazes. Poderíamos até ser mais eficientes até ser mais eficientes em função da nossa capilaridade em função da quantidade de campi que nós temos[...]Nós conseguimos ainda ter um engajamento dos nossos colaboradores, tanto no que diz respeito aos

docentes e técnicos administrativos [...] Eu vou falar pelo campus que dirijo porque eu acredito que o campus possa, em função da sua localização, não, não só pelo fato de estar localizado dentro do distrito industrial, não só por estar localizado dentro da região metropolitana de Fortaleza, está muito próximo a Fortaleza e isso faz com que tanto é que, por exemplo, no nosso caso, nos concursos de remoção, a gente não tenha vaga, tem sempre gente procurando vir para cá. [...] Contudo, o campus ele já tem essa política mesmo de engajamento, de engajar o colaborador. Tanto é que esse ano nós lançamos um programa chamado IFSER, com propósito de promover essa escuta no sentido de que eu, porque acredito que, em escutando nosso colaborador, em ouvir isso traz as suas questões, inclusive individuais e pessoais, a gente possa possibilitar engajamento, como também na promoção de mais informação, a de que o colaborador ele, entenda a instituição na qual, ele faz parte. (PE5)

Mas principal gargalo seria, é, é recursos. Seria realmente recursos que a partir dessa possibilidade de recursos, mais créditos orçamentários para administração de todos os nossos campi [...] bem, eu acho que na nossa formação de como instituição, ela aconteceu muito e inicialmente ela, se ela buscou cumprir lacunas que não era sua obrigatoriedade principal, não era a essa atividade principal. Nós, o IFCE, nós crescemos muito e fomos em muitas unidades, éramos a única instituição de ensino superior em alguns municípios, às vezes até se afastando da educação técnica e profissional que é, é seria a nossa fundamentação maior de existir. [...] Bem, é primeiramente deixar claro que a gente entende que é a ocupação de um cargo de gestão como é, de diretor-geral ele, ele sempre vai permear entre momentos de consulta, momentos de uma participação mais direta da comunidade, uma democracia mais efetiva, se é que podemos chamar assim. Em momentos em que a decisões têm que ser tomadas no âmbito instrumental, no âmbito dos gabinetes. Nem tudo é possível se discutir com a comunidade e nem tudo deve se decidir apenas entre 2 ou 3 atores que compõem a gestão do campus. É nesse período de gestão que a gente tem buscado fazer é essa, é transitar entre esses 2 caminhos, sempre que possível, são pouquíssimos os casos, eu diria. No cargo, enquanto estou no cargo, diretor-geral, tomei alguma decisão sozinho, monocraticamente, sem consultar colegas, sem consulta a atores interessados ou colegas com mais experiência no assunto. E há situações em que a gente convocou assembleia. Para discutir com toda a comunidade sobre qual caminho deveríamos tomar em relação a alguma ação. A distribuição de orçamento, ocupação de alguma unidade ou mesmo transferência de algum curso para uma outra unidade. Eu diria que não chega a haver uma preponderância. Diria que a gente está conseguindo ficar mais ou menos no meio do caminho [...] Entre a atividade mais burocrática naquilo que a burocracia nos deixou de bom, o fluxo dos processos, a rigidez, ao tratamento isonômico. Então, entre a burocracia, e é e quando possível, já no modelo societal, em que cidadão o destinatário daquele serviço público, ele tem voz ativa para opinar. Então a gente fica, a gente fica em, consegue permear bem entre esses entre os 2 cenários [...] Mas, em essência, é motivando pela missão institucional. Para quem isso dá certo e motivando pela impessoalidade para quem não costuma se sensibilizar tanto com o papel institucional, por exemplo É, apesar de entender que não só o nosso campus de primeiro, mas toda a Rede Federal do Ceará faz tudo o que está ao seu alcance. Acho que em relação à capacidade instalada, a gente ainda fica um pouco aquém por alguns gargalos [...] tem que voltar a falar insuficiência de orçamento, até mesmo falta de às vezes de interesse de motivação de alguns servidores para se engajar. Algumas atividades que não são as atividades específicas de ensino, pesquisa e extensão da instituição [...] A gente acaba ficando um pouco aquém daquilo que poderia fornecer. (PE3)

Alguns fatores inibidores da capacidade institucional foram evidenciados pelas pessoas gestoras, embora haja forte capacidade intelectual, há unidades desprovidas de infraestrutura e equipamentos adequados além da problemática de baixo engajamento de servidores em situação de remoção que pode gerar descontinuidade de projetos e ações devido à elevada rotatividade de colaboradores.

Dando continuidade ao processo de evidenciação de sequencias discursivas, as próximas pessoas gestoras entrevistadas relativizam ao mesmo tempo que afirmam a real visão dos atores da comunidade acadêmica em relação ao projeto educação do IFCE e seu atrelamento aos preceitos de uma sociedade inclusiva e sustentável.

Você se coloca como desafio na sua efetivação, seja por uma série de motivos, seja porque a gente tem uma sociedade contraditória. Porque existe uma demanda própria de capital e aí essa relação de exploração, capital, trabalho, ela vai permear ao meu ver, toda e qualquer relação institucional. O que o mercado demanda, o que o estado demanda e o que a sociedade civil demanda. Então, assim, o que a gente espera é que estes que impasses passem[...] que se consiga é ter acesso a essa educação mais humanista, mais ampla, plural possível, que forme não só pro mercado de trabalho, mas que forma também cidadãos críticos e livres com capacidade de pensamento, com capacidade de engajamento com mudanças em questões relevantes como a justiça social, como a justiça ambiental como a defesa dos direitos humanos[...], há cursos que conseguem avançar mais nessa perspectiva e outros que não. E aí, isso vai depender de uma série de questões, isso vai depender do corpo docente, do corpo discente. das relações que são travadas institucionalmente com relação ao cumprimento por exemplo, é dos currículos e a gente vai ter currículos muito diversos no IFCE, que é uma coisa que se questiona é, é então assim, a gente vai ter gestões [...] por isso que a gente precisa tanto estimular esse protagonismo dos nossos estudantes para que eles reivindiquem e tensionem esses processos, porque a gente não tem uma, instituição que ela consegue sanar todas essas necessidades de acessibilidade, de igualdade de gênero e de relações racistas que isso ainda define muitas coisas[...] (PE6)

Pronto, nas regiões nos municípios onde o instituto federal ele está, não é? Eu acredito que existe uma boa estrutura, né? Dá pra seguir, é lógico, precisa de mais investimento em profissional mesmo. É, por exemplo, a gente vê em alguns campi, que foram instalados em alguns municípios, a quantidade de servidores é mais baixa, é menor a quantidade de investimento em relação ao orçamento é menor [...] claro, muita coisa fica limitada ao curto prazo, mas médio e longo prazo existem boas possibilidades. O grande problema e a grande questão é em relação à quem não é contemplado. Existem regiões do nosso estado e aí, pela política e desenvolvimento integral do estado do Ceará,,existem regiões que o IFCE poderia instalar[...] A gente percebe certas limitações em relação ao atendimento. Digamos, Campus X recebe uma demanda local, para a criação de um curso inovador na área que não é de atuação do campus, mas que para isso, se precisa de um apoio logístico. E logístico, no sentido de orientação de como implantar esse curso, como investir também, porque eu preciso de professores, preciso de servidores para atuar, de um apoio orçamentário financeiro, de diálogo institucional com a comunidade. Então preciso de um conjunto de aparatos. E aí a gente se limita a dizer assim: mas infelizmente, eu não posso. Por que não pode?

porque eu estou limitado[...]E às vezes é porque já tem um campus ali na região. Aqui na região há uma menor concentração de institutos federais. Às vezes a gente tem essa demanda de município. E eu não tenho como atender, justamente porque eu não tenho o mínimo necessário[...]assim a gente tem 2 grandes colegiados de gestão na Rede, o conselho superior e o colégio de dirigentes. Então, são 2 grandes colegiados que assim. Para uma Gestão Democrática, eu acho que são muito bons. Você tem um conselho superior em onde você tira representantes dos campi e não apenas gestores, né? É representantes professores de técnicos administrativos e de estudantes. E das 5 regiões, não é? Como são divididas administrativamente o IFCE. Então o conselho superior como órgão consultivo e deliberativo, acho muito bom. O colégio de dirigentes que é algo mais fechado, porque é um colégio de gestores, né? Você tem ali os diretores de todos os campi, debatendo, discutindo as saídas para a gestão, então, são 2 excelentes ferramentas de gestão. Agora, mas, porém, contudo, todavia. Eu vejo em algumas situações, como documentos institucionais [...]então, por exemplo, quando vai chegar algo no colégio de diretores, pra gente? A título de informação, diga se de passagem, né? Foi algo que sequer foi conversado com nenhum dos e vou citar aqui também a extensão e a pesquisa também. Que não foi conversado na base, então às vezes a gente precisa... Se você tem uma discussão dessa um pouco mais abaixo, os fóruns, é isso dá subsídio para que seu diretor, sua diretora de ensino, seu diretor de ensino possa dizer, olhal, acho que vai ser discutido isso lá no Colégio de Dirigentes, a nossa opinião está sendo essa. Da mesma forma, se eu do departamento administrativo. Na gestão anterior, então a gente tinha um pouco mais de debate. Eu, enquanto diretor de ensino, debatia um pouco mais [...] Mas, enfim, são algumas diferenças que a gente percebe[...]E uma outra coisa, por exemplo, lá no conceito superior há muito ad referendum [...] É aquele negócio que já está normatizado, já está escrito só, para os conselheiros aprovarem. Eu, sinceramente, eu não gosto muito disso. Quando se utiliza ad referendum é excepcional, né? Então, se algo emergencial mesmo dá pra fazer, agora você tem uma pauta de 20 temas e 15 serem ad referendum[...] Eu acho que perde um pouco o sentido[...]que se possa despachar o que já foi decidido, né? Se não sai da conotação deliberativa do conselho, da discussão e da deliberação coletiva, né? Acaba tendo a um viés mais unilateral e isso impactar na gestão democrática, né? Legitimidade também, né? (PE7)

Muitas vezes eu encaro que a burocracia às vezes ela é necessária para a gente poder atender o que está nas legislações, nas normas e muitas vezes eu encaro que isso é uma segurança, principalmente para a gente enquanto gestor. Enquanto ordenador de despesa, a gente está buscando seguir toda essa burocracia. Em termos processuais, em termos de legislação, acaba sendo uma segurança para a gente [...] Eu acho que assim temos engajamento. É, pelo menos no campus. Eu não tenho muita dificuldade, sabe? A gente sempre que que precisa, a gente está ali, tanto para ouvir quanto nos momentos também de solicitar. Acho muitas vezes a gente está ali que vai montar as comissões e as pessoas estão disponíveis. Querem participar, ajudam. É de maneira geral, a gente não tem dificuldades em relação a esse engajamento, não. (PE8)

Identificou-se que há também no corpus da análise deste recorte, manifestações sobre o exacerbado legalismo e tecnoburocracia, a importância da burocracia e dos marcos normativos em termos de segurança institucional, críticas ao modelo de gestão institucional e às situações que embarreiram decisões coletivas como aprovação de processo ad referendum em instância de Conselho Superior.

Uma primeira vertente é mais legalista, vamos assim dizer [...] como instituição pública e pautada em uma série de regramentos. Que de órgãos de controle, né? [...] É, vamos dizer assim, descredibilizar a existência deles é passar por cima [...] Eu acredito que hoje a gente tenha muito mais questões normativas e que essas questões normativas, elas podem ou não, estimular esse trabalho, vamos dizer assim, de engajamento dos servidores, mas assim, não há como ao meu ver, em uma instituição pública, como gestora, está falando como gestora, se estimular a essa participação, sem um alinhamento ou sem uma ponderação com os marcos legais.? No final na gestão pública, que talvez seja diferente da gestão privada, o gestor público, ele é penalizado do ponto de vista, vamos dizer, individual [...] por mais que você esteja trabalhando na coisa pública, quando você responde ao processo que você responde com o CPF e não com o CNPJ [...]a participação ao engajamento com aquilo que a coisa pública pede, né? Nesse contexto, eu diria até que a fazer gestão pública é mais difícil de fazer a gestão privada. No IFCE eu percebo que há sim esse alinhamento, essa tentativa de alinhamento com esse ordenamento. Dentro de uma instituição tão grande [...] a participação existe, óbvio. Nós somos uma instituição que eu considero acessível e muito mais acessível que muitas outras, inclusive instituições de ensino. Mas é claro que existe um limite de como essa participação se dá no contexto de você ter quase 4000 servidores. É óbvio que vai ter um grupo, com a constituição de comissões a constituição de processos de consulta pública. Esse processo ele vai se dar de forma, talvez indireta, né? Através daquele representante, através daquela consulta pública que fica pública, aí cada um dá sua opinião também. Eu acho que existe um estímulo, mas ele é limitado. A capacidade de braço operacional que a instituição tem para coletar e fazer esse processo participativo, né? (PE9)

[...] Eu tenho insistido com alguns colegas sempre que o debate sobre a divisão da Rede no Ceará vem à tona, como veio no começo deste ano, um colega do nosso campus colocou isso de novo para circular, tá? Divisão do Instituto Federal em 2. Seria melhor, então você criar um IFCE Centro-Sul e outro pegaria Fortaleza, Região Metropolitana e a parte Norte do Estado [...] eu insisto nos colegas para dizer o seguinte, o problema não é o tamanho. O problema é o modelo de gestão. E aí eu brinco fazendo comparativos. Eu brinco dizendo assim: Cuba e aí o pessoal torce o nariz. Eu digo bom Cuba, cheio de problemas, né? A gente sabe, ok, tudo bem, mas lá não tem fome, não tem miséria, não tem sem teto. A gente pode até discutir que, do ponto de vista da massa geral da renda da população, ela é bem mais baixa do que a gente consegue convencionar classe média. Então não há riqueza efetivamente social, mas vamos pensar o seguinte, sempre vem argumentos assim: Cuba não tem gente morando na rua, não tem miséria, não tem isso, não tem aquilo outro, mas é muito pequeno. Cuba é do tamanho do Ceará[...]praticamente, está tudo bem, vamos falar da Suécia. Então a Suécia é do tamanho do Recife. A Suécia é país capitalista, governado pela social-democracia. Vamos olhar muitas décadas a Suécia. Ano passado, ela teve registrados oficialmente 62 assassinatos. O Brasil passa e muito das dezenas dos milhares de mortos por ano. Aqui é uma guerra civil, é a que a gente tem nível de assassinatos, mortes violentas é de qualquer país de guerra conflagrada. A Suécia do tamanho do Recife, tem 62. Aí alguém pode dizer, mais Cuba e Suécia. Esses são pequeninhos, tá bom? Então vamos comparar com Caucaia? Então Caucaia, maior município, maior até do que o Fortaleza. Vamos comparar com a Suécia? Vamos comparar com Cuba? Dá para comparar? Temos muita pobreza, miséria, pessoas nas ruas, pessoas assassinadas. Não dá, entendeu? Então, o problema não é tamanho, o problema é modelo. É modelo de organização de sociedade, é modelo de organização institucional. Nós temos um modelo de organização institucional e aí isso é de novo, né? É pra gente pensar para frente, está certo? A gente eu já pensando hoje em dia, então o nosso modelo de organização institucional, ele não, ele não permite formas mais efetivas de participação,

de participação institucional. É um modelo muito engessado e muito hierarquizado, perfeitamente alinhado com aquilo que o Marx Weber [...] Isso é, há um modelo que funciona a partir de uma racionalidade burocrática que possui hierarquias muito bem definidas. Há instâncias de tomada de decisão e essas decisões são colocadas e possui um corpo técnico capaz de dar consequência a elas. Esse é um modelo que nós temos um modelo, só que o nosso modelo ele é muito interessante[...]ele é complexo e ele é contraditório, porque, por outro lado, nós temos um modelo que abraça, por exemplo a participação efetiva paritária da comunidade na eleição dos seus dirigentes. Olha que doideira. A gente escolhe de forma direta e paritária, Direção campus, Reitoria, entendeu a gente. Escolhe e ao mesmo tempo, esses gestores públicos são escolhidos, porém, eles não têm como, não há arquitetura institucional que permita entregar aquilo que se propõem a fazer aquilo que se quer. (PE10)

Partindo de uma anamnese reflexiva, a ambiência institucional do IFCE configura-se como um sistema político balizado por uma arquitetura de gestão plural e contraditória, com a existência de movimentos internos antagônicos e convergentes replicando no micropolítico a ambiência macropolítica de Brasília. A democracia representativa requer aparatos de controle social com base de Educação Política cuja dinâmica de efetividade dependerá dos acordos mediados e da agenda de interesses dos stakeholders da instituição. O modelo de gestão abraça a tecnoburocracia ao mesmo tempo que coexiste com a liberdade de pensamento e de expressão, apesar das opressões superpostas tangenciarem as bordas periféricas institucionais a partir do poder centralizado.

Então nós temos um descompasso acho, há um descompasso entre uma vontade de instituição que surge a partir da manifestação de diversos setores do nosso IFCE, que se e que são canalizados em momentos, por exemplo, em que nós debatemos efetivamente a instituição que são momentos institucionais de eleições, por exemplo. Há um descompasso entre isso e aquilo que se é possível fazer efetivamente a partir de uma estrutura muito hierarquizada, muito burocratizada, etc, etc, et c. Bom, então há um descompasso para dizer um abismo separa essas 2 dinâmicas, burocracia e participação[...] engajamento, participação, acho que existem algumas. A gente pode colocar entre aspas, né? reuniões de gestão em que permitem uma maior troca entre colegas, como por exemplo os encontros pedagógicos, etc. Porém, mesmo assim, essas iniciativas, elas são muito pequenas. Sou muito pequenas, entendeu? As enquetes nas pesquisas que são feitas para tentar medir o grau de satisfação engajamento dos colegas é no Q-acadêmico, todo início de semestre que a gente fica com o que é acadêmico travado, tem que responder aquelas coisas todas lá e etc, e nunca há uma devolutiva daquilo, então, os mecanismos institucionais que foram encontrados para gerar esse tipo de diálogo com a comunidade ou forma mais ampla infelizmente, eles carecem de imaginação, eu diria pra falar o mínimo, a gente precisaria ter uma imaginação institucional maior e aí a gente só consegue desenvolver isso, quando a gente tem a disposição de abrir um canal de diálogo. Que não seja um canal de diálogo imediatista, em que a gente permita que as ideias fluam e que os encontros aconteçam e que não haja uma necessidade de imediatismo de resposta açodada para resolução de problemas. A gente precisaria de alongar o nosso tempo é de, de relações institucionais, que teria que ser mais alongado, com mais calma, sabe? Para pensar as coisas, realmente a gente não tem isso[...] e para completar o problema. Aí eu acho que é um problema grave. É uma característica do Instituto Federal do Ceará uma burocratização excessiva, na minha visão excessiva e um apego ao a legalismo que um apego a determinados legalismos que na verdade travam, travam muitos processos. Vou citar um exemplo, o PIT (Plano Individual de Trabalho Docente) e o RIT (Relatório

Individual de Trabalho Docente). PIT, gente. Certo, você deve estar vendo como é que está a confusão agora, né? Existem várias camadas pra gente debater isso. É, nós docentes somos obrigados a entregar um OIT, RIT, somos, OK? É uma normativa do MEC. Tudo bem. O MEC disse que é assim que se faz o cálculo e sim, controla a nossa carga horária de docentes. Tudo bem, a gente não vai entrar num grau de desobediência civil burra. Se não, não vamos entregar. Não faz sentido. Nós vamos cumprir isso. Não é? Se você for numa Vara do fórum Clóvis Beviláqua ou em qualquer outra instância da justiça aqui no Estado do Ceará, por exemplo, bate lá na Secretaria, na Secretaria da Vara e perguntar, olha, eu queria saber aqui qual é a carga horária de trabalho do juiz, que horas ele entra, a que horas ele sai, quantos processos ele julga por mês em que sentido? Quem faz isso? Em que perspectiva? Que tal, você não vai conseguir, cara, nenhuma informação? Nenhuma. Agora para nós, tem que estar lá no site porque vai pro site. Agora, o que que eu faço em termos de pesquisa? Tudo bem, é isso que o que a gente chama de sociedade está querendo. Vamos entregar. Só que quando você desce do nível de Ministério e vem para o nível institucional, o IFCE assim como todos os outros Institutos, têm autonomia de criar o mecanismo regulatório a partir do qual o PIT, RIT vai ser aplicado na nossa realidade institucional. Nós definimos isso institucionalmente, cara. O espelho de pontuação é a gente que define. Então, veja só a reunião que eu fiz no mestrado agora não conta nada. No trabalho não posso nem mencionar a banca de amanhã de qualificação no doutorado. Não conta, não conta no meu Pit RIT. A banca que eu vou estar na quinta do TCC lendo 91 páginas de TCC nada conta, caramba, entendeu? Vai estruturar hoje o PIT, RIT, não conta aí, por exemplo, a ação de extensão. Eu fiz várias ações de extensão, vai contar uma ou 2? Nem lembro. Agora com uma ou 2 mãos, mas fiz 4,5,6 não conta orientação de trabalhos, aí eu oriento tanto, eu estou orientando 3 no mestrado, um na graduação, não conta, parece conta 1 ou conta 2. Até pouco tempo não contava, parece que houve uma reformulação [...] então é uma decisão institucional dizer assim, você faz 10, mas eu vou levar em conta um[...] é inacreditável, é uma decisão institucional te obrigar a colocar documentos comprobatórios, tanto no PIT quanto no RIT, é institucional. Entendeu? E da mesma forma é institucional a gente não ter criado um mecanismo de articulação e centralização disso, de modo que todos os departamentos ficam soltos. Ninguém sabe como fazer proceder para onde mandar, agora que está havendo esse esforço de tentar padronizar, organizar tudo isso. Mas desde 2016 nunca houve essa perspectiva[...] E, por outro lado, há um apego à uma lógica extremamente técnica e burocratizada de educação que ainda domina os nossos institutos federais. Modo geral, mas de modo específico, é o IFCE e o campus, uma lógica muito cartesiana, muito positivista, etc, que ainda domina. E se fosse só isso, tudo bem, ainda vai lá, mas o problema é quando você tenta impor uma lógica cartesiana e positivista, atravessada por lógicas clientelistas, patrimoniais entendeu que atravessa a nossa instituição de forma que a regra, a lei e a hierarquia, elas só servem no fim das coisas das contas, para manter estruturas para, para manter feudos em funcionamento, para excluir os indesejáveis e etc. Então, eu acho que acaba sendo um pouco uma instituição nesse nível [...] [Aí vem aquela questão, como é que a gente combate isso? Não, não tem muita saída. A gente combate isso, só forçando as bordas, forçando os limites [...] mais transparência, com mais republicanismo, mais participação...] você vai combatendo assim, conversando? O efeito prático disso tudo é incontestável, difícil. (PE10)

O Quadro 48 apresenta ideias correlacionadas às expectativas das pessoas gestoras deste *corpus* do Governo Lula em relação à política de gestão pública da educação pública profissional e tecnológica. O pesquisador analisa à luz

da Teoria Crítica sobre as interfaces da política de teto de gastos do governo federal e o risco da precarização dos serviços públicos na área da Educação.

Quadro 48 - Mapa sinótico semântico sob égide da Análise Crítica do Discurso de Seccional de Recortes do Corpus Textual que aborda as Expectativas dos Gestores em relação ao Governo Lula.

DAS 1 (Pêcheux, 2015):– sequencias discursivas autônomas – DAS

[...] A questão do investimento [...]na formação dos profissionais, né? A gente observa aqui na nossa rede, um quantitativo significativo de servidores que ainda precisam, assim que almejam, sua formação, à sua titulação com relação à questão a de mestrado e doutorado, né? [...] creio que também perpassa pela valorização também dos servidores, a questão de remuneração, né? [...] em outro ponto, também é com relação aos investimentos com relação à expansão[...] expansão do ensino com relação à questão da infraestrutura, com relação também à questão da de oferta de cursos [...] não há como a gente obter resultados positivos se esses investimentos virem atrelados à tecnologia [...] investimento para que dê condições também para a nossa comunidade discente ter condições de terminar os seus cursos, seus estudos. (PE2)

Eu espero que um novo governo, um governo que em primeiro lugar, entende o papel transformador e revolucionário que a educação pode ter na vida de todas as pessoas. Que a gente tenha sobre nós um olhar mais preocupado, em dar melhores condições dos estudantes permanecerem em sala de aula. (PE3)

Enfim, mas no momento é de consolidação. Para que a gente esteja sempre mais forte. A gente já é forte quanto presença, a nossa capilaridade, ela é inigualável, né? Enquanto estrutura, enquanto equipamento de educação. Então nós já somos muito fortes enquanto presença institucional que a gente precisa ser forte agora é com relação à infraestrutura, as políticas de incentivo aos estudantes e fortalecimento da nossa rede. A capacidade intelectual de entregar a formação política, a formação cidadã, a formação acadêmica, intelectual, nós já temos, não é? O que a gente precisa de fato é que as políticas elas sejam mais efetivas para a sociedade brasileira de uma vez por todas consolidadas, para que a gente seja definitivamente uma política de estado e não simplesmente uma política de um governo (PE4)

Muita coisa está voltada ao orçamento, né orçamentário e financeiro que a gente precisa hoje em dia melhorar nossa instituição. E se você melhora as nossas estruturas, a gente consegue ter um melhor atendimento ao nosso público, à nossa comunidade [...] uma fonte de investimento na assistência estudantil de forma mais massiva porque a gente precisa para combater a vulnerabilidade social.[...] eu já esperava que nesse primeiro ano do novo governo a gente tivesse dificuldade, porque a gente ainda tem diretrizes do governo anterior, mas acredito que já está melhor do que a gente imaginava. (PE7)

De maneira assim, bem apertada, e sabe que muitas vezes não basta só ter força de vontade. Sem dinheiro é complicado, não é? É, a gente viveu um cenário de todas as contas aumentando todo ano, é as repactuações, né? As convenções coletivas de trabalho e aumenta tudo e aumento de energia, de água, enfim. E aumento de demanda, já que o campus, quando ele aumenta o número de servidores, aumenta o número de estudantes, tudo aumenta, aumenta o consumo de energia, enfim, e a gente vive momentos de aperto orçamentário, né? Sem querer trazer também para a conotação política, mas assim de um governo que parece que não buscava priorizar educação [...] mas quando o governo atual chega e busca resolver essa necessidade que a gente tinha orçamentária. Acho que a gente fica de uma forma mais confortável para trabalhar, né? E muitas vezes não é nem o próprio governo federal que dá esse caminho que dá essa diretriz. Às vezes a própria instituição busca esse caminho e você tendo o caminho tendo norte, tendo recurso, você acaba realizando aquilo que a gente acha que é mais importante, sabe? É, vem aí um novo PDI para a gente pensar, planejar, pensar nos rumos do IFCE e para onde a gente quer ir, para onde a gente vai, a gente vai continuar

crescendo. Eu acho que a gente vai chegar no momento, vai estar tudo bem organizado, equiparado e assim, no momento também que a gente é, vai estar estabilizada, até em termos de crescimento. (PE8)

Pesquisa sempre vai perpassar por orçamento, mas nem sempre o problema é só dinheiro, certo? Eu acho que existe uma questão também de valorização de pessoal [...] O orçamento para a pesquisa para aquisição, ele é importante. A gente hoje, hoje, do ponto de vista de pesquisa, a gente tem um parque, um parque de laboratórios, isso não é um privilégio só do IFCE. Eu diria de todas as ICTs federais, que foram muito estimulados e ampliados justamente nos 2 primeiros mandatos, principalmente no segundo mandato do governo Lula. E que hoje? Está mais ou menos com 10 anos, de 8 a 10 anos [...]. Se a gente for pensar na obsolescência desses laboratórios, a gente tem um parque de pesquisa defasado. Então assim precisa do estímulo de orçamento de custeio para renovação dos parques laboratoriais, para a oferta de um melhor sistema, precisa de uma melhor maturidade da utilização dos marcos legais e talvez, o processo de desburocratização desse acesso das Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs) com a sociedade, porque hoje tudo ainda é muito difícil[...]quando eu falo regulação da segurança jurídica para os parques, poderia ser um processo menos burocrático. Brasil hoje, por exemplo, não tem uma carreira de pesquisador, né? Isso é um fator externo que desestimula novos pesquisadores. (PE9)

Deslinearização sintática das DAS

Interdiscursividade/intertextualidade segundo (MAGALHÃES, MARTINS E RESENDE, 2020) possibilita:

Reflexão Epistêmica: Para Paula (2015) a teoria dialética, base da epistemologia crítica frankfurtiana reflexiona que os fatos sociais são determinações cuja gênese não está situada em aparatos lógicos, mas em modelo compreensivo que os conecta com processos sociais e suas contradições.

Visão microssociológica da prática social: preservação continuada pelo sistema capitalista de estado de exceção econômica do país com a limitação do teto de gastos públicos, incluindo os cortes orçamentários com educação de natureza social.

Aspectos e contextos discursivos: A Emenda Constitucional n.º 95/2016, um novo formato fiscal com limitações de dispêndios do governo federal que estaria vigente até 2036, cercearia investimentos lastreadores da qualidade e ampliação dos serviços públicos, aporte de novas tecnologias e inovação, remuneração justa, planos efetivos de melhoria na carreira pública. Com o Novo arcabouço fiscal - LEI COMPLEMENTAR Nº 200, DE 30 DE AGOSTO DE 2023 publicado no Diário Oficial da União, (DOU de 31/08/2023) que instituiu o modelo fiscal sustentável para possibilitar estabilidade na vertente macro da economia do Brasil delineando condicionantes ajustadas ao crescimento socioeconômico, com base no art. 6º da Emenda Constitucional nº 126, de 21 de dezembro de 2022, e no inciso VIII do caput e no parágrafo único do art. 163 da Constituição Federal; e modificando a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), mesmo sendo bem menos restritivo que a Emenda Constitucional nº 95, há condicionantes que limitam os gastos públicos com educação que só poderão ser revertidos caso haja aumento de impostos e crescimento econômico.

Hermenêutica Crítica: desvela-se então no âmbito da gestão e máquina públicas fenômenos administrativos e políticos de desmonte gradativo do Estado do Bem-estar Social gerando restrições no alcance potencial dos serviços e entregas públicas diante de cenário de crescimento demográfico.

Perspectivas de Alternativas Emancipatórias (Visão do Pesquisador): Sociedade civil e movimentos sociais em ação reivindicatória com agenda política e programática, educação política dos cidadãos, maior controle social societal.

Fonte: Elaborado pelo Autor

Não há como na conclusiva desta seção, deixar de abordar e dialogar sobre subcidadania, isto é, o fortalecimento das hierarquias sociais no desvelar da ideologia

da igualdade de oportunidades, evitando cair numa redundância verborrágica sem aplainamento científicizado. No aqui e agora, trago uma reflexão política: há um atavismo na gênese do setor público brasileiro, talvez de origem ibérica, que a elite política e econômica está imbricada à ação institucional do Estado e o mesmo deve ser interpelado por isso? A Constituição de 1988 delineou uma sistemática de planejamento e controle composta por agenda orçamentária e setorial alicerçada por indicadores e objetivos que constituem ferramental de avaliação das contas e iniciativas públicas e suas efetivas contribuições ao atendimento das atividades societais.

Nesta etapa da escrita científica, o pesquisador decide delinear uma observação em diálogo contextualizado com a nova conjuntura fiscal do país e com a visão crítica dos autores Mariano (2019) e Souza (2015), por avaliar pertinente a partir da emersão temática após incursão no campo empírico. A emenda constitucional 95 até antes da promulgação do Novo Marco Fiscal brasileiro em 30 de agosto de 2023 (Lei Complementar nº 200/ 2023) deveria reduzir os dispêndios públicos federais a 13% do PIB, equiparando-se a média de países africanos, enquanto na Europa, o valor médio é de cerca de 49,9% do PIB (MARIANO, 2019). O parágrafo segundo do artigo 1º da Lei complementar nº 200 (Novo Arcabouço Fiscal) preconiza que “a política fiscal da União deve ser conduzida de modo a manter a dívida pública em níveis sustentáveis, prevenindo riscos e promovendo medidas de ajuste fiscal em caso de desvios, garantindo a solvência e a sustentabilidade intertemporal das contas públicas”, sendo que pelo novo regramento, os dispêndios terão como teto 70% do incremento real das receitas em dois semestres até junho do ano antecedente, com valor mínimo de 0,6% e máximo de 2,5% (Lei Complementar nº 200/ 2023). Logo, segue em curso em nosso país com nova dimensão, o desmonte do Estado do Bem-Estar Social restringindo o alcance societal dos institutos federais e universidades públicas.

A gestão pública no devir ideal, não se admite espoliar o cidadão em detrimento de interesses que não sejam os vinculados à busca do bem comum coletivo. Das dinâmicas políticas, emergem os riscos de estelionato eleitoral e de usurpação do poder público por políticos corruptos em uma sociedade ancorada por desigualdades sociais e regionais. Percebe-se então que a administração pública está inserida em um sistema político de contradições, onde há ainda vieses patrimonialista

e fisiologista e coexistindo, as premissas do compromisso social e ético com a geração de valor público. Neste diapasão, há o esperar da emergência de uma ciência ética para a política com responsabilidade social pública lastreada por processos de elucidação crítica dos sujeitos sociais através de projetos de educação emancipatória. Souza (2015), em sua obra “A tolice da inteligência brasileira” explicita processos de dominação e de naturalização da desigualdade no âmbito da sociedade brasileira. Para o autor, no mundo social distorcido, os detentores de privilégios injustos, aceitos coletivamente pela questão do “mérito”, reproduzem suas ideias pelo convencimento silencioso das pessoas excluídas de privilégios através da violência simbólica.

Através da dominação de estruturas de poder, a elite consegue explorar ecossistemas naturais e a força de trabalho humana dos não privilegiados. O somatório de rendimentos de capital (lucros, juros, aluguel) é arrebatada por cerca de 1% dos mais ricos no Brasil, provenientes da transferência dos demais 99% restantes (SOUZA, 2015). O papel ético da ciência para a política é elucidar este fosso social e dar visibilidade à população do que não é visto a olho nu na realidade societal. A ignorância de coletivos sociais corrobora para a perpetuação de privilégios injustos pelos intelectuais que os intitulam de privilégios merecidos. O ordenamento social contemporâneo é legitimado pela Ciência que pode encobrir as relações de poder dos privilégios injustos quando não a serviço do esclarecimento dialético e crítico. A apologia científica e laudatória não pode ratificar inverdades e conformação com realidades sociais deturpadas. Logo a premissa fundante desta pesquisa é possibilitar ao leitor um espectro de hermenêuticas diante da atual crise civilizatória de valores, onde no mundo prático há uma agenda global de promoção de sociedades sustentáveis e inclusivas em um sistema econômico contraditório. O Brasil enquanto sociedade periférica situada na América Latina é convidado a liderar o processo de consecução dos 17 ODS, não só por sua gênese natural, mas porque aqui a ideação da Agenda 2030 foi germinada tanto na Rio 92 como na Rio + 20.

Diante das elocubrações contextualizadas, a evidenciação do pensamento da pessoa entrevistada 1 propicia ao leitor até aqui, reflexão interpretativa sinótica sobre o espectro das histórias de vida oralizadas e visões emersas através das falas das pessoas gestoras:

Exatamente. Então nossa instituição é complexa. Nossa instituição faz a gente chorar de alegria e às vezes chorar também de tristeza. A nossa instituição é, nos aborrece, mas a gente também ama. Ela também nos alegra

e ela é um espelho também das contradições da nossa sociedade, né? A gente precisa ter esse olhar como nós também somos, contradições ambulantes, né? Mas, o mais legal disso tudo é que a gente continua se movendo com esse intento de mudar vidas, impactar vidas, de se relacionar com o outro, de trazer esse outro pra cá. (PE1)

Na perspectiva plasmática de como o construto da gestão pública pode contribuir para a consecução dos ODS, delineou-se um estudo em uma realidade micropolítica de uma autarquia federal que se constitui como a segunda maior operadora da política pública de educação profissional e tecnológica no Brasil, sobre suas dinâmicas gerenciais e especificidades do tecido social, deparando-se com uma psicofera organizacional complexa, instigante, contraditória e transformadora de vidas humanas.

4.7 Proposição Seminal de Modelo de Gestão e Responsividade Públicas para a consecução dos 17 ODS da Agenda 2030 da ONU no IFCE.

A partir das interfaces do pesquisador com os campos teóricos e empíricos foi possível germinar uma proposição seminal de um modelo de **Gestão e Responsividade públicas** voltadas para a consecução dos 17 ODS da agenda 2030 da ONU no âmbito do IFCE, como alternativa emancipatória de contribuição à localização dos objetivos do desenvolvimento sustentável nos municípios abrangidos pela Rede Federal do Ceará, apesar do contexto de contradições do capitalismo dito administrado, agora intitulado pela elite econômica de “regenerativo” (Figura 22).

A Rede Federal do Ceará a partir de setembro de 2023 delineará o seu Plano de Desenvolvimento Institucional para o período de 2024 a 2027, havendo sinalizações pela gestão superior de alinhamento com os 17 ODS. A primeira ideação coaduna-se com o processo de perscrutação comunitária que dar-se-á na fase de diagnose das fortalezas, fraquezas, ameaças e oportunidades, mapeamento de *spillovers* (transbordamentos/externalidades positivas e negativas) e de escutas coletivas de demandas da comunidade interna e externa, através de plataforma digital, reuniões regionalizadas e fóruns coletivos em alinhamento comunicacional com os preceitos da Agenda 2030 por meio de campanhas educativas, divulgação nas redes sociais e capacitações *on-line* autonomizadas ou em parceria como por exemplo com a Escola Nacional de Administração Pública - ENAP. A recomendação é que no processo de desenho dos objetivos institucionais haja atrelamento dos mesmos aos

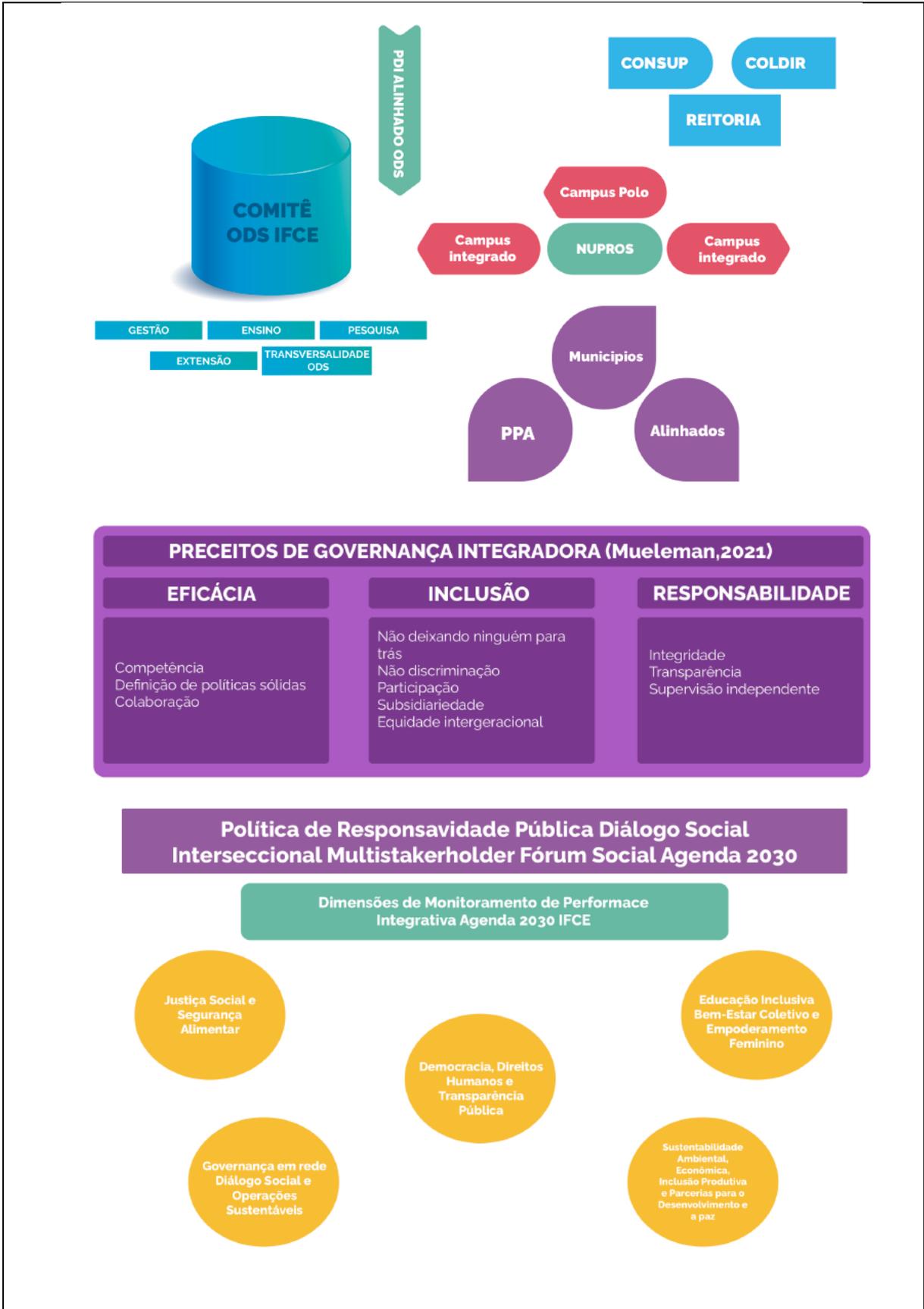
17 ODS e suas metas relevantes. Em conjunto com o delineamento do Mapa Estratégico da Instituição no âmbito da sua identidade estratégica, haverá a concepção da Declaração Política de Compromissos do IFCE com a Agenda 2030 a partir dos 5 marcos-chave do Marco de Cooperação entre a ONU e o Brasil para o período 2024-2027 que são: 1) Transformação Econômica para o Desenvolvimento Sustentável; 2) Inclusão Social para o Desenvolvimento Sustentável; 3) Meio Ambiente e Mudança do Clima para o Desenvolvimento Sustentável; 4) Governança e Capacidades Institucionais e 5) Relação das Ações Humanitárias e de Desenvolvimento Sustentável (ONU BRASIL, 2023, p.131).

No âmbito da Declaração de Política é importante evidenciar de forma interconectiva e transversal as diretrizes de alinhamento dos processos finalísticos Ensino, Pesquisa e Extensão aos fitos da Agenda 2030. A criação do Comitê ODS (CODS IFCE) e dos Núcleos de Promoção da Sustentabilidade/Agenda 2030 (NUPROS) nos campi corroborará para fortalecer a governança em rede da Reitoria em conjunto com os 33 campi e os municípios abrangidos na promoção territorializada dos 17 ODS no Estado. O CODS IFCE deliberará sobre iniciativas vinculadas à Agenda 2030 no IFCE, monitorará a performance institucional através de indicadores no âmbito de dimensões-chave e fará interfaces de alinhamento com as instâncias de Governança Coldir – Colégio de Dirigentes, Consup – Conselho Superior e com o Conselho dos ODS, retomado pelo Governo Lula em 01.01.2023 e vinculado à Secretaria Geral da Presidência da República. As dimensões que direcionarão o processo de monitoramento do desempenho das ações pró-ODS no IFCE são:

- 1) Justiça Social e Segurança Alimentar;
- 2) Democracia, Direitos Humanos e Transparência Pública;
- 3) Educação Inclusiva, Bem-Estar Coletivo e Empoderamento Feminino;
- 4) Governança em Rede, Diálogo Social e Operações Sustentáveis;
- 5) Sustentabilidade Ambiental, Econômica, Inclusão Produtiva e Parcerias para o Desenvolvimento e a Paz.

Figura 22 – Proposta Seminal de Modelo de Gestão e Responsividade Públicas para Consecução 17 ODS/Agenda 2030 no âmbito do IFCE





Fonte: Elaborado pelo Autor

O CODS IFCE será constituído por 1 docente, 1 técnico administrativo, 1 discente de cada campus designados por consulta coletiva mais 2 representantes da sociedade civil e 2 representantes do poder público. O NUPROS será instalado nos *campi* com 2 representantes da gestão pública, 2 docentes, 2 técnicos administrativos, 3 discentes e 2 representantes da sociedade civil da região de planejamento do Estado no qual o mesmo estiver inserido. O NUPROS desenvolverá ações de desdobramento da Declaração de Política nos *Campi* bem como articulará a comunidade interna e externa nos processos de disseminação da Agenda 2030 e de alinhamento de políticas locais aos ODS. Caberá ao NUPROS mapear se os municípios da região abrangida estão com seus planos plurianuais alinhados aos 17 ODS e estimular/orientar como fazer a gestores públicos municipais que ainda não realizaram integração do planejamento municipal com a Agenda 2030, fortalecendo o processo de localização. O CODS e NUPROS serão formalizados através de portaria assinada pelo Reitor da Instituição.

É importante que a Declaração de Política de Compromissos do IFCE com a Agenda 2030 contemple pelos menos dois pilares dos 11 princípios de governança para os ODS preconizados pelo ECOSOC da ONU, dentre eles:

- 1) **Não deixando ninguém para trás** - para garantir que todos os seres humanos possam realizar seu potencial em dignidade e igualdade, as políticas públicas devem levar em conta as necessidades e aspirações de todos os segmentos da sociedade, incluindo os mais pobres e vulneráveis e aqueles sujeitos à discriminação;
- 2) **Equidade intergeracional** - para promover prosperidade e qualidade de vida para todos, as instituições devem construir atos administrativos que equilibrem as necessidades de curto prazo da geração atual com as necessidades de longo prazo das gerações futuras.

Em relação ao arcabouço da responsividade pública, o IFCE deverá elaborar uma Carta de Compromissos de Escutas Comunitárias e Diálogo Social Intersceccional com diferentes stakeholders, com aporte de um plano de ação anual neste escopo. Cada campus em conjunto com o seu NUPROS e o CODS realizarão anualmente até 2030 o Fórum Social Agenda 2030 para avaliar a evolução de implementação dos ODS nos territórios regionalizados abrangidos, visitar

estratégias e disseminar novos conhecimentos sob égide da visão de indivisibilidade da sustentabilidade.

Com base no processo de revisitações de literatura com foco em administração pública, responsividade e responsabilidade social públicas e desenvolvimento sustentável bem como incursões empíricas abduativas, o pesquisador delineou uma *framework* que integrada ao modelo em tela seminalmente proposto, possibilitará aos 661 *campi* da Rede Federal do Brasil, diagnosticar o nível de maturidade das contribuições da gestão e responsividade públicas à consecução dos 17 ODS através de 32 indicadores distribuídos em cinco dimensões.

O modelo teórico de análise da presente pesquisa foi balizado pelo constructo **Gestão e Responsividade Públicas para o Desenvolvimento Sustentável/Agenda 2030**. Após aplicação da técnica da análise fatorial exploratória através de 33 variáveis, uma foi eliminada por baixa carga de atrelamento ao fator (as variáveis com carga fatorial maior ou igual a 0,4 foram aproveitadas), houve a emergência de novas cinco dimensões, a partir dos fatores germinados, que foram nominados pelo pesquisador sob égide teórica. A amostra que possibilitou a AFE foi composta por 166 respondentes sendo 21 dirigentes do nível estratégico do IFCE, 24 gestores de nível tático, 79 docentes e 42 técnicos administrativos em educação.

Por se tratar de uma *framework* de vertente escalar, com base em Costa (2011) as seguintes etapas processuais foram desenvolvidas: 1) concepção do construto a partir de lastro teórico e delineamento da matriz de integração epistêmica; 2) germinação das variáveis da escala; 3) delineamento do questionário de pesquisa; 4) aplicação da técnica de análise multivariada fatorial exploratória; 5) validação e enquadramento das variáveis aos fatores emergentes (variáveis latentes); 6) nomeação dos fatores sob esteio teórico e abduativo; 7) concepção da *framework* com estágios de avaliação e seus descritores.

O Quadro 49 evidencia a modelo esquemático da *framework* analítica.

Quadro 49 - *Framework* analítica do estágio de maturidade de gestão e responsabilidade públicas para o desenvolvimento sustentável/agenda 2030 dos Institutos Federais (IFs).

| | | | | |
|--|-----------|---|-----------|-----------|
| Dimensão: Justiça Social e Segurança Alimentar | | | | |
| Variável : ODS 1 - Combate à pobreza | | | | |
| Descritor: O Instituto Federal de alguma forma, contribui para acabar com a pobreza. | | | | |
| Estágio 1 | Estágio 2 | Estágio 3 | Estágio 4 | Estágio 5 |
| () indicador não é pertinente à realidade organizacional | | () o indicador não se encontra em nenhum dos estágios na organização pública | | |
| Dimensão: Justiça Social e Segurança Alimentar | | | | |
| Variável : ODS 2 - Segurança nutricional, alimentar e eliminação da fome | | | | |
| Descritor: No Instituto Federal, há oferta de refeições gratuitas para os alunos que auxiliam no bom desenvolvimento nutricional, contribuindo para a erradicação da fome, visando a segurança alimentar | | | | |
| Estágio 1 | Estágio 2 | Estágio 3 | Estágio 4 | Estágio 5 |
| () indicador não é pertinente à realidade organizacional | | () o indicador não se encontra em nenhum dos estágios na organização pública | | |
| Dimensão: Justiça Social e Segurança Alimentar | | | | |
| Variável : ODS 10 - Reduzir assimetrias sociais | | | | |
| Descritor: O IF contribui para diminuir as desigualdades sociais nas regiões em que atua. | | | | |
| Estágio 1 | Estágio 2 | Estágio 3 | Estágio 4 | Estágio 5 |
| () indicador não é pertinente à realidade organizacional | | () o indicador não se encontra em nenhum dos estágios na organização pública | | |
| Dimensão: Democracia , Direitos Humanos e Transparência Pública | | | | |
| Variável : Transparência Pública e Gestão Responsável de Recursos | | | | |
| Descritor: O IF administra recursos públicos de forma transparente e responsável | | | | |
| Estágio 1 | Estágio 2 | Estágio 3 | Estágio 4 | Estágio 5 |
| () indicador não é pertinente à realidade organizacional | | () o indicador não se encontra em nenhum dos estágios na organização pública | | |
| Dimensão: Democracia , Direitos Humanos e Transparência Pública | | | | |
| Variável : Sociedade Democrática | | | | |
| Descritor: O IF contribui para uma sociedade democrática | | | | |
| Estágio 1 | Estágio 2 | Estágio 3 | Estágio 4 | Estágio 5 |
| () indicador não é pertinente à realidade organizacional | | () o indicador não se encontra em nenhum dos estágios na organização pública | | |
| Dimensão: Democracia , Direitos Humanos e Transparência Pública | | | | |
| Variável : Gestão Ética e Socialmente Responsável | | | | |
| Descritor: O IF adota uma gestão ética e socialmente responsável | | | | |
| Estágio 1 | Estágio 2 | Estágio 3 | Estágio 4 | Estágio 5 |
| () indicador não é pertinente à realidade organizacional | | () o indicador não se encontra em nenhum dos estágios na organização pública | | |
| Dimensão: Democracia , Direitos Humanos e Transparência Pública | | | | |
| Variável : Direitos Humanos e Respeito à Diversidade | | | | |
| Descritor: O IF promove direitos humanos, a não discriminação, o respeito à diversidade | | | | |
| Estágio 1 | Estágio 2 | Estágio 3 | Estágio 4 | Estágio 5 |
| () indicador não é pertinente à realidade organizacional | | () o indicador não se encontra em nenhum dos estágios na organização pública | | |
| Dimensão: Educação Inclusiva, Bem-Estar Coletivo e Empoderamento Feminino | | | | |
| Variável : ODS 3 - Qualidade de vida em todas as idades | | | | |
| Descritor: O IF desenvolve projetos que visam promover o bem-estar de alunos, professores e técnicos administrativos em todas as idades com o objetivo de assegurar uma vida saudável | | | | |
| Estágio 1 | Estágio 2 | Estágio 3 | Estágio 4 | Estágio 5 |
| () indicador não é pertinente à realidade organizacional | | () o indicador não se encontra em nenhum dos estágios na organização pública | | |
| Dimensão: Educação Inclusiva, Bem-Estar Coletivo e Empoderamento Feminino | | | | |
| Variável : ODS 4 - Educação Inclusiva e Continuada | | | | |
| Descritor: O IF trabalha em seu currículo meios que visam assegurar uma educação inclusiva e equitativa de qualidade com o foco em promover oportunidades de aprendizagem para todos | | | | |

| | | | | |
|---|-----------|---|-----------|-----------|
| Estágio 1 | Estágio 2 | Estágio 3 | Estágio 4 | Estágio 5 |
| () indicador não é pertinente à realidade organizacional | | () o indicador não se encontra em nenhum dos estágios na organização pública | | |
| Dimensão: Educação Inclusiva, Bem-Estar Coletivo e Empoderamento Feminino | | | | |
| Variável : ODS 5 - Empoderamento feminino e Equidade de Gênero | | | | |
| Descritor: O IF desenvolve projetos/ações que buscam abraçar a igualdade de gênero dentro da instituição, guiando meninas e mulheres para sua permanência e empoderamento dentro desta rede de ensino | | | | |
| Estágio 1 | Estágio 2 | Estágio 3 | Estágio 4 | Estágio 5 |
| () indicador não é pertinente à realidade organizacional | | () o indicador não se encontra em nenhum dos estágios na organização pública | | |
| Dimensão: Educação Inclusiva, Bem-Estar Coletivo e Empoderamento Feminino | | | | |
| Variável : Qualidade de Vida dos Servidores | | | | |
| Descritor: O IF desenvolve iniciativas efetivas voltadas para promoção da saúde e qualidade de vida de seus servidores | | | | |
| Estágio 1 | Estágio 2 | Estágio 3 | Estágio 4 | Estágio 5 |
| () indicador não é pertinente à realidade organizacional | | () o indicador não se encontra em nenhum dos estágios na organização pública | | |
| Dimensão: Governança em Rede, Diálogo Social e Operações Sustentáveis | | | | |
| Variável : Priorizar Políticas balizadas por Cidadãos | | | | |
| Descritor: O IF prioriza políticas que são referenciadas pelos cidadãos. | | | | |
| Estágio 1 | Estágio 2 | Estágio 3 | Estágio 4 | Estágio 5 |
| () indicador não é pertinente à realidade organizacional | | () o indicador não se encontra em nenhum dos estágios na organização pública | | |
| Dimensão: Governança em Rede, Diálogo Social e Operações Sustentáveis | | | | |
| Variável : Governança na solução de falhas, conflitos e promoção de sinergias | | | | |
| Descritor: No âmbito do IF, a Governança é considerada um método para gerenciar conflitos, falhas e sinergias, um ponto de partida para melhorar a Administração Pública | | | | |
| Estágio 1 | Estágio 2 | Estágio 3 | Estágio 4 | Estágio 5 |
| () indicador não é pertinente à realidade organizacional | | () o indicador não se encontra em nenhum dos estágios na organização pública | | |
| Dimensão: Governança em Rede, Diálogo Social e Operações Sustentáveis | | | | |
| Variável : Governança para a Sustentabilidade | | | | |
| Descritor: O IF adota um modo de Governança para a sustentabilidade ao lidar com problemas complexos em um contexto de caráter multissetorial e multinível | | | | |
| Estágio 1 | Estágio 2 | Estágio 3 | Estágio 4 | Estágio 5 |
| () indicador não é pertinente à realidade organizacional | | () o indicador não se encontra em nenhum dos estágios na organização pública | | |
| Dimensão: Governança em Rede, Diálogo Social e Operações Sustentáveis | | | | |
| Variável : Tomadas de decisão da gestão com base em escutas das comunidades interna e externa | | | | |
| Descritor: Há processos efetivos de escuta ativa das comunidades internas e externas nas tomadas de decisão de gestão do IF | | | | |
| Estágio 1 | Estágio 2 | Estágio 3 | Estágio 4 | Estágio 5 |
| () indicador não é pertinente à realidade organizacional | | () o indicador não se encontra em nenhum dos estágios na organização pública | | |
| Dimensão: Governança em Rede, Diálogo Social e Operações Sustentáveis | | | | |
| Variável : Políticas EPT balizadas por escutas comunitárias | | | | |
| Descritor: As políticas públicas de educação profissional e tecnológica no Brasil são lastreadas por escutas comunitárias | | | | |
| Estágio 1 | Estágio 2 | Estágio 3 | Estágio 4 | Estágio 5 |
| () indicador não é pertinente à realidade organizacional | | () o indicador não se encontra em nenhum dos estágios na organização pública | | |
| Dimensão: Governança em Rede, Diálogo Social e Operações Sustentáveis | | | | |
| Variável : Licitação Sustentável | | | | |
| Descritor: O IF adora critérios sociais e ambientais nos processos licitatórios | | | | |
| Estágio 1 | Estágio 2 | Estágio 3 | Estágio 4 | Estágio 5 |
| () indicador não é pertinente à realidade organizacional | | () o indicador não se encontra em nenhum dos estágios na organização pública | | |
| Dimensão: Governança em Rede, Diálogo Social e Operações Sustentáveis | | | | |
| Variável : Diálogo Social com Stakeholders | | | | |
| Descritor: O IF desenvolve um diálogo social contínuo com os diferentes públicos com os quais se relaciona | | | | |
| Estágio 1 | Estágio 2 | Estágio 3 | Estágio 4 | Estágio 5 |
| () indicador não é pertinente à realidade organizacional | | () o indicador não se encontra em nenhum dos estágios na organização pública | | |

| | | | | |
|--|-----------|---|-----------|-----------|
| Dimensão: Governança em Rede, Diálogo Social e Operações Sustentáveis | | | | |
| Variável : Organização Ágil na solução de problemas educacionais | | | | |
| Descritor: O IF é considerado uma organização pública ágil na solução dos problemas educacionais da sociedade | | | | |
| Estágio 1 | Estágio 2 | Estágio 3 | Estágio 4 | Estágio 5 |
| () indicador não é pertinente à realidade organizacional | | () o indicador não se encontra em nenhum dos estágios na organização pública | | |
| Dimensão: Sustentabilidade Ambiental, Econômica, Inclusão Produtiva e Parcerias para o Desenvolvimento e a Paz | | | | |
| Variável : ODS 13 - Combater Causas dos Efeitos das Mudanças Climáticas | | | | |
| Descritor: O IF tem propostas que tenham como objetivo encontrar medidas reais para combater a mudança do clima e os impactos ambientais. | | | | |
| Estágio 1 | Estágio 2 | Estágio 3 | Estágio 4 | Estágio 5 |
| () indicador não é pertinente à realidade organizacional | | () o indicador não se encontra em nenhum dos estágios na organização pública | | |
| Dimensão: Sustentabilidade Ambiental, Econômica, Inclusão Produtiva e Parcerias para o Desenvolvimento e a Paz | | | | |
| Variável : ODS 14 - Oceanos, mares e recursos marinhos sustentáveis | | | | |
| Descritor: O IF desenvolve propostas de conscientização da necessidade de conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos. | | | | |
| Estágio 1 | Estágio 2 | Estágio 3 | Estágio 4 | Estágio 5 |
| () indicador não é pertinente à realidade organizacional | | () o indicador não se encontra em nenhum dos estágios na organização pública | | |
| Dimensão: Sustentabilidade Ambiental, Econômica, Inclusão Produtiva e Parcerias para o Desenvolvimento e a Paz | | | | |
| Variável : ODS 15 - Ecossistemas terrestres sustentáveis e combate à desertificação | | | | |
| Descritor: O IF em sua opinião desenvolve projetos e/ou programas que tenham como objetivo central, proteger, recuperar e promover o uso consciente e sustentável dos ecossistemas naturais. | | | | |
| Estágio 1 | Estágio 2 | Estágio 3 | Estágio 4 | Estágio 5 |
| () indicador não é pertinente à realidade organizacional | | () o indicador não se encontra em nenhum dos estágios na organização pública | | |
| Dimensão: Sustentabilidade Ambiental, Econômica, Inclusão Produtiva e Parcerias para o Desenvolvimento e a Paz | | | | |
| Variável : ODS 12 - Produção e Consumo alinhados aos preceitos da Sustentabilidade | | | | |
| Descritor: O IF promove programas que priorizam a conscientização dos discentes e colaboradores frente ao desenvolvimento de padrões de produção e de consumo sustentável | | | | |
| Estágio 1 | Estágio 2 | Estágio 3 | Estágio 4 | Estágio 5 |
| () indicador não é pertinente à realidade organizacional | | () o indicador não se encontra em nenhum dos estágios na organização pública | | |
| Dimensão: Sustentabilidade Ambiental, Econômica, Inclusão Produtiva e Parcerias para o Desenvolvimento e a Paz | | | | |
| Variável : ODS 17 - Cooperação Internacional para o Desenvolvimento Sustentável | | | | |
| Descritor: O IF promove diálogos que visam contribuir para efetivar meios de implementação de parcerias para o desenvolvimento sustentável | | | | |
| Estágio 1 | Estágio 2 | Estágio 3 | Estágio 4 | Estágio 5 |
| () indicador não é pertinente à realidade organizacional | | () o indicador não se encontra em nenhum dos estágios na organização pública | | |
| Dimensão: Sustentabilidade Ambiental, Econômica, Inclusão Produtiva e Parcerias para o Desenvolvimento e a Paz | | | | |
| Variável : ODS 16 - Cultura de Paz, Sociedades Inclusivas e Segurança Institucional | | | | |
| Descritor: O IF promove diálogos que têm como propósito conscientizar a comunidade interna e externa sobre a importância da promoção de sociedades pacíficas e inclusivas, para o desenvolvimento sustentável e para a promoção do acesso à justiça. | | | | |
| Estágio 1 | Estágio 2 | Estágio 3 | Estágio 4 | Estágio 5 |
| () indicador não é pertinente à realidade organizacional | | () o indicador não se encontra em nenhum dos estágios na organização pública | | |
| Dimensão: Sustentabilidade Ambiental, Econômica, Inclusão Produtiva e Parcerias para o Desenvolvimento e a Paz | | | | |
| Variável : ODS 8 - Crescimento Econômico com Justiça social, Pleno emprego e Trabalho Decente | | | | |
| Descritor ; O IF promove diálogos/programas ou soluções que visam a promoção do crescimento econômico, inclusivo e sustentável, focando no desenvolvimento de emprego pleno e produtivo decente para todos. | | | | |
| Estágio 1 | Estágio 2 | Estágio 3 | Estágio 4 | Estágio 5 |
| () indicador não é pertinente à realidade organizacional | | () o indicador não se encontra em nenhum dos estágios na organização pública | | |

| | | | | |
|---|-----------|---|-----------|-----------|
| Dimensão: Sustentabilidade Ambiental, Econômica, Inclusão Produtiva e Parcerias para o Desenvolvimento e a Paz | | | | |
| Variável : ODS 11 - Cidades e Territórios inclusivos e sustentáveis | | | | |
| Descritor: | | | | |
| Estágio 1 | Estágio 2 | Estágio 3 | Estágio 4 | Estágio 5 |
| () indicador não é pertinente à realidade organizacional | | () o indicador não se encontra em nenhum dos estágios na organização pública | | |
| Dimensão: Sustentabilidade Ambiental, Econômica, Inclusão Produtiva e Parcerias para o Desenvolvimento e a Paz | | | | |
| Variável : ODS 6 - Saneamento Sustentável e Universalização do acesso à Água | | | | |
| Descritor: | | | | |
| Estágio 1 | Estágio 2 | Estágio 3 | Estágio 4 | Estágio 5 |
| () indicador não é pertinente à realidade organizacional | | () o indicador não se encontra em nenhum dos estágios na organização pública | | |
| Dimensão: Sustentabilidade Ambiental, Econômica, Inclusão Produtiva e Parcerias para o Desenvolvimento e a Paz | | | | |
| Variável : ODS 7 - Energia sustentável e Acessível a todos | | | | |
| Descritor: O IF desenvolve ações ou estratégias que promovam a consciência dos discentes, professores e técnicos administrativos e comunidade externa sobre a implementação de soluções que objetivam desenvolver os assentamentos humanos, visando tornar os mesmos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. | | | | |
| Estágio 1 | Estágio 2 | Estágio 3 | Estágio 4 | Estágio 5 |
| () indicador não é pertinente à realidade organizacional | | () o indicador não se encontra em nenhum dos estágios na organização pública | | |
| Dimensão: Sustentabilidade Ambiental, Econômica, Inclusão Produtiva e Parcerias para o Desenvolvimento e a Paz | | | | |
| Variável : ODS 9 - Inovação Inclusiva e Indústria Sustentável | | | | |
| Descritor: O IF contribui com processos de industrialização inclusiva e sustentável fomentando a inovação. | | | | |
| Estágio 1 | Estágio 2 | Estágio 3 | Estágio 4 | Estágio 5 |
| () indicador não é pertinente à realidade organizacional | | () o indicador não se encontra em nenhum dos estágios na organização pública | | |
| Dimensão: Sustentabilidade Ambiental, Econômica, Inclusão Produtiva e Parcerias para o Desenvolvimento e a Paz | | | | |
| Variável : Mitigação de Impactos Ambientais | | | | |
| Descritor: O IF adota medidas que atenuam seus impactos ambientais | | | | |
| Estágio 1 | Estágio 2 | Estágio 3 | Estágio 4 | Estágio 5 |
| () indicador não é pertinente à realidade organizacional | | () o indicador não se encontra em nenhum dos estágios na organização pública | | |
| Dimensão: Sustentabilidade Ambiental, Econômica, Inclusão Produtiva e Parcerias para o Desenvolvimento e a Paz | | | | |
| Variável : Contribuição para o Desenvolvimento Sustentável | | | | |
| Descritor: Os investimentos públicos do IF contribuem para o desenvolvimento sustentável da região em que atua | | | | |
| Estágio 1 | Estágio 2 | Estágio 3 | Estágio 4 | Estágio 5 |
| () indicador não é pertinente à realidade organizacional | | () o indicador não se encontra em nenhum dos estágios na organização pública | | |

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de revisão de literatura e incursão empírica abduativa

O pesquisador adaptou a denominação gradativa delineada no âmbito do questionário para uma escala com 5 estágios com os seguintes descritores; a) estágio 1 (normativo): práticas ou entregas públicas cumprem as normas vigentes e ou gestores tratam o assunto de forma irrefletida; b) estágio 2 (basilar) – iniciativas e ações existem mas não integrada a uma declaração de política de compromissos com o desenvolvimento sustentável; c) estágio 3 (processual) – existem práticas e entregas públicas com processos e procedimentos definidos com indicadores de mensuração de desempenho; d) estágio 4 (institucional) – a organização possui uma declaração

de política que contempla a temática e a mesma está integrada aos processos de gestão e ao plano de desenvolvimento institucional e, d) estágio 5 (inovador) – há investimentos na inovação da prática e entregas dos serviços correlatos, a instituição é referência neste escopo no segmento em que atua, lideranças e servidores engajados com a temática. Caso a pessoa respondente identifique que a instituição não se encontra em nenhum dos estágios mencionados ou se o indicador não é pertinente à realidade institucional à qual pertence, a mesma assinalará itens correspondentes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fito global do presente estudo foi analisar a **Gestão e Responsabilidade públicas** de uma Rede Federal de Ensino no Nordeste do Brasil, identificando as contribuições desta para o alcance dos ODS da Agenda 2030 da ONU.

Em dialogia com autores prospectados, a proposta do agir científico do pesquisador foi humanizar o estudo em tela a partir da mediação no estado da arte com a vertente da pesquisa qualitativa em interface científica com a análise crítica do discurso e teoria crítica no esteio ideopolítico. A pesquisa quantitativa também foi adotada sob égide dos métodos mistos evidenciando dados e informações complementares relevantes e esclarecedoras. A ciência orgânica, intento da presente investigação, propicia sob auspícios da artesanaria científica, integração do pesquisador ao objeto de estudo e constituição, mesmo que não modelada e deliberativa, de uma comunidade de pesquisa. O campo empírico em simbiose seja convergente ou divergente com a teoria, numa perspectiva abdutiva, faz emergir visões plurais e elementos teóricos neófitos que circundam o corpus textual da escrita científica no devir de sua contextualização sócio-histórica.

Nesta etapa conclusiva do presente estudo, reflexões políticas epistêmicas são aportadas, compreendendo-se que o diálogo político e contextualizado é transversal aos diferentes escopos de investigação para além do pragmatismo e tecnicismo. Pode-se parecer incomum a atual escrita científica conclusiva, embora salutar diante da importância da temática abordada e do contexto de transição política que o País experiencia após recente assunção de um novo presidente no dia primeiro de janeiro de 2023.

Compreende-se que a administração pública não é a-histórica e marcos civilizatórios impulsionam sociabilidades e mudanças em uma sociedade de organizações. No caso brasileiro, há singularidades culturais nacionais e subnacionais que caracterizam as organizações públicas brasileiras e as definem. Com a Reforma do Estado no final da década de 1990, as instituições públicas federais experienciaram mudanças estruturais e culturais no âmbito da vida social em suas ambiências, abrangendo aspectos funcionais, relacionais, tecnológicos, éticos, políticos e culturais. A importação de modelos de gestão, a hibridização institucional delineada pela justaposição, sobreposição de subculturas locais e internacionais diante de processos de mundialização societais, influências de bancos multilaterais de fomento

e de agências internacionais, o pacto político neoliberal internacional do Consenso de Washington, privatizações, publicização de políticas públicas aos agentes não estatais, o aporte de novas tecnologias de gestão, a integração mundializada pelas novas tecnologias informacionais e comunicacionais influenciaram mudanças na cultura organizacional pública brasileira.

No aspecto social, há traços culturais e políticos **em nosso País** balizados por processos de reprodutivismo societal e engendramentos identitários cujas raízes estão vinculadas ao processo de colonização. A perspectiva da cultura organizacional pública decolonial germina no âmbito do esteio epistêmico na área de estudos organizacionais com o devir de pesquisas epistêmicas e antropológicas mais profícuas. A presente pesquisa não se isenta ideologicamente e traz nesta etapa teleológica aspectos causais fundantes da grave desigualdade social existente no Brasil, do histórico de um país que impetrou uma abolição tardia da escravidão, fato que gerou uma dívida social para com a população de negros que perdura até os dias atuais. O papel do Estado no processo de mitigação das assimetrias sociais e regionais através de organizações públicas socialmente responsáveis e íntegras que geram valor público é fundamental na promoção da verdadeira justiça social e perpassa por uma **Modelo de Administração e Responsividade públicas** que seja comprometido com os preceitos constitucionais de desenvolvimento sustentável inclusivo.

Outro aspecto público preocupante em nosso país é que a desigualdade de poder é reflexo de uma sociedade ainda ancorada na desigualdade social, do baixo nível de educação política e empoderamento social. Um país que apesar da miscigenação, da diversidade humana e cultural e dos avanços das políticas públicas coadunadas com direitos humanos, apresenta retrocessos preocupantes quando se traz para o radar do debate crítico temas como racismo, ausência de uma profícuo democracia racial, misoginia, homofobia, transfobia. A Administração Pública deve direcionar para além dos marcos normativos e funcionais da gestão esforços sinérgicos para promoção e garantia de direitos humanos e sociais.

A pesquisa em tela sinaliza a necessidade de aperfeiçoamento do Modelo de Gestão e Responsividade públicas para a consecução dos 17 ODS de uma Rede Federal Pública de ensino composta por 33 *campi*.

Há uma questão preocupante no ano de 2023 que é a diminuição orçamentária nas rubricas do custeio e da assistência estudantil, que se não for

revertida poderá haver demissão de terceirizados e precarização da oferta de refeições e cerceamento da oferta de auxílios sociais para os estudantes em situação de vulnerabilidade social, aumentando a evasão. A política de contenção dos gastos primários como educação, como forma de gerar superávit primário e atender anteriormente aos preceitos da emenda constitucional N°095 e agora ao Novo Arcabouço fiscal (Lei complementar nº 200/2023), bem como 50% do orçamento federal estar destinado ao pagamento de juros e serviços da dívida pública poderá ampliar a desigualdade social em nossa país que já é um dos mais desiguais e de maior concentração de renda do planeta.

No tocante ao objetivo A, avaliar a relação entre as iniciativas de ensino, pesquisa e extensão com os ODS no espaço institucional por meio de mapeamento de práticas correlatas, a pesquisa através das perscrutações qualitativa, quantitativa e via análise documental, identificou que existem práticas vinculadas dos processos finalísticos da Rede Federal do Ceará à Agenda 2030, mas inexistente uma Declaração de Política, isto é, uma assunção formal de apoio aos 17 ODS. Há iniciativas específicas formalizadas dos *campi* Canindé que aderiu à Rede Estratégia ODS, inclusive recebendo certificação da mesma por um programa acadêmico inscrito em premiação fomentada pela União Europeia como uma das 10 melhores práticas educacionais de promoção da Agenda 2030 no Brasil em 2021 e, Maracanaú que integra o território de um distrito industrial e faz concertação social e política em relação ao tema. Até a fase conclusiva desta pesquisa, o IFCE havia enviado a solicitação de formalização ao Pacto Global da ONU, de acordo com os procedimentos demandados, mas sem resposta institucional. A existência de práticas atreladas aos ODS foi confirmada pela evidência de projetos prospectados através de *survey* realizados nos sistemas de extensão e pesquisa da instituição, nos repertórios evidenciados pelas transcrições sistematizadas das entrevistas e no âmbito da pesquisa quantitativa, utilizando-se categorias escalares. Na óptica de 460 respondentes **as três melhores performances de entregas públicas do IFCE em relação à Agenda 2030 referem-se aos ODS 2 (combate à fome), 4 (educação de qualidade) e 5 (igualdade de gênero). Os três indicadores com menor desempenho foram 14 (Vida na Água), 13 (Ação contra a Mudança Global do Clima no Mundo) e 6 (Água potável e Saneamento).**

Em relação ao objetivo B, identificar racionalidades da gestão pública, sob a óptica da Teoria Crítica, adotadas pela Rede Federal de Ensino estudada e suas

contribuições para o alcance dos ODS, percebeu-se posicionamentos paradoxais, quase dicotômicos entre as 45 pessoas gestoras que retroalimentaram o escopo correlato no âmbito do questionário na vertente quantitativa da pesquisa e as 10 pessoas gestoras que participaram da entrevista. Os resultados quantitativos emergiram a partir de análise de categorias de posicionamento vinculadas aos processos organizacionais **Hierarquia e Normas, Objetivos e Valores Organizacionais, Processo Decisório, Controle Institucional, Divisão de Trabalho, Comunicação e Relações Interpessoais e finalidade de Ações Sociais e Ambientais** e enquadradas nas dimensões racionalidade substantiva e instrumental. A dimensão racionalidade substantiva apresentou 15 categorias com média de 21,5 menções cada e a dimensão racionalidade instrumental 19 categorias com média de 10,73 menções. As duas categorias com mais menções no âmbito da dimensão racionalidade substantiva foram: solidariedade, liberdade, comprometimento, bem-estar coletivo, com 34 menções, relacionada ao processo organizacional finalidade das ações sociais e ambientais e, com 29 menções há participação e consenso de ideias vinculadas ao processo hierarquia e normas. As duas categorias com mais menções no âmbito da dimensão racionalidade instrumental foram: metas de natureza técnica, econômica ou política, com 26 menções, relacionadas ao processo organizacional hierarquia e normas e, com 18 menções performance individual elevada na realização de atividades vinculada ao processo organizacional divisão do trabalho. Apesar dos resultados quantitativos sinalizarem a supremacia da racionalidade substantiva, a priori, os repertórios do processo qualitativo evidenciaram uma proeminência da racionalidade instrumental, sinalizando que ambas coexistem na ambiência organizacional.

No arcabouço qualitativo, houve opiniões emanadas das pessoas gestoras entrevistadas que a tecnoburocracia e o legalismo garantem segurança institucional nos processos decisórios, controle social e transparência pública e outras que já criticaram a burocracia exacerbada e normativos que engessam processos. A participação dos servidores nos processos de decisão institucional foi relativizada por algumas pessoas sujeitas das pesquisas em detrimento de outras que afirmavam a efetividade do engajamento de colaboradores, mesmo que limitada em alguns contextos, como também uma pessoa gestora criticou decisões recorrentes pelo Conselho Superior da aprovação de documentos *ad referendum* de vertente discricionária. De acordo com a hermenêutica quanti-quali as ações sociais e

ambientais da instituição são facilitadas por práticas e desempenhos vinculados com maior ênfase à dimensão da racionalidade substantiva.

Na alusão ao objetivo C, perscrutar nível de alinhamento do Plano de Desenvolvimento da Instituição (PDI) aos ODS, identificando nível de responsividade pública, o pesquisador delineou as seguintes estratégias metodológicas para captação de dados correlatos à temática: 1) análise documental do documento PDI e interfaces com ODS; 2) anamnese descritiva a partir de *survey* junto a 45 pessoas gestoras; 3) aplicação de análise fatorial com emersão de novas dimensões do construto Gestão e Responsividade Pública para o Desenvolvimento Sustentável/Agenda 2030 a partir de 33 variáveis analisadas por 45 pessoas gestoras e 121 pessoas exclusivamente servidoras; 4) perscrutação qualitativa junto a 10 pessoas gestoras do nível estratégico.

A priori, partiu-se da visão cosmológica de integração do Construto Responsividade com Responsabilidade Social Pública através dos seguintes elementos delineadores: planejamento integrado e participativo, eficácia e efetividade das organizações públicas, qualidade democrática, busca pelo bem-estar coletivo e interações assertivas e fiduciárias com *stakeholders*. Em interface, a perspectiva de interconexão, foram delineados os seguintes indicadores (variáveis): 1) Diálogo Social com *Stakeholders*; 2) Mitigação de Impactos Ambientais; 3) Qualidade de Vida dos Servidores; 4) Licitação Sustentável; 5) Contribuição para o Desenvolvimento Sustentável; 6) Organização Ágil na solução de problemas educacionais; 7) Priorizar Políticas balizadas por Cidadãos; 8) Tomadas de decisão da gestão com base em escutas das comunidades interna e externa; 9) Governança na solução de falhas, conflitos e promove sinergias; 10) Governança para a Sustentabilidade; 11) Políticas EPT balizadas por escutas comunitárias; 12) Transparência Pública e Gestão Responsável de Recursos; 13) Sociedade Democrática; 14) Gestão Ética e Socialmente Responsável; 15) Direitos Humanos e Respeito à Diversidade e 16), Silos institucionais, sendo que estes último foi descartado por descompasso de valor de atrelamento fatorial em relação aos demais indicadores. O construto Gestão e Responsividade Públicas, isto é, administração pública com responsabilidade e diálogo social públicos, na análise descritiva através da média de 16 variáveis a partir da análise de 166 pessoas servidoras (pessoas gestoras, pessoas professoras e pessoas técnicas do setor administrativo), obteve valor global 5,15, isto é uma

concordância leve com as práticas correlacionadas com sinalização de um dever de melhorias neste escopo.

Quando o pesquisador unificou as 16 variáveis dos Construtos Gestão e Responsividade Públicas com as 17 variáveis (ODS com adaptação semântica) do Construto Desenvolvimento Sustentável/Agenda 2030, totalizando 33 variáveis, a média global foi também de 5,15, apontando no âmbito da amostra para um porvir de gradação de desempenho incremental da administração pública da instituição investigada no processo de contribuição para a Agenda 2030, havendo assunção de política formal que na diagnose não foi identificada.

Através da aplicação da análise fatorial emergiram 5 novas dimensões, customizadas pelo pesquisador a partir de lastro teórico, que em conjunto com as variáveis atreladas poderão contribuir para monitoramento de progresso das contribuições do IFCE para a consecução dos ODS da Agenda 2030: 1) Justiça Social e Segurança Alimentar; 2) Democracia, Direitos Humanos e Transparência Pública; 3) Educação Inclusiva, Bem-Estar Coletivo e Empoderamento Feminino; 4) Governança em Rede, Diálogo Social e Operações Sustentáveis e 5) Sustentabilidade Ambiental, Econômica, Inclusão Produtiva e Parcerias para o Desenvolvimento e a Paz.

Identificou-se na perscrutação qualitativa que investimentos e políticas voltadas para o diálogo social, escuta *multistakeholder*, o desenvolvimento, engajamento, participação efetiva nas decisões e agir ético dos servidores e agentes públicos e educação política dos discentes são essenciais para as entregas de serviços com valor público pelo IFCE com propósito colaborativo para uma sociedade inclusiva e sustentável e que a Instituição investigada necessita melhorar sua performance referente à responsividade pública.

No que concerne à resposta da pergunta de pesquisa, como a gestão pública de uma Rede Federal de Ensino no Nordeste do Brasil, no cenário de agravamento das assimetrias regionais e das desigualdades sociais no mundo, pode contribuir para o alcance dos ODS que formam o plano de ação global da Agenda 2030 da ONU, acrescentando aos resultados acima descritos, a implementação do **Modelo de Gestão e Responsividade Públicas para Consecução 17 ODS/Agenda 2030 no âmbito do IFCE** proposto seminalmente pela pesquisa poderá corroborar para potencializar as práticas já existentes bem como fazer emergir novas ideias.

Acerca do estudo de caso em tela, há coarctações gnosiológicas, por no escopo quantitativo a amostra não ser probabilística, limitando generalizações e *outputs* preditivos. E na vertente qualitativa o envolvimento do pesquisador com a instituição lócus da pesquisa, apesar do distanciamento impetrado pela técnica da consultoria de processos com lastros de observação participante e direta, mas paradoxalmente uma aproximação paradoxal devido ao caráter desvelador do fenômeno social em si e de suas contradições, poderá ter vieses relativizados no processo de exegese dos repertórios oralizados.

Sugere-se na agenda futura de pesquisas correlacionadas, a aplicação da metodologia do presente estudo no âmbito da Rede Federal de Educação do Brasil e seus 661 campi bem como em instituições similares situadas nos demais países membros dos BRICS – Rússia, Índia, China e África do Sul, acrescentando as temáticas do multilateralismo democrático e inclusivo com aportes da cooperação internacional através de missões com foco na promoção da Agenda 2030 da ONU.

Recomenda-se que o IFCE possa debater com a comunidade interna e externa as seguintes temáticas que também podem constituir escopo de investigação para pesquisas futuras: *Big Push* da Sustentabilidade/CEPAL; Integração de Políticas para o desenvolvimento sustentável; Economia do Bem Comum x Economia Subjacente e Bem Público (corrigir falhas do mercado); Desenho de Novas Políticas de Inclusão e Sustentabilidade; Capacidades dinâmicas dentro do Serviço Público – pensamento orientado para a missão, assunção de riscos e experimentação de gestão sustentável; Colapso da Biodiversidade; Como se governa a Co-Criação Simbiótica com métricas na área da gestão pública sustentável; Políticas de desenvolvimento sustentável em contextos de policrises; Inteligência Coletiva na Solução de problemas socioambientais; Vulnerabilidade social e desigualdade social – Brasil dentre os 10% países mais desiguais do planeta; Capacidade institucional e relação de confiança – 25% dos brasileiros acreditam que todo ou quase todo o serviço público está envolvido em esquemas de corrupção; Transição Ecológica; Descarbonização de setores econômicos; Transformar ODS em missões e interconectividade; Comunidades empoderadas e suas vozes no desenho de políticas públicas inclusivas e, Gestão de Dados comuns – inteligência coletiva e governança digital para a cooperação em Sustentabilidade.

Por último, as contradições e ausência de política formal no âmbito da Instituição investigada ratifica os estudos da CEPAL (2023), em cujas inferências

apenas 24,6% das metas dos 17 ODS foram concretizadas ou seriam atingidas com a tendência atual e, 27,0% das metas a projeção é de involução no marco temporal de 50% da jornada para até 2030, sinalizando que dificilmente 100% dos propósitos da Agenda 2030 serão atingidos no marco temporal previsto, havendo provavelmente uma repactuação em termos de fitos e metas e a necessidade de uma mudança radical de consciência planetária em termos de valores civilizatórios coadunados com uma ética biofílica com justiça e equidade sociais em detrimento da barbárie e iniquidade estrutural.

No caso brasileiro, apesar da extrema desigualdade social e nível exacerbado de concentração de renda, o país poderá, se houver vontade política, ser protagonista na promoção da Agenda 2030 no mundo, embora haja fatores limitantes do ponto de vista da cultura societal com implicações na gestão pública como a desmitificação durante um governo de extrema direita, da mitologia nacional de que os brasileiros são tolerantes e pacíficos. Há uma narrativa histórica e nacional de que o brasileiro é cortês e que precisa ser relativizada e foi o real fenômeno social do autoritarismo brasileiro que obscureceu a realidade nacional marcada pela violação de direitos humanos e opressão social. É importante desvelar os porquês de que ainda o país tem um sistema político mais excludente do que includente. Não se pode atenuar e naturalizar o discurso de uma sociedade brasileira ancorada na desigualdade social, mas lutar por uma agenda societal mais justa e igualitária. A nova **Gestão Pública** deve perpassar pela emancipação política dos cidadãos brasileiros enquanto sujeitos sociais e políticos, promovendo a equidade social e o desenvolvimento sustentável inclusivo.

REFERÊNCIAS

ASSOCIATION OF BUSINESS PROCESS MANAGEMENT PROFESSIONALS (ABPMP). **BPM CBOK**: Guide to the business process management common body of knowledge. Brasil, 2013.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. **ABNT NBR ISO 31000**: 2018. Gestão de Riscos – Diretrizes. 2. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/transportes/pt-br/pt-br/centrais-de-conteudo/iso-31000-de-2018-gestao-de-riscos-pdf>. Acesso em: 16 set. 2023.

ALDIERI, L.; MAKKONEN, T.; VINCI, C. P. Do research and development and environmental knowledge spillovers facilitate meeting sustainable development goals for resource efficiency? **Resources Policy**, [S.l.], v. 76, p. 102603, 2022.

BARNETT, M. Change in or of Global Governance? **International Theory**, [S.l.], v. 13, n. 1, p. 131-143, 2021.

BARROS, C. R. D. O Brasil e a recessão democrática: como o cenário político global ajuda a entender a nossa crise – e vice-versa. *In*: LISBOA, M.; PESSOA, S. **O valor das ideias**: debate em tempos turbulentos. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. Cap. 14, p. 464.

BATISTA-DOS-SANTOS, A. C.; ALLOUFA, J. M. de L.; NEPOMUCENO, L. H. Epistemologia e Metodologia para as Pesquisas Críticas em Administração: Leituras Aproximadas de Horkheimer e Adorno. **Revista de Administração de Empresas**, [S.l.], v. 50, n. 3, jul-set, p.312-324, 2010.

BAUMGARTNER, F.; JONES, B. D. **Agendas and instability, in American politics**. Chicago: University of Chicago Press, 1993.

BENITE, A. M. C.; BENITE, C. R. M.; VILELA-RIBEIRO, E. B. Educação Inclusiva, ensino de Ciências e linguagem científica: possíveis relações. **Revista Educação Especial**, [S.l.], v. 28, n. 51, p. 81-89, 2015.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Organizado por Cláudio Brandão de Oliveira. Rio de Janeiro: Roma Victor, 2002. 320 p.

BRASIL. Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Brasília, 1990. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 11 dez. 1990.

BRASIL. Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, de maio 2000.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 20 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de**

Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 17 mar. 2023.

BRASIL. Secretaria Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 11.397, de 21 de janeiro de 2023. **Altera o Decreto nº 11.363, de 1º de janeiro de 2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Secretaria-Geral da Presidência da República.** Brasília, 2023. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11397.htm#art2. Acessado em: 22 de mai. 2023.

BRASIL. Secretaria Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 8.892, de 27 de outubro de 2016 revigorado pelo Decreto 11.397, de janeiro de 2023. **Cria a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.** Brasília, 2023. 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8892.htm. Acessado em: 22 de mai. 2023.

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria Especial de Fazenda. Secretaria de Avaliação, Planejamento, Energia e Loteria. **Mensagem presidencial que encaminha o Projeto de Lei do Plano Plurianual 2020-2023 e seus respectivos anexos /** Ministério da Economia, Secretaria Especial de Fazenda, Secretaria de Avaliação, Planejamento, Energia e Loteria. Brasília: SECAP/Ministério da Economia, 2019. 2019a. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/planejamento-e-orcamento/plano-plurianual-ppa/arquivos/mensagem-presidencial.pdf>. Acesso em 01 fev. 2021.

BRASIL. Portaria nº 13.623, de 10 de dezembro de 2019. Estabelece diretrizes para redimensionamento do quantitativo de Unidades Administrativas de Serviços Gerais - UASG, pelos órgãos e entidades da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, 10 de dezembro de 2019. 2019b. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 17 mar. 2021.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Referencial básico de governança aplicável a organizações públicas e outros entes jurisdicionados ao TCU /** Tribunal de Contas da União. Edição 3 - Brasília: TCU, Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado – Secex Administração, 2020. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A81881F7595543501762EB92E957799>. Acesso em: 22 ago. 2022.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Orientações para Interpretar e Utilizar os Indicadores de Governança e Gestão.** Brasília, 2021. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A81881E7F763F27017F7B7BDC6E5D63>. Acesso em: 22 ago. 2022.

BREUNIG, C.; KOSKI, C. Interest groups and policy volatility. **Governance**, [S.l.], v. 31, n. 2, p. 279-297, 2018.

BROWN, T. A. **Confirmatory factor analysis for applied research**. Nova York: Guilford publications, 2015.

BUSEMEYER, M. R. Policy Feedback and Government Responsiveness in a Comparative Perspective. **Politische Vierteljahresschrift**, [S.l.], v. 63, n. 2, p. 315-335, 2022.

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. **Temas em psicologia**, [S.l.], v. 21, n. 2, p. 513-518, 2013.

CAPELLA, A. C. N. Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais - BIB**, São Paulo, n. 61, p. 25-52, 2006.

CARDOSO, J. A. L. **Dívida pública: um sistema de espoliação cuidadosamente disfarçado**. Brasil de Fato, 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/05/09/divida-publica-um-sistema-de-espoliacao-cuidadosamente-disfarçado>. Acesso em: 13 jul. 2023

CARVALHO, A.; FERREIRA, V.; MATOS, A. R. Ontologias do Antropoceno: Crise climática, respostas sociopolíticas e tecnologias emergentes. **Forum Sociológico**, Lisboa, v. 38, n. 1, p. 5-13, 2021.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). **A América Latina e o Caribe deverão acelerar o passo para alcançar o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em 2030**. CEPAL, 2023. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/comunicados/america-latina-o-caribe-deverao-acelerar-o-passo-alcancar-o-cumprimento-objetivos>. Acesso em: 22 mai. 2023.

CHARREIRE-PETIT, S.; DURIEUX, F. Chapitre 3. Explorer et tester: les deux voies de la recherche. In: THIETART, R. *et al.* **Méthodes de Recherche em Management**. Paris: Dunod, 2003. p. 57-81.

COSTA, F. J. **Mensuração e desenvolvimento de escalas: aplicações em administração**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2011.

COSTIN, C. **Administração Pública**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

CONSELHO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA – CONIF. **Histórico**. 2023. Disponível em: <http://portal.conif.org.br>. Acesso em: 4 mar. 2023.

CRESWELL, J. W.; CLARK, V. L. **Pesquisa de métodos mistos**. Porto Alegre: Penso, 2013.

CRESWELL, J. W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens**. Porto Alegre: Penso, 2014.

CUETO, C.; DE LA CUESTA, M. **Responsabilidad social en la administración pública y modelo europeo de excelencia em la gestión (EFQM)**. Alicante: UNED, 2019. Disponível em: http://sugestion.uned.es/conocimiento/ficha/def/RSC_RCP. Acesso em: 20 fev. 2022.

DAHL, R. **Poliarquia**: participação e oposição. São Paulo: Edusp, 2005.

DALLARI, S. G.; VENTURA, D. F. L. O princípio da precaução: dever do Estado ou protecionismo disfarçado. **São Paulo Perspectiva**, São Paulo, v. 16, n. 2, p.53-63, 2002.

DAMOORI, D. *et al.* Conceptualization of a multi-level social responsibility model in the public sector: A mixed-methods approach. **Journal of Modelling in Management**, [S.l.], v. 15, n. 3, p. 1037-106715, 2020.

DAVEL, E.; ALCADIPANI, R. Estudos críticos em administração: a produção científica brasileira nos anos 1990. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 43, n. 4, p.72-85, 2003.

DE CARVALHO, R. Caquistocracia plutocrática: crítica, misologia e o fim da sexta república. **Revista Lampejo**, [S.l.], v. 9, n. 2, p. 2238-5274, 2021.

DEETZ, S. describing difference in approaches to organization science: rethinking Burrell and Morgan and their legacy. **Organization Science**, Hanover, v. 7, n. 2, p. 191-207,1996.

DENHARDT, R. B.; CATLAW, T. J. **Teorias da Administração Pública**. São Paulo: Cengage Learning, 2017.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y S. **O planejamento da pesquisa qualitativa**: teorias e abordagens. Rio de Janeiro: Artmed, 2007.

FABRIGAR L. R.; WEGENER, D. T. **Exploratory factor analysis**. Nova York: Oxford University Press, 2012.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança Social**. Brasília: UNB, 2001.

FARIA, J. H. **Análise crítica das teorias e práticas organizacionais**. São Paulo: Atlas, v. 1, 2007.

FAJARDO, L. M. S.; BOM-CAMARGO, Y. I.; CALDERON, C. L. F.; RAMIREZ, V. H. M. Public Social Responsibility to contribute to the consolidation of the Sustainable Development Goals. **Jurídicas Cuc.**, [S.l.], v. 17, n. 1, p. 211-252, 2021.

FÁVERO, L. P; BELFIORE, P. **Manual de análise de dados**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.

FEDERICI, S. **O patriarcado do salário**: notas sobre Marx, gênero e feminismo. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021.

FIELD, A. **Descobrimo a Estatística usando o SPSS**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

FIELD, A.; MILES, J.; FIELD, Z. **Discovering statistics using R**. Sage Publications, 2012.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Organização: Roberto Machado. 28. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FOUTO, A. R. F. **O papel das universidades rumo ao desenvolvimento sustentável: das relações internacionais às práticas locais**. Dissertação (Mestrado em Gestão e Políticas Ambientais) - Relações Internacionais do Ambiente, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2002.

FRENTE NACIONAL DE PREFEITOS. **Planejamento municipal e objetivos de desenvolvimento sustentável**. Brasília, 2020. Disponível em: <https://multimedia.fnp.org.br/biblioteca/publicacoes/item/775-planejamento-municipal-e-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em: 20 fev. 2021.

FRIGOTTO, G. *et al.* **Educação profissional e tecnológica: memórias, contradições e desafios**. Campos Goytacazes, RJ: Essentia, 2006.

FUINI, L. L. A educação profissional e tecnológica no Brasil: um estudo através da perspectiva foucaultiana. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S.l.], v. 1, n. 20, p. e9882-e9882, 2021.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Desafios do G100 para a implementação da Agenda 2030**. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br>. Acesso em: 20 mai. 2022.

GIDDENS, A. **Modernity and self-identity**. Self and society in the late modern age. Cambridge: Polity Press, 1991.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 2019.

GILENS, M. Inequality and democratic responsiveness. **Public Opinion Quarterly**, [S.l.], v. 69, n. 5, p. 778-796, 2005.

GILENS, M. **Affluence and Influence: economic inequality and political power in America**. Princeton, NJ: Princeton University Press. 2012. p. 2015.

GLADWIN, T. N.; KENNELLY, J. J.; KRAUSE, T. S. Shifting paradigms for sustainable development: implications for management theory and research. **The Academy of Management Review**, Nova York, v. 20, n. 4, p. 874-907, out. 1995.

GOLDMANN, L. A. Reificação. *In*: GOLDMANN, L. A. **Dialética e Cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

GOMES, Angela D. C. A política Brasileira em tempos de cólera. In: ABRANCHES, Sérgio, et al. **DEMOCRACIA EM RISCO?** 22 ensaios sobre o Brasil hoje. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. Cap. 14, p. 376.

GTSCAGENDA2030. Grupo de Trabalho da Sociedade Civil da Agenda 2030. **Notícias**. 2019. Disponível em: <https://gtagenda2030.org.br>. Acesso em: 9 mar. 2022.

HABERMAS, J. **Teoria de la acción comunicativa**. Madrid: Taurus, 1987.

HAIR, J. F. *et al.* **Análise multivariada de dados**. Bookman Editora, 2009.

HILÁRIO, L. C. A potência da crítica: o problema da aporia em Habermas e seu destino em Adorno. **Kriterion: Revista de Filosofia**, [S./], v. 55, p. 309-329, 2014.

HOBOLT, S. B.; KLEMMEMSEN, R. Responsive government? Public opinion and government policy preferences in Britain and Denmark. **Political Studies**, [S./], v. 53, n. 2, p. 379–402, 2005.

HOWLETT, M.; CAPANO, G.; RAMESH, M. Governance styles: Re-thinking governance and public policy. In: HOWLETT, M.; TOSUN, J. (eds.). **The Routledge handbook of policy styles**. Routledge, 2021. p. 204-213.

IDOWU, L. L.; ALI, I. I.; ABDULLAHI, U. G. A model and architecture for building a sustainable national open government data (OGD) portal. **Proceedings of the 11th International Conference on Theory and Practice of Electronic Governance**, Nova York, p. 352-362, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de indicadores sociais 2020**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?edicao=29143&t=publicacoes>. Acesso em: 20 nov. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ. **Plano de Integridade (2018)**. Fortaleza: IFCE, 2018. Disponível em: https://ifce.edu.br/instituto/conselhos-e-orgaos-colegiados/comite-de-governanca-riscos-e-controle/plano_de_integridade_do_ifce-2018.pdf/view. Acesso em: 18 jul. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ. **Sistema Eletrônico de Informações (SEI) 23255.005339/2020-68**. Fortaleza: IFCE, 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ. **Tribunal de Contas da União - Índice de Governança e Gestão**. Fortaleza: IFCE, 2021. Disponível em: <https://www.tcu.gov.br/igg2021/iGG2021%20-%20255%20-%20IFCE.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ. Diretoria de Desenvolvimento Institucional. Coordenadoria de Controle e Normas. **Manual de Gerenciamento de Processos**. Fortaleza: IFCE, 2022a. Disponível em: <https://ifce.edu.br/proap/MANUALGERENCIAMENTODEPROCESSOSPARAPUBLICAO.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ. **Plano de Integridade (2022 – 2024)**. 2022. Disponível em: <https://ifce.edu.br/instituto/conselhos-e-orgaos-colegiados/comite-de-governanca-riscos-e-controle/PlanodeIntegridadeIFCE20222024versofinal.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ. **IFCE em Números 2023**. 2023a. Disponível em: <http://ifceemnumeros.ifce.edu.br>. Acesso em: 9 mar. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ. **Reajuste nos valores de bolsas beneficia iniciação científica**. 2023b. Disponível em: <https://ifce.edu.br/noticias/noticias-de-destaque/reajuste-nos-valores-de-bolsas-beneficia-iniciacao-cientifica>. Acesso em: 5 set. 2023.

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR MANAGEMENT DEVELOPMENT (IMD). **IMD World Competitiveness Yearbook**. International Institute for Management Development, 2020. Disponível em: https://worldcompetitiveness.imd.org/EShop/Home/DownloadPdf?fileName=IMD_WCY_2020_Abstract.pdf. Acesso em: 9 mar. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE). Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM) / **Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) / Fortaleza** – Ceará: Ipece, 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE). **IDM 2018**. Texto para discussão nº. 2020. Disponível em: <https://www.ipece.ce.gov.br>. Acesso em: 4 mar. de 2023.

ISAKSEN, A.; TRIPPL, M. **Regional industrial path development in different regional innovation systems**: a conceptual analysis. Lund: Lund University, Circle, 2014.

JAIN, A.; COURVISANOS, J.; SUBRAMANIAM, N. Localisation of the sustainable development goals in an emerging nation. **Public Administration and Development**, [S.l.], v. 41, n. 5, p. 231-243, 2021.

JAY, M. Fugas urbanas: el Instituto de Investigación Social entre Frankfurt y Nueva York. *In*: JAY, M. **Campos de fuerza**. Entre la historia intelectual y la crítica cultural. Buenos Aires: Paidós, 2003. p. 29-56.

JESSOP, B. The governance of complexity and the complexity of governance: preliminary remarks on some problems and limits of economic guidance. *In*: AMIM,

A. **Beyond market and hierarchy**. Cambridge: Edward Elgar Publishing, 1997. p. 95-128.

KERSBERGEN, K. V.; WAARDEN, F. V. Governance as a bridge between disciplines: Cross-disciplinary inspiration regarding shifts in governance and problems of governability, accountability and legitimacy. **European journal of political research**, [S.l.], v. 43, n. 2, p. 143-171, 2004.

KETTL, D. F. **The global public management revolution**. Washington, DC: Brookings Institution, 2005.

KINGDON, J. W. **Agendas, alternativas and public policies**. 2. ed. Ann Arbor: University of Michigan, 2003.

KISSELER, L.; HEIDEMANN, F. G. Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade? **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 3, p. 479-499, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-76122006000300008&script=sci_arttext. Acesso em: 12 mar. 2021.

KOGLER, D. Evolutionary economic geography – theoretical and empirical progress. **Regional Studies**, [S.l.], v. 49, n. 5, p. 705–711, 2015.

KOOIMAN, J. **Governing as governance**. London: Sage, 2003.

LOWI, T. **The end of liberalism**. Nova York: Norton, 1969.

MAGALHÃES, I.; MARTINS, A. R.; RESENDE, V. M. **Análise de discurso crítica: um método de pesquisa qualitativa**. Brasília: Scielo - Editora UnB, Edição do Kindle, 2020.

MARCOVECCHIO, I. *et al.* Digital government as implementation means for sustainable development goals. **International Journal of Public Administration in the Digital Age (IJPADA)**, [S.l.], v. 6, n. 3, p. 1-22, 2019.

MARIANO, C. M. Emenda constitucional 95/2016 e o teto dos gastos públicos: Brasil de volta ao estado de exceção econômico e ao capitalismo do desastre. **Revista de investigações constitucionais**, [S.l.], v. 4, p. 259-281, 2019.

MARQUES, J. F. S.; SANTOS, Â. V.; ARAGÃO, J. M. C. Planejamento e sustentabilidade em Instituições de Ensino Superior à luz dos objetivos do Desenvolvimento Sustentável. **REUNIR Revista de Administração Contabilidade e Sustentabilidade**, [S.l.], v. 10, n. 1, p. 14-29, 2020.

MARTIN R.; SUNLEY P. Path dependence and regional economic evolution. **Journal of Economic Geography**, Oxford, v. 6, n. 4, p. 395-435, 2006.

MATIAS-PEREIRA, J. **Administração Pública: foco nas instituições públicas e ações governamentais**. São Paulo: Editora Atlas, 2018.

MENEZES, H. Z.; MINILLO, X. K. Pesquisa e extensão como contribuição da universidade na implementação dos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) no Brasil. **Meridiano 47 - Journal of Global Studies**, [S.l.], v, 18., e18018, 2017.

MEULEMAN, L. **Public management and the metagovernance of hierarchies, networks and markets**: The feasibility of designing and managing governance style combinations. Heidelberg: Physica Heidelberg, 2008.

MEULEMAN, L. Public Administration and Governance for the SDGs: Navigating between Change and Stability. **Sustainability**, [S.l.], v. 13, p. 1-22, 2021.

MILLS, C. W. **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

MIRZAMANI, A.; NADERI-BENI, N.; MOHAMMADIAN, H. The sustainable development goals and policy capacity: a case study of performance-based budgeting implementation in Iran. **International Journal of Environmental Science and Technology**, [S.l.], v. 19, p. 5029–5038, 2022.

NIESTROY, I.; KRIEGER, K.; MELCHOR, L. **Constructing assessment indicator dashboards for evidence-informed policymaking**: Insights from the perspective of public administration, institutions, and governance. Luxemburgo: Publications Office of the European Union, 2022.

NOBRE, M. **A teoria crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **Panorama das administrações públicas**: América Latina e Caribe. 2020. Disponível em: https://www.oecd-ilibrary.org/governance/panorama-das-administracoes-publicas-america-latina-e-caribe-2020_9e6d37a1-pt. Acesso em: 20 mar. 2022.

ONU BRASIL. Organização das Nações Unidas no Brasil. **Transformando nosso mundo**: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 01 fev. 2021.

ONU BRASIL. Organização das Nações Unidas no Brasil. **Documentos temáticos**: objetivos de desenvolvimento sustentável 1.2.3.5.9.14. 2017. Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/ods/documentos-tematicos--ods-1--2--3--5--9--14.html>. Acesso em: 01 de fev. de 2021.

ONU BRASIL. Organização das Nações Unidas no Brasil. **Relatório Anual 2021**. 2022. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br>. Acesso em: 20 de mai. de 2022.

ONU BRASIL. Organização das Nações Unidas no Brasil. **Relatório Anual 2022**. 2023. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br>. Acesso em: 22 de mai. de 2023.

OXFAM. **O Vírus da Desigualdade**. Oxfam GB, 2021. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/o-virus-da-desigualdade>. Acesso em: 16 set. 2023.

PAULA, A. P. de. **Repensando os estudos organizacionais**: por uma nova teoria do conhecimento. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

PÊCHEUX, M. **Análise de Discurso**. Campinas: Pontes Editores, 2015.

PEREIRA, L. A. C.; CRUZ, J. L. V. Os institutos federais e o desenvolvimento regional: interface possível. **Holos**, Natal, v. 4, e7992, p. 1-18, 2019. Disponível em: ww2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/7992/pdf. Acesso em: 4 mar. de 2021.

PETERS, B. G. Managing horizontal government. **Public administration**, [S.l.], v. 76, n. 2, p. 295-311, 1998.

PIERRE, J.; PETERS, B. G. **Advanced introduction to governance**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2021.

PLATAFORMA NILO PEÇANHA. **Indicadores de Gestão via Power BI**. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pnp>. Acesso em: 20 abr.2023.

POLLITT, C.; BOUCKAERT, G. **Public management reform**: a comparative analysis of NPM, the Neo-Weberian State, and New Public Governance. Oxônia: OUP Oxford, 2011.

POWELL, G. B. The chain of responsiveness. **Journal of Democracy**, [S.l.], v. 15, n. 4, p. 91-105, 2004.

RAMOS, A. G. **A nova ciência das organizações**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1981.

RAMOS, A. G. **A nova ciência das organizações**: uma reconceituação da riqueza das nações. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989.

REDE ESTRATÉGIA ODS. Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável. **Incidência e monitoramento da Agenda 2030**. 2022. Disponível em: <https://www.estrategiaods.org.br/wp-content/uploads/2021/09/Metodologia-EODS-Vers%C3%A3o-Final.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2022.

RIBEIRO, D. M. N. M.; HOURNEAUX, F.; CUNHA, C. L. L.; KAETSU, P. T. T.; DIONIZIO-LEITE, P. F.; MACHADO, C. Digital sustainability: how information and communication technologies (ICTs) support sustainable development goals (SDGs) assessment in municipalities. **Digital Policy, Regulation and Governance**, [S.l.], v. 23, n. 3., p. 229-247, 2021.

RODRIGUES, M. M. A. **Políticas Públicas**. São Paulo: Publifolha, 2011.

ROLNIK, S. **Esferas da insurreição**: notas para uma vida não cafetinada. São Paulo: N-1 edições, 2019.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002, p. 85-89.

SACHS, I. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SACHS, I. **A terceira margem: em busca do ecodesenvolvimento**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SACHS, J. D. *et al.* **Sustainable Development Report 2023: Implementing the SDG Stimulus**. Dublin, 2023. Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/sustainabledevelopment.report/2023/2023-sustainable-development-report.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2023.

SAFATLE, V. A economia é a continuação da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e o neoliberalismo como economia moral. *In: SAFATLE, V. et al. Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. p. 11-38.

SANTOS, J. D. S. dos. **Graduação tecnológica no Brasil: crítica à expansão de vagas no ensino superior não universitário**. 2009. 263f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza-CE, 2009.

SATOW, R. L. Value-Rational Authority and Professional organizations: Weber's missing type. **Administrative Science Quarterly**, [S.l.], v. 20, n. 4, p. 526-531, 1975.

SAVIANI, D. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. *In: FERRETI, C. et al. (orgs.). Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar*. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 151-167.

SCHAFFER, L. M.; OEHL, B.; BERNAUER, T. Are policymakers responsive to public demand in climate politics? **Journal of Public Policy**, [S.l.], v. 42, n. 1, p. 136-164, 2022.

SCHRAMMEL, T. Bridging the institutional void: an analytical concept to develop valuable cluster services. **Management revue**, [S.l.], v. 4, n. 2, p. 114-132, 2013.

SECAF, B. S. O acordo de paris. **Agroanalysis**, [S.l.], v. 36, n. 1, p. 34-35, 2016.

SECCHI, L. Modelos organizacionais e reformas da administração pública. **Revista de Administração Pública**, [S.l.], v. 43, n. 2, p. 347-69, 2009.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SERVA, M. O fenômeno das organizações substantivas. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo: FGV, v. 33, n. 2, *online*, 1993. Disponível em: <http://www.fgv.br/rae/artigos/revista-rae-vol-33-num-2-ano-1993-nid-44287>. Acesso em: 16 mar. 2021.

SERVA, M. A racionalidade substantiva demonstrada na prática administrativa. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 18-30, 1997.

SILVA, L. T. Educação e Território: uma abordagem geográfica sobre a política de expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no Brasil. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, VII., 2014, Vitória. A AGB e a Geografia brasileira no contexto das lutas sociais frente aos projetos hegemônicos. **Anais** [...]. Vitória: EDUFES, 2014.

SIMON, H. A. **Administrative behavior**. Stuttgart: The Macmillan Company, 1957.

SIPPAG IFCE. **Dados funcionais do IFCE**. 2022. Disponível em: <https://sippag-web.ifce.edu.br>. Acesso em : 20 ago. 2022.

SHEIN, E. H. **Princípios da Consultoria de Processos**. São Paulo: Peirópolis, 2008.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias (UFRGS)**, Porto Alegre, v. 8, n.16, p. 20-45, 2006.

SOUZA, J. **A tolice da inteligência brasileira**: ou como o país se deixa manipular pela elite. São Paulo: LeYa, 2015.

STRAMBACH, S. Path dependence and path placticity: the co-evolution of institutions and innovation - the German customized business software industry. *In*: BOSCHMA, R.; MARTIN, R. (eds.). **The handbook of evolutionary economic geography**. Cheltenham: Edward Elgar, 2010.

TABACHNICK, B.; FIDELL, L. **Using multivariate statistics**. Needham Heights: Allyn & Bacon, 2007.

TENÓRIO, F. G. **Tem razão a administração**: ensaios de teoria organizacional e Gestão Social. Ijuí: Unijuí, 2002.

TONET, I. **Método científico**: uma abordagem ontológica. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

TORFING, J.; SORENSEN, E.; FOTEL, T. Democratic anchorage of infrastructural governance networks: The case of the Femern Belt Forum. **Planning Theory**, [S./], v. 8, n. 3, p. 282-308, 2009.

TRAGTENBERG, M. **Administração**. Poder e ideologia. São Paulo: Moraes, 1980.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VÁZQUEZ, J. L.; AZA, C. L.; LANERO, A. Citizens' perceptions on social responsibility in public administration organizations: A case study on Spain.

Transylvanian review of administrative sciences, [S./], v. 48, p. 166-183, 2016.

Disponível em:

<https://rtsa.ro/tras/index.php/tras/article/view/489>. Acesso em: 22 abr. 2022.

VIZEU, F.; MENEGHETTI, F. K.; SEIFERT, R. E. Por uma crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 569-583, 2012.

WALKOWIAK, K. Institutional conditions for the implementation of sustainable development on the example of self-governing agricultural bodies in Poland. **Ekonomia i Prawo. Economics and Law**, [S./], v. 20, n. 4, p. 887-901, 2021.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Pioneira, 1967.

YERA, T.; PIN, J. **La demanda social de la responsabilidad social pública**. Marco de referência sobre RSC y buen gobierno. [Documento de Investigación DI-851]. Barcelona: IESE, 2010. Disponível em:
<https://core.ac.uk/download/pdf/6320424.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2022.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

YOUNIS, Z. S.; MAMDOUH, O. Sustainable development policy: a participatory approach to increase students' awareness of solid waste management. **European Journal of Sustainable Development**, [S./], v. 10, n. 3, p. 1-3, 2021.

Apêndice A – Questionário Gestores

Prospecção da Visão dos Gestores sobre contribuições do IFCE à consecução dos 17 ODS da Agenda 2030, Perspectiva Gestão, Responsabilidade Social e Responsividade Públicas.

Questionário sobre Contribuições da Gestão Pública do IFCE para a Consecução dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 (Para aplicação junto aos 107 sujeitos da pesquisa).

Você está sendo convidado a participar da pesquisa intitulada " Diagnose das Contribuições do IFCE aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU". O objetivo geral da pesquisa é avaliar o nível de contribuições e responsividade da gestão pública do IFCE para o alcance dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável preconizados pela Agenda 2030 da ONU.

Seu nome assim como todos os dados que lhe identifiquem serão mantidos em sigilo absoluto, antes, durante e após o término da pesquisa. Esclarecemos e garantimos que a sua identificação será mantida em sigilo e os resultados obtidos por meio da pesquisa serão utilizados apenas para alcançar os objetivos científicos expostos acima, incluída sua publicação na literatura especializada.

Em caso de dúvida ou para entender melhor a pesquisa, você poderá entrar em contato, em qualquer momento que julgar necessário, com o pesquisador: franciscovidal@ifce.edu.br. A pesquisa levará aproximadamente o tempo de 15 minutos.

Bloco 1 – Perfil

Q1 - Qual seu trabalho na instituição IFCE?

- Diretora(o) Geral de campus
- Diretora(o) de Ensino
- Chefe de Departamento de Ensino
- Coordenadora(o) de Ensino
- Pró-Reitora(o) e ou Reitor
- Diretora(o) Sistêmico
- Diretora(o) de Administração e Planejamento
- Chefe de Departamento de Administração e Planejamento
- Coordenadora(o) de Administração e Planejamento
- Outro: _____

Q2 - Qual a sua idade em anos até 31 de dezembro deste ano? _____

Q3 – Gênero: Feminino Masculino Não Binário Outro/Prefiro Não Responder

Q4. Nível de escolaridade máxima completa:

- a) Ensino fundamental
- b) Ensino médio
- c) Graduação
- d) Pós-graduação lato sensu
- e) Mestrado

f) () Doutorado

Q5 – Há quantos anos você trabalha no IFCE: _____

Para responder a próxima pergunta, leia as instruções a seguir:

Cidades para enquadramento Capital e ou Região Metropolitana: Caucaia, Fortaleza, Horizonte, Maracanaú, Maranguape, Paracuru, São Gonçalo do Amarante.

Caso não trabalhe em uma das cidades mencionadas na categoria Capital ou região Metropolitana assinalar a categoria no Interior do Ceará

Q6 - Você trabalha em Unidade situada: () no Interior do Ceará () na Capital e ou região Metropolitana de Fortaleza

Bloco 2 – Nível de Conhecimento sobre os Objetivos da Agenda 2030 da ONU

QCONHECIMENTO 1 – Você havia ouvido falar nos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU?

Sim ()

Não ()

QCONHECIMENTO 2 – Caso responda sim para a pergunta anterior, como soube da existência dos ODS da Agenda 2030 da ONU?

() Site do Campus

() Outros Sites na internet

() Rede social do Campus

() Rede Social na internet

() Palestras

() outros _____

QCONHECIMENTO 3 – Como você classifica o seu nível de conhecimento sobre os 17 Objetivos da Agenda 2030 da ONU de acordo com a escala avaliativa abaixo delineada:

| Muito ruim | Ruim | Regular | Bom | Muto Bom |
|------------|------|---------|-----|----------|
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |

Bloco 3 – Contribuições do IFCE ao Alcance dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU através do ensino, pesquisa, extensão, gestão e auxílios e bolsas estudantis:

Abaixo estão listadas várias assertivas referentes ao IFCE.

Gostaríamos de saber o quanto você concorda ou discorda de cada uma delas. De acordo com a escala abaixo, marque o número que melhor representa sua resposta para cada frase.

1 = Discordo totalmente

2 = Discordo moderadamente

3 = Discordo levemente

4 = Nem concordo nem discordo

- 5 = Concordo levemente
 6 = Concordo moderadamente
 7 = Concordo totalmente

| | | | | | | | |
|--|---|---|---|---|---|---|---|
| ConODS1 - O IFCE ajuda, de alguma forma, a acabar com a pobreza. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| ConODS2 - No IFCE há oferta de refeições gratuitas para os alunos que auxiliam no bom desenvolvimento nutricional, contribuindo para a erradicação da fome, visando a segurança alimentar. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| ConODS3 - O IFCE desenvolve projetos que visam promover o bem-estar de alunos, professores e técnicos administrativos em todas as idades com o objetivo de assegurar uma vida saudável. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| ConODS4 - O IFCE trabalha em seu currículo meios que visam assegurar uma educação inclusiva e equitativa de qualidade com o foco em promover oportunidades de aprendizagem para todos. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| ConODS5- O IFCE desenvolve projetos/ações que buscam abraçar a igualdade de gênero dentro da instituição, guiando meninas e mulheres para sua permanência e empoderamento dentro desta rede de ensino. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| ConODS6 - O IFCE tem desenvolvido programas que visam contribuir com a gestão sustentável da água e saneamento para todos. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| ConODS7- O IFCE desenvolve ações voltadas para o uso sustentável, eficiente e moderno da energia elétrica e utilização de energias limpas. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| ConODS8- O IFCE promove diálogos/programas ou soluções que visam a promoção do crescimento econômico, inclusivo e sustentável, focando no desenvolvimento de emprego pleno e produtivo decente para todos. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| ConODS9 – O IFCE contribui com processos de industrialização inclusiva e sustentável fomentando a inovação. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| ConODS10 - O IFCE contribui para diminuir as desigualdades sociais nas regiões em que atua. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| ConODS11- O IFCE desenvolve ações ou estratégias que promovam a consciência dos discentes, professores e técnicos administrativos e comunidade externa sobre a implementação de soluções que objetivam desenvolver os assentamentos humanos, visando tornar os mesmos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |

| | | | | | | | |
|--|---|---|---|---|---|---|---|
| ConODS12- O IFCE promove programas que priorizam a conscientização dos discentes e colaboradores frente ao desenvolvimento de padrões de produção e de consumo sustentável | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| ConODS13 - O IFCE tem propostas que tenham como objetivo encontrar medidas reais para combater a mudança do clima e os impactos ambientais. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| ConODS14 - O IFCE desenvolve propostas de conscientização da necessidade de conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| ConODS 15-O IFCE em sua opinião desenvolve projetos e/ou programas que tenham como objetivo central, proteger, recuperar e promover o uso consciente e sustentável dos ecossistemas naturais. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| ConODS 16- O IFCE promove diálogos que têm como propósito conscientizar a comunidade interna e externa sobre a importância da promoção de sociedades pacíficas e inclusivas, para o desenvolvimento sustentável e para a promoção do acesso à justiça. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| ConODS 17- O IFCE promove diálogos que visam contribuir para efetivar meios de implementação de parcerias para o desenvolvimento sustentável | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |

Bloco 4 - Administração Pública e Governança, Responsabilidade Social e Responsividade Públicas para e 17 ODS da Agenda 2030 da ONU

1.ResPon O IFCE participa de alguma das iniciativas abaixo?

1. Conselhos de Políticas Públicas ()
2. Fóruns de Desenvolvimento Sustentável ()
3. Planos/Planejamentos municipais voltados para o Desenvolvimento Sustentável ()
4. Planos/Planejamentos regionais ()
5. Agenda 2030 ()
6. Orçamentos públicos participativos ()
7. Planos/Planejamentos federais ()
8. Outras. Quais? ()

2.ConODS O IFCE participa de alguma iniciativa interligada aos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU?

1. () Sim. Qual(is) as mais relevantes?

-
2. () Não

3.RacionalidadeMencione as principais dificuldades que sua organização enfrenta atualmente para executar suas atividades no âmbito da gestão pública (citar no mínimo 2):

| |
|--|
| |
|--|

4. Racionalidade- Marque com um X as alternativas que corresponderem à realidade gerencial da organização que você dirige/participa: (pode marcar mais de uma resposta em cada coluna para cada pergunta formulada)

| Processos Organizacionais | Categoria A | Categoria B |
|---|---|--|
| a) Como percebe a hierarquia e o conjunto de normas utilizadas pela instituição | 1. () comunicação aberta 2. () há participação e consenso de ideias | 3. () metas de natureza técnica, econômica ou política 4. () performance individual elevada na realização de atividades 5. () há influência planejada sobre outrem |
| b) Como caracteriza os valores e objetivos da instituição? | 6. () incentivo ao potencial do colaborador buscando a sua satisfação 7. () solidariedade, liberdade, comprometimento, bem-estar coletivo 2. () há participação e consenso de ideias | 3. () metas de natureza técnica, econômica ou política 8. () interesse econômico predominante |
| Processos Organizacionais | Categoria A | Categoria B |
| c) Como avalia o processo decisório? | 1. () comunicação aberta 2. () há participação e consenso de ideias | 8. () interesse econômicos predominante 9. () mensuração quantitativa das consequências dos atos humanos 10. () busca da eficiência e eficácias máximas, sem questionamento ético no tratamento de recursos disponíveis, quer sejam humanos, materiais, financeiros, técnicos, energéticos ou ainda de tempo |
| d) Como o controle é aplicado na instituição? | 1. () comunicação aberta | 10. () busca da eficiência e eficácias máximas, sem questionamento ético no tratamento de recursos disponíveis, quer sejam humanos, materiais, financeiros, técnicos, energéticos ou ainda de tempo 4. () performance individual elevada na realização de atividades 5. () há influência planejada sobre outrem, visando atingir seus pontos fracos |

| | | |
|--|--|--|
| <p>e) Como é o processo de divisão do trabalho?</p> | <p>6. () incentivo ao potencial do colaborador buscando a sua satisfação</p> <p>1. () comunicação aberta</p> <p>11. () condições plenas dos indivíduos para poderem agir e expressarem-se livremente nas interações</p> | <p>10. () busca da eficiência e eficácias máximas, sem questionamento ético no tratamento de recursos disponíveis, quer sejam humanos, materiais, financeiros, técnicos, energéticos ou ainda de tempo</p> <p>4. () performance individual elevada na realização de atividades</p> <p>8. () interesse econômicos predominante</p> |
| <p>f) Como se dá a comunicação e as relações interpessoais</p> | <p>13. () integridade, honestidade, e franqueza dos indivíduos nos relacionamentos e interações</p> <p>7. () solidariedade, liberdade, comprometimento, bem-estar coletivo</p> <p>11. () condições plenas dos indivíduos para poderem agir e expressarem-se livremente nas interações</p> | <p>12. () níveis de resultados considerados vitoriosos de acordo com processos competitivos numa sociedade capitalista</p> <p>5. () há influência planejada sobre outrem, visando atingir seus pontos fracos</p> <p>4. () performance individual elevada na realização de atividades</p> |
| <p>g) Qual a finalidade efetiva das ações sociais e ambientais?</p> | <p>7. () solidariedade, liberdade, comprometimento, bem-estar coletivo.</p> | <p>12. () níveis de resultados considerados vitoriosos de acordo com processos competitivos numa sociedade capitalista.</p> <p>3. () metas de natureza técnica, econômica ou política(aumento de poder)</p> |

5. Con ODS Na sua avaliação, qual o nível de alinhamento do Plano de Desenvolvimento Institucional do IFCE aos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável?

1. () muito elevado
2. () elevado
3. () mais ou menos
4. () reduzido
5. () muito reduzido

6. Respon Em que medida a organização está aberta a participação da comunidade interna nos processos decisórios?

1. () Há muita abertura
2. () Não há abertura
3. () Há abertura mas poderia ser maior

4. () não sabe

7.Respon Em que medida a organização está aberta a participação da comunidade externa nos processos decisórios?

1. () Há muita abertura
2. () Não há abertura
3. () Há abertura mas poderia ser maior
4. () não sabe

8. Respon Na sua avaliação, em que medida os dirigentes da Instituição colocam nas políticas formuladas as opiniões apresentadas pela comunidade externa?

1. () muito elevado
2. () elevado
3. () mais ou menos
4. () reduzido
5. () muito reduzido

9.Respon Na sua avaliação, em que medida existem políticas, marcos normativos e regulatórios que tornam a Política Pública de Educação Tecnológica e Profissional mais eficiente, eficaz e efetiva, voltada para o desenvolvimento sustentável através da atuação institucional do IFCE?

1. () muito elevado
2. () elevado
3. () mais ou menos
4. () reduzido
5. () muito reduzido

10.RSP Na sua opinião que práticas o IFCE poderia adotar para promover o desenvolvimento sustentável inclusivo e socialmente responsável?

11. Abaixo estão listadas várias frases sobre a organização em que você trabalha atualmente. Gostaríamos de saber o quanto você concorda ou discorda de cada uma delas. De acordo com a escala abaixo, marque o número que melhor representa sua resposta para cada frase.

- 1 = Discordo totalmente
- 2 = Discordo moderadamente
- 3 = Discordo levemente
- 4 = Nem concordo nem discordo
- 5 = Concordo levemente
- 6 = Concordo moderadamente
- 7 = Concordo totalmente

Nesta seção, buscamos identificar se e como você expressa ou não suas ideias em relação ao trabalho, e com que frequência isto ocorre. Avalie, com base na escala

abaixo, com que frequência você apresenta os comportamentos indicados nas frases.

Quanto mais perto de 1, menor é a frequência e quanto mais perto de 5, maior é a frequência com a qual você apresenta o comportamento descrito.

| | | | | | | | |
|--|---|---|---|---|---|---|---|
| RESPON1- O IFCE desenvolve um diálogo social contínuo com os diferentes públicos com os quais se relaciona | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| RSP1 - O IFCE administra recursos públicos de forma transparente e responsável | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| RESPON2 - O IFCE contribui para uma sociedade democrática | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| RSP2- O IFCE adota uma gestão ética e socialmente responsável | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| RSP3 - O IFCE adota medidas que atenuam seus impactos ambientais | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| RSP4- O IFCE promove direitos humanos, a não discriminação, o respeito à diversidade | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| RSP5- O IFCE desenvolve iniciativas efetivas voltadas para promoção da saúde e qualidade de vida de seus servidores | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| RSP6 -O IFCE adota critérios sociais e ambientais nos processos licitatórios | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| RSP7- Os investimentos públicos do IFCE contribuem para o desenvolvimento sustentável da região em atua | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| RESPON 3- O IFCE é considerado uma organização pública ágil na solução dos problemas educacionais da sociedade cearense. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| RESPON4 -O IFCE adota um modo de Governança para a sustentabilidade ao lidar com problemas complexos em um contexto de caráter multissetorial e multinível | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| RSP8- No âmbito do IFCE, a Governança é considerada um método para gerenciar conflitos, falhas e sinergias, um ponto de partida para melhorar a Administração Pública. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| RESPON5- No IFCE existem silos, isto é, um agrupamento isolado, departamento, etc., que funciona separadamente dos outros, especialmente de uma forma vista como um obstáculo à comunicação e à cooperação entre os setores. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| RESPON6- O IFCE prioriza políticas que são referenciadas pelos cidadãos. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| RESPON7 - As políticas públicas de educação profissional e tecnológica no Brasil são lastreadas por escutas comunitárias | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| RESPON8 -Há processos efetivos de escuta ativa das comunidades internas e externas nas tomadas de decisão de gestão do IFCE. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |

Agradecemos por ter participado da pesquisa e deixamos abaixo um espaço para que possa inserir algum comentário adicional sobre os temas abordados pela mesma:

Apêndice B – Questionário Docentes e Técnicos Administrativos

Prospecção da Visão dos Servidores (Professores e Técnicos Administrativos) sobre contribuições do IFCE à consecução dos 17 ODS da Agenda 2030, Gestão, Responsabilidade Social e Responsividade Públicas.

Questionário sobre Contribuições da Gestão Pública do IFCE para a Consecução dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 (Para aplicação junto aos professores e técnicos administrativos)

Você está sendo convidado a participar da pesquisa intitulada " Diagnose das Contribuições do IFCE aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU". O objetivo geral da pesquisa é avaliar o nível de contribuições e responsividade da gestão pública do IFCE para o alcance dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável preconizados pela Agenda 2030 da ONU.

Seu nome assim como todos os dados que lhe identifiquem serão mantidos em sigilo absoluto, antes, durante e após o término da pesquisa. Esclarecemos e garantimos que a sua identificação será mantida em sigilo e os resultados obtidos por meio da pesquisa serão utilizados apenas para alcançar os objetivos científicos expostos acima, incluída sua publicação na literatura especializada.

Em caso de dúvida ou para entender melhor a pesquisa, você poderá entrar em contato, em qualquer momento que julgar necessário, com o pesquisador: franciscovidal@ifce.edu.br. A pesquisa levará aproximadamente o tempo de 30 minutos.

Bloco 1 – Perfil

Q1 - Qual seu papel na instituição IFCE?

- Técnico Administrativo sem função gratificada
- Técnico Administrativo com função gratificada
- Professor EBTT sem função gratificada
- Professor EBTT com função gratificada
- Outro: _____

Q2 - Qual a sua idade em anos até 31 de dezembro deste ano?: _____

Q3 – Gênero Feminino Masculino Não Binário Outro/Prefiro Não Responder

Q4. Nível de escolaridade máxima:

- a) Ensino fundamental
- b) Ensino médio
- c) Graduação
- d) Pós-graduação lato sensu
- e) Mestrado
- f) Doutorado

Q5 – Há quantos anos você trabalha no IFCE: _____

Q6 - Você trabalha em Unidade situada: () no Interior do Ceará () na Capital e ou região Metropolitana de Fortaleza

Cidades para enquadramento Capital e ou Região Metropolitana: Caucaia, Fortaleza, Horizonte, Maracanaú, Maranguape, Paracuru, São Gonçalo do Amarante.

Caso não trabalhe em uma das cidades mencionadas na categoria Capital ou região Metropolitana assinalar a categoria no Interior do Ceará

Bloco 2 – Nível de Conhecimento sobre os Objetivos da Agenda 2030 da ONU

QCONHECIMENTO 1 – Você havido ouvir falar nos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU?

Sim ()

Não ()

QCONHECIMENTO 2 – Caso responda sim para a pergunta anterior, como soube da existência da Agenda 2030 da ONU?

() Site do Campus

() Outros Sites na internet

() Rede social do Campus

() Rede Social Geral

() Palestras

() outros _____

QCONHECIMENTO 3 – Como você classifica o seu nível de conhecimento sobre os 17 Objetivos da Agenda 2030 da ONU de acordo com a escala avaliativa abaixo delineada:

| Muito ruim | Ruim | Regular | Bom | Muto Bom |
|------------|------|---------|-----|----------|
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |

Bloco 3 – Contribuições do IFCE ao Alcance dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU através do ensino, pesquisa, extensão, gestão e auxílios e bolsas estudantis:

Abaixo estão listadas várias assertivas referentes ao IFCE.

Gostaríamos de saber o quanto você concorda ou discorda de cada uma delas. De acordo com a escala abaixo, marque o número que melhor representa sua resposta para cada frase.

1 = Discordo totalmente

2 = Discordo moderadamente

3 = Discordo levemente

4 = Nem concordo nem discordo

5 = Concordo levemente

6 = Concordo moderadamente

7 = Concordo totalmente

| | | | | | | | |
|--|---|---|---|---|---|---|---|
| ConODS1 - O IFCE ajuda, de alguma forma, a acabar com a pobreza. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| ConODS2 - No IFCE há oferta de refeições gratuitas para os alunos que auxiliam no bom desenvolvimento nutricional, contribuindo para a erradicação da fome, visando a segurança alimentar. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| ConODS3 - O IFCE desenvolve projetos que visam promover o bem-estar de alunos, professores e técnicos administrativos em todas as idades com o objetivo de assegurar uma vida saudável. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| ConODS4 - O IFCE trabalha em seu currículo meios que visam assegurar uma educação inclusiva e equitativa de qualidade com o foco em promover oportunidades de aprendizagem para todos. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| ConODS5- O IFCE desenvolve projetos/ações que buscam abraçar a igualdade de gênero dentro da instituição, guiando meninas e mulheres para sua permanência e empoderamento dentro desta rede de ensino. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| ConODS6 - O IFCE tem desenvolvido programas que visam contribuir com a gestão sustentável da água e saneamento para todos. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| ConODS7- O IFCE desenvolve ações voltadas para o uso sustentável, eficiente e moderno da energia elétrica e utilização de energias limpas. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| ConODS8- O IFCE promove diálogos/programas ou soluções que visam a promoção do crescimento econômico, inclusivo e sustentável, focando no desenvolvimento de emprego pleno e produtivo decente para todos. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| ConODS9 – O IFCE contribui com processos de industrialização inclusiva e sustentável fomentando a inovação. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| ConODS10 - O IFCE contribui para diminuir as desigualdades sociais nas regiões em que atua. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| ConODS11- O IFCE desenvolve ações ou estratégias que promovam a consciência dos discentes, professores e técnicos administrativos e comunidade externa sobre a implementação de soluções que objetivam desenvolver os assentamentos humanos, visando tornar os mesmos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| ConODS12- O IFCE promove programas que priorizam a conscientização dos discentes e colaboradores frente ao desenvolvimento de padrões de produção e de consumo sustentável | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |

| | | | | | | | |
|--|---|---|---|---|---|---|---|
| ConODS13 - O IFCE tem propostas que tenham como objetivo encontrar medidas reais para combater a mudança do clima e os impactos ambientais. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| ConODS14 - O IFCE desenvolve propostas de conscientização da necessidade de conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| ConODS 15-O IFCE em sua opinião desenvolve projetos e/ou programas que tenham como objetivo central, proteger, recuperar e promover o uso consciente e sustentável dos ecossistemas naturais. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| ConODS 16- O IFCE promove diálogos que têm como propósito conscientizar a comunidade interna e externa sobre a importância da promoção de sociedades pacíficas e inclusivas, para o desenvolvimento sustentável e para a promoção do acesso à justiça. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| ConODS 17- O IFCE promove diálogos que visam contribuir para efetivar meios de implementação de parcerias para o desenvolvimento sustentável | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |

Bloco 4 - Administração Pública e Governança, Responsabilidade Social e Responsividade Públicas para e 17 ODS da Agenda 2030 da ONU

Abaixo estão listadas várias frases sobre a organização em que você trabalha atualmente. Gostaríamos de saber o quanto você concorda ou discorda de cada uma delas. De acordo com a escala abaixo, marque o número que melhor representa sua resposta para cada frase.

- 1 = Discordo totalmente
- 2 = Discordo moderadamente
- 3 = Discordo levemente
- 4 = Nem concordo nem discordo
- 5 = Concordo levemente
- 6 = Concordo moderadamente
- 7 = Concordo totalmente

Avalie, com base na escala

abaixo, com que frequência o IFCE apresenta os comportamentos indicados nas frases.

Quanto mais perto de 1, menor é a frequência e quanto mais perto de 7, maior é a frequência com a qual o IFCE apresenta o comportamento descrito.

| | | | | | | | |
|--|---|---|---|---|---|---|---|
| RESPON1- O IFCE desenvolve um diálogo social contínuo com os diferentes públicos com os quais se relaciona | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| RSP1 - O IFCE administra recursos públicos de forma transparente e responsável | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |

| | | | | | | | |
|--|---|---|---|---|---|---|---|
| RESPON2 - O IFCE contribui para uma sociedade democrática | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| RSP2- O IFCE adota uma gestão ética e socialmente responsável | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| RSP3 - O IFCE adota medidas que atenuam seus impactos ambientais | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| RSP4- O IFCE promove direitos humanos, a não discriminação, o respeito à diversidade | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| RSP5- O IFCE desenvolve iniciativas efetivas voltadas para promoção da saúde e qualidade de vida de seus servidores | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| RSP6 -O IFCE adota critérios sociais e ambientais nos processos licitatórios | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| RSP7- Os investimentos públicos do IFCE contribuem para o desenvolvimento sustentável da região em atua | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| RESPON 3- O IFCE é considerado uma organização pública ágil na solução dos problemas educacionais da sociedade cearense. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| RESPON4 -O IFCE adota um modo de Governança para a sustentabilidade ao lidar com problemas complexos em um contexto de caráter multissetorial e multinível | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| RSP8- No âmbito do IFCE, a Governança é considerada um método para gerenciar conflitos, falhas e sinergias, um ponto de partida para melhorar a Administração Pública. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| RESPON5- No IFCE existem silos, isto é, um agrupamento isolado, departamento, etc., que funciona separadamente dos outros, especialmente de uma forma vista como um obstáculo à comunicação e à cooperação entre os setores. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| RESPON6- O IFCE prioriza políticas que são referenciadas pelos cidadãos. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| RESPON7 - As políticas públicas de educação profissional e tecnológica no Brasil são lastreadas por escutas comunitárias | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| RESPON8 -Há processos efetivos de escuta ativa das comunidades internas e externas nas tomadas de decisão de gestão do IFCE. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |

Agradecemos por ter participado da pesquisa e deixamos abaixo um espaço para que possa inserir algum comentário adicional sobre os temas abordados pela mesma:

Apêndice C – Questionário Discentes

Prospecção da Visão dos Discentes sobre contribuições do IFCE à consecução dos 17 ODS da Agenda 2030, Responsabilidade Social e Responsividade Públicas.

Questionário sobre Contribuições da Gestão Pública do IFCE para a Consecução dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 (Para aplicação junto aos discentes)

Você está sendo convidado a participar da pesquisa intitulada " Diagnose das Contribuições do IFCE aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU". O objetivo geral da pesquisa é avaliar o nível de contribuições e responsividade da gestão pública do IFCE para o alcance dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável preconizados pela Agenda 2030 da ONU.

Seu nome assim como todos os dados que lhe identifiquem serão mantidos em sigilo absoluto, antes, durante e após o término da pesquisa. Esclarecemos e garantimos que a sua identificação será mantida em sigilo e os resultados obtidos por meio da pesquisa serão utilizados apenas para alcançar os objetivos científicos expostos acima, incluída sua publicação na literatura especializada.

Em caso de dúvida ou para entender melhor a pesquisa, você poderá entrar em contato, em qualquer momento que julgar necessário, com o pesquisador: franciscovidal@ifce.edu.br. A pesquisa levará aproximadamente o tempo de 30 minutos.

Bloco 1 – Perfil

Q1 - Qual seu papel na instituição IFCE?

- Estudante curso Técnico Integrado ao Ensino Médio
- Estudante Educação de Jovens e Adulto – EJA
- Estudante Curso Técnico Subsequente
- Estudante Curso Técnico Concomitante
- Estudante Curso Superior Graduação Tecnológica
- Estudante Curso Superior Bacharelado
- Estudante Curso Superior Licenciatura
- Estudante Curso Superior Pós-Graduação Lato Sensu (Especialização)
- Estudante Curso Superior Mestrado
- Estudante Curso Superior Doutorado
- Outro: _____

Q2 - Qual a sua idade em anos até 31 de dezembro deste ano?: _____

Q3 – Gênero Feminino Masculino Não Binário Outro/Prefiro Não Responder

Q4. Nível de escolaridade máxima:

- a) Ensino fundamental
- b) Ensino médio
- c) Graduação
- d) Pós-graduação lato sensu

- e) Mestrado
f) Doutorado

Q5 – Em qual ano você iniciou seus estudos no IFCE: _____

Q6 - Você estuda em Unidade situada: () no Interior do Ceará () na Capital e ou região Metropolitana de Fortaleza

Cidades para enquadramento Capital e ou Região Metropolitana: Caucaia, Fortaleza, Horizonte, Maracanaú, Maranguape, Paracuru, São Gonçalo do Amarante.

Caso não trabalhe em uma das cidades mencionadas na categoria Capital ou região Metropolitana assinalar a categoria no Interior do Ceará

Bloco 2 – Nível de Conhecimento sobre os Objetivos da Agenda 2030 da ONU

QCONHECIMENTO 1 – Você havia ouvido falar nos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU?

- Sim ()
Não ()

QCONHECIMENTO 2 – Caso responda sim para a pergunta anterior, como soube da existência da Agenda 2030 da ONU?

- () Site do Campus
() Outros Sites na internet
() Rede social do Campus
() Rede Social Geral
() Palestras
() outros _____

QCONHECIMENTO 3 – Como você classifica o seu nível de conhecimento sobre os 17 Objetivos da Agenda 2030 da ONU de acordo com a escala avaliativa abaixo delineada:

| | | | | |
|------------|------|---------|-----|----------|
| Muito ruim | Ruim | Regular | Bom | Muto Bom |
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |

Bloco 3 – Contribuições do IFCE ao Alcance dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU através do ensino, pesquisa, extensão, gestão e auxílios e bolsas estudantis:

Abaixo estão listadas várias assertivas referentes ao IFCE.

Gostaríamos de saber o quanto você concorda ou discorda de cada uma delas. De acordo com a escala abaixo, marque o número que melhor representa sua resposta para cada frase.

- 1 = Discordo totalmente
2 = Discordo moderadamente
3 = Discordo levemente
4 = Nem concordo nem discordo
5 = Concordo levemente

6 = Concordo moderadamente

7 = Concordo totalmente

| | | | | | | | |
|--|---|---|---|---|---|---|---|
| ConODS1 - O IFCE ajuda, de alguma forma, a acabar com a pobreza. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| ConODS2 - No IFCE há oferta de refeições gratuitas para os alunos que auxiliam no bom desenvolvimento nutricional, contribuindo para a erradicação da fome, visando a segurança alimentar. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| ConODS3 - O IFCE desenvolve projetos que visam promover o bem-estar de alunos, professores e técnicos administrativos em todas as idades com o objetivo de assegurar uma vida saudável. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| ConODS4 - O IFCE trabalha em seu currículo meios que visam assegurar uma educação inclusiva e equitativa de qualidade com o foco em promover oportunidades de aprendizagem para todos. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| ConODS5- O IFCE desenvolve projetos/ações que buscam abraçar a igualdade de gênero dentro da instituição, guiando meninas e mulheres para sua permanência e empoderamento dentro desta rede de ensino. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| ConODS6 - O IFCE tem desenvolvido programas que visam contribuir com a gestão sustentável da água e saneamento para todos. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| ConODS7- O IFCE desenvolve ações voltadas para o uso sustentável, eficiente e moderno da energia elétrica e utilização de energias limpas. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| ConODS8- O IFCE promove diálogos/programas ou soluções que visam a promoção do crescimento econômico, inclusivo e sustentável, focando no desenvolvimento de emprego pleno e produtivo decente para todos. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| ConODS9 – O IFCE contribui com processos de industrialização inclusiva e sustentável fomentando a inovação. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| ConODS10 - O IFCE contribui para diminuir as desigualdades sociais nas regiões em que atua. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| ConODS11- O IFCE desenvolve ações ou estratégias que promovam a consciência dos discentes, professores e técnicos administrativos e comunidade externa sobre a implementação de soluções que objetivam desenvolver os assentamentos humanos, visando tornar os mesmos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| ConODS12- O IFCE promove programas que priorizam a conscientização dos discentes e colaboradores frente ao | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |

| | | | | | | | |
|--|---|---|---|---|---|---|---|
| desenvolvimento de padrões de produção e de consumo sustentável | | | | | | | |
| ConODS13 - O IFCE tem propostas que tenham como objetivo encontrar medidas reais para combater a mudança do clima e os impactos ambientais. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| ConODS14 - O IFCE desenvolve propostas de conscientização da necessidade de conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| ConODS 15-O IFCE em sua opinião desenvolve projetos e/ou programas que tenham como objetivo central, proteger, recuperar e promover o uso consciente e sustentável dos ecossistemas naturais. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| ConODS 16- O IFCE promove diálogos que têm como propósito conscientizar a comunidade interna e externa sobre a importância da promoção de sociedades pacíficas e inclusivas, para o desenvolvimento sustentável e para a promoção do acesso à justiça. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| ConODS 17- O IFCE promove diálogos que visam contribuir para efetivar meios de implementação de parcerias para o desenvolvimento sustentável | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |

Agradecemos por ter participado da pesquisa e deixamos abaixo um espaço para que possa inserir algum comentário adicional sobre os temas abordados pela mesma:

Apêndice D – Roteiro de entrevista

Roteiro semiestruturado para diálogo individual com lideranças da Instituição

- 1) **Racionalidade** Nível de entendimento sobre a estrutura funcional do IFCE. Abordar aspectos burocráticos, protagonismo, dos gestores e de democracia direta.
- 2) **Racionalidade** Relação estabelecida com a Reitoria: dinâmicas e desafios.
- 3) **Racionalidade** Tipologias das dificuldades encontradas na gestão pública dos campi.
- 4) **Racionalidade** Abordar sobre sentimento de rede, de troca, de pertencimento.
- 5) **RSP** Papel do governo no processo de gestão da Rede IFCE.
- 6) **RSP** Refletir sobre fatores positivos, ganhos sociais a partir da experiência percorrida pelo IFCE na execução de seus programas, políticas e projetos.
- 7) **CONODS** Contribuições do IFCE para o desenvolvimento sustentável das regiões nas quais atua.
- 8) **CONODS** Visão dos Gestores sobre os 17 ODS da Agenda 2030 da ONU e nível de alinhamento do PDI.
- 7) **Respon** Me fale sobre como se dá a relação institucional dos campi com os campi que integram a mesma UASG, com a comunidade interna, com a sociedade civil organizada, com empresas, com os poderes públicos locais. Perscrutar dificuldades/facilidades.
- 8) **Racionalidade** Modelagem ideal de gestão do IFCE. Aspectos Identitários.
- 9) **CONODS** Alinhamento das metodologias educacionais adotadas pelo IFCE com os preceitos dos 17 ODS da Agenda 2030 da ONU.
- 10) **RESPON** Como você percebe a gestão e das dinamicidades da atual política do governo federal da educação profissional e tecnológica.
- 11) **RESPON** Percepções dos Gestores sobre se na prática a missão institucional do IFCE expressa o seu compromisso com o desenvolvimento sustentável na sociedade em que atua.
- 12) **Racionalidade** Percepções sobre hierarquia e o conjunto de normas utilizadas pela instituição.
- 13) **RESPON** Reflexões sobre o processo decisório na Instituição: decisões horizontais/verticais; participação da comunidade interna e externa; nível de incorporação de sugestões da comunidade interna e externa às políticas do IFCE.
- 14) **RESPON** Processo de comunicação/ relações interpessoais com os funcionários, com o público alvo e comunidade externa?
- 15) **RSPRESPON** Visão dos Gestores sobre Responsabilidade Social e Responsividade Públicas do IFCE.
- 16) **RSPRESPON** Reflexão sobre Governança para o Desenvolvimento Sustentável na prática institucional.

Apêndice E - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

1



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

TÍTULO DA PESQUISA: CONTRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADE DA GESTÃO PÚBLICA DE UMA REDE FEDERAL DE ENSINO BRASILEIRA NA CONSECUÇÃO DOS 17 OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) DA AGENDA 2030 DA ONU.

NOME DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL: FRANCISCO ANTONIO BARBOSA VIDAL

Você está sendo convidado para participar desta pesquisa proposta pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS) que está descrita em detalhes abaixo. Para decidir se você deve concordar ou não em participar desta pesquisa, leia atentamente todos os itens a seguir que irão informá-lo(a) e esclarecê-lo(a) de todos os procedimentos, riscos e benefícios pelos quais você passará.

Esta pesquisa tem como objetivo Analisar a Gestão e Responsividade públicas de uma Rede Federal de Ensino no Nordeste do Brasil, identificando as contribuições desta para o alcance dos ODS Agenda 2030 da ONU no Estado do Ceará. Para tanto, a pesquisa se utilizará de um método exploratório, de abordagem qualitativa e quantitativa e a coleta de dados será realizada em duas etapas: uma etapa documental e outra acontecerá através de entrevistas e aplicação de questionário. Será aplicado um roteiro semiestruturado para coletar os dados dos gestores públicos dos campi do IFCE que atuam em 9 municípios do Estado do Ceará e questionário para coleta de dados de gestores, professores, técnicos administrativos e alunos dos 33 campi do IFCE nas 14 regiões de planejamento do Estado do Ceará. A participação nesta pesquisa não infringe as normas legais e éticas (essa pesquisa não oferecerá riscos para a integridade física, psicológica e social dos gestores públicos, professores, técnicos administrativos e alunos). Entretanto, para que não haja nenhum constrangimento no momento das entrevistas e ou aplicação de questionários, serão expostos os seus objetivos e a garantia da privacidade e anonimato em todas as etapas deste estudo.

Você tem a liberdade de se recusar a participar ou a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem prejuízo para você. Você poderá pedir informações sobre a pesquisa através do telefone da Profa. Dra. Raquel da Silva Pereira, a orientadora deste pesquisador pelo telefone (11) 4227-7828, ou pelo e-mail raquel.pereira@online.uscs.edu.br, ou mesmo diretamente com



este pesquisador, doutorando Francisco Antonio Barbosa Vidal, telefone (85) 986250823 ou e-mail francisco.vidal@uscsonline.com.br.

Você tem assegurado que todas as suas informações pessoais obtidas durante a pesquisa serão consideradas estritamente confidenciais e os registros e imagens estarão disponíveis apenas para os pesquisadores envolvidos no estudo. Os resultados obtidos nessa pesquisa poderão ser publicados com fins científicos, mas sua identidade será mantida em sigilo.

Ao participar desta pesquisa você não terá nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que este estudo resulte em informações importantes sobre o problema da efetiva contribuição da Gestão e Responsividade Públicas para o Desenvolvimento Inclusivo e Sustentável através da implementação dos Objetivos da Agenda 2030 da ONU, corroborando para uma sociedade pacífica, próspera, ambientalmente responsável com equidade social.

Você não terá despesa e nem compensação financeira relacionada à sua participação nessa pesquisa.

Após estes esclarecimentos, solicitamos seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa.

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Após ter recebido esclarecimentos sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos e métodos, benefícios previstos, potenciais riscos e o incômodo que esta possa acarretar, aceito participar:

() Sim

() Não

_____, ____ de _____ de 2023

Anexo A - Quadro de Cursos Ofertados pelo IFCE – 2023

| Subsequentes | Integrados | Licenciaturas | Bacharelados |
|------------------------------------|--------------------------------------|--|--|
| Técnico em Administração | Técnico em Agroindústria | Licenciatura em Artes Visuais | 1. Bacharelado em Agronomia |
| 2. Técnico em Agricultura | 2. Técnico em Agropecuária | 2. Licenciatura em Ciências Biológicas | 2. Bacharelado em Ciência da Computação |
| 3. Técnico em Agroindústria | 3. Técnico em Comércio | 3. Licenciatura em Educação Física | 3. Bacharelado em Engenharia Ambiental |
| 4. Técnico em Agropecuária | 4. Técnico em Edificações | 4. Licenciatura em Educação Profissional, Científica e Tecnológica | 4. Bacharelado em Engenharia Ambiental e Sanitária |
| 5. Técnico em Alimentação escolar | 5. Técnico em Eletroeletrônica | 5. Licenciatura em Física | 5. Bacharelado em Engenharia Civil |
| 6. Técnico em Alimentos | 6. Técnico em Eletrônica | 6. Licenciatura em Geografia | 6. Bacharelado em Engenharia de Aquicultura |
| 7. Técnico em Aquicultura | 7. Técnico em Eletrotécnica | 7. Licenciatura em Letras | 7. Bacharelado em Engenharia de Computação |
| 8. Técnico em Automação industrial | 8. Técnico em Eventos | 8. Licenciatura em Letras - Português e Inglês | 8. Bacharelado em Engenharia de Controle e Automação |
| 9. Técnico em Comércio | 9. Técnico em Informática | 9. Licenciatura em Matemática | 9. Bacharelado em Engenharia de Mecatrônica |
| 10. Técnico em Computação Gráfica | 10. Técnico em Manutenção Automotiva | 10. Licenciatura em Música | 10. Bacharelado em Engenharia de Produção |
| 11. Técnico em Construção naval | 11. Técnico em Mecânica | 11. Licenciatura em Pedagogia | 11. Bacharelado em Engenharia de Produção Civil |
| 12. Técnico em Edificações | 12. Técnico em Mecânica industrial | 12. Licenciatura em Química | 12. Bacharelado em Engenharia de Telecomunicações |
| 13. Técnico em Eletroeletrônica | 13. Técnico em Metalurgia | 13. Licenciatura em Teatro | 13. Bacharelado em Engenharia Mecânica |
| 14. Técnico em Eletromecânica | 14. Técnico em Nutrição e dietética | | |
| 15. Técnico em Eletrotécnica | 15. Técnico em Petróleo e Gás | | |
| 16. Técnico em Eventos | 16. Técnico em Petroquímica | | |

| | | | |
|--|--------------------------------------|--|---|
| 17. Técnico em Fruticultura | 17. Técnico em Química | | 14. Bacharelado em Nutrição |
| 18. Técnico em Guia de turismo | 18. Técnico em Redes de Computadores | | 15. Bacharelado em Serviço Social |
| 19. Técnico em Hospedagem | 19. Técnico em Telecomunicações | | 16. Bacharelado em Sistemas de Informação |
| 20. Técnico em Informática | | | 17. Bacharelado em Turismo |
| 21. Técnico em Infraestrutura escolar | | | 18. Bacharelado em Zootecnia |
| 22. Técnico em Instrumento Musical | | | |
| 23. Técnico em Logística | | | |
| 24. Técnico em Manutenção Automotiva | | | |
| 25. Técnico em Manutenção e Suporte em Informática | | | |
| 26. Técnico em Mecânica | | | |
| 27. Técnico em Mecânica Industrial | | | |
| 28. Técnico em Meio Ambiente | | | |
| 29. Técnico em Multimeios Didáticos | | | |
| 30. Técnico em Nutrição e Dietética | | | |
| 31. Técnico em Panificação | | | |
| 32. Técnico em Pesca | | | |

| | | | |
|--|--|--|--|
| 33. Técnico em Petróleo e Gás | | | |
| 34. Técnico em Química | | | |
| 35. Técnico em Redes de Computadores | | | |
| 36. Técnico em Secretaria Escolar | | | |
| 37. Técnico em Segurança do Trabalho | | | |
| 38. Técnico em Serviços de Restaurante e Bar | | | |
| 39. Técnico em Soldagem | | | |
| 40. Técnico em Zootecnia | | | |

Cursos Técnicos Concomitantes:

Técnico em Agronegócio

2. Técnico em Agropecuária

3. Técnico em Aquicultura

4. Técnico em Automação Industrial

5. Técnico em Edificações

6. Técnico em Eletrotécnica

7. Técnico em Eletroeletrônica

8. Técnico em Eletromecânica

9. Técnico em Eventos

10. Técnico em Guia de Turismo

11. Técnico em Hospedagem
12. Técnico em Informática
13. Técnico em Manutenção Automotiva
14. Técnico em Mecânica industrial
15. Técnico em Meio ambiente
16. Técnico em Metalurgia
17. Técnico em Panificação
18. Técnico em Petróleo e Gás
19. Técnico em Petroquímica
20. Técnico em Química
21. Técnico em Redes de Computadores
22. Técnico em Segurança do Trabalho

Graduação Tecnológica

1. Tecnologia em Agroindústria
2. Tecnologia em Agronegócio
3. Tecnologia em Alimentos
4. Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas
5. Tecnologia em Automação industrial
6. Tecnologia em Construção de Edifícios
7. Tecnologia em Estradas
8. Tecnologia em Gastronomia
9. Tecnologia em Gestão Ambiental
10. Tecnologia em Gestão de Turismo
11. Tecnologia em Gestão Desportiva e de Lazer

12. Tecnologia em Hotelaria
13. Tecnologia em Irrigação e Drenagem
14. Tecnologia em Manutenção Industrial
15. Tecnologia em Mecatrônica Industrial
16. Tecnologia em Processos Ambientais
17. Tecnologia em Processos Químicos
18. Tecnologia em Redes de Computadores
19. Tecnologia em Saneamento Ambiental
20. Tecnologia em Telemática

| Pós-Graduação Lato Sensu | Mestrado |
|---|--|
| Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> em Análise Ambiental | 1. Mestrado Acadêmico em Ensino de Ciência e Matemática |
| 2. Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> em Ciência de Alimentos | 2. Mestrado Acadêmico em Tecnologia e Gestão Ambiental |
| 3. Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> em Docência do Ensino Superior | 3. Mestrado Acadêmico em Engenharia de Telecomunicações |
| 4. Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> em Docência na Educação Profissional, Científica e Tecnológica | 4. Mestrado Acadêmico em Ciência da Computação |
| 5. Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> em Elaboração e Gerenciamento de Projetos para a Gestão Municipal de Recursos Hídricos | 5. Mestrado Profissional em Artes |
| 6. Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> em Educação do Campo | 6. Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) |
| 7. Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> em Estudos da Linguagem | 7. Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação (PROFINIT) |
| 8. Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> em Ensino de Ciências da Natureza e Matemática | 8. Mestrado Acadêmico em Energias Renováveis |
| | 9. Mestrado Acadêmico em Tecnologia em Alimentos |

| | |
|---|--|
| <p>9. Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> em Produção Animal no Semiárido</p> <p>10. Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> em Gestão e Manejo de Recursos Ambientais</p> <p>11. Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> em Educação Física Escolar</p> <p>12. Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> em Planejamento e Gestão de Políticas Públicas</p> <p>13. Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> em Educação Profissional e Tecnológica</p> <p>14. Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> em Ensino de Ciências e Matemática</p> <p>15. Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> em Ensino de Ciências Humanas</p> <p>16. Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> em Ensino de Ciências da Natureza</p> <p>17. Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> em Ensino de Matemática com ênfase na formação de professores da Educação Básica</p> <p>18. Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> em Ensino na Educação Básica</p> <p>19. Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> em Formação Pedagógica para Docência na Educação Profissional e Tecnológica</p> <p>20. Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> em Gestão Ambiental</p> <p>21. Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> em Gestão Ambiental</p> <p>22. Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> em Gestão da Qualidade e Segurança dos Alimentos</p> <p>23. Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> em Gestão e Controle Ambiental</p> <p>24. Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> em Saúde e Segurança Alimentar</p> <p>25. Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> em Metodologias de Ensino para a Educação Básica</p> | <p>10. Mestrado Nacional Profissional em Ensino de Física (PROFIS)</p> |
|---|--|

| | |
|---|--|
| 26. Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional | |
| 27. Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> em Teoria, Metodologia e Práticas de Ensino | |
| Doutorado - Renoen | |

Fonte: IFCE (2023) Relatório CPA 2021-2023